



**GIL
VICENTE**

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161 — **Gulmarães**

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA, *Sucessores, Ld.ª-V.ª* N.ª DE FAMILICÃO-1949

GIL VICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XXV

GVIMARÃES

MCMXLIX

SURSUM CORDA

ENTRA esta revista no 25.º ano de publicação. Grande satisfação sentimos neste facto, tanto mais que estes 24 anos decorridos constituíram um grande esforço, de que nos orgulhamos, no reaportuguesamento de Portugal.

Na baralhada das ideias em que o Mundo de hoje se debate, aqueles princípios que nos levaram à publicação desta revista, no ano de 1925, mantêm hoje a mesma oportunidade.

A verdade da doutrina não se poluiu nem se subverteu. Sobre- pôs-se então aos mitos da Democracia, como hoje se sobrepõe à pretendida ressurreição desses desacreditados mitos.

Nada há que alterar na nossa atitude. Pelo contrário, continuamos a ter motivos fortes para persistir com mais fé, se é possível, e com o mesmo entusiasmo na defesa de Portugal.

Quando iniciamos a publicação desta revista imperavam em Portugal os princípios democráticos. Neste limiar de novo ano vai acesa a luta eleitoral-presidencial.

Se outras causas não houvesse, bastava a maneira como vem decorrendo esta campanha para demonstrar a falência do regime e as excelências da Monarquia.

A acção funesta das eleições fica mais que comprovada. E' que, como recentemente o salientou S. Ex.^a o Lugar-Tenente de El-Rei: — «Nos Estados em que o órgão político dominante é escolhido de tempos a tempos, pela massa dos cidadãos, nada, no Poder, tem estabilidade e antes tudo será, cumulativamente, produto e causa de divisões intestinas susceptíveis, em certos casos, de atingir a própria substância da Nação.

«A verdadeira unidade nacional — *unidade na variedade*, que não *uniformidade* — salvo períodos excepcionais, transitórios por natureza, pressupõe um Poder que, vivendo acima dos conflitos de interesses e discórdias de grupos, porque a sua existência deles não depende, possa, como Arbitro Supremo, independente e imparcial, resolvê-los ou atenuá-los, quando não impedi-los.

«E quem, senão o Rei Legítimo, cujo interesse familiar ou dinástico, O encaminha espontâneamente para o Bem comum — distinto, na essência, dos vários bens particulares, individuais ou colectivos, de partido ou de classe — estará em condições de chamar a Si todos os bons portugueses, monárquicos de sempre ou republicanos de ontem, corrigindo ou completando uma obra cujos obreiros, por força dos vícios inerentes à estrutura republicana, estão impossibilitados de dar execução plena aos princípios a que obedecem?»

Assim o entendemos e assim o temos proclamado e defendido nestes 24 anos decorridos.

Repetimos: nada temos que alterar, agora que esta revista entra no 25.º ano de publicação.

A nossa divisa de então, continua a ser a nossa divisa de hoje: — *Deus, Pátria e Rei*, garantias da eternidade da Pátria.

Por isso saudamos, respeitosa e, Sua Majestade El-Rei, esperança maior dos portugueses que amam e servem Portugal.

E com António Sardinha, afirmamos também:

«Descaminha-se o Reino, porque não temos Rei. E porque não temos Rei, é que a Pátria está em perigo. Renove-se o velho consórcio de Portugal com a Monarquia e logo haverá quem nos dirija e caminhe à nossa frente!»



Manuel Bernardo Alves

No dia 9 de Janeiro entregou serenamente a alma a Deus o Sr. Manuel Bernardo Alves, pai muito querido do nosso Director Sr. Manuel Alves de Oliveira.

Natural das Aldeias (Gouveia), veio para Guimarães onde se dedicou à vida comercial, tendo fundado a Fábrica de Tecidos de Vila Flor, de que foi, por largos anos, seu único proprietário.

Fez parte da Direcção de diversas instituições vimaranenses, estando o seu nome ligado à introdução dos teares mecânicos na indústria de Guimarães.

Foi um chefe de família exemplar, sendo a sua morte muito sentida.

Acompanhamos o nosso prezado Director na grande dor que o feriu e testemunhamos-lhe os nossos sentimentos.





.....
... ver o Rei, na sua força calma,
É ver a Pátria, com figura humana.

ANTÓNIO SARDINHA.

O sentimento do amor nos versos de António Sardinha

DA corte da saudade, na tardinha mansa, quando já as nascentes tinham despertado, vinha agora o poeta a suspirar, subindo os caminhos lentos da colina santa.

Ora regando as rosas, ora na ventana com sua agulha de oiro, seu dedal de prata, lá o esperava a recolhida amada, como a Silvaninha na torre do castelo, como a Bela Infanta do rimance antigo.

Todo o jardim floria. Era de beijos a aragem. As açucenas perdiam-se por amor dos jasmineiros. Abraçadas, as raízes cantavam a alegria de viver. No louco turbilhão da vida renovada, as abelhas, estonteadas, sugavam no ar o peito das flores. E o coração doente do romeiro adormeceu a sonhar...

Viu-se outra vez menino e moço, de cuidados sérios libertado, e só entregue aos caprichos do amor e ao seu carinho.

Chorava, e não sabia se era de gosto ou pena aquele choro brando. Quis escutar o segredo que as lágrimas umas às outras contavam, e tremeu ao seu rumor, enliado e já sorrindo, que as lágrimas eram palavras e nelas o Cântico dos Cânticos renascia com a frescura e a graça de ser dito pela primeira vez:

Teu coração dentro do meu o escuto
E ao seu bater ansioso me abandono...

Na sua íntima e discreta música estes versos de a *Chuva da tarde* de António Sardinha formam a história de amor mais humana, mais delicada e terna que um poeta pode escrever.

Não é a beleza formal que desta vez desperta a atenção e prende o leitor ao seu encanto: o maior interesse desse livro encontro-o no modo como o poeta interpretou e sentiu o amor.

Rodó — augur do mundo novo — procurando disciplinar as forças interiores que nos dominam, deixava cair esta pergunta, tão cheia de cruéis dúvidas: — valerá mais, para o bom governo da vida, ausência de amor ou amor consagrado a quem seja digno de inspirá-lo?

Ansia de amor não é boa nem má. Vem de quem o tributa e de quem o inspira sua ínfima fraqueza ou sua nobre influência. É o objecto amado que dá qualidade ao amor.

Amar, é desejar transformar-se. E este é o mais fervoroso modo de agrilhoar o amante a quem ama.

Perde o amador sua vontade e seu ser próprio, e tresladado à alma que à sua paixão deu norte, renasce nela e nela participa. Vive em corpo alheio. E daí o barro se transforma em oiro, e é bálamo o que era veneno.

Assim o amor alto e generoso, mesmo quando o encrespam e desvairam as procelas da vida, leva em si um sublime poder de ordenação e disciplina, que fortifica e avigora, arrancadas de mais fundas raízes, todas as energias e potências da personalidade.

Tempo houve em que a mulher era apenas a Eva fatídica, fonte do pecado onde bebia a serpe da tentação. Os irmãos Goncourt acusavam-na de preverter o gosto do artista, esgotando-lhe a vontade e mutilando a sua inspiração. Zola fazia dela um instrumento de decomposição social. E Alexandre Dumas atrevia-se a aconselhar: — Mata-a!

Estava perdida a graça do amor. Do roteiro sentimental de João de Tinan só ficava esta desconsolada lembrança: *l'impuissance d'aimer*. Carlos Guérin, sem poder quebrar para sempre *le bracelet pesant des voluptés humaines*, desesperadamente suspirava:

Toute chair à ma bouche a le gout du péché.

Era quando Eugénio de Castro, atormentado pelo venenoso encanto de Salomé, cuidava achar na arte a ilusão da vida. Inimigo do amor e dos que amam, era um grito de renúncia o seu amor:

Amam metade os que amam com esperança,
Amar sem esperança é o verdadeiro amor.

Foi então que António Sardinha, confiando o segredo da sua alma, primeiro cantou aquela trova de transido frio, ao sol de inverno que não aquece:

Ai dele, — desgraçado! — que procura
trazer o coração da Terra quente
quando já nem p'ra si possui calor...

Sofre o que eu sofreria por ventura
se te beijasse apenas irmãmente
por não poder beijar-te com amor!

Na ronda das sombras meigas de o *Tronco Reverdecido*, furtiva e a medo, em brincos amorosos, já a lembrança de Sá de Miranda ia levando D. Briolanja para o lume novo. *Hymen, oh Hymeneu!* E o canto bárbaro do sangue e da carne, por obra e graça da bênção cristã, é suave reza, louvando a Mãe e a Esposa:

Demónio do Desejo, não profanes
esse acto de resgate em que se escuta
na câmara em silêncio o cântico da Vida!

Trocaste o véu de Virgem recatado
p'lo anel de Esposa que eu te pus no dedo.
P'ra não passar a outros o morgado,
que sejas Mãe bem cedo!

A *Epopéia da Planície* é como um buzio ardente onde a Terra e o Sangue andassem cantando confundidos. Sobre a pedra da lareira o poeta quer também um altar. Tem a sua casa o ar de igreja. E dentro dela o fogo é língua viva. Dá o rosmaninho o incenso. Todas as coisas da gleba sofredora, na dor constante dos nove meses findos, flores e frutos, sedes de água e água dos regatos, fazem uma beberagem de bruxedo que o adoida tanto que por Ceres trocaria a Cristo, se do lindo trigo de ouro não saísse agora o puro pão da salvação eterna.

Os mais simples motivos e os mais familiares são o enlevo da poesia de António Sardinha: o pucarinho de barro, a cal, como luar desfeito branqueando os muros, os grandes caminhos vadios, as sombras que fogem ao sorriso da luz, a matança do porco, embededando a meiga paz da casa com a bruta grita de batalha antiga...

A António Sardinha ensinou o horizonte natal que na satisfeita aceitação dos limites estava a posse plena da existência. «Exalta-te, mas fica!» — ouvia ele dizer ao céu, apertando a terra contra si. E o poeta entendeu o sentido desse abraço e também uniu a ânsia de partir ao gosto de ficar.

Mas um vento mau o colhe e o leva, e ei-lo perdido a seguir a embruxada fala.

Trespasam o ar volúpias traiçoeiras. Perturbantes, os lilases enchem a noite de tentações:

A noite, quieta, fica-se embebida
na sua estranha e sensual modorra,
enquanto ao alto paira sobre a vida
o crime de Sodoma e de Gomorra.

Quando as nascentes despertam é a revolta das sombras nocturnas contra a vida clara. Hora meridiana. Dona Sol, vestida de amuletos, mostra o seu corpo de oiro e de pecado.

— Dá-me a tua alma, diz a tenebrosa amiga. E o poeta, que por seu amor perderia os Sacramentos, descobre o ardil que sobre ele pesa, quer ressurgir, libertar-se:

E, trémulo, confesso o meu pecado
(Pecado contra o Espírito, o pior!)
Ó Dona Sol, veneno bem-amado,
Ouve o exorcismo que aprendi de cor!

Só Toledo quebrará o languroso feitiço. Na sepulcral cidade, imobilizada num sonho de granito, imutável e eterno, a angústia do desterro tão profundamente comoveu António Sardinha, que logo ali tomou por própria a grande dor daquelas pedras mortas.

Burgo alucinante! Em cem torres cada dia renasce a oração de mil anos. E as horas são uma mesma hora, eternamente repetida.

Escutando a canção do Tejo, canção áspera e heróica como a do choque de armaduras, com que o rio, em seu idioma de romance velho, fala à cidade decaída das suas glórias em ruína e esquecimento, o coração de António Sardinha bateu mais apressado, que por estranho sortilégio aquela voz era sua:

Toledo toda junta diz: Saudade.
Toledo tem costela portuguesa,
desde que um certo rei com humildade
aqui se fez vassalo da Tristeza!

Por isso chamou a Toledo a «Corte da Saudade». Foi a ausência o ensalmo do malefício em que seu corpo se tisonava já. Coitas d'El-Rei Dom Sancho foram assim também:

Lembrar! Lembrar! oh singular bebida,
por cuja graça tão ligado eu ando
a alguém que está ausente e não me olvida!

Pôs-se a Saudade a andar com ele, tomou-lhe a mão, encarreirou-lhe os passos. Já nem sente os cardos do caminho. Na doçura da tarde a Bem-Amada levanta os olhos para o ver chegar:

Passei na estrada, como no Rimance,
mas, ao contrário, Amor, do cavaleiro,
não te arrastei a negro matagal!

Depois de longo e apaixonado lance,
trouxe-te, com encanto verdadeiro,
à grande paz do leito conjugal!

E este é o sentido milagroso dos ternos versos de a *Chuva da Tarde*. Esses sonetos lembram estampas de antigos livros de galantaria. São como iluminuras docemente delicadas, têm a cor e o mistério da hora de Trindades, quando é bom sonhar.

Ouvindo este poeta, tão aligado à tradição lírica da sua raça, cuidamos ressurgida a penada cantilena de Crisfal:

Sempre será meu amor
Como a sombra, enquanto eu for:
Quanto vai sendo mais tarde,
Tanto vai sendo maior.

Pelo sentimento religioso emanado dos seus versos, poderia dizer-se que António Sardinha era irmão de Verlaine. Não seria eu, no entanto, a dar a fé do baptismo. Se mais não houvesse, bastaria recordar que para o bardo de *La Bonne Chanson* o amor é um grito de tentação vasando-lhe os ouvidos, queimando a alma e flagelando a carne:

Midi sonne. De grâce, éloignez vous, Madame.
Il dort. C'est étonnant comme les pas de femme
Résonnent au cervau des pauvres malheureux!

Em António Sardinha o sentimento amoroso é mais íntimo e mais puro: parece feito de sorrisos e espirituais esperanças. Ele não se entrega ao amor para excitar a imaginação: dá-se-lhe comovidamente para melhor sentir a suavidade mística das palavras que abençoam e adormecem:

Mãe do meu Filho, ó doce Companheira,
sempre estarás para a minha vida intelra
como p'ra a alma está a Hóstia pura!

Pequei! Mas que ficou do meu pecado?
Ficou a graça desse olhar magoado,
cobrindo-me de amor e de candura!

Era já esta a inscrição da *Pedra de Ara* onde o poeta sustinha o livro das suas rezas quando o rondava o Diabo-do-Meio-Dia, vendo as nascentes despertar.

O amor não é nos poemas de António Sardinha uma ficção alegórica nem tem os postiços modos dos galantes madrigais. Os sonetos de a *Chuva da tarde* não contam as paixões tenebrosas dos irmãos de Werther, que entre ciúmes, gritos e lágrimas se desesperam. Dizem o amor inocente, suas alegrias simples, seu doce querer plácido. Se por vezes acorda neles o sentimento da voluptuosidade, logo os unge a lembrança da *Hora-sexta*:

Idílio triste num jardim deserto,
— idílio triste sobre cinzas quentes...
Quero-te, Amor, ao pé de mim, bem perto,
quero saber, Amor, o que tu sentes!

Como o teu braço no meu braço aperto,
dirão que somos dois convalescentes...
Meu coração enfermo bate incerto,
que tu o acolhas nessas mãos trementes!

Silêncio, folhas secas, abandono...
Nas coisas passa um ar que desalenta,
— um ar de hesitação e desconforto!

Vamos, Amor, por este céu de outono,
sentar-nos na alameda sonolenta,
— vamos falar do nosso Filho morto!

Antero de Quental dizia que o soneto era a forma completa do lirismo puro, e eu acrescentarei que só a poesia lírica é poesia: tudo o mais não vai além de obra de disposição poética. O lirismo é, sem dúvida, das expressões melhor definidas do temperamento português. Pena é que tantas vezes apareça tratado como se fosse apenas um preguiçoso lamento, servindo só para marcar as pancadas sentimentais dos corações dormentes. Ora o lirismo lusitano é, pelo contrário, reflectido e ardente, e ninguém melhor que António Sardinha lhe amplia o sentido e dele extrai o seu antigo valor. ✓

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

LEYENDO UN LIBRO PORTUGUES ⁽¹⁾

I

Parece signo evidente de los tiempos que corremos la inquietud angustiada de los hombres. En la acción como en el pensamiento, todo son encrucijadas y afanes muertos en flor. La misma multiplicidad de posibilidades que el liberalismo decimonónico abrió a las preocupaciones vitales de cada individuo, se manifiesta en las perspectivas de las colectividades. Parece como si hubiera ya llegado la hora de apurar las más amargas heces del vino que emborrachó a tantos espíritus y armó tantos brazos en las contiendas partidistas de las tres generaciones anteriores. Todo es nebuloso e incierto, y muy pocos sabrían ser capaces de otear pasajes de claridad luminosa entre las nubes cargadas de amenazas negras que presiden el horizonte de nuestras miradas. Vivimos bajo el signo de la confusión...

Estas sugerencias me acosan en una tarde de noviembre desde la ventana de mi aposento salmantino. Las aristas espigadas de la catedral nueva cortan el fondo del firmamento y sobre occidente se clavan en el azul semiturbio del atardecer las espigas pétreas de San Esteban, joyel y hogar mayor de los dominicos castellanos. Las reposadas horas de la puesta del sol tienen aquí en Castilla un sabor agridulce de tristeza conformada; es un poco el desprenderse las almas de las cosas de los cuerpos de férrea contextura, llevándose prendidos en su marcha los rayos del sol que muere la fibra, tensa siempre de fanatismos austeros, con la que Castilla separó para sí la mitad del universo, allá en aquellos días en que la otra mitad del mundo caía bajo el cetro portugués.

El último libro que de Portugal me ha llegado trae en las alas blancas de sus páginas idéntica angustia a ésta que yo siento, ni más ni menos que las mariposas portan en sus alas opacas el polvo implapable que las da luminosidad de irisaciones. Y tiene un título que concuerda con su significado: *Sob o signo da confusão*. Y entraña un contenido

(1) *Sob o signo da confusão*, de Fernando de Aguiar. Lisboa, Sigma, 1948.

plenamente dispar. Porque si algún libro en nuestro tiempo ha sido compuesto con claridad lógica de ideas, es este libro de Fernando de Aguiar.

El proceso del pensamiento europeo desde ciento cincuenta años a esta parte es sencillamente el de la crisis de la idea de la libertad. No sé si estoy muy autorizado yo, aquí y ahora, para hablar con cabal cumplimiento del tema; mas me parece que, si algo hay seguro en la crisis amodorradora de hoy, es la asseveración de que todo cuanto sufre la civilización de Occidente proviene de una mala interpretación del concepto de la libertad.

La libertad que los patricios populacheros del 1789 consideran única es la libertad abstracta fabricada por los pensadores de la Enciclopedia. Obsérvase a lo largo del siglo XVIII una contrapuesta tendencia por parte de los historiadores y por parte de los filósofos. Los historiadores ahondan como hasta entonces jamás se hiciera, profundizando en el aquilataamiento de las fuentes, con voluntad tesonera que conquista notorios logros. Cualquier orden religiosa, cualquier ciudad, cualquier beato o venerable, encuentran una docena de depuradores de la historiografía barroca de la anterior centuria, afanosos en arrojar luz sobre los sucesos más nimios del pasado. Todavía es del siglo XVIII un libro insustituible para el investigador de cosas portuguesas: la *Biblioteca Lusitana* del abad Diogo Barbosa Machado, que habrá sido mejorado en cada una de sus páginas, pero que no ha sido superado aún en la grandeza del empeño ni en la paciencia con que el autor coleccionó datos yéndolos a beber en fuentes de la más diversa procedencia.

Los filósofos, por el contrario, se embriagan de abstracciones. Ya lo era en gran parte, y de ahí la enfermedad que roía de ineficacia tantos volúmenes de pesada lectura, la metafísica de la Escolástica postrenacentista y el nuevo jusnaturalismo de cuño protestante. Quiérese hacer con Benito Spinoza una entera filosofía «more mathematico», respondiendo a la llamada de Renato Descartes cuando pretendía reelaborar, con una previa duda también sólo «more mathematico» superada, la antigua visión escolástica del universo como armónico juego de las causas primeras y segundas. Por todas partes brotan los intentos de edificar catedrales de lógica sin cavar los cimientos en la realidad antropológica del yo ni atenerse a los contenidos de la historia. Incluso si se parte del yo, como lo hacía Descartes, es para desvalorizarlo y no para encajarlo en el contorno, para abstraerlo en lo abstracto de las dudas superadas y no para encastrarlo al conjunto de las tramas sociales y de las corrientes históricas.

Los ensayos parciales de superar este abismo entre lo abstracto y lo concreto son contados. Suárez, águila entre gorriones, quiere llevar el universo a la escala de un grande cerro en cuya cumbre gigante convergiesen las dos vertientes de la metafísica y de la historia, unidas en la corona de un pedestal donde se elevase la estatua evangélica del Dios cristiano. Más cercano a lo histórico, o, si se quiere, más desprovisto de cargas metafísicas, Juan Bautista Vico busca las leyes del devenir y, una vez halladas, procura insertarlas en el mecanismo de la teología que hace del Dios cristiano la clave providente del giro universal de los «corsi e ricorsi». Todavía con mayor afinamiento en lo histórico, Herder acumula datos y elabora bocetos de perspectivas, con la callada pero segura ambición de aproximar lo abstracto a lo concreto.

Mas, de hecho, en el siglo XVIII no se recoge ni la vecina herencia de Vico o de Herder, ni la más remota de Francisco Suárez. Triunfa de lleno el abstraccionismo, avasallando las aportaciones concretas. Nada significa, por ejemplo, el intento de Voltaire de trazar un esquema crítico, — o, al uso de la época, filosóficamente planeado, — de la vida y costumbres de los hombres, a la vera de su aparato generalizador y sin perfiles de pueblo determinado o gente cierta. Con Kant la tendencia entra de lleno en la filosofía, ya que anuda lo cierto a un juicio personal sobre las apariencias fenoménicas de las cosas y refiere lo justo a una ley enraizada en la voluntad autónoma, esto es, en su sentir desligada de toda consideración extraña a la voluntad misma.

Con la revolución francesa triunfa el hombre abstracto en la política. La *Declaración de los derechos del hombre* se ha hecho justamente famosa por este título, con certero olvido de los derechos *del ciudadano*. Légselase para todo el orbe, tal como la filosofía era válida en todo tiempo y lugar. El único hombre que el legislador contempla es el «homo oecono-



micus», no el hombre histórico que es parte de un orden y componente de una jerarquía, que se integra en un pueblo y se siente portador de una tradición secular. Con la revolución francesa el mecanismo se hace la ley de las sociedades y acaba para siempre el sentido orgánico de las comunidades humanas.

Cabalmente en sustituir lo orgánico por lo mecánico es en lo que consiste la idea de la libertad de los teóricos del 89. Hay mucho más transfondo filosófico del que a primera vista parecen sugerir las apariencias, entre el mecanicismo de los revolucionarios galos y el «corpus mysticum» del organicismo espiritualista de Francisco Suárez. En las ataduras históricas del hombre pregrociano, en la entrañable inclusión de su horizonte vital en un entramado histórico, radicaba la superación de los equívocos que lleva dentro de sí el liberalismo moderno. En la historia del pensamiento, este último no viene a ser sino un camino a medio andar, el sendero truncado por donde se despeñó el afán ingenuo de los optimistas antropológicos del siglo XVIII; si el liberalismo no llega hasta el anarquismo, débese a la pareja inconsecuencia con que el pesimismo antropológico arraiga en el totalitarismo y no se desenvuelve hasta la tiranía. Y en ambos casos el yerro antropológico mana del olvido de la tradición y del menosprecio de la concreta realidad de la historia.

II

Un viaje inesperado me ha arrancado a mi Salamanca adoptiva y traído al solar extremeño de mi infancia y mi familia. Voy a concluir este artículo, por eso, en lugar y circunstancia muy diversos de donde lo empecé. Desde mi residencia salmantina era el huésped de un hotel cosmopolita, todo lo cosmopolita que cabe sea un hotel en Castilla; ahora aliento bajo los mismos muros que calentó el rescoldo afanoso de veinte generaciones cuya prolongación soy yo. Desde la ventana de mi cuarto de hotel veía un atardecer en donde el sol doraba torres de piedras áureas de siglos; ahora, la noche cae mansa al rumor chispeante de la leña que arde en la ancha chimenea, entre chasquidos de la madera enrojecida por el fuego y pábilos de ceniza volando entre las llamas. Allí, el calor del recuerdo de los artífices que labraron las piedras gloriosas de San Esteban o de las catedrales, tiene un frío de admiración racional que aquieta la emoción estética de la rememoranza; aquí no se trata de sugestiones admirativas hacia la grandeza de mi Universidad ilustre o delante del

goce luminoso de las piedras grabadas que rasgan el azul del cielo, sino de la íntima sazón con que llena el corazón la consciencia de una misión por los míos calladamente cumplida a lo largo de los siglos, siempre capitanes de pueblo e hidalgos campesinos que supieron ser ejes de estos mundos diminutos donde corrió mansa pero honda, sin estridencias de violentas pugnas, pero sí con trayectorias de continuidad imborrable, la infrahistoria diaria de cuantos se sucedieron, generación tras generación, en este rincón de Extremadura que linda con Andalucía.

Escribo así en un ambiente en cuyo contorno resulta mucho más fácil entender la noción del hombre concreto y el sentido de la tradición que importa. Todas las elucubraciones filosóficas de los geniales desarraigados de hombres, del dubitativo Descartes, del jusnaturalista Grocio, del político Rousseau o del filósofo Kant, resúltanme aquí vacías de valores humanos, delante de esta chimenea que ha calentado los huesos de tantos « señores de pueblo », hidalgos de pejugal y perro cazador, quienes antes que yo cumplieron su destino de jefes naturales de una gente arisca y fiel.

En este ambiente estoy concluyendo de leer el libro magnífico de Fernando de Aguiar, y poco a poco, mitad por la lectura del libro y mitad por la transición que me traspasa el alma en este rincón olvidado de Extremadura, la confusión que es signo de la hora presente se va aclarando ante el encandilado ansiar de mis ojos devoradores de ese matiz impalpable que el contacto inexpresable del hombre muerto deja sobre la pátina de la superficie externa de los objetos.

Siéntome aquí con mayor arraigo que el del pasajero *nunc*. El *hic* vale en esta casa viejísima con valoración de *semper*. Más que un hombre aislado y más que un puro « homo oeconomicus », traído acá por el trajinar de los sucederes indiscretos, sé que soy eslabón de secular cadena. Ni siquiera mis ensueños de estudio, en mí, fundamentalmente hombre de estudio; ni los diez mil volúmenes de la biblioteca que en Madrid apesadumbra los estantes de mi casa de alquiler; ni el dulcísimo explicar cuestiones doctas exactamente en las mismas aulas en donde profesaron un Francisco de Vitoria o un Luis de León; ni mis gustos de viajero impenitente que supo pasear por la High Street oxoniense, merodear en los alrededores de la Unter den Linden bajo los tilos doctos de la primera « Universität » prusiana, o resbalar sobre la estrechez simbólica de las losas de la calzada romana de la « Vía Sacra » de los triunfadores, coronados de ramas de laurel; ni aún mi afán inquisitivo por asomarme a las gentes apartadas, que me forzó a leer a Lermontoff en ruso, a Kierkegaard

en danés o al *Cantar de los Cantares* en hebreo;... todos mis afanes peculiares son ceniza de llama transitoria ante la consciencia de responsabilidad sagrada que cobra en esta casona vieja mi condición de hidalgo, hijo de hidalgos que siglo tras siglo fueron los señores acatados por todos los habitantes de una aldea.

Aquí sé bien, por razones del corazón que valen más que las del cerebro, que el orden de los mundos por Dios establecido se extiende también a las comunidades políticas; y que sería errado suponer que sobre la mutabilidad de los avatares sociales no se derrama la claridad brillante del dedo de Dios, siempre señalando lumbres sobre la negrura del caos originario. Sin que supiera decir porqué, adquiero plena seguridad de mi destino, de un salto atrás me burlo de los presuntuosos liberadores del XVII y del XVIII, vuelo desde la turbamulta de los sistemas ideológicos a la sabia quietud de un rincón olvidado de Castilla, y aprendo la lección de las cosas con mengua de la lección sabida por lecturas de los libros. En el gran libro de la Tradición viva mueren ahora para mí tantas teorías brillantes, como esas mariposas que secan sus cuerpos al caer aprisionadas entre las hojas de un infolio.

Los argumentos bien traídos por Fernando de Aguiar desfilan ante mis ojos con rapidez cinematográfica, para ganar reciedumbre de verdad en la roca inmovible de serenidades sobre la que se edificó año tras año la precisa línea de deberes que mis mayores supieron bien cumplir. Allá fuera, en la Cocina Grande, esperan verme criados, pastores e gañanes que comen del pan de mi casa y que ganan hilos de continuidad en esta callada y sencilla tradición de aldea campesina.

La confusión que nos atenaza tiene aquí clara solución, conocida con razones pascalianas, agustinianas, que del pecho brotan. Si es cierto que vivimos «bajo el signo de la confusión», ya sé, por sentimiento interno y por lectura de este libro de un portugués hermano, que la Tradición enseña el desenlace del nudo de la angustia que parece ser característico de nuestro tiempo. Cual Angel Ganivet, quiero ya también corregir el dicho agustiniano y repetir con convicción hondísima el consejo genial del granadino misterioso: «Noli foras ire; in te ipsum redi; in interiore Hispaniae habitat veritas».

Salamanca — Granja de Torrehermosa
noviembre de 1948.

FRANCISCO ELIAS DE TEJADA

PROBLEMAS IMPERIAIS

O MISSIONÁRIO

UM dia, em livro ⁽¹⁾, honrei-me ao escrever que a obra construtiva, dinâmica e actuante dos nossos padres missionários se distancia radicalmente tanto da obra dos padres não missionários, agarrados « ao mundanismo burguês, ao delírio possidente e à febre política », como da obra laica, desnacionalizante e amoral da famigerada *pedagogia moderna*. Na verdade, são eles, em todas as circunstâncias, as forças avançadas da Civilização, sacrificando-se generosa e voluntariamente, em climas inóspitos, entre selvagens, pelo Evangelho de Jesus e pela bandeira da sua Pátria. Ali, não é só padres que os vemos: é mestres da vida, guias do trabalho, amparo dos corpos e salvação das almas que eles se nos apresentam e se impõem a negros e a brancos.

Para penetrarem nas cortes orientais, esses missionários intrépidos aprenderam e fizeram avançar extraordinariamente as ciências experimentais do seu tempo. A China e o Japão deles receberam poderoso influxo. As línguas nativas ainda hoje conservam restos do seu magistério notável. Ao comemorarem-se, no ano de 1940, os centenários da fundação e da restauração de nossa nacionalidade, o Japão, nosso vizinho do Oriente, soube associar-se às festas e lembrar o facto tanto em publicações no seu idioma nacional como em português. E os viajantes que se demoram pelo Oriente e estudam os hábitos, os costumes, os estádios de civilização dos vários povos e o seu desenvolvimento em relação à Europa, frequentemente encontram lembranças de Portugal, infiltradas nas usanças e nas tradições, resistindo à diluição produzida pelos séculos e ao maior poderio, ao poderio material, daqueles que vieram depois de nós.

Em povos menos cultos e sem o brilho das cortes imperiais do Oriente, os missionários portugueses souberam também adaptar-se às circunstâncias, aprender as línguas dos indígenas, estudá-las, traduzir-lhes os vocá-

(1) *Corporativismo* — Porto, 1943, pág. 47.

bulos, organizar pequenos dicionários e criar, em força e prosperidade, falando e sentindo como nós, mergulhando fundo na História e na sensibilidade de Portugal, nações como o Brasil.

Em África é onde o Missionário português tem hoje o seu campo de acção mais vasto e mais nacional. Aí, os seus instrumentos de conquista não são apenas as verdades eternas e a bondade natural que fortifica a fé e catequiza os homens. A vida selvagem é substituída pela vida de trabalho organizado, pela dignificação do trabalhador que os negreiros aviltaram, pela instituição de hábitos regrados e desvinculação totémica dos indivíduos a quem imprimem, demorada e pacientemente, conceitos de humanidade e de personalidade. O saber que deu tão belos frutos nas plagas orientais e os métodos de desdobramento europeu que fizeram do Brasil uma Nação antes de ser um Estado, são substituídos, no convívio e na labuta com as raças negras pelas rudimentaríssimas escolas profissionais, pelo ensino de artes e ofícios, pela aprendizagem das primeiras letras e, com elas, do português, pela infiltração da nossa língua com os cânticos e orações, e, como fruto lampo de uma acção difícil, constante e exercida sem desânimos independentemente das dificuldades vencidas e dos obstáculos transpostos, a seara dourada do clero nativo, a Igreja do Mestre a refflorir entre os primitivos, tal como podemos contemplá-la e admirar-nos.

Quer no Brasil quer em África, o Missionário preludiou as suas obrigações de evangelização e catequese com outros cuidados de natureza bem diversa: justiça social, rudimentos de organização e resistência contra os abusos na defesa dos direitos elementares que os representantes do Poder civil nem sempre souberam ou quiseram respeitar na pessoa atrasada dos indígenas.

Todavia, as condições em que o Missionário teve de desenvolver a sua actividade foram notòriamente diversas e exigiram métodos dispares.

No Brasil, não havia liames de organização social com carácter de fixidez e a crença num ente absoluto, ainda que rudimentar, não se vislumbrava. Tornou-se mais fácil a conquista religiosa porque as almas a converter encontravam-se vazias de crenças e aptas a receber a luz da Fé. Contudo, as normas de vida cristã não se compadecem com hábitos de nomadismo sem lei e sem regras além da força. A constituição de núcleos urbanos e a aquisição de costumes disciplinados foi uma tarefa árdua, longa e teimosa. Homens como Inácio de Azevedo e António Vieira tiveram nesse campo a sua vitória decisiva. Primeiro o social. O religioso estava certo.

Em África, ao invés, existiam credices diversas, fanáticamente seguidas por tribos e raças que, não obstante em grau muito baixo e com feição muito precária, vivem nos seus aldeamentos e enquadram-se numa organização com chefe determinado e costumes próprios. O Missionário em África, além de evangelizar, teve e tem de converter. Antes de ser apóstolo precisou de mostrar-se o civilizador. Antes de padre, é homem europeu, artista, médico ou enfermeiro, e professor.

As glórias do mundo e as ambições da matéria não lhe queimam os sentidos. O Missionário está mais longe delas no interior do continente africano que o estaria nos quatro muros frios de uma cela de convento.

Braga, 8 de Dezembro de 1948.

FRANCISCO DE MATOS GOMES

(Sub-capítulo inédito do livro *Problemas Nacionais*, a entrar no prelo).

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1849

Guimarães há 100 anos

Janeiro

Dia 18 — A Administração Geral dos Correios anuncia achar-se estabelecida uma nova expedição de correspondência para Guimarães, além das duas que já existiam cada semana, saindo as malas de Lisboa nas segundas, quartas e sábados, de tarde, e chegando a Lisboa nas segundas, quartas e sextas, de manhã.

Dia 21 — Por iniciativa de Rodrigo Martins da Costa (Relha), Domingos António de Freitas (da Custodinha) e Jerónimo de São Carlos Fernandes da Silva Ribeiro, planeou-se a fundação de um teatro, por meio de acções de 1\$000 réis, no grande salão do extinto convento de S. Francisco, na parte que fazia esquina para a rua do Quintal. Foi inaugurado em 6 de Maio com o drama em 5 actos, *O Cigano*, e a comédia *Um duelo no terceiro andar*.

Fevereiro

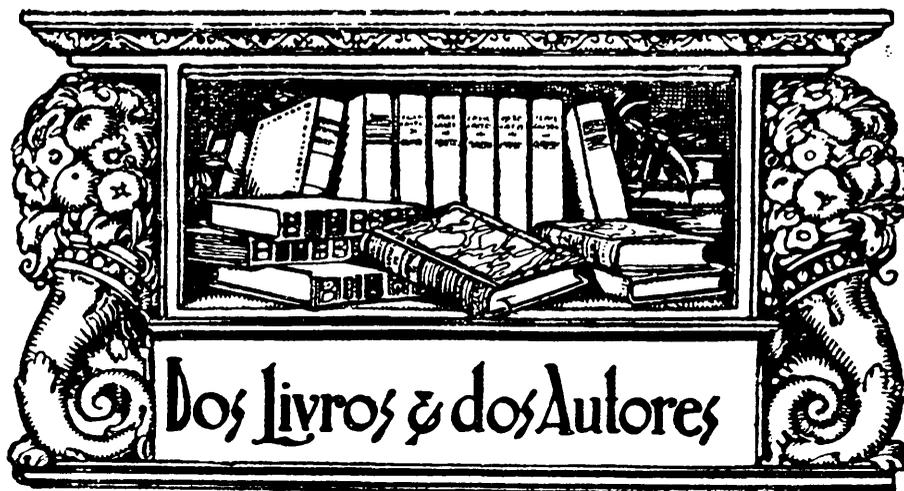
Dia 22 — A Câmara faz duas representações à Rainha pedindo a permanên-

cia de um corpo de tropa, a revogação das deliberações do conselho do distrito, e a declaração de que esta Câmara está no seu direito para impor tributos à carne que se consumir neste concelho, embora nele não seja exposta à venda, a fim de poder fazer as posturas convenientes para a fiscalização do imposto das carnes.

Março

Dia 1 — O Governador Civil participa ao administrador deste concelho que havendo suspeita ao governador de Viana de que o espanhol D. Garcia, residente em Guimarães, concorrera a uma reunião carlista que houve em Monção, proceda a minuciosas averiguações. Em 6 o Governador Civil deste distrito mandou ao de Viana a informação do administrador de Guimarães.

JOÃO LOPES DE FARIA (†)



O ASPECTO ESPIRITUAL DA ALIANÇA INGLESA, por *José Pequito Rebello*. Edições «Gama». Lisboa, 1945. 277 págs. Ilustr.

Em virtude da tremenda luta que ensanguentou o mundo há pouco, e cujas consequências imediatas estamos a sofrer, subiu a plano de elevado relevo a nossa aliança de séculos com a Grã-Bretanha, tão atacada por uns, tão defendida por outros, tão incompreendida até pelos que dela se mostram partidários. Qual seja o seu valor, a sua significação e a sua necessidade não é para nós demonstrá-lo: olhando o passado e lendo a história, a resposta virá rápida. Só a obcecação política, ou um ódio que não se explica à luz da razão, pode ainda hoje fazer que certos espíritos combatam a aliança inglesa como perniciososa aos nossos interesses. Sabemos muito bem que esta afirmação terá de nos levar longe, mas não podemos deixar de a fazer, porque está perfeitamente ligada ao assunto desta nótula que não poderá, forçosamente, ser breve.

O conhecimento da história da Europa, mais do que o da história inglesa, levar-nos-á à conclusão de que a Inglaterra é

necessária, não só à própria Europa, mas também ao Mundo inteiro. De equilíbrio tem servido ela desde que, pela mão de Cromwell, entrou no convívio das nações do Continente. E se já durante a longa crise da Guerra dos Cem Anos se encontrara misturada nos negócios continentais, ainda então a sua missão foi a de restabelecer o equilíbrio europeu, contribuindo para a morte definitiva do Feudalismo em França e, por conseguinte, para a unificação política deste país.

Sempre que na Europa se ergueu um homem e esse manifestou desejos de impor o seu domínio ao Continente, foi a Inglaterra, levada pelo seu amor à liberdade, que ele encontrou a defrontá-lo, muitas vezes sozinho. Assim foi quando Filipe II converteu toda a Península Ibérica em seu domínio após a conquista de Portugal; assim foi quando as armadas holandesas sulcavam arrogantes os mares, que julgavam já seus; assim foi quando Luitpold XIV invadiu a Flandres, ou quando, mais tarde, impunha à Espanha seu neto por rei; o mesmo aconteceu quando Choiseul, contrariando os interesses da França, inimiga secular da Casa de Austria, se aliou a Maria Teresa; assim foi quando as tropas de

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

Carnot entravam na Bélgica e invadiam a Holanda; assim foi quando Bonaparte fazia passear pela Europa inteira as suas legiões ovantes; assim foi quando Guilherme II sonhou germanizar a Europa, depois de Bismarck haver prussianizado a Alemanha; e assim foi em 1939... Hoje mesmo, enquanto o Partido Trabalhista inglês se nega a aliar-se ao Partido Comunista, a soldo do *Komintern* (que dizem deixou de existir...), Churchill, com a mesma vibração com que ontem denunciava o perigo do totalitarismo italo-alemão, denuncia o perigo do outro totalitarismo, o marxista.

Erros? Crimes? Torpezas? Existem na história da Inglaterra, como na de todos os povos. Mas o *fair play* não é letra morta entre o vasto mundo da língua inglesa. Kitchener expulsou o coronel Marchand de Fachoda, mas a Grã-Bretanha ocorreu, quase sem um exército, em socorro da França em 1914. A independência do Orange e do Transvaal foi violada e os *boers* de vida patriarcal foram submetidos pela força das armas. Mas Botha, um dos caudilhos da guerra da independência, bateu-se na guerra de 1914-18 ao lado dos dominadores da sua terra, e Smuts, um *boer* característico, é marechal do exército britânico e foi já chefe do Governo da União Sul-Africana. Das antigas repúblicas pastoris das margens do Vaal e do Orange fizeram os Ingleses a progressiva União Sul-Africana, dando-lhe consciência do que ela vale e valorizando-lhe os recursos naturais.

Na Índia os variados *pandits* que por ali enxameiam não se cansaram, pelo recurso à greve da fome ou à insurreição armada, de reclamar a independência não sabemos bem de quê. Dada a feição particularista dos povos que vivem entre o Himalaia e o Índico, agravada ainda pela diversidade de religiões, nunca a Índia poderá vir a constituir um Estado, nem mesmo uma federação de Estados ao modo da América do Norte ou da Comunidade Britânica de Nações. Já ela alcançou a plena inde-

pendência, e todos os anglófilos devem estar já regozijados com o que se lhes afigura uma diminuição no poder da Inglaterra. Mas embarcado o último soldado inglês, se verá se ao Mundo conviria mais a «balbúrdia sanguinolenta» que se seguiu a esse facto, ou a permanência das tropas de uniforme aqui, que impunham a ordem e contribuíam para incutir no espírito dos hindus as ideias de ordem e disciplina consciente, sem as quais não há progresso possível.

Vejamos, agora, o que respeita em particular ao nosso caso. Desde os meados do século XIV que temos íntimas relações com a Inglaterra, a partir da época em que, reinando D. Dinis, os mercadores do Porto firmaram um tratado comercial com Eduardo III. Mas muito antes já à Inglaterra devíamos o fornecimento de tecidos com que nos vestíamos e o auxílio militar contra o Mouro. Reinando D. Fernando, foram tropas inglesas que nos auxiliaram na luta contra o Castelhana. Em Aljubarrota bateram-se valorosamente os arceiros do duque de Cambridge, ajudando-nos a alcançar a vitória que consolidou a nossa independência. Durante três ou quatro gerações era inglês o ambiente da Corte de Portugal, e nenhum dos «altos infantes» possuiu os defeitos característicos da nossa gente. A tenacidade de D. Henrique, no prosseguimento da obra dos descobrimentos, nada tem de portuguesa (somos um povo de entusiasmos fugazes e de improvisações brilhantes, incapaz, portanto, da persistência dos Saxões), como as preocupações de legalidade (que atiraram com D. Pedro para a tragédia de Alfarrobeira o não são também.

Ingleses auxiliaram o prior do Crato, rei efémero, como auxiliaram D. João IV e D. Afonso VI na luta contra a Espanha. No Ameixial, foram os auxiliares ingleses que em grande parte contribuíram para a vitória. A acção das tropas inglesas na libertação de Portugal de 1808 a 1811 é de todos conhecida, e no período de 1914-18 deveu-se ao

domínio dos mares por parte da Inglaterra não haveremos perdido os restos do nosso Império ultramarino. Bem sabemos que há os casos de ataque aos nossos domínios durante a chamada « Monarquia dualista », que muita gente berra ainda hoje contra o *ultimatum*. Se não podemos desculpar os marinheiros ingleses do ataque às nossas possessões e feitorias quando nos encontrávamos sob o jugo dos Filipes, a verdade é que a questão do *ultimatum* se encontra hoje perfeitamente estudada para que possamos afirmar com firmeza que a culpa desse lamentável incidente, em que sofremos grande humilhação (a terceira em 60 anos), coube inteiramente ao cônsul britânico na Beira que, com interesses ligados aos agentes que pretendiam indispor-nos com os macololos, teceu a rede de intrigas que levou Salisbury a redigir a nota lacónica, que ficou conhecida por *ultimatum*. Teve o caso tão pouca importância aos olhos do Governo inglês, que ao incidente nem mesmo se alude nas histórias de Inglaterra que conhecemos, que no entanto se espraíam em considerações acerca do caso de Fachoda. Pareceu perfeitamente natural que a exigência de Salisbury se fizesse, porque as tendenciosas informações que vinham da Beira eram tidas por boas. Não esqueçamos que nenhum Governo posterior a 1890 cortou relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, a aliança não foi denunciada, e, anos depois, ao proclamar-se a República, os anglóforos de 1890 apressaram-se a solicitar as boas graças da nossa aliada.

Ora o livro que deu pretexto a estas considerações apagadas é da autoria de um anglófilo consciente, que os leitores de *Gil Vicente* muito bem conhecem. Ontem, ao microfone da E. N. denunciava os manejos ocultos de Moscovo, proclamando a necessidade de sermos *Anti-Marx*. Hoje, explica a necessidade da existência da aliança luso-britânica, cujo aspecto espiritual estuda e comenta através destas quase 300 páginas. Entende o sr. dr. P. R. que a Inglaterra e

Portugal, unidos desde o princípio pela ideia de Cruzada, têm uma missão comum a cumprir, dificultada a partir do século XVI pela quebra da unidade da fé. Acha que a Inglaterra não defrontou o « eixo » italo-alemão apenas no século actual, mostrando-se a defensora da civilização ocidental, porque já no passado teve de defrontar o mesmo eixo personificado em Lutero-Maquiavel. Entende que o dissídio religioso na antiga Britânia resultou de uma aberração dos sentidos de Henrique VIII, rei « totalitário » (pág. 59). E tendo estudado, com certo desenvolvimento, a história do progresso da ideia protestante na Inglaterra e da cota-parte de estrangeiros na repressão dos antagonistas do protestantismo, preconiza o Autor o regresso da Grã-Bretanha à fé católica para prosseguir na interrompida obra da Cruzada contra todos os « totalitarismos ».

Não podemos aceitar algumas das conclusões do Autor, entre outras a explicação (que nos parece especiosa) de que o anglicanismo não é de natureza caracteristicamente inglesa. Parece-nos também que o sr. dr. P. R. esqueceu o aspecto material da questão, considerando a aliança unicamente no seu aspecto espiritual, importante, é certo, mas não único. Todavia fazemos justiça ao seu trabalho e louvamos o seu esforço por querer fazer ver aos Portugueses a necessidade e vantagens de uma aliança, que nos últimos anos tantos ataques tem sofrido, por motivos de meras simpatias de ocasião, em que a razão não impera e o sentimento domina.



PSICOLOGIA DO DINHEIRO, por Mário Gonçalves Viana. Domingos Barreira — Editor. 394 págs.

O Autor, que já nos dera uma *Psicologia da Amizade* e uma *Psicologia do Amor*, dá-nos agora uma *Psicologia do Dinheiro*,

deus dos ambiciosos, dos ricos ou dos que querem enriquecer.

Através destas quase 400 páginas espraia-se o sr. dr. M. G. V. em considerações muito pessoais acerca do dinheiro, da influência deste através dos tempos no homem, no luxo, na poesia, na felicidade, entremeando essas considerações com citações dos mais variados autores, citações por vezes excessivas, numa linguagem chã e simples, dados os seus intuitos de divulgador, podendo contribuir para desfazer as duas opiniões correntes e erróneas, vulgares entre ricos e pobres, fidalgos e plebeus, cultos e incultos: a de que o dinheiro tudo pode, e a de que ele nada vale. No meio é que está a virtude e é este o ensinamento que da obra pode tirar-se.



EÇA DE QUEIRÓS, pelo P.^o João Mendes, S. J. «Pro Domo». Lisboa, 1945. 106 págs.

O centenário do nascimento do grande romancista teve o condão de desencadear a publicação, em Portugal e no Brasil, de muitas dezenas de obras, poucas das quais poderão considerar-se de mérito, muitas francamente más, e bastantes meros casos de especulação comercial à sombra do nome insigne que, como o de Camilo, é chamariz que atrai o comprador.

Felizmente que o trabalho do sr. P.^o J. M., apesar do seu ar recatado e modesto, ocupa o seu lugar nas primeiras. Enganar-se-ia quem, vendo uma obra acerca de Eça de Queirós subscrita por um padre jesuíta, a supusesse diatribe ou verrina, ao modo como ainda hoje alguns jornalistas entendem a nobre missão da crítica. Tendo por subtítulo «Tipos, estilo, moralidade», o livro do sr. P.^o J. M. constitui uma rápida visão de conjunto da obra queirosiana, que

analisa com imparcialidade e sem pensamento preconcebido. Podemos discordar de alguns pontos de vista do Autor, facto perfeitamente compreensível e humano; o que não podemos é negar-lhe a sinceridade e, sobretudo, a clareza da sua visão. Para o sr. P.^o J. M. a «caricatura é, na obra de Eça, como que o limite do seu comedimento sentimental, o desânimo espontâneo e sorridente de enfrentar o tumulto das grandes situações» (pág. 10). Que nos lembre, nunca vimos devidamente posto em relevo aquele acanhamento do autor d'*O Primo Basílio* perante as grandes convulsões, sendo precisamente esta uma das características da sua obra. Ao contrário de Camilo, que se comprazia na análise das grandes paixões (o reflexo da sua própria vida tumultuosa), Eça era a serenidade ática personificada. E se se encontrava em frente de um «tipo» fora do comum, logo dele se apoderava, não à maneira de Camilo, com entusiasmo demolidor, mas ao modo do naturalista: estudava o exemplar com cuidado, mas, ao descrevê-lo, resultava caricatura. Eis por que aquele «insaciável desejo de contemplar, sem compromisso, os aspectos pitorescos da vida, se fez da sua obra um monumento de graça deliciosa, diminuiu-a, contudo, em dramatismo psicológico, reduzindo-lhe o alcance humano de personagens e conflitos». E acentua: «Se lhe deu sensibilidade vibrátil, não o deixou chegar até ao grande sentimento, àquele que é a ressonância vivida das grandes ideias e problemas» (pág. 20).

E depois de estudar algumas das principais figuras do romancista (Amaro, Luísa, Maria Eduarda, Carlos da Maia e Fradique), para fundamentar o que antes afirmara, e de não deixar de salientar aquele «borboletamento» do Eça, o «diletantismo» que não o deixou concluir (e será *forçosamente* necessário que o romancista *deva* sempre concluir?); tendo de passagem referido outros aspectos de outras figuras, como Jacinto e Gonçalo; conclui por declarar que

«toda essa galeria de políticos, conselheiros, literatos de província e da capital, e de tantos outros mediocres satisfeitos, constitui aquela franja de riso, onde se detém, perante as violências e os excessos, uma sensibilidade aristocrática e pudibunda» (pág. 54).

No estilo do romancista vê o A. «um intelectualismo de expressão imaginativa que teria muito de cultismo seiscentista, se este não insistisse de preferência na subtilidade do conceito lógico, e Eça na subtilidade do estado de alma» (pág. 59), acentuando a utilização daqueles «antigos tropos de sinédoque e da metonímia que os compêndios clássicos meticulosamente catalogavam» (pág. 64). E se o autor d'*A Relíquias* «não caiu no conceitismo racionalista do passado», isso foi «porque já o romantismo tinha chamado o gosto literário ao apreço do sentimento da vida» (pág. 66). Do facto apresenta o A. vários exemplos, vindo depois a insistir novamente nos propósitos caricaturais do romancista, entendendo que o seu humorismo, nem é ironia, nem sátira, antes «caricatura lírica», pois o Eça com as ideias, ou com os indivíduos, atende apenas a um dos aspectos de umas ou dos outros, destaca-o e exagera-o, daí resultando essa caricatura que, no dizer do A., «é a idealização dos defeitos inconscientes, a hipérbole desfavorável da realidade, a manifestar, como seu inverso positivo, um estilo muito saboroso, muito equilibrado e muito fino, mas falho de alento generoso» (pág. 81).

A terceira parte — «Moralidade» — parece-nos a única fraca da obra. Na verdade, tem-se glosado até hoje em todos os tons a questão da moralidade, amoralidade ou imoralidade da obra do Eça, e o facto é que não tem havido equilíbrio e imparcialidade na consideração do problema, à espera, ainda, de quem diga a última palavra. Ora a verdade é que o que de criticável existe, sob esse aspecto, na obra do romancista é constituído pelos defeitos próprios da escola

literária em que pontificou. Logo que o autor se libertou dos limites estreitos dos cânones realistas, deixa de aparecer essa «imoralidade» tão atacada e, no fim de contas, tão incompreendida.

Também nos não parece exacto o apodo de *torpe* (pág. 93) aplicado à famosa carta de Eça a Ramalho, cuja leitura atenta, tendo em conta a ironia em que ela abunda, não nos revela um Eça *chanteur*, como muitos quisera fazer crer. Se é certo que o romancista viveu perpétuamente em apuros de dinheiro, também é certo que muitas ocasiões se lhe depararam de poder alcançá-lo por meios pouco honestos, e deles não se serviu. Jamais podemos esquecer aquele documento, ainda não suficientemente divulgado apesar de correr impresso, em que o romancista, cônsul em Havana, tomou desinteressadamente a defesa dos chineses que serviam nas plantações, quando poderia muito bem ter contemporizado com aqueles que os espoliavam.

Aparte este senão, é, pois, a obra do sr. P. e J. M. um trabalho que fica bem ao lado daquilo que de mais substancial até hoje se tem escrito acerca do romancista, demonstrativo do espírito equilibrado e superiormente crítico de um Autor que se distingue por dotes, especiais de quantos lavram o vasto campo da crítica.



BRITISH BOOKS TO COME. N.ºs 34, 43, 47 e 53. May 1947, February, June, December 1948. 28 págs. Ilustr.

É um excelente indículo dos livros prestes a serem postos à venda e que, na altura da publicação do catálogo, se encontravam nos prelos ingleses.

Ilustrado com as fotografias dos autores e com breves notas bio-bibliográficas dos

mesmos, dispõe as obras por secções, indicando os respectivos editores e preços. Reprodz também algumas das ilustrações das obras ilustradas. Muito útil para os que queiram andar a par com o pensamento inglês em todos os seus aspectos.



COUSAS DA MADEIRA. III — *Credos & Superstições. Milagres & Outros Sucedimentos...*, por *Fernando de Aguiar*. Separata da revista *Gil Vicente*. Guimarães, 1944. 73 págs.

Os nossos leitores conhecem já esta obra por a lerem nas páginas da nossa Revista. Por isso nos deveríamos limitar a anunciar a sua aparição em volume, se não entendêssemos chamar para ela a atenção dos folcloristas que ali encontrarão muita coisa de útil e de interessante, reveladora da grande afinidade que há entre o folclore de Portugal e o da linda Ilha atlântica.

Pacientemente recolheu ainda o Autor muitos dados acerca de casos curiosos da história da Madeira, que nos descreve em linguagem colorida e cheia de pitoresco. Pena é que o mesmo não façam outros a respeito das restantes ilhas portuguesas do Atlântico, reunindo material para uma futura história geral do folclore português.



CARTAS, do P.^e António Vieira. Ensaio Preambular, Selecção, Notas e Quadro biográfico-sincrónico, por *Mário Gonçalves Viana*. Domingos Barreira — Editor. Porto, s. d. 351 págs.

Integrado na excelente «Colecção Portugal», a que já nos referimos algumas ve-

zes, contém uma selecção de cartas do P.^e António Vieira, que ficam assim ao alcance dos estudiosos de escassos recursos materiais, dado que o preço excessivo das edições antigas, e a raridade da mais recente do ilustre J. Lúcio de Azevedo, tornam inacessíveis o seu conhecimento à maioria dos que não podem lê-las nas Bibliotecas Públicas.

As cartas do volume estão dispostas por ordem cronológica, o que facilita o seguimento da curva do espírito do Jesuíta, desde 1644, regressado do Brasil após a Restauração, até 1695, novamente no Brasil e às vésperas da morte.

Nota-se a falta de um índice onomástico, imprescindível nas obras de Vieira, que, com tanta frequência, alude a homens do seu tempo ou do passado.



DIE IBERISCHE WELT IM DENKEN
J. G. HERDERS, por *Wolfgang Kayser*. Edição do Instituto Ibero-Americano. Hamburgo, 1946. 76 págs.

Devido à pena de um distinto professor alemão da Faculdade de Letras de Lisboa, este volume — *Agradecimento do Mundo ibérico a J. G. Herder* — reúne a súpula das opiniões e juízos do ilustre poeta alemão a respeito da cultura hispânica. Herder, que viveu na segunda metade do século XVIII, exerceu uma profunda influência nos românticos dos princípios do século imediato, pelo que nos parece que seria curioso e útil investigar até que ponto o Romantismo — considerado de fonte anglo-germânica — pode filiar-se indirectamente no génio hispânico.

Garrett, em contacto com a literatura inglesa do seu tempo e influenciado principalmente pelo lirismo de Walter Scott (que

foi às tradições da sua pátria, a Escócia, buscar a maior parte dos temas para os seus livros), descobriu o riquíssimo veio do nosso Romanceiro, sobre que se inspirou para escrever o lindíssimo romance da *Adosinda*, passando depois a coligir, com modificações mais ou menos artísticas, outros que haviam embalado a sua infância, contados por uma velha criada fiel.

Herder, por seu lado, quando coligiu canções populares, encontrou-se em presença dos antigos romances hispânicos, que pelo seu inédito o entusiasmaram ao ponto de traduzir para alemão 18, que depois publicou, por os considerar expressão genuína do carácter dos povos hispânicos. E foi por meio do Romanceiro ibérico que Herder chegou a interessar-se pelas questões peninsulares, que tratou desenvolvidamente e a que o sr. W. R. se refere em seis curtos capitulos, depois de considerar a iniciação de Herder no culto da Espanha.

Falando da teoria arábica, o Autor manifesta a opinião de o poeta alemão ter chegado a conclusões novas e de grande importância sobre o significado que na Europa teve durante a Idade-Média a cultura arábica, considerando-o fundador da «teoria arábica», o que nos parece sujeito ainda a discussão. Em dois capitulos fala da interpretação de Herder acerca dos descobrimentos ibéricos, mostrando como o poeta se encontrava acima do seu tempo ao procurar compreender de modo mais profundo os factos, desvirtuados pela «lenda negra». Diga-se de passagem que esta «lenda» não o é, apesar de tudo, sendo o critério actual do país vizinho tão falso como o que dominou na Europa no século passado. A imparcialidade da história impõe o dever de desfazer as calúnias dos que viram na colonização espanhola unicamente crimes e páginas profundamente negras, mas também nos impõe a obrigação de não os ocultar sempre que eles não sejam fruto da calúnia mas comprovados documentalmente.

Para nós, Portugueses, tem esta obra um capítulo de especial interesse, o penúltimo — *Camões e a Epopeia* —, em que o Autor nos diz que, pelas interpretações de Herder da obra camoniana, este deve considerar-se o descobridor do nosso Épico na Alemanha, precursor, dizemos nós, do illustre Guilherme Storck. A Alemanha, pela pena de três nomes ilustres — Herder, Storck e D. Carolina Michaëlis —, figura com justiça entre os países estrangeiros que mais interesse demonstraram pela obra de Camões.

No último capítulo descreve-se-nos como, já na velhice, Herder volta ao ponto de partida inicial, traduzindo para a sua língua a única epopeia espanhola, genuinamente nacional e popular: o *Cantar del Mio Cid*, de que o Autor dá alguns exemplos, cotejando-os com a tradução herderiana.

Valioso trabalho, embora sucinto, merece tradução cuidada e anotada que o ponha ao alcance dos estudiosos que não possuem o domínio da língua alemã.



CHINA, ESSA DESCONHECIDA, por *Nora Waln*. Tradução portuguesa de *Teresa Leitão de Barros*. Edição da Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 390 págs.

Os que leram os livros da grande escritora norte-americana Pearl Buck, nascida e educada na China, têm deste país uma visão com o seu quê de romântico, embora o profundo conhecimento da vida chinesa por parte da autora seja garantia da veracidade dos quadros que nos apresenta.

O livro de Mrs. Nora Waln não difere essencialmente dos da sua compatriota senão nisto: não têm *intenção literária*. Descreve-nos a China ao vivo, essa China agitada do período que decorre desde a

morte de Sun Yat Sen até à invasão japonesa. Não é romance, não é novela, não é livro de memórias, não é livro de viagens, não é nada disso e é um pouco de tudo isso a um tempo. É a obra de uma senhora americana muito jovem que, de visita a uma família chinesa (por razões compreensíveis, adverte-nos a Autora, o verdadeiro nome dos seus membros é trocado por outro de fantasia), completa a sua educação na China, vive o ambiente chinês das famílias das classes elevadas, penetra até onde raríssimos estrangeiros puderam penetrar, ausculta os sentimentos e as aspirações dos habitantes do país, assiste às cerimónias mais curiosas da sua vida doméstica e religiosa, segue de perto a evolução do movimento republicano no antigo Império do Meio, vê a penetração comunista chefiada pelo famigerado Miguel Borodine, é testemunha do começo da carreira política de Chã Cai Xequê, e, em linguagem de grande vibração e beleza, que a tradução não realça convenientemente, transmite aos leitores uma impressão profunda dessa China secular, ainda hoje um mistério para os ocidentais.

Para o estudioso é a terceira parte do livro — *A Vida Social* — a de maior interesse, por nos apresentar o panorama da permanente guerra civil, em grande parte provocada pela U. R. S. S., agravada ainda com as dissensões com o Japão, que, contrariamente ao que se julga aqui na Europa, não foram motivadas inicialmente por este país, mas sim pelo exacerbamento de uma xenofobia nacionalista que, no Oriente como no Ocidente, nunca deixa de criar graves complicações aos Estados que a não refreiam ao nascer.

É o terceiro volume da colecção «Depoimentos», com que a casa editora pretende dar a conhecer os homeus e as questões do nosso tempo em obras representativas da nossa época.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

DA POESIA MEDIEVAL PORTUGUESA,
por *Aubrey Bell*, *C. Bowra* e
William J. Enthwistle. Edição da
Revista Ocidente. Lisboa, s/d.

Reunidos sob o mesmo título, são publicados, neste valioso opúsculo, quatro excelentes ensaios sobre a nossa poesia medieval.

Já vão, felizmente, longe os tempos em que, à volta da Idade-Média, se levantou negra lenda de pesadelos e de pavores, envolta numa fumarada espessa de ignorância.

Com o decorrer dos anos começou a fazer-se luz intensa sobre essa época de activa vida intelectual, não só no nosso país, mas, também, no estrangeiro.

Foi assim que, há cerca de treze anos, a Imprensa da Universidade de Coimbra publicou, sob igual título, dois ensaios de Bell, agora reeditados e acrescidos de um *Paralelo entre cantares gregos e portugueses* de C. Bowra e *Dos «cossantes» às «Cantigas de Amor»* de William J. Enthwistle.

Estes dois ensaios, que ainda estavam inéditos, tinham sido escritos para uma justa homenagem a Bell, de que o tradutor tomou a iniciativa e a que, por motivos alheios à sua vontade, não pode, depois, dar execução.

Mas não se perderam e foram aproveitados nesta nova reedição *Da Poesia Medieval Portuguesa* para regalo dos estudiosos da nossa poesia medieval. A tradução foi feita pelo nosso camarada António A. Dória e a edição honra a *Revista Ocidente*.



O PROBLEMA DA CASA PORTUGUESA,
por *Fernando Távora*.

O reaportuguesamento da arte de edificar, allado às necessidades e tendências mo-

dernas da construção, tem sido motivo de larga campanha em que inteligentemente se procura integrar a Casa Portuguesa no ambiente próprio de cada região.

O ensaio de D. Fernando Távora foi, primeiramente, publicado no semanário *Aleo* e depois ampliado para constituir o *1.º Caderno de Arquitectura*, organizado e editado por Manuel João Leal.

Trabalho despretencioso mas consciencioso, põe em confronto o que é arquitectura e arqueologia e o que uma e outra representam no movimento da «Casa Portuguesa» de modo a elucidar-nos sobre formas tradicionais arquitectónicas.

O jovem arquitecto, tanto da nossa estíma e consideração, procura ajustar à vida actual a arquitectura própria de cada uma das nossas províncias, não uma arquitectura de arqueólogos mas uma arquitectura de arquitectos com «carácter novo das condições novas» inteligentemente ligada ao passado, sem preocupações demasiado passadistas e teimosamente rebeldes às novidades do nosso tempo.



ELE NÃO É MEU MARIDO... por *Carmen de Figueiredo*. Lisboa, 1948.

À galeria das nossas escritoras há a acrescentar, agora, o nome de Carmen de Figueiredo que, com os seus contos, se revela possuidora de uma técnica sujeita ainda às primeiras indecisões, mas já de auspicioso indício.

Carmen de Figueiredo não nos surge improvistamente, pois já de há muito ela é conhecida pela colaboração dispensada a jornais e revistas.

Mas, no entanto, é a primeira vez que vem à *feira das letras*, porque é este o seu primeiro livro.

Alguns dos seus contos são influenciados

pela chamada *escola realista* e por vezes deixam-se impregnar de sensualismo e desejos desvairados. Outros há, porém, que tem a singeleza das almas rudes, das almas que sofrem e vivem numa esperança de dias melhores.

Aqui, a ficção vence e apura-se, e a escritora, mais senhora de si, mais segura da sua técnica, toma mais personalidade, eleva-se e torna-se prometedora esperança.

O primeiro conto dá o título ao livro.



RURALIDADE, por *Matos Gomes*. Editorial «Pax». Braga, 1948.

Na sua qualidade de Assistente da Junta Central das Casas do Povo, o A. reuniu neste livro as impressões colhidas do que tem observado, em diferentes regiões do país, quanto ao funcionamento e ao papel que desempenham ou devem desempenhar as Casas do Povo.

Para isso dividiu o seu livro em 14 capítulos, nos quais desenvolve o tema de apologia das perspectivas que as Casas do Povo poderão oferecer no seu presente e no seu futuro.

Linguagem vigorosa, aliás já afirmada noutros trabalhos anteriores.

O problema rural português é de complicada resolução. As melhores intenções esbarram sempre na barreira forte dos preconceitos criados ou das reputações feitas e que não querem ceder o lugar que conquistaram.

Talvez nasça daí a animosidade que existe contra as Casas do Povo, aliada à má coordenação de esforços e a outras causas, como, por exemplo, a da assistência clínica que é muito deficiente.

A este problema dedica o A. o VI capítulo do seu livro.

A socialização da medicina, tal qual vem

sendo praticada pela Federação das Caixas de Previdência, não cria o estímulo. Burocratiza e complica, de modo que os resultados são, geralmente, negativos.

Ainda há pouco um médico distinto, o dr. Mário Cardia, apontou os graves erros do sistema e propôs a solução adequada num vibrante artigo no *Jornal* que dirige.

O mesmo inconveniente se verifica, com a assistência clínica das Casas do Povo. Por isso concluímos com o A. de *Ruralidade* fazendo votos para « num plano geral de assistência médica aos rurais, que as Casas do Povo constituam oportunamente

o núcleo irradiador e o centro de eficiência » (págs. 84 e 85).

Ruralidade é, sob todos os aspectos, um livro útil e oportuníssimo pela louvável campanha de compreensão que estabelece e que deverá produzir os melhores frutos. Assim o desejamos sinceramente.

A apresentação desta edição pela « Pax », é boa, sendo de lamentar, porém, que o pouco cuidado de brochura permitisse o erro de paginação que se nota entre as págs. 36 e 37 com a indevida intercalação das págs. 41 a 44.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Sob o signo da confusão, por *Fernando de Aguiar*.

Vitória do Espírito, por *Francisco Manso Preto Cruz*.

Nenúfares fora de água (poemas), por *Hernâni de Lencastre*.

Oferta dos Editores:

Tipografia Fonseca, L.^{da}, Porto:

Epopéia de Salazar e De Betânia ao Gólgota, por *Santos Cravina*.

Coimbra Editora, Coimbra:

1 — **Timbre**, por *Mendes de Carvalho*.

2 — **Penedo da Saudade** (2.^a edição), por *Santos Cravina*.

Éditions Bernard Grasset, Paris:

1 — **Vipère au poing**, por *Hervé Bazin*.

2 — **Glatigny**, por *Jacques Chabannes*.

3 — **Jean-Jacques** — en marge des « Confessions » —, por *Jean Guéhenno*.

4 — **Émigrants**, por *Ferreira de Castro*, tradução francesa de *A. R. Valère*.

Edições « Gama », Lisboa:

1 — **Metternich**, por *Algernon Cecil*.

2 — **Angola** — dois anos de governo, por *Henrique de Paiva Couceiro*.

3 — **Angola** — ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola —, pelo *General Norton de Matos*.

Librairie Hatier, Paris:

1 — **Chateaubriand**, por *Ch. Florisoone* e *Victor L. Tapié*.

2 — **Cosmographie**, por *A. Danjon*.

3 — **Études d'histoire moderne et contemporaine** (tome premier).

Librairie Larousse, Paris.

1 — **L'Art en Espagne et au Portugal**, por *Elle Lambert*.

2 — **Le dessin français**, por *Pierre Lavallée*.

3 — **Le livre français**, por *Robert Brun*.

4 — **L'Art anglais**, por *Simone Colomb*.

A reacção contra o comunismo russo: o movimento monárquico russo

AO ADRIANO BORGES PIRES, QUERIDÍSSIMO
AMIGO DE SEMPRE E EXCELENTE COMPANHEIRO DOS BANCOS DA UNIVERSIDADE.

DA Rússia o que menos devemos de temer são as armas do seu exército vermelho, ou mesmo as do seu pseudo-revolucionarismo aguerrido na actividade política dos seus chefes populares, conhecida como está a cobardia destes até ao momento em que, na traição de alguns governantes ou na fraqueza de alguns outros, os comunistas chegam ao poder entrando pela porta fácil da frente popular para ali se refastelarem apoiados na força convincente das depurações ou na das quotidianas levas de morte para a Sibéria.

Aquilo que de mais está para temermos, mas sem sombras de dúvida, certamente que o temos em certo e conhecido sentido de propaganda levantada com gritarias de louvor à nova arte russa, tal como por aí já esta se ensoberbece em jornadas de grosseira arrogância. O meio de infiltração mais explorado, porque aquele mais verdadeiramente revolucionário de quantos outros existem nos intuitos e na política de cálculo comunista, têm-no justamente em este da introdução nos lares cristãos da nova arte proletária russa, com a sua duvidosa moral moderna e o seu fingido sentido de liberdades comunistas. E cumpre urgentemente evitar-se a maior difusão de esta pseudo-arte moderna entre povos ocidentais, o maior alastramento das erradas ideias de libertamento que esta falsa moral enganosamente empresta aos incautos para as encobrir no sorriso e no fingimento da servidão malsim que a sua ordem nos dita; aos governadores dos povos ocidentais cumpre dar-lhes combate e castigo, sem usarem para com os responsáveis e os dirigentes da soviécia, estrangeiros na casa onde nasceram, nem das transigências, nem das pecaminosas condescendências que estão na brandura dos nossos costumes e

hábitos e assentes na raiz dos nossos corações. A guerra é sem quartel e de morte, pois a saírem vencidos Portugal e a Espanha estas gloriosas nações são riscadas do mapa na sua existência de nações livres e soberanas para se incorporarem como território anónimo no reino dos sem-deus e à sombra dos laranjais e das oliveiras o soberbo Estaline vir vingar a sua cidade de vício e nessa danada vitória melhor implantar na terra o seu frágil império.

A criminosa tolerância que se tem usado e praticado para com os russos nesta sua silenciosa propaganda de infiltração comunista (ainda agora a dois dias das eleições presidenciais vimos certos indivíduos de aluguel a venderem descaradamente, nos degraus das nossas igrejas e nas escadas de Santa Justa, em pregão alto de muito reclame, determinado brinquedo inocente, que, apresentando à primeira vista a uma linda mulher compostamente vestida é bastante a simples sobreposição de placas para a despirem até deixar ver nela a nudez do seu corpo de pecado, com todos os emblemas do vício. E a polícia, complacente, limita-se a arredar a multidão dos que estorvam o trânsito, para melhor deixar os movimentos livres a vendedores e a adolescentes que são sempre os mais próximos da tenda onde se oferece o pecado), esta acomodada permissão de infiltração, faz-nos recordar de aquele conhecido comodismo palaciano que, livremente, deixou se proclamarem os primeiros princípios do materialismo e se fizesse toda a acção demolidora da Revolução Francesa. Fala-se hoje das culpas da corte dos Reis de França na derrocada, na Europa, dos sistemas tradicionais de poder protector em autoridade permanente, só porque, com o seu aparente e acomodado desimporte na defesa das leis do passado e em seu fingido popularismo de ideias novas, a nobreza, para que a não acoimassem de retrógada nos métodos e na justiça, assim deixou preparar o clima e até ajudou a criar a atmosfera que tornou possível esse revolucionarismo de ideologias estranhas e sem alma nos corações franceses, a Revolução Francesa. A troca de românticas liberdades assentes numa declaração dos direitos do homem, e sob a égide de barata trilogia em bastarda casta, a Revolução nos proclamou a mais verdadeira, ruínosa e fatal de todas as ditaduras.

Ninguém já hoje ignora a influência malsã de que Beaumarchais deixou rasto entre os homens da nobreza, ao entrar a roer com a dúvida nos corações dos franceses mais franceses, aqueles que viviam a simplicidade dos usos e se fortaleciam na moral arraigada dos costumes, protegidos à sombra acolhedora da corte de Luís XVI; o «Figaro», pelo favor condescendente da nobreza, pelo olhar todo cheio de perdão da Realeza,

deve ter sido o principal feitor da derrocada da França, ao introduzir, com as suas páginas, a lepra liberalenga que foi o suicidio da Europa e a morte dos homens livres da sua idade de ouro.

Torna-se inadiável que os homens de hoje compreendam as suas responsabilidades no destino da Pátria e se não deixem enredar nos encantos da nova sereia. A tática de guerra contra os costumes, para levar a devassidão aos corações dos homens, continua sendo a mesma de então. A infiltração faz-se através da literatura, da nova arte proletária... Os iguais fantasmas que corromperam os caracteres por servirem à Revolução Francesa, são os mesmos a surgirem, na mesma novidade de sistemas, no palco conversado da assembleia dos povos, desta feita os avantesmas a desfaldarem a bandeira e a vestirem-se nos hábitos e modas do mais bárbaro e atroz sistema de governação. Criando a insensibilidade nos sentimentos do Homem, arrefecendo as afeições mais caras dos corações dos povos, destruindo os costumes na moral secular de uma civilização cristã, substituindo nos altares caseiros o ascetismo espiritual de uma vida cristã pelo diabólico deserto da dúvida em almas descrentes, assim, na mais sacrílega e tirânica das heresias, se consagra o homem no mundo escuro dos sem-deus à soberba fatuidade do barro humano em que se amassa a altivez insolente do deus pagão do Kremlin para onde as multidões, anónimas no número, vão ofertar as suas fingidas devoções de uma servidão sem alma.

E temos a sua infiltração nos livros da moderna literatura dos consagrados pelos jornais da feição ou na dos recomendados com apoteótica fama de luminárias de crítica impudente do favor e intrometida entre os medrosos; têmo-la no romance de costumes em que propositadamente se humilha a nossa gente até fazer nascer na revolta o ódio pela ordem autoritária dos verdadeiros costumes tradicionais da grei; têmo-la entre falsadas narrativas de viagens onde os libertadores e resistentes se identificam com os sabotadores e traidores e estes se exaltam como pioneiros da futura renascença, assim se desorientando os espíritos e se deformando a verdade histórica dos acontecimentos para entrar com a primeira dúvida na alma heróica dos homens ainda crentes no amor misericordioso; têmo-la nas filosofias de moral moderna onde o materialismo das suas doutrinas falsas, em estendal de misérias, destapa o nu dos podres da humanidade, sem ao menos os encobrir no vício ou no pecado de esses seus desregramentos da matéria, antes apedreja a bondade dos reais merecimentos viventes nas almas fortes das gentes para melhor se vir gabar no indivíduo com os andrajos da sua condição servil. Assim, procurando desviar

a mocidade na senda traiçoeira do seu escuro ignoto onde a faz perder a sua dignidade de homens livres, gerando interrogações no agnosticismo com a incredulidade e erigindo nesta seu mandamento de vida, esta arte tem como fim exclusivo o de fomentar ódios, ódios sustentados sobre ódios que separam os homens e dividem suas consciências na suspeita e na dúvida, aquela suspeita que é já de si dúvida, aquela dúvida que se resolve em ódios e suspeitas no seio das famílias e no grémio dos povos.

Temos, nesta arte proletária, os desenhos do mais pecaminoso e terrível modernismo, onde satã se alia do prazer grosseiro, para, neste desvairo, no estúpido brutal da enorme perplexidade, melhor se arrefecer gelo nos costumes para nestes ir desendeusar aos sentimentos cristãos dos povos.

E assim nos chegam os ecos de uma «arte e resistência» com Marcel Grommaire e o seu «F. T. P.», com Boris Taslitzky, com um Picasso e o seu «Le Chénier», e Francis Gruber, Pignon, Jozso, Fougeron, Riera... outros pintores ou escultores que na sua linguagem entontecem o visitante que os procura ler no dramático de um drama sem salvação e onde eles só lhe falam nos ódios e vinganças sangrentas em que se envenenaram.

A arte proletária bolchevique é horrível tanto nos enganos como nas ciladas que espaça pelo caminho das almas. As suas intenções, as suas posições, procuram sempre interessar no homem desprevenido um desejo de libertação, de desopressão, que pretende ser «revisão» da posição moral, essa posição que afinal se denuncia no valor político daquela política que eles fingem, nessa sua moral moderna, nesse seu sentido moral de liberdades, ignorar. Os mais fanáticos artistas nesta arte proletária, não receiam ofender Deus por melhor agradarem ao César da prosápia terrena, o seu sumido sem-deus elevado à categoria afrontosa de deus partidário. Desta sorte, enquanto um dos desenhos destes tristes artistas de peita quer representar Cristo assentado sobre a arca da usura, tendo a seu lado o rico a quem só agrada o dinheiro e a quem Ele festeja protector; em segundo, procura mostrar Cristo, a Cruz por bandeira, a encaminhar os povos para a ruína levando-os até junto de precipício a cujos pés o inferno capitalista, que gera a vida das fábricas e das minas, inclemente, traga a todos os pobres operários famintos e esfarrapados do mundo ocidental para quem Estaline, o supremo senhor das Rússias, sorridente, estende acolhedoramente os seus braços; ou ainda, em terceiro, temos o maldito capitalista vergastando os cristãos da desgraça, arrastando estes na miséria e a trabalharem dia e noite sob o olhar vigilante e atento

de chibata de sete pontas, os homens presos nos grilhões presidiários do Capital, tendo o Trabalho mesquinho como odiado do mesmo Capital. Triste moralidade encerra os intentos macabros da arte proletária do comunismo!...

Mas nem só na literatura e nos desenhos esta arte se pronuncia como factor de ruína do homem; no cinema, por exemplo, que por aí vai de devassidão a profanar os costumes e a matar almas, na deseducação propositada dos sentimentos desinteressados para mais firme exaltação dos instintos animais nas paixões e ruins inclinações do vício?!...

Proudhon bem proclamou como fim da Revolução, criar o nada por sobre o negativismo do homem: «o nosso princípio é a negação de todos os dogmas; o nosso dado, o nada. Negar, negar sempre, é o nosso método, que nos leva a adoptar por princípios: em religião, o ateísmo; em política, a anarquia; em economia política, a não propriedade privada».

A ruína universal do homem, a destruição do seu estado social, o regresso do homem a uma animalidade canibalesca em instintos e paixões vis, a supressão total das suas liberdades.

Negar, negar sempre... para no revoltado criar o escravo e na cidade de Deus minar os alicerces onde esta encontra a coluna forte das virtudes, para em seu lugar conseguir levantar os muros de barro e de vício da cidade do mal. Os soviets são bem os discípulos caríssimos do que foi esse génio do mal que em vida se chamou Proudhon...

* * *

A grande ofensiva soviética dirige-se actualmente contra a Igreja, destinada como meio mais seguro e eficaz de, destruindo das almas a Fé que alumia as inteligências e enrijece nos corações o Amor da caridade e da esperança, deste modo, nesse seu proselitismo, ganhar sectários entre os mais obscurecidos de pensamento ou entre os menos fortes de vontade. Entrando nos corações roendo com a dúvida, penetrando as vontades até estas se dobrarem enfraquecidas e entregues nos braços de costumes devassos entre os prazeres de duvidosa e infida filosofia de vida e gozo, melhor o comunismo consegue dobrar a inteligência dos povos até amarfanhá-la reduzida na obediência servil de sua escrava.

Seria curioso resumir aqui a escrito, aquele muito que os homens fugidos do cativeiro soviético nos têm narrado em livros ou lido em seus testemunhos sofridos de tudo quanto suportaram para além daquela

espessa cortina de ferro, que separa o mundo dos homens entre cemitério de vivos e cidades de homens livres para a lição fraterna do amor cristão.

A política russa tem sido hábil, no que se refere ao seu ataque contra as instituições de direito divino e contra aqueles que na Terra representam aquele Direito nas leis e nos costumes, nas almas de eleição e nas consciências de amor e de respeito do homem pelo homem.

Hoje muito se enganaria aquele que supusesse o Kremlin correndo às cegas nas canseiras dos seus ódios arrastados contra o mundo espiritual dos povos, a única barreira sólida que torna intransponível a penetração russa. Mais que em nenhuma outra das suas políticas, ali está seu trabalho cauteloso no afã subterrâneo e de sapa dos dirigentes do politburo.

As perseguições aparatosas que ensanguentaram o cenário de sangue da revolução russa nos seus primeiros anos, só se devem repetir nos países de mais tradição cristã e somente durante os primeiros dias de absorção das gentes ao mundo asiático de Estaline. Nessa hora anárquica do triunfo se aniquilam, por ruas e por bairros a cargo dos mais cegos partidários da vingança e do desforço no capitalismo, a aqueles inimigos mais declarados da mística comunista. Assim se evitam, para futuro, às espectaculares depurações que indignaram o mundo não-comunista, mundo que o Kremlin não desiste de querer subverter nas suas ideias materialistas de vida assentes no vício do homem. Assim, mais tarde, tudo se praticará à sombra de cedências compostas no fingimento e de falseadas autonomias destinadas a conseguir, nessa jogada, a todos os verdadeiros objectivos da revolução: substituir o homem pelo serviçal do partido; substituir a estrutura de um autoritarismo protector desenvolvido no bem do comum por um autoritarismo despótico firmado na vontade onnipotente do Chefe, dono do Estado e senhor das Nações escravizadas sob a égide do Estado russo. O homem, enquanto este tiver uma religião a velar pelo prestígio da sua personalidade forte e a enriquecê-lo nobilitado nas suas liberdades, não se submete à tutela feroz de uma política em que todas as palavras, todos os actos estão vinculados a um sistema de espionagens e de denúncias mútuas, onde aquilo que o homem lê, que pensa, quem encontra, está detalhadamente prescrito nas leis do partido e é fiscalizado pelos agentes mais confessos. Enquanto houver religião com altar no coração do homem este respeita a propriedade privada como bem próprio seu e dos restantes homens; o comunismo, porque não reconhece este direito natural, nega a propriedade privada para no arrazar dos seus marcos fundar a propriedade estadual de Estaline e dos dirigentes do Politburo. Para privar os pais do direito de educar os filhos e fazerem de

cada um de estes a homem de vontade livre e inteligência esclarecida, o comunismo nega a família para assim entregar a educação dos filhos à escola do Partido, cuja missão consiste em destruir as afeições, enterrar nas almas a todas as paixões do amor para deles fazer instrumento dócil nas mãos ásperas e duras do Chefe.

Por isso, os grandes inimigos do comunismo continuam sendo a Igreja Católica e os regimes políticos onde a autoridade do Rei desvia os povos dos grilhões da sua derrota espiritual. E a Rússia bem o sabe. Que fez ela de Mons. Slipyj, metropolita de Leópolis e seu vigário geral e de Mons. Budka? Que fez ela de Mons. Chomysion, Bispo de Estanislápolis, de Mons. Ljatysevskiy, seu Bispo-auxiliar, de Mons. Czarneckij, visitador apostólico dos eslavos de rito bisantino? Que fez ela de centenas de milhares de católicos da zona leste da linha Curzon? Porque obrigou ela os católicos de rito oriental a abandonarem a Igreja de Roma e se unirem à igreja de Moscovo? Porque deportou ela ou lançou na prisão de Kiev os bispos católicos da Ucrânia ocidental? Porque deportou ela os 2.700 sacerdotes da Ucrânia, só porque pediram respeitosa-mente a Molotov a liberdade de seus Bispos inocentes, quando o pediam invocando a constituição de Estaline e lhe juravam fidelidade ao jurarem-na ao sistema sem traírem a sua fé? Porque mandou ela condenar os católicos húngaros na pessoa amada do Cardeal Mindszenty, só porque ele representa o pensamento da Igreja e vive a vida das suas almas? Porque deu ela agora ordem para prender e julgar a centenas de sacerdotes da cristianíssima Hungria? As perseguições e condenação do seu Príncipe Cardeal Primaz fizeram-se sentir nos povos ocidentais naquela indignação amargurada que sempre antecede aos grandes acontecimentos de resgate e de vida e, triste violência em tenebrosa conspiração, lavrou na sua sentença de sangue mártir o destino implacável do desassossego das gentes com a condenação e espanto da História.

A Rússia repisa entre estes povos da primeira fronteira a separar em dois a dois mundos distintos, à mesma torva e áspera perseguição que, nos primeiros anos da revolução vermelha, ao tempo do triunvirato, logo a seguir à traição de Kerensky, ou a quando do golpe de Estado de Estaline, julgando firmar o seu poder frágil pelo império do terror como sucede sempre nas grandes ascensões dos homens mais medrosos de alma por pouco aquietados nos seus estados sentimentais, matou bispos, frades, monges e sacerdotes, incendiou milhares de igrejas e conventos, destruiu santos, relíquias e imagens, e, finalmente, roubou o rico patrimônio da Igreja ortodoxa russa, esbulhando-a das suas riquezas e profa-

nando-a nos seus altares. Está ainda viva na lembrança de todos as atrocidades e selvagerias que nessa altura se cometeram com o desacato e o insulto contra a veneranda figura do representante da Igreja russa, o patriarca Tyjon, sòmente por este ter tido a coragem moral de se revoltar contra os energúmenos leninistas das perseguições e ousado erguer a sua voz respeitada para condenar os latrocínios praticados na obediência bolchevista de uma política sòmente assente, para ruína da sua ética, nos princípios mortais da subversão e da anarquia das leis. Nesta minguada hora de negrume na selva escura em que os homens ali se encontram, debatendo-se entre a morte e a degradação de alma, vem substituí-lo na direcção do espiritual russo, Sérgio, sacerdote débil em corpo achacado na sua constante debilidade de vontade, homem desfalecido na fé e sem alma nos costumes da religião, homem que fàcilmente se converte no agente do Kremlin, carcereiro de almas a inclinar o povo no mesmo seu servilismo atroz perante o poder temporal dos omnipotentes senhores e amos do mesmo Kremlin.

Não queremos desenvolver aqui, na demarcada pequenez do artigo, a toda a manobrada e hábil estratégia de predomínio organizada por Estaline e colocada sob a égide da igreja russa, nesta reviravolta de atitudes aparentes em fingida paz de aproximação com o Katolicos ortodoxo; porque manobra unicamente ditada para acentuar uma harmonia entre os poderes temporais do comunismo e os poderes espirituais de uma igreja política, e destinada, no mundo ocidental, a lançar nela a suspeita de que na Rússia existe actualmente liberdade de culto, ou, o que é mais, oficialmente reconhecido o culto ortodoxo da Igreja russa; quando o que se intenta está sòmente em deturpar-se o sentido do universalismo cristão que respeita às nações livres até ir formar vontades encarceradas dentro do internacionalismo moscovita, conceito de política mercenária na vontade unilateral de um só Estado que se propõe vergar ignoradas às restantes nacionalidades da sua órbita.

Tanto o metropolita Sérgio, como Aleixo, conhecido herói da resistência de Leninegrado, actual patriarca eleito pelo Politburo, ou Nicolau, bispo de Krutitz, vigário do patriarcado com direito de sucessão, são eles, antes de mais, e antes de sacerdotes da igreja russa, mesquinhos servos de obediência cega no partido e prestantes servidores das ordens do Kremlin, promotores encartados do comunismo nas orações pelo «amado Estaline», dirigidas, em preito de fingida fé no mesmo deus-Estaline, ao deus-Lenine, e, em que se louva em subserviência doentia a «aquele amadíssimo chefe do nosso povo posto por Deus para servir

com a sua actividade heróica a nossa pátria neste tempo de provações, encarnação de tudo quanto de melhor e de mais ilustre constitui a santa e espiritual herança do povo russo, legada por nosso amor», como se lhe dirigiu o mesmo Nicolau, a 10 de Abril de 1945, na audiência que Estaline se dignou conceder-lhes, no reconhecimento de que eles representam a vontade do Kremlin na voz da igreja que o csar-negro quer seja sempre a da obediência cega na onnipotência esclarecida e inspirada do Politburo.

Neste estreitamento de relações entre o partido comunista e a Igreja russa, Estaline procura consolidar a sua política de prestígio externo e de absorção nos espíritos menos fortalecidos na fé, mas, sobretudo, permite-se fazer hábil política interna que, sem estorvar os movimentos do partido dirigente, se destina a utilizar-se de uma Igreja oficiosa para captar simpatias supersticiosas entre o supersticioso povo russo e do mesmo passo convertê-los, educados nas novas gerações, a uma religião oficial do partido. Assim, Estaline supõe poder cimentar mais duradouramente ao seu tão precário poder temporal de raízes sòmente assentes na areia movediça do seu materialismo. Por outra banda, também igualmente consegue fazer com que muitos russos fugitivos, no engano, se lhe submetam do estrangeiro à sua vontade onnipotente de senhor de todas as Rússias e da revolução mundial dos proletários, através do respeito à autoridade dos hierarcas ortodoxos de Moscovo, nada mais, nada menos que simples agentes seus e habilíísimos diplomatas do Kremlin (1).

(Conclui no próximo fascículo).

FERNANDO DE AGUIAR

(1) Também nesta ordem de ideias se procura prender na rede que há-de levar directamente à sujeição no comunismo, aos católicos rutenos, polacos, etc., que nesta guerra infeliz tiveram a triste sorte de caírem prisioneiros e escravos sob o jugo russo. Erradamente, Estaline não acredita na fortaleza das crenças arreigadas deste magnífico povo de exuberante vida no cristão das suas atitudes.

SALVÉ, REI!

.....
*Ó Rei de Portugal! Quando a amargura
Deste povo infeliz, é sem conforto,
Valemo-nos do céu!
Pedimos-lhe por Vós, anjo proscrito,
Pedimos-lhe vigor à doce esp'rança
Que em Vós o céu nos deu!*

*Vireis, Senhor, vireis, que Deus é justo!
Vireis enxugar lágrimas amargas
Que se choram por Vós!
Sereis de todos Pai, não vingativo,
E nós todos irmãos, e Vós de todos...
O Rei de todos nós!*

*Fatídica auréola circunda
Nas plagas do desterro dolorosas
Vossa fronte, real.
Sentado sobre as rochas da montanha
Lá mesmo na solidão d'amargo exílio
Sois Rei de Portugal!*
.....

Porto, 1852.

CAMILO CASTELO BRANCO.

A nova moda literária

DECLINA a estrela de João-Paulo Sartre e já no céu enevoadado da literatura francesa se levanta um novo luzeiro. Chama-se Alberto Camus. Aparece entre duas estranhas constelações, que levam o nome de *Sensorialismo* e *Sensationismo*. Aquela formou-se à volta do poeta João Legrand e pretende regenerar o mundo pelo amor físico:

*C'est la fleur d'éternité
Le Miracle de mon sourire;*

à outra ilumina-a o desejo de aliar as curiosidades carnavais ao cândido sentimento da natureza.

De há um século para cá, cada vez que a França padece o castigo de erros políticos que a deixam prostrada, recorre a processos de escandalosa originalidade literária e filosófica, para ganhar a fama de ser má invenção a sua decadência.

Dos suplícios atrozes da Revolução e das embriagadoras guerras napoleónicas distraiu-se a França com os largos voos do Romantismo; depois do desastre de Sedan repousou vogando em bergantins de ouro no rio azul dos sonhos simbolistas; a seguir à frustrada vitória de 19 foi pouco o tempo para esvaziar os barris de lixo do super-realismo; no dia seguinte ao do último conflito mundial, ouvindo dizer que estava livre, caiu nas extravagâncias do Existencialismo.

Pròpriamente sob o aspecto filosófico, a novidade não era grande. Aquilo vinha em linha recta dos filósofos da vida, revoltados contra o primado do pensamento. Nos sofistas gregos, que Sócrates calou, poderia achar-se a sua primeira nascente. E Etienne Gilson — o mais luminoso dos glosadores contemporâneos da filosofia de Santo Tomaz de Aquino — não duvidou apresentar como existencialista ao Anjo das Escolas.

O existencialismo, como Sartre o vem pregando, é especificamente uma filosofia alemã. Em cada volta do caminho do dramaturgo de *Les mains sales*, ouvem-se os passos de Heidegger. E torna-se dolorosamente inquietante verificar ter-se ido pedir ao inimigo, no próprio instante em que sucumbe, as razões de viver e de morrer!

O êxito desta amarga filosofia deve-se, talvez na sua maior parte, às cruéis descrições em que o leitor, como em certos romances psicológicos ou nas páginas ardentes dos diários íntimos, surpreende ver o que mais escondido trazia consigo arrecadado.

«Que é escrever? Porque se escreve? Para quem?» Como se jamais tivessem sido ouvidas estas perguntas, assim João-Paulo Sartre abre com ingénua petulância o seu barulhento livro *Qu'est-ce que la littérature?*

Esquecido de que já Mallarmé formulara essas interrogações e lhes dera acabada explicação, o nauseabundo autor de *La Nausée* conclui por dizer, atraçoando o poeta de *L'après-midi d'un faune*, que as palavras devem ser actos políticos e sociais, para transformarem o mundo e no mundo apagar tudo o que para a sua melhor conservação foi criado.

Comover era a primeira preocupação de quem literariamente buscava alcançar a vontade dos que fossem chamados a ouvi-lo. Sartre repele as graças do sentimento para só dar atenção à cruel ânsia de revolta. Sondando-lhe a última raiz do pensamento, recebe-se a maligna insinuação de que é matando que o homem afirma a sua personalidade. Entre a consciência e a existência nenhuma relação se encontrará. A realidade existe para além da consciência do indivíduo. E o espírito fica sendo apenas o reflexo infiel das coisas reais!

A consciência torna-se por este modo uma presença-ausente. Sartre dirá na introdução apocalíptica de *L'Être et le Néant*: — a consciência é um ser que é o que não é, e que é o que é. Desta sorte é eliminado o indivíduo concreto. A consciência será um instante que se esvai, a fascinação por um objecto que, ao ser contemplado, se esvazia!

Objecto entre os objectos, a consciência não estaria em nós, quando verdadeiramente só em nós existe.

Por estranho modo se confunde assim consciência e conhecimento.

Toda a obra de Sartre é a confissão atormentada de quem por excessivo e infantil erotismo se encontra vencido. Afectivamente cego, nem o homem nem a mulher têm para ele significação carnal. A sua existência é apenas um facto incómodo, que importa destruir!

Para ele não há valores nem regras que limitem a conduta do homem. Livre e apartado de tudo e de todos, o homem tem em si próprio o seu destino. Nenhum laço, solidariedade alguma o prende aos outros homens. Ao cabo, só o espera a anarquia e a morte.

Na contemplação da ignomínia humana, do que nela há de mais sórdido e de mais reles, escapa-lhe o aroma das flores, a graça de um sorriso de criança...

Sobre estas areias construiu João-Paulo Sartre o castelo onde a si próprio se encerrou.

Outro é o angustioso apelo que na mesma praia começa agora a reunir os que procuram algum batel que os leve dali a mais abrigado porto. Não sei que soberbo acento castelhano se descobre nele. Uma agressividade impulsiva lhe afervora o tom e lhe dá a cor do braseiro onde foi batido o arnês de Quichote.

Para Sartre, convertido o desespero em quietismo, o homem é uma «paixão inútil». Camus, em quem fala o cavaleiro manchego por nova loucura possuído, repele essa conclusão perversa e quer vê-lo a lutar pacientemente, resignadamente, contra as dores que lhe consomem e corrompem a alma.

Deste jeito o romancista de *L'Étranger* se aparta dos errados caminhos do existencialismo para por outras veredas procurar o eirado donde possa ver o nascimento do sol.

Certamente, também para ele é o mundo uma floresta lóbrega, cheia de medos trágicos; mas é bela a voz do homem que a atravessa cantando.

Entre o mar e as estrelas, Sisifo parou para saudar Prometeu. O fogo que o abrasa, esse fogo o liberta!

Compadecido e desprevenido, o escritor abre o coração aos princípios da moral cristã. Sem Deus, a terra está vazia. Então, erguendo-se contra a morte e contra o mal, na felicidade encontra o primeiro dever humano. Para bem o cumprir é necessário que o homem se prontifique a sacrificar-se pela comunidade.

Esta me parece a oculta lição de *La Peste*, o mais anti-cristão dos livros de Camus.

A vida afigura-se-lhe absurda. E o absurdo, nas palavras liminares de *Le Mythe de Sisyphe*, é o pecado sem Deus. Porque é absurdo, pode o homem fazer tudo quanto lhe apeteça, sem que o contenha a verdade ou o erro, a moral ou a lógica. É o lastimoso epílogo da tragédia de Nietzsche: «Nada é verdadeiro. Tudo é falso.» Daí, uma só estrada fica aberta para o homem: a do suicídio. Ele o diz, frio e inexorável como quem constrói um aforismo: «Só há um problema filosófico verdadeiramente sério: é o suicídio.»

Pela imagem do suicídio quer Alberto Camus libertar-se da existência, mas à existência mais tenazmente se apega, como se a carne fosse a única certeza da vida!

Esbarrando nessa negação final, sente a necessidade de reagir, e desesperadamente aclama a beleza do seu destino. Apagada a luz da

esperança, perde-se entre enganadoras sombras. Não distingue ainda a verdade da mentira. «*La seule pensée qui ne soit pas mensongère est une pensée stéril*», ouve-se-lhe dizer para iludir os fantasmas que o perseguem.

Ficassem para sempre entenebrecidos os horizontes do futuro, e só restaria ao homem rolar eternamente a mesma pedra, entre os barrancos da mesma escarpada montanha! De nada valeria então a liberdade. Em vão se ajuntariam os homens. Apenas para morrer estariam todos nascidos!

A morte é para Camus o possível absoluto. Necessidade suprema e condição da liberdade total, a morte põe o homem na presença de si mesmo. Vendo-se, encontra no que é o que foi: — afirmação póstuma, justificando só por ela a existência.

Não pode a esperança para sempre ser negada. Até aqueles que a julgam extinta, a ela se vêem acorrentados.

A Alberto Camus minguar-lhe-á, talvez, o ardor dialéctico de Sartre, mas traz a alumia-lo a brasa de um romantismo sincero e comunicativo. Presente-se que, ao passar pelo altar, os joelhos se lhe dobram...

Tendo rejeitado as regras extremas do existencialismo, alevanta-se Camus contra o determinismo histórico e severamente condena o racionalismo marxista. Dentre as chamas em que se debate, desesperadamente grita: «Nunca fui marxista.» E confessando os perigos do racionalismo absoluto, escreve descoroçoadamente: «*Celui qui croit pouvoir tout expliquer par les seuls forces de la raison finit par tout tuer, d'une manière ou d'une autre.*»

Nem vítima nem algoz, — parece a derradeira aspiração da sua inteligência apavorada. Logo, porém, o toma o horror do algoz e ajoelha misericordiosamente no chão molhado de lágrimas onde jazem as vítimas.

Contra o direito de matar, seja pela guerra ou pela aplicação da lei que refreia o crime, desesperado ergue na mão tremente a lança que investiu contra os moinhos, e dentro de si mesmo cai desfalecido!

A vida é peste. Não há outra moral senão a da desgraça. Nem dogma, nem senhor, nem Deus. Só a violência é poder e só ela manda. E o homem vagueia atordoado, gritando no meio das trevas: — não sei, não sei...

A isto quer amoldar o homem o figurino da última escola literária!

Perdeu a Europa o gosto de amar a vida. E por sobre as ruínas, entre precipícios, também já não encontra a alegria do que está para além da vida!

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA.

"Dona Lvisa de Gvsmão"

por Hipólito Raposo

COM que galhardia se nos apresenta este primeiro trabalho histórico de grande fôlego de Hipólito Raposo! Desajudado das louvaminhas da crítica oficial e dos profissionais da crítica jornalística, o volumoso estudo biográfico do autor de *Ana A-Kalunga* conquistou, por direito próprio, um lugar na primeira fila dos grandes estudos biográficos da actualidade.

Depois de ter sido vagamente hagiográfica, durante séculos a severa História comprazeu-se em relatar os feitos das grandes figuras do passado, alcançando com Plutarco o lugar máximo que, no género, é possível atingir. E ainda quando os autores lhes chamavam «crónicas», «memórias» ou «comentários», nelas havia sempre uma figura central a dominar o conjunto ou dela dependente.

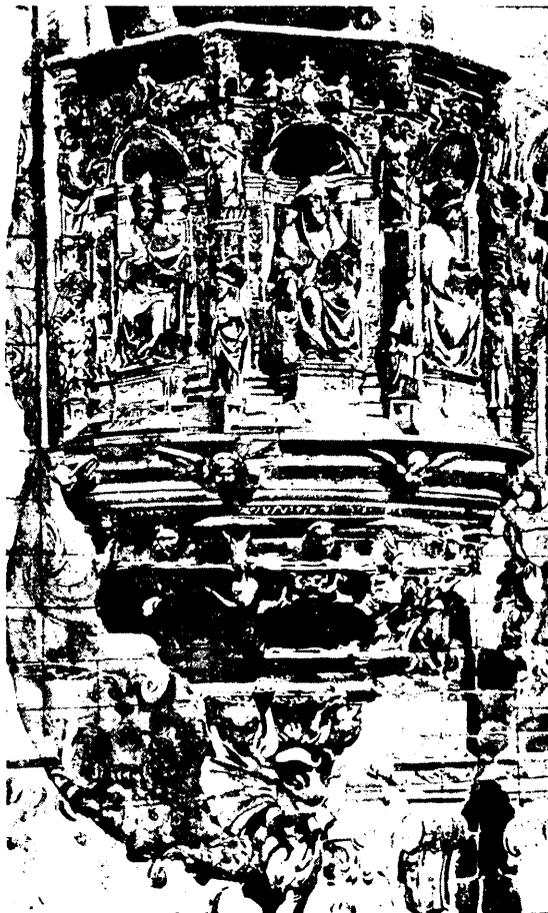
Quando em Portugal nasceu a arte da História com Fernão Lopes, revestiu logo o aspecto de biografia, com que perdurou longas décadas, séculos mesmo, até à reforma levada a cabo por Herculano, precedida pelos trabalhos dos gloriosos precursores académicos do fim do século XVIII. E se em nossos dias já se não compreende que a história de um povo, de um continente ou do próprio planeta se vincule à de uma figura única, por muito grande que seja, nem por isso devem desprezar-se os estudos biográficos, por muito contribuírem para o conhecimento de uma época e o esclarecimento de certos factos.

Na história de Portugal abundam os estudos dessa natureza, embora nem todos obedeçam a rigoroso critério seleccionador dos factos históricos, ou muitos deles pequem pelos intuitos panegíricos, por via de regra desvirtuadores da verdade. E' certo que o biógrafo é, em geral, panegirista ou detractor. Há por, isso que pôr de remissa aquelas das suas afirmações que não se fundamentem em seguras bases documentais. Mas, assim mesmo, muito se aproveita do seu labor quando honesto. Os longos discursos postos por Brás de Albuquerque na boca de seu pai o grande Afonso, podem não ser muito verdadeiros ou até absolutamente

de criação sua; relegar a obra para o limbo dos trabalhos suspeitos não demonstraria seguro critério selectivo da parte do historiador que pretendesse biografar exhaustivamente o fundador do Império português no Oriente. Talvez que mais de metade dos discursos e falas dos heróis de Plutarco jamais houvessem sido pronunciados, ou chegassem ao historiador profundamente corrompidos e alterados pela tradição. As *Vidas paralelas* constituem, não obstante, trabalho único no seu género, que a nenhum historiador ou simples estudioso da Antiguidade é dado desconhecer, sob pena de deixar de utilizar uma fonte que, sob muitos aspectos, é única.

A biografia é, assim, precioso auxiliar da história. Benvindos são, portanto, todos os trabalhos biográficos sobre que depois há-de assentar sólidamente o pesado edifício histórico da época a que houverem pertencido os biografados.

Dona Lvisá de Gvsmão é obra duplamente benvinda: por ser o primeiro trabalho exaustivo acerca da Rainha Restauradora, a respeito da qual reina ainda incompreensão ou malevolência de bastantes autores, e por colocar a mulher de D. João IV no lugar que lhe é devido na teoria admirável de Rainhas em que brillam figuras como Santa Isabel, D. Filipa, D. Leonor, D. Maria II e D. Amélia, para citar apenas as que se encontram a plena luz. Confessa H. R. que escreveu esta obra «com a devoção de um *ex-voto* de justiça à memória de Luísa de Gusmão», tendo sentido «na alma o íntimo contentamento de ter praticado uma boa acção». Talvez que estas palavras não sejam a tradução fiel da imparcialidade e da frieza que o historiador deve manter perante as figuras que estuda ou os factos que descreve. Demonstram, porém, que os intuitos do Autor transcendem o simples e acanhado espaço em que se move o que faz do documento base única sobre que assenta uma obra de história, recalçando no íntimo fortemente as naturais aspirações da fantasia brilhante que dá às páginas de Oliveira Martins encanto aliciante e, tantas vezes, arrebatador. Por isso, no Livro I — *Família e criação* — deparamos a cada passo a imaginação construtiva de H. R. a encher os espaços que na vida biografada deixou a ausência de documentos; por isso, aqui e além, nos confia o Autor os pensamentos da Rainha, como se dela houvera recebido encargo de no-los revelar; por isso, de quando em quando, a fisionomia dos personagens, nos grandes momentos, nos é descrita como se H. R. a eles estivera presente e a retivera na memória para, séculos volvidos, no-lo contar. H. R., sem procurar fazer biografia romanceada, seguiu o caminho pela primeira vez aberto por Oliveira Martins n' *A vida de*



Coimbra — Púlpito da igreja de Santa Cruz

(Aquarela de Maltieira)



Vila Viçosa — Adega do Paço Ducal no primitivo Paço de D. Jaime

(Aquarela de Maltieira)

Nun'Álvares, a despeito da crítica de Eça de Queirós ao processo utilizado pelo amigo dilecto.

Mas o livro não é um frio volume de história: a sua intenção é levantar à memória da filha dos duques de Medina Sidónia o monumento que Portugal ainda lhe deve. E assim se explica a sua simpatia por essa admirável figura de mulher e de soberana, que alguns quiseram que fosse a causadora do acesso da Casa de Bragança ao trono de Portugal, levada simplesmente pela ambição, natural em todos esses Gusmões, cujo nome sonoro enche as páginas da história da Espanha, ambição que perderia um deles, justamente coevo de D. Luísa: o conde-duque de Olivares.

Começa H. R. por nos descrever as origens da família de Gusmão, a cidade de Sanlúcar de Barrameda, onde os duques de Medina Sidónia viviam, e a vida íntima da futura Rainha de Portugal, do nascimento ao noivado. Dá-nos, seguidamente, a descrição das origens, grandeza, privilégios e vida da Casa de Bragança, a que a jovem D. Luísa ia ligar o seu destino para sempre. Depois fala-nos das peripécias que precederam e justificaram o casamento, a celebração deste e a entrada da nova duquesa nos seus domínios. Logo depois assistimos ao nascimento dos primeiros filhos, aos preparativos para a independência e à aclamação de D. João IV, à entrada da nova rainha em Lisboa, à atmosfera da nova Corte, às primeiras dificuldades do Monarca Restaurador, às esperanças postas em D. Teodósio e à morte do pai e do filho, com a consequente elevação da Rainha a Regente. Quadro dramático é o do Livro VI em que assistimos à atormentada regência de D. Luísa, que teve então contra si um filho meio idiota e os validos espertos que o levaram a expulsar a mãe pelo recurso a um acto de força, de que a grande Rainha saíu com maior auréola ainda. Em trabalho nosso, que passou despercebido do grande público, procurámos justificar, à luz dos documentos do tempo, a atitude da illustre Rainha, que o filho idiota era incapaz, como Rei e como homem, de compreender e amar. Talvez o mais importante dos sete livros em que a obra se divide, neste faz H. R. inteira justiça aos actos de D. Luísa como regente nesses «quase seis anos de trabalho, de cuidados, de aflições e desventuras que consumiram as melhores energias de uma senhora que ainda agora não completara quarenta e nove anos» (pág. 316).

Depois segue-se o desterro político, a série de iniquidades que o Rei «Vitorioso» consentiu se praticassem contra aquela que, se não possuísse mais nenhum predicado a impô-la ao respeito do monarca, era sua mãe. D. Luísa entra no convento de Xabregas, ainda por concluir, e daí a pouco vem a morte libertadora arrebatá-la a uma vida de sau-

dade e de dor, entrando depois definitivamente na História, que hoje lhe faz justiça plena, como mulher, como mãe e como rainha.

Faz H. R. acompanhar o seu valioso livro, profusamente ilustrado, de documentos justificativos, entre os quais sobressaem muitas cartas da Rainha, algumas inéditas, todas interessantes e fundamentais para o estudo da psicologia desta mulher admirável que um dia reinou em Portugal. Razão tem H. R. quando, na nota que antepôs a essas cartas, escreve: «A quem devidamente quizer conhecer a intimidade afectiva da Rainha D. Luísa, as extremadas delicadezas da sua alma e do seu coração ferido, muito importa ler com atenção as cartas que a seguir se transcrevem». E esclarece: «São documentos de dolorosa sinceridade evidentes testemunhos do seu amor de mãe e de fidelidade ao Reino, a exprimir-se humanamente, sem exuberâncias nem pompas do estilo convencional de esse século» (pág. 411).

Comparável a essas cartas, cheias de humanidade e de afectuosidade só encontramos o longo documento, que o autor da *Catástrofe de Portugal* pela primeira vez publicou e que nós transcrevemos no tomo III da nossa edição da *História de Portugal Restaurado* do conde da Ericeira, documento que é o espelho claríssimo da alma desta mulher, que, sendo dotada de ânimo varonil, não deixava de possuir um coração que só talvez a posteridade compreendesse.

Com esta obra alcançou H. R. as suas esporas de ouro de historiadador artista. Escrita em linguagem sem jaça, cheia de nobreza e de elevação, como estamos pouco habituados a ver nestes dias de dinamismo incolor, em que a arte de escrever se considera isenta de regras e até... de aprendizagem, ela faz de H. R. o herdeiro de Herculano pelo severo classicismo da frase; supera-o, porém, na maleabilidade do estilo e por uma vaga melancolia que se não vislumbra na dureza brônzea da prosa do autor do *Eurico*.

Louvemo-lo por isso e congratulemo-nos por nos haver, enfim, brindado com esta obra, há tanto tempo prometida e enfim publicada, e que, por determinação dos Fados, não chegou a figurar com o nosso modesto trabalho acerca de D. Maria Francisca na colecção a que ambos se destinavam. Para com os seus amigos, os seus admiradores e os estudiosos assumiu agora o Autor responsabilidades de tomo. Fazemos votos por que o seu labor de escritor não fique por aqui e volte breve a dar-nos o requintado deleite espiritual de o lermos em novo trabalho por igual valioso.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1849

Guimarães há 100 anos

Abril

Dia 14 — O governador Civil deste distrito, Conde de Vila Pouca, oficiou ao administrador do concelho de Guimarães dizendo constar-lhe, com alguma certeza, que se achava actualmente na Casa do Cano o Dr. Cândido (*) e que na mesma casa se faziam reuniões a que concorriam alguns indivíduos, tanto desta vila como de fora, e especialmente do concelho de Vieira. Manda-lhe que tome as providências que julgar acertadas, não só para a captura do dito doutor, como, também, para obstar aquelas reuniões, procedendo contra todos aqueles que se tornassem suspeitos de conspirar contra o governo estabelecido.

Dia 22 — A Câmara deliberou pôr livre a venda das carnes verdes.

Maio

Dia 6 — Inauguração de um teatro mandado construir pelos estudantes no convento de S. Francisco, com a representação do drama em 5 actos «O Cigano». Este teatro serviu até ser feita a inauguração do de D. Afonso Henriques.

Dia 24 — No *Diário do Governo* n.º 121, desta data, foi publicado o Acórdão do Conselho no Tribunal do Conselho Fiscal de Contas, respeitante à responsabilidade de José da Cunha Guedes Pinto de Sousa, tesoureiro ilegal da cidade de Braga desde 20 de Janeiro até 4 de Fevereiro de 1847, por nomeação do Governo da revolta de Macdonalde, estabelecido então em Guimarães. Foi verificado que o saldo em débito era de 870\$326 réis, dos quais 24\$000 réis em notas do Banco de Lisboa, líquido saldo da sua conta a favor da Fazenda. Mostra-se, não só pelo depoimento das testemunhas como por ele mesmo o confessar, que ordenando-lhe o intitulado secretário do Governo da Revolta em Guimarães, José Gonçalves Carneiro, em officio de 3 de Fevereiro, a remessa para aquela vila de todos os dinheiros existentes em seu poder, sem falta alguma, no dia seguinte fora ele pessoalmente entregar-lhos, embora em Braga se esperasse para próximo, se é que já não tinham chegado, as forças do Barão de Almargem. Pelo que o condenam e mandam que o referido saldo entre nos cofres do estado dentro de 15 dias continuos e improrrogáveis, para o que se lhe passará guia. O Acórdão é datado de Lisboa, a 21 de

(*) Deve tratar-se do dr. Cândido Rodrigues Alvares de Figueiredo e Lima, que foi lente da Universidade e teve parte activa na aclamação do Senhor D. Miguel I, feita em Guimarães no dia 28 de Novembro de 1846 (Vd. pág. 156 desta revista, vol. XXII-1946). A. de O.

Maio de 1849, e assinado por Dr. Agostinho Albano, vice-presidente, Meneses, Castanheira, Barão de Porto de Moz. Está transcrito na *Gazeta dos Tribunais*, n.º 1.065, de 30-V-1849.

Dia 28 — A Câmara envia uma representação à Rainha pedindo mande ser apresentado à Câmara dos Deputados o projecto de confirmação do Decreto de 25 de Abril de 1842 que lhe concedeu o edificio do extinto convento de S. Domingos.

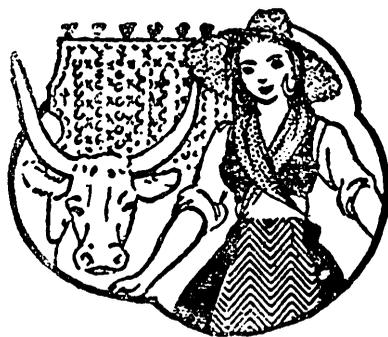
Junho

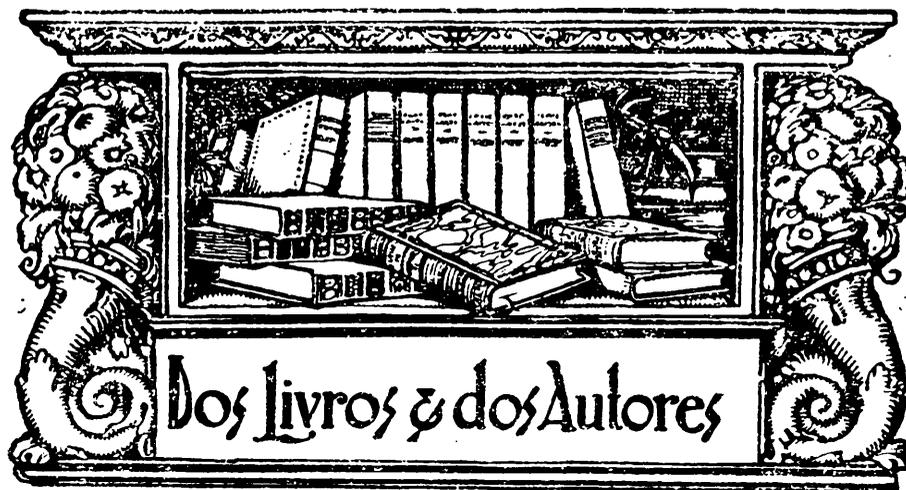
Dia 25 — Em sessão da Câmara Electiva o deputado Costa Bernardes manda para a mesa duas representações das Câmaras Municipais de Guimarães e Santo Tirso, fazendo considerações a fim de serem atendidas na discussão do projecto das estradas.

Dia 28 — O Governador Civil deste distrito, em officio confidencial ao Administrador do Concelho, diz: « o objecto do seu officio confidencial de 25 é de grande transcendência, e merece por isso toda a atenção, e na verdade eu lha prestei, e neste sentido se tomam as convenientes providências; e a V. S.ª lembro com toda a instância a necessidade de profundar o objecto aludido, informando-me de tudo o que ocorrer, bem como se o bacharel Diogo José Vieira de Noronha entrará de algum modo na conspiração de que se nos faz menção no citado officio de V. S.ª »

Dia 30 — Nasceu, na Rua de Santa Luzia, Francisco Agra (Francisco Ribeiro Martins da Costa). Foi baptizado em S. Miguel do Castelo pelo pároco de S. Paio.

JOÃO LOPES DE FARIA (†)





CHATEAUBRIAND. OEUVRES CHOISIES. Introdução, bibliografia, notas, gramática, léxico e ilustrações documentárias por *Ch. Florisoone*. 10.^a ed. revista e completada por *Victor — L. Tapié*. Paris. Livraria A. Hatier, 1948. xxxiv-702 págs.

O nosso século vem sendo, nas últimas décadas decorridas, o «século dos centenários». Efectivamente, entre 1920 e o ano em que estamos, têm-se celebrado os centenários do nascimento ou da morte de alguns homens cujos nomes honram a história da Humanidade sob muitos aspectos. Entre eles é dever do intelectual recordar o de Chateaubriand, que todo o mundo culto e, em especial, a França comemoraram no ano findo, em que se perfizeram 100 anos sobre a sua morte.

É, de facto, Chateaubriand um dos nomes mais ilustres entre a nobre pléiade de escritores franceses de todos os tempos, clássico pela forma, romântico de pensamento, homem que, como ele próprio disse, se encontrou entre dois séculos e de cujas ideias contraditórias sofreu os embates. Dotado de grande

multiplicidade de aptidões, simultaneamente artista, político e diplomata, hoje sobrevive apenas como escritor, dos maiores de que a França e a Europa se orgulham.

Para comemorar o 1.^o centenário da morte do autor célebre da *Atala* e d'*Os Mártires* (estes traduzidos em português — e em verso! — pelo nosso Filinto Eliseo, emigrado em Paris, e que possivelmente o deve ter visto), muitas obras se publicaram em França no decurso do ano passado. A Livraria Hatier quis contribuir, pela sua parte, para as comemorações reeditando a obra cujo título abre esta nótila, e que pertence à importante «Colecção de Autores franceses segundo o método histórico», dirigida pelos Profs. Ch.-M. des Granges e J. Boudout.

O seu fim imediato é dar uma ideia de conjunto da obra de Chateaubriand, ao mesmo tempo que da sua vida e da sua actividade. Por isso os excertos são dispostos por ordem cronológica de publicação, precedidos de nótilas históricas, explicativas e críticas, e profusamente anotados no fundo das páginas. O organizador desta antologia dividiu a vida de Chateaubriand em quatro perio-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

dos: o da juventude e formação, decorrido desde o nascimento do grande escritor em 1768 até ao final do século; o da sua actividade literária, até 1814, durante o qual ele publicou as obras que lhe deram renome europeu — *Atala*, *Génio do Cristianismo*, *Renato*, *Os Mártires* e o *Itinerário de Paris a Jerusalém*; o período da sua actividade política, até ao fim da Restauração em 1830, época em que publicou os panfletos políticos *De Buonaparte e dos Burbões* e *A Monarquia segundo a Carta*, e iniciou a publicação das *Obras completas*; e o período decorrido até à sua morte em 1848, durante o qual se refugiou de novo nas letras, todo ele ocupado com a redacção das *Memórias de além-túmulo* e da *Vida de Rancé*, esta publicada quatro anos antes de morrer.

Abre esta edição por um quadro cronológico da vida de Chateaubriand, acompanhado dos principais sincronismos históricos e literários, o que constitui um verdadeiro quadro da vida política e mental da França desde a aclamação de Luís XVI até à Revolução de 1848. Este quadro é seguido pela bibliografia, em que se encontram as datas das 1.^{as} edições de Chateaubriand, com preciosas indicações para os bibliógrafos e eruditos, e datas e nomes das obras de biografia e de crítica.

Num breve prefácio diz-nos o Sr. Víctor-L. Tapié, revisor da edição, dos intuitos da obra e, principalmente, fala-nos de Chateaubriand para «tentar dissipar os preconceitos que se impõem ainda a muitos espíritos e os impedem de ir pedir a um dos nossos maiores escritores — um dos maiores de todos os tempos — essa assistência superior pela qual uma obra conserva a sua eficácia sobre gerações sucessivas» (pág. xxv). Este prefácio é, na verdade, o elogio entusiástico do grande romântico, sem, todavia, ser panegírico preconcebido. O A., com re-

conhecer os méritos excepcionais do grande romântico, não deixa de lhe reconhecer também os defeitos, embora procure, não apenas no prefácio, mas sempre que, no decurso da obra, isso vem a propósito, justificar algumas atitudes sociais e políticas do autor do *Renato*. Assim, salienta a existência da «barreira» entre o leitor e ele, que resultaria da vaidade pessoal, estadeada nas *Memórias* e que o levaram a comparar-se a Napoleão. As relações entre Chateaubriand e o Imperador foram, em dado momento, friamente cordiais; quebrou-as a morte do duque d'Enghien, crime que o escritor jamais perdoou a Bonaparte e que contribuiu para lhe alienar a simpatia daqueles realistas ainda não convencidos pela distribuição de benesses, oportunamente feita pelo Primeiro Cônsul.

Esse crime fez de Chateaubriand um inimigo irreconciliável do Imperador. Tal inimizade não a pode compreender quem se ativer apenas aos termos da «Epístola dedicatória» do *Génio do Cristianismo*, oferecida ao Primeiro Cônsul em 1802, dois anos antes do crime e da subida ao trono, epístola em que o autor dizia não poder deixar «de reconhecer no vosso destino a mão dessa Providência que de longe vos marcou para o cumprimento dos seus prodigiosos destinos» (pág. 109). A mesma mão que redigiu essa epístola em 1802, foi a mesma que em 1814 chamou ao «cidadão Primeiro Cônsul» «um abominável tirano, (...) um estrangeiro que é tão pródigo do sangue francês apenas por não ter uma só gota deste sangue nas veias» (pág. 314).

Vistos a mais de cem anos de distância, estes factos talvez nos pareçam inexplicáveis. Não podemos, porém, deixar de reconhecer a nobreza de intenções de Chateaubriand, quando nos aproximamos deles e os analisarmos em pormenor. O grande escritor não era rico e, em certo momento da sua vida, encon-

trou-se em situação económica vizinha da miséria. Ele poderia ter calado a voz da consciência — essa voz que só consegue fazer-se ouvir *suficientemente* dos homens honestos... — acompanhando o carro do triunfador e exaltando-o pela pena. Tal atitude, porém, traduziria, a tomar-se, uma diminuição pessoal do homem já então célebre por três ou quatro obras que o haviam consagrado. Como todos os ditadores, Bonaparte procurava firmar o seu poder, não recuando ante o crime, segundo os bons preceitos de Maquiavel, talvez o autor mais actual nestes dois últimos séculos. Nobremente, Chateaubriand, já nomeado ministro da França no cantão suíço de Valais, rompe com o Primeiro Cônsul e demite-se. Em 1811, em pleno apogeu do império, o escritor era eleito para a Academia Francesa, na vaga deixada pela morte do irmão de Chénier. Mas o discurso de ingresso encontrava-se redigido em termos tão violentos para o império, que o Instituto — de que o Imperador era membro e que sempre se mostrara tão subserviente perante o César —, por grande maioria, o rejeitou.

Com uma coragem moral que poucos tiveram no seu tempo — lição bem digna de seguir-se nestes dias conturbados que estamos a viver — o autor d'*Os Mártires* escreve ao conde Daru, ministro e secretário de Estado, a célebre carta que o *Mercur de France* publicou então e que teve a glória de atrair a cólera de Napoleão, esse homem que se encolerizava sempre que lhe feriam a vaidade. Apesar de tudo, o ditador não se atreveu a pôr a mão no homem que a Europa admirava, que foi, *antes*, convidado a sair da sua pátria. Chateaubriand retirou-se para o seu refúgio de Vallée-aux-Loups, não sem ter brindado a sua terra com o *Itinerário de Paris a Jerusalém*, obra-prima a juntar às já editadas.

A sua isenção de espírito e o seu amor pela liberdade («ultra-realista-liberal») lhe chama o Prefaciador: pág. xxvii), fazem-no protestar contra todos os actos que comprometiam a Monarquia, mesmo no período nevrálgico da Restauração. Caída esta, a violência das suas palavras é ainda maior durante a «Monarquia de Julho», tornando-se então o escritor campeão da legitimidade, contribuindo, pela eloquência das suas palavras, pela intransigência dos seus princípios e pelo prestígio do seu nome, para derrubar a mascarada de Monarquia que se representou no palco da França de 1830 a 1848, tendo a satisfação de, antes de morrer, a ver tombar diante da insurreicção.

Voltando, porém, a reatar o fio que íamos seguindo, vejamos como as matérias se encontram distribuídas no corpo da obra propriamente dita.

Na Primeira Parte são dados excertos de Chateaubriand, referentes uns à sua infância (tomados, evidentemente, das *Memórias de além-túmulo*), outros à juventude. Faz-se largo excerto do *Ensaio sobre as Revoluções*, publicado quando o grande escritor tinha 29 anos, e que é a sua primeira obra, inferior, aliás, eivada ainda das teorias de Rousseau.

Na Segunda Parte os excertos são das obras mais importantes e conhecidas de Chateaubriand: *Atala* (1801), *Génio do Cristianismo* (1802), *Renato* (1805), a célebre carta ao seu amigo conde de Fontanes e datada de Roma, a 10 de Janeiro de 1804, *Os Mártires* (1809) e o *Itinerário* (1811).

Na Terceira Parte, que compreende a carreira política do escritor, os excertos são de obras políticas: — *De Buonaparte e dos Burbões* (1814), *A Monarquia segundo a Carta* (1816), a campanha jornalística no *Conservador* (1818-1820), jornal por ele fundado e em que atacou a política da Restauração, particular-

mente a do duque de Richelieu; e as *Memórias sobre o duque de Berry* (1820). O excerto do *Conservador, Moral dos interesses — Moral dos deveres*, tem, a cento e vinte e oito anos de distância, uma actualidade flagrante... e aflitiva.

Na Quarta Parte os excertos são d'As *aventuras do último Abencerragem* (1826), do poema em prosa *Os Natchez* (1826), da *Viagem na América* (1827), d'*Os quatro Stuarts* (1828) e da medíocre tragédia em verso *Moisés* (1828).

Na Quinta Parte, que abrange o período da velhice do grande romântico, figura um excerto do famoso discurso pronunciado na Câmara dos Pares, em que atacou violentamente a «Monarquia de Julho», acusando Luís Filipe de Orleães de usurpar um trono que não estava vago; dos *Discursos ou Estudos históricos* e da *Análise metódica da história de França* (1831); do *Ensaio sobre a literatura inglesa* (1836); do *Congresso de Verona* (1838), da *Vida de Rancé* (1844), a última das suas obras publicadas em vida; largos excertos das *Memórias*, abrangendo os períodos mais salientes da sua vida; e ainda algumas cartas, de várias datas, endereçadas a diferentes pessoas.

Em apêndice figura um breve estudo do sr. M. A. Delclaux sobre a gramática de Chateaubriand, em que o A. salienta um facto que podemos também assinalar no nosso Herculano: «Renovador pelos sentimentos, as imagens e o estilo, do ponto de vista da linguagem, Chateaubriand é rigorosamente fiel à tradição e à regra» (pág. 671).

Termina a obra com um léxico, em que se explica o significado de muitos nomes próprios, mitológicos e históricos, empregados por Chateaubriand, e outros de origem erudita.

Copiosamente ilustrado com muitos retratos de Chateaubriand, de personagens da sua obra, portadas de 1.^{as} edi-

ções e outras, constitui este volume um repositório precioso para o estudo de conjunto da vida, da obra e da época de um autor que tão importante papel desempenhou na eclosão do Romantismo.



O ESCÂNDALO DO ESPÍRITO, *por Antero de Figueiredo*. Edição «Pro Domo». Lisboa, MCMXLV, 28 págs.

Duvidoso de que a perturbação dos tempos que correm o impeça, por qualquer forma, de publicar duas novelas para que já escreveu o prefácio, resolveu o ilustre Autor editá-lo antecipadamente, como que no desejo de marcar uma posição de combate ao erro em época em que este parece ser a verdade do momento. Preconiza o sr. dr. A. de F., como a melhor forma da luta contra a mentira e o espírito materialista dos tempos, a constituição de uma «Frente Espiritualista» «que boamente instrua quem, fervoroso e humilde, queira aprender, e também, armas à cara, peito às balas — audácia da pureza! — dê combate à infiltração tendenciosa, às lições nefastas, aos erros funestos» (pág. xxv).

Não nos parecem os tempos muito propícios a esta nova espécie de Cavalaria, tão fundo desceu a semente do erro, tão revolta se encontra a terra do Espírito. Como distinguir, melhor separar a Verdade do Erro numa época em que os campos, tantas vezes, se confundem? Se até muitos dos que consideramos adversários estão frequentemente mais próximos de nós do que os que julgamos camaradas de ideal? Parecem-nos, porém, que no nosso tempo se tem abusado demasiado da palavra «luta», o que trouxe, como consequência, a formação de um *abstractum* belicoso, propício à criação de um ambiente de guerra. E o que neste malfa-

dado Mundo em que vivemos se impõe, antes de mais nada, é precisamente a formação de um ambiente de «paz», paz fecunda, paz criadora, paz humana, em que todo o homem possa viver e em que o mal seja excepção.



EL REFLEJO (*Madrid, 1843*), por José Simón Diaz. Edição do Instituto «Nicolás António» del Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 1947. 63 págs. Ilustr.

El Reflejo foi uma revista madrilena que se publicou há pouco mais de um século durante seis curtos meses. Como as nossas revistas românticas, inseria principalmente poesias, noticiário, crítica e correspondência dos leitores, e ainda ilustrações de alguns dos melhores artistas do tempo. Para o conhecimento de uma época, além das obras de história pura, faz-se mister consultar a imprensa periódica, em que tantas vezes não se nos deparam os escrúpulos que travaram a mão do historiador.

Por isso, pode considerar-se obra benemérita a de quem põe ao alcance dos estudiosos essas colecções preciosas, tantas delas perdidas ou fechadas ciosamente em arquivos, o que equivale praticamente a estarem perdidas para quem estuda.

O Instituto «Nicolás António» chamou a si a iniciativa de publicar os índices das publicações periódicas espanholas, de que se encontram publicados oito. O que se refere a *El Reflejo* é o IX e, como todas as edições do Conselho Superior de Investigações Científicas, é de elegante apresentação, tendo em apêndice as ilustrações da revista, em número de dez.

De desejar seria que em Portugal se levasse a cabo empreendimento semelhante, com o que se facilitaria o traba-

lho dos estudiosos e se lançariam bases sólidas sobre que erguer um dia a história da imprensa periódica portuguesa.



O SUPER-HETERODINO, por Alain Bour-sin. Trad. portuguesa de Eduardo Pinheiro. 1945. Livraria Tavares Martins. Porto. 126 págs.

Pertence o voluminho à «Colecção para o Povo e para as Escolas» e ensina a maneira mais prática e mais económica de construir 25 postos radiofónicos de bom rendimento, tudo acompanhado de esquemas elucidativos em que os amadores de T. S. F. encontrarão muito com que entreter-se.

É o complemento do volume anterior do mesmo Autor em que ministrou instruções para a construção de aparelhos de Radiotelefonía.



FIRST LOVE AND OTHER STORIES, por Viola Meynell. Ed. de Jonathan Cape. Londres. 1947. 256 págs.

Embora à Autora se devam já quatro obras, é esta a primeira de que temos conhecimento directo.

No volume acima indicado reúnem-se duas dezenas de contos, de extensão e mérito desiguais, reveladores das suas qualidades de observação e penetração psicológica, nem sempre, todavia, utilizadas por igual.

De estilo correntio e fluente, é principalmente no diálogo que Miss V. M. domina, sendo os seus diálogos de naturalidade flagrante.

Destacamos, pelo seu interesse pungente, o conto *Ten minutes*, que talvez não leve 10 minutos a ler, mas que é de conteúdo humano fortemente impressivo.

A OBRA DE UM ISOLADO, *por Mário Portocarrero Casimiro*. Ed. da Livraria Ferin. Lisboa. 1945. 33 págs.

O Autor publicou antecipadamente este capítulo da sua obra a sair *Alfacinhas de Raiz*, e que tem por tema a obra do falecido poeta lisboeta João Maria Ferreira. Mais biográfico e panegírico do que crítico (supomos mesmo que o sr. M. P. C. não pretendeu fazer um esboço crítico, ainda que leve, da obra do poeta), é mais uma homenagem prestada ao autor do *Florilégio*, a cuja obra já nos referimos um dia nestas mesmas páginas.

Valoriza este pequeno trabalho um belo soneto inédito ao mar, da autoria de João Maria Ferreira.

No ante-rostro figura ainda um magnífico retrato do biografado, lápis do ilustre pintor A. Contente.



O EMPREGADO DO COMÉRCIO *perante o complexo das contradições e ansiedades do nosso tempo*. *Por Ramon Honorato Corrêa Rodrigues*. 1946. Funchal. 28 págs.

Despretensiosa palestra pronunciada em Janeiro de 1946 no Ateneu Comercial do Funchal, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio da capital da Madeira, pretendeu com ela o A. dar uma lição de energia e de são patriotismo aos seus ouvintes, o que fez com entusiasmo e vibração. Em linguagem simples e clara expõe o seu pensamento, que por fim consubstancia na rápida biografia do ilustre Oliveira Martins, à qual chama com justiça «grande exemplo», considerando o grande escritor «Homem perseverante e inteligentíssimo, que até à hora da sua morte trabalhou incansavelmente,

suportando, embora, fundas desilusões, invejas mal contidas, intrigas, as mais mesquinhas» e concluindo por afirmar que «ante as manifestações formidáveis do nosso ressurgimento, não queiramos, pela indiferença ou pela cegueira, negar o que está bem patente».



FRANQUEIRA, *por Anthero de Faria*. Barcelos. 1947. 55 págs. Ilustr.

Este opúsculo é constituído por uma breve notícia de carácter histórico, arqueológico e artístico acerca do monte da Franqueira, nos subúrbios de Barcelos, onde se encontra situado o convento do Bom Jesus do Monte, o famoso castelo de Faria e o castro pré-histórico posto a descoberto em 1932 e que veio aumentar o número, já abundante, das ruínas de povoações pré-romanas fortificadas.

O A., entusiasta por tudo aquilo que pode admirar-se naquele monte, ministra ao leitor todos os conhecimentos relativos à Franqueira, apoiado em autoridades numerosas e sérias, o que aumenta o valor da obrinha, que é ainda ilustrada com bastantes gravuras elucidativas.



O ÚLTIMO HOMEM, *por Alfredo Noyes*. Tradução de Manuel Vieira. Edições GAMA. Lisboa, 1947. 354 págs.

Devida à pena de um poeta e romancista inglês, há poucos anos convertido ao Catolicismo, esta obra é uma fantasia romanesca e simbólica que conclui pela condenação da nossa civilização materialista, materializada e amoral

A descoberta de uma «arma secreta» de que um dos beligerantes se serve ao iniciar-se uma guerra, aniquila quase to-

talmente a população do globo, escapando apenas Mark Adams, o protagonista do romance, Evelyn Hamilton, o prof. Mardok e os habitantes de Assis. Mark Adams, escapado à hecatombe por se encontrar prisioneiro em um submarino naufragado, é o Adão da nova humanidade, de que Evelyn é a Eva, que, ao contrário da outra, contribui para esmagar o Génio do Mal personificado no prof. Mardok, símbolo da nossa civilização decadente.

Com páginas admiráveis de colorido, escrito com vibração e entusiasmo, este livro deleita e interessa, mas, acima de tudo, faz pensar. A. N. escreveu um livro que não é, como tantos outros, pessimista. Ele crê no homem, mas não crê na civilização, pelo menos na *nossa* civilização. E do seu livro, se sai a condenação desta civilização materialista, materializada e amoral, sai igualmente um grito de esperança, de esperança nos superiores destinos do homem, regressado enfim à paz espiritual de que o arrancaram os pregadores de doutrinas anti-naturais e mortíferas.



DIE ENTWICKLUNG DES PORTUGIESISCHEN NATIONALBEWUSSTSEINS, *por Albin Eduard Beau*. Edição do Instituto Ibero-Americano. Hamburgo. 1945. 156 págs.

O nome do distinto Autor não é desconhecido dos nossos leitores, pois, há já alguns anos que o sr. dr. A. E. B., em Lisboa e em Coimbra, se tem manifestado um estudioso entusiasta da história de Portugal e, principalmente, das nossas maiores figuras literárias. Em diversos trabalhos escritos em português ou na sua língua natal, o sr. dr. A. E. B. não se tem cansado de chamar a atenção da culta Alemanha para o nosso país,

como também não tem deixado de, em português, chamar a nossa atenção para aspectos da nossa história ou da nossa literatura, considerando-os a luz diferente da com que em geral os têm iluminado.

Este volume agora publicado — *Génesse e evolução da consciência nacional portuguesa* — é um bom trabalho de conjunto em que, embora forçosamente resumido, se entremeiam a história e a literatura, procurando por vezes o Autor explicar aquela por esta.

Em cinco capítulos, profusamente anotados, descreve o Autor a história da formação da consciência nacional portuguesa e sua evolução posterior, dizendo que ela começou a afirmar-se quando, na baixa Idade Média, Portugal se separou de Leão. A nossa autonomia afirmou-se, na sua origem, em oposição às pretensões leonesas e depois às castelhanas, ambas absorventes, sobretudo as últimas, sabido como Castela sempre procurou sobrepor-se aos demais Estados e nacionalidades da Hispânia, trabalhando para realizar a unificação peninsular sob a sua égide. Depois refere-se ao apogeu dessa consciência nacional durante a época da expansão ultramarina, em que os Portugueses sentiram o orgulho da obra até então realizada e a certeza de bem terem cumprido uma missão histórica. Tendo falado na eloquência de Fernão Lopes, como corolário do primeiro período, o da formação dessa consciência nacional durante a Idade Média, o sr. dr. A. E. B. vai agora buscar a João de Barros, a Góis e aos grandes poetas quinhentistas exemplos característicos, comprovativos dos seus pontos de vista. Gil Vicente e Camões, sobretudo, parecem-lhe os que melhor incarnaram então essa exaltação patriótica, embora, acrescentamos nós, em Camões essa exaltação já seja um pouco saudosista.

Na tese do Autor o século xvii, na sua primeira metade, vê o afrouxar do idealismo primitivo, em consequência não só da união à Espanha como também do egoísmo das figuras representativas, apesar de nessa época os historiadores alcobacenses se manifestarem os seus representantes mais legítimos e aqueles que melhor incarnaram o ideal pátrio. Com a Restauração aparecem-nos os juriscultos como advogados da legitimidade dinástica e simultaneamente os intérpretes dessa consciência nacional, que só na aparência esteve adormecida durante os 60 anos de domínio filipino. Ao lado deles ergue-se a figura mais notável deste século, o Padre António Vieira, espírito curioso em quem a um equilíbrio realismo político se misturam elementos de ideologia sebastianista.

No século xviii encontra o Autor feições académicas e retrospectivas no espírito que então animou o país, achando que também este se deixou absorver por ambições de reforma baseadas em exemplos alheios contrários ao nosso génio nacional. Todavia dá-se com os românticos o renascimento do velho espírito nacional, continuado depois na obra dos poetas, dos historiadores, dos arqueólogos, mas quase ao mesmo tempo volta a assinalar-se a perda do seu carácter afirmativo e político devido a causas de vária ordem, entre as quais o Autor salienta a crítica do passado, a oposição ao presente, as dissensões ideológicas e os facciosismos da vida política. Em sua opinião essa decadência nem mesmo o movimento do Integralismo Lusitano a consegue deter, apesar de o considerar revigorador da consciência nacional portuguesa no fim do período histórico em referência, entendendo que só a actualidade portuguesa conseguiu restaurar integralmente a dignidade política de Portugal, pelo seu pensamento e pelas suas realizações.

Parece-nos que o sr. dr. A. E. B. não se deteve longamente no estudo da história do Integralismo Lusitano nem da acção profundamente renovadora da obra de António Sardinha, aliás não faria a afirmação que acima resumimos. Não vamos aqui discutir o ponto de vista do Autor, porque essa não é nossa intenção, até mesmo porque longe iríamos no desenvolvimento do nosso pensamento. Limitamo-nos, por isso, a chamar a sua esclarecida atenção para as páginas da *Nação Portuguesa*, sobretudo nas suas três primeiras séries, e para *A Questão Ibérica*, uma das obras mais típicas da fase de doutrinação do I. L., aliás citada pelo distinto Autor. Lendo-as com vagar é possível que o sr. dr. A. E. B. venha a modificar as suas ideias neste ponto, com o que muito nos congratularemos.

Eis em resumo o que constitui a súpula desta obra, digna da leitura atenta dos portugueses, pelo que de compreensivo representa, e a qual, apesar de por vezes nos oferecer ensejo para discordâncias, naturais tratando-se de um Autor estrangeiro, nem sempre bem familiarizado com os nossos problemas, merece a nossa gratidão e a nossa simpatia. E essas não lhas regateamos.



REDONDILHAS, por António Corrêa
d'Oliveira. 1948. Ed. da Livraria Figueirinhas. Porto. 241 págs.

António Correia de Oliveira, uma das maiores inspirações líricas da nossa Terra, é bem o poeta da redondilha. Grande parte da sua já larga obra a vazou nesse adorável metro, de que possui ele só o segredo, que nenhum outro poeta dos nossos dias, nem mesmo o ilustre Afonso Lopes Vieira, possui, talvez por se inspirar sempre na arte do povo. Isto o coloca ao lado dos

nosso grandes líricos de Quinhentos e de Seiscentos.

No ocaso da vida — que oxalá seja ainda longa! — mas não no ocaso da Arte, C. de O. quis brindar-nos com mais uma obra sua na sua querida redondilha, obra que a Livraria Figueirinhas esmeradamente editou. ESCRÍNIO de lindas jóias, não pesadamente feitas de grossas pedrarias, mas de delicadas filigranas, *Redondilhas* são o espelho da cândida alma do Poeta que um dia escreveu essa admirável *Criação*, alma de poeta, de português e de crente, que neste livro canta a saudade, a Pátria e a fé, em pequeninos poemas de três quadras, em que a espontaneidade se manifesta na fluência da linguagem, conceituosa por vezes, sempre natural, repassada do ingénio lirismo do poeta que dedilha a lira de olhos voltados ao céu.

*Vou-me embora! Vou-me embora...
— Embora? — Mundo sem fim!
Quanto mais me vou embora,
Mais fico dentro de mim!*

Em prefácio em prosa — nessa prosa cantante de C. de O., que é ainda e sempre verso — explica o Poeta as razões da sua obra e no-la apresenta com ternura, a que não falta certa melancolia, ao recordar o seu jubileu literário que estas *Redondilhas* ficam a assinalar com a mesma frescura que possuíam os versos já remotos da *Ladainha* e das *Cantigas*, escritos no verdor dos anos.

O NOVO PRÍNCIPE, por Gama e Castro. Nova ed. conforme a 2.^a edição. Lisboa. Ed. «Pro Domo». 1945. 502 págs.

Creemos que é a segunda vez que o livro famoso do Dr. Gama e Castro vê a luz do dia no nosso século, facto que

nos parece bom sintoma por demonstrar, julgamos, interesse do público por um autor desconhecido dos que não são especialistas na ciência política, e malsinado por tantos que o são ou supõem ser.

Defensor estrénuo da Legitimidade, o autor enfileira ao lado daqueles que podem considerar-se os doutores da Contra-Revolução, entre os quais não é figura apagada, mas espírito esclarecido, clarividente mesmo, sensato e arguto, conhecendo bem os males do seu tempo (e do nosso...), que, como bom médico, que era, diagnosticou e para que propôs remédio. Efectivamente a sua obra é mais do que simples breviário, porque chega a tratado, a despeito de a modéstia do autor quase nos convencer do contrário.

Por demais conhecida dos tradicionalistas portugueses, por nas mãos deles andar a 3.^a edição de 1921, impunha-se, apesar disso, uma reedição, que, felizmente, se fez em momento oportuno, nestes tempos conturbados que vivemos, que tantos querem acreditar idílicos...

Com o autor, é de crer que «mesmo aqueles que mais resolutamente se têm declarado contra os princípios inculcados nestes capítulos, ficarão, depois da leitura do livro, naquele estado de vacilação e de dúvida que é o primeiro sintoma da reacção da verdade contra o erro» (pág. 497).



O CARDEAL SARAIVA (*Um grande li-
miano*), por António Ferreira. Editorial Domingos Barreira. Porto. s. d. 173 págs.

O A. — magistrado íntegro e escritor ilustre, a quem «não fizeram mal as Musas» porque algumas obras poéticas o consagraram a seu tempo —, é incansá-

vel na obra meritória de exaltar a região limiana em que nasceu e em que nasceram alguns seus pares nas Letras ou no Foro. Por isso, não quis deixar que o 1.º centenário da morte do Cardeal Saraiva passasse despercebido, e commemorou-o ele publicando a obra que justifica esta nóvula.

Há certos nomes que têm o mau sestro de breve caírem no olvido, mal os seus possuidores desaparecem do número dos vivos. À nossa terra parece ter apenas presentes alguns nomes que brilharam por força dos ouropéis com que se enfeitaram, esquecendo ingratamente tantos outros, que foram trabalhadores indefessos, cabouqueiros denodados, sem temor ante o trabalho, assim honrando a Terra em que nasceram e a Cultura, património comum da Humanidade.

O Cardeal Saraiva foi um desses beneméritos. Possuído da sede ardente do Saber, jamais deixou de estudar, não recuando perante os temas mais rebarbativos quando se tratava de resolver um problema obscuro, que interessasse à nossa História ou à nossa Língua.

A ingratidão do nosso tempo por tão alto espírito foi resgatada em parte pelo Sr. Dr. A. F. com a sua obra. E dizemos «em parte», porque o resgate só seria total no dia em que públicamente se consagrasse o nome do historiador com um monumento e com a reedição integral das suas obras, praticamente esgotadas há muito.

O Sr. Dr. A. F. fez, no seu livro, um desenvolvido elogio histórico do seu conterrâneo, estudando-o como estudante e crente, como juriconsulto, como filólogo, como historiador, como político e como académico, referindo-se desenvolvidamente ainda à irritante questão de o grande Cardeal ter ou não pertencido à Maçonaria. Entende o ilustre A. que D. Fr. Francisco de S. Luís não foi ma-

ção, ao contrário daqueles que têm ideias opostas. Se tal questão não pode considerar-se de *lana caprina*, não julgamos que a figura do eminente historiador fique diminuída se se provar que pertenceu ao grémio dos Filhos de Hirão, ou fique exaltada se se provar o contrário. Por isso chamamos «irritante» a tal questão. Foi ou não foi o Cardeal um monge e depois um prelado de comprovada piedade? Foi ou não foi historiador honesto e digno de crédito? Agiu ou não agiu honestamente como político? Respondido a estas perguntas pela afirmativa, o resto nada é. E o nome do Cardeal fica a pairar muito acima daquele lodaçal imundo em que se debatem os ódios.

A obra do Sr. Dr. A. F. é trabalho meritório, já por vir chamar a atenção de esquecidos e de ignorantes para um Grande da nossa Terra, já por nos esclarecer pormenorizadamente acerca da sua personalidade e da sua obra.

Vazada na elegante linguagem que desde o princípio consagrou o A. como um dos nossos melhores escritores contemporâneos, esta obra confirma os méritos do Sr. Dr. A. F. como biógrafo enternecido dos grandes limianos.



TIMBRE. *Poemas por Mendes de Carvalho*. Ed. de Coimbra Editora. 1948. 57 págs.

Um feixe de poesias (porquê «poemas»? Tem-se abusado tanto deste termo, principalmente em nossos dias...), correctamente metrificadas, mas de inspiração tão pouco elevada, que não lhes dão, por certo, destacado lugar no *mare magnum* dos livros de versos que todos os dias aparecem nos escaparates dos livreiros.

Efectivamente, além da banalidade dos temas há que salientar a forma pouco enérgica como eles são tratados, dando ao leitor, finda a leitura, uma sensação de cansaço, proveniente do tom monótono da obra.

A capa, de evidente mau gosto, não valoriza a edição.



CORAÇÕES PARTIDOS. *Contos, por Joaquim Leitão*. Edição da Livraria Figueirinhas. Porto. s. d. 272 págs.

O ilustre Secretário da Academia das Ciências tem já obra vasta de mais para que pretendamos apresentá-lo aos nossos leitores, que não desconhecem as obras de literatura pura — cartas, novelas e teatro — e as de história entre as quais sobressai, pela sumptuosidade, o *Palácio de S. Bento*.

Corações partidos, agora editado, é um livro de contos magníficos, escritos naquela linguagem dúctil e de extrema elegância que, desde o já remoto *Cabeça a prêmio*, é timbre do sr. J. L. Grande visualista, o Autor «pinta» com a pena, dando um personagem em duas pinceladas, só por si expressivas porque põe sobretudo em relevo o intenso colorido ou o simples claro-escuro de um ser ou de uma alma. Na paisagem, os seus dotes de visualista expandem-se livremente, lembrando por vezes o ilustre

Fialho, sem, no entanto, manifestarem aquele tom de tortura intensa, tão próprio do autor de *O Funâmbulo de Marmore*.

É constituído o presente volume por doze contos distribuídos por três partes — «Figuras de Hoje», «Figuras de Ontem», «Figuras Eternas» — e um, servindo de «Prólogo» — «Décima Musa», repassado de um sopro pagão, a que não falta espiritualidade, como não falta ternura a «A Maltesa», a «A Virgem e o Menino» e a «Maria da Avó», talvez os mais belos de toda a obra. Em «A Estátua» há um drama profundo, continuado, noutro tom embora, em «Só o teu Amor», o drama do artista incompreendido que não compreende as pequeninas limitações da vida material de todos os dias. Em «Casamento Ideal» perpassa leve ironia, que nada tem daquela ironia sangrenta do Eça, mais violentamente demolidora do que o sarcasmo de Camilo.

O sr. J. L. está hoje de posse de todos os seus recursos de artista da prosa, em toda a pujança do seu talento, que dele fazem um dos grandes nomes das nossas letras neste século.

Corações partidos é obra que fica a atestar os seus méritos inegáveis e a afirmar uma mocidade de espírito neste escritor, mocidade que falta tantas vezes em muitos novos festejados.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Gente de casa, por *Fernando de Aguiar*.
... Tão lindo e tão simples!... e
O melhor futuro, por *Maria Espiñal*.

O esperador de bondes e As raízes históricas do Patrianovismo, por *Artindo Veiga dos Santos*.

Exposicion Cultural Gallega — Indices de las publicaciones, recopilados por *António do Campo de la Fuente*.

Oferta dos Editores:

Editora Educação Nacional, Porto:

Educação do Amor, pelo *Doutor René Biot* (tradução portuguesa de Crysanto de Melo).

Coimbra Editora, Ltd.ª, Coimbra:

Belezas Ignoradas, pelo Dr. *Tihamér Toth* (traduzido da adaptação francesa pelo Dr. Joaquim Maria Lourenço).

Edições Pro Domo, Lisboa:

1 — **Paiva Couceiro** — aspectos africanos da sua vida — por *Alberto de Almeida Teixeira*.

2 — **Dissertação sobre as obrigações do vassalo**, pelo *Marquês de Penalva*.

Edições Gama, Lisboa:

1 — **As minhas memórias de jornalista**, por *António Cabral*.

2 — **Ao serviço de El-Rei**, por *Manuel de Bettencourt e Galvão*.

3 — **O Santuário**, por *Michael Nugent*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid:

1 — **El Consejo Real y Supremo de las Indias** (I e II) por *Ernesto Schäfer*.

2 — **Libros españoles** (1939-1945), por *Angel González Palencia*.

3 — **Los Mozarabes** (tomos I e II), por *Isidro de las Cagigas*.

4 — **Los Mudejares** (tomo I), por *Isidro de las Cagigas*.

5 — **Poesía nueva de Jesuitas**, prólogo y seleccion de *José M.ª Peman*.

6 — **El Habla del Campo de Jaca**, por *Manuel Alvar*.

7 — **Vida y obra de Medrano** (I), por *Damaso Alonso*.

8 — **El grabado en la ilustracion del libro** (I—texto; II—láminas), por *Francisco Esteve Botey*.

9 — **Sintaxis del verbo español moderno** (I), por *M. Criado del Val*.

10 — **Leccion y sentido del Guzman de Alfarache**, por *Enrique Moreno Baez*.

11 — **Educación pintoresca** (Madrid, 1857-1859), por *José Simón Díaz*.

12 — **Orfeo** de *Juan de Jáuregui*.

13 — **Orfeo en lengua castellana**, por *Juan Pérez de Montalbán*.

14 — **El mito de Orfeo en la literatura española**, por *Pablo Cabañas*.

Edições S. N. I., Lisboa:

Grandes Portugueses: 7 — *Infante D. Henrique*; 8 — *S. João de Brito*; 9 — *D. Afonso Henriques*; 10 — *Heróis da tomada de Lisboa*; 11 — *Afonso de Albuquerque*.

ENSAIOS CRÍTICOS

"D. AFONSO HENRIQUES"

O artigo que se segue foi escrito, como pode verificar-se pela data inscrita no final, há dois anos, logo em seguida ao aparecimento do livro do sr. Costa Brochado sobre o nosso primeiro Rei. Destinava-se a uma revista que nessa altura se publicava em Coimbra mas que por ter tido vida efémera não chegou a poder incluir nas suas páginas o ensaio crítico que aquela obra mereceu do sr. M. da Costa Figueira.

Só muito mais tarde — e já este ano — se ofereceu à nossa revista o ensejo de tornar público esse artigo. E fá-lo — apesar da demora que mediou entre a data em que foi escrito e aquela em que é publicado poder dar a ideia de desactualização — por pensar que nunca é tarde para que a Crítica se pronuncie sobre uma dada obra e, sobretudo, para que se não suponha que o silêncio dessa mesma Crítica significa, sempre, agrado ou aplauso.

O artigo sobre D. Afonso Henriques sai, agora, sem que o Autor lhe tenha acrescentado uma única palavra ou simples vírgula. Tampouco chegou a publicar os artigos que diz na parte final deste ensaio desejar escrever e que teriam sido suscitados pelo livro do sr. Costa Brochado.

TENHO, diante de mim, um novo livro do sr. Costa Brochado, esforço divulgador de feitos e figuras da nossa História. Chama-se, este livro, *D. Afonso Henriques*. E adverte-nos o Autor, logo de entrada, que, como o saberão já aqueles que o honram com a sua leitura, « não se trata da vida romanceada de um herói nem do retrato novelesco de uma época ». Tanto melhor!

Não sou, decerto, dos que se lamentam por o Autor deste *D. Afonso*

Henriques sacrificar «os efeitos do estilo e os benefícios da Arte à prosaica aridez do rigorismo histórico», pois creio que tais «efeitos» e «benefícios» não podem servir, antes comprometem, aquele necessário e indispensável «rigorismo» que aproxima a investigação, ou a exposição dos factos históricos, daquele carácter sério, objectivo, quase científico, que é a verdadeira História. Assim como sou dos que lamentam ou não aceitam, tanto como as biografias romanceadas ou os retratos novelescos de uma época — a tal História fornecida em sínteses, mesmo ainda quando, «cheias de sumo», se destinam a servir à compreensão fácil de certos períodos históricos... Um dos mais sérios eruditos portugueses que tem servido com extrema honestidade a História, escreveu, há anos, que «logo que a História entra no campo das sínteses — síntese de reconstituição e síntese explicativa, estamos no domínio do subjectivo, do Pessoal, do Eu, quero dizer, do acientífico». (Alfredo Pimenta, *Novos Est. Fil. e Crit.*, pág. 70). E noutra altura, escreveu que esse processo subjectivo, em que os factos se contam e apreciam segundo um modo de ver prévio — retoca, compõe, deforma os elementos objectivos.

Faz bem, o sr. Costa Brochado, em escrever que as coisas e os seres o preocupam, tal como «foram e são, e não como, em Arte, deveriam ser», por que, escrevendo-o, corrobora, ainda que de forma indirecta, a opinião felizmente já muito generalizada, de que são totais os malefícios que resultam da intromissão do elemento subjectivo no labor da investigação ou da exposição histórica, que deve ser rigorosamente objectivo e perfeitamente honesto. O Prof. Shotwell, da Universidade de Colúmbia, escreve: «A decir verdad, el arte en la historia parece correr, con la más perversa de las intenciones, en direccion opuesta a la ciencia. Donde quiera que los grandes maestros del estilo han dominado, puede uno estar casi seguro de encontrar menos interés por la critica de fuentes que por el logro de efectos. El método de investigacion del historiador parece con frecuencia debilitarse en la medida en que aumenta su retórica.» (*História de la História — México —* pág. 22). E sentença logo de seguida que «la desconfianza a la larga ejerce su efecto morigerador sobre el historiador literario»...

* * *

Quanto dizemos acima serve um duplo objectivo: enquadrar o sr. Costa Brochado, autor de *D. Afonso Henriques*, num processo definido; e faço-o com a citação, sumária, de palavras suas que traduzem as

suas intenções. Por outro lado, serve também para, num breve enunciado, tornar explícito ao leitor o ponto de vista de quem escreve a apreciar o livro em causa.

No que respeita ao Autor, ver-se-á que o contradiz, até certo ponto, a sua obra. Por que, digamo-lo sem demora embora o lastimemos, este *D. Afonso Henriques* não corresponde às esperançosas palavras do exórdio. Se o Autor nos diz, por exemplo, que não escreveu «nada que não possa documentar (*e com que espécie de documentos?*...), ainda que para isso tivesse de sacrificar sentimentos muito queridos e ideias que nos acompanham desde a infância», lido o livro ter-se-á de confessar que bem estranhas e bizarras seriam essas ideias e esses sentimentos, posto que, depois de sacrificados, deixaram ainda o livro semeado de informações menos exactas e de afirmações indevidas, sempre sobre acontecimentos e documentos que a Crítica já estudou e purificou.

Quanto ao crítico... Ao apreciar mais em minúcia (e o falar em minúcia não significa que pretenda fazer rigorosa dissecação do livro...) procurarei não me afastar, nem muito nem pouco, da sã objectividade que deve nortear uma apreciação que queira ser séria. Ao exigir-se «História objectiva», não se pode, não se deve fazer «crítica subjectiva». Por isso, as observações que vou apor a passagens, dados e afirmações do livro do sr. Costa Brochado são, de todo o modo, feitas sem qualquer outra intenção que não seja, menos que ensinar a quem por certo saberá mais do que eu, esclarecer e, sobretudo, avisar o possível leitor sem defesa que queira conhecer D. Afonso I através deste *D. Afonso Henriques*.

Não ficará mal aqui uma passagem de Herculano, extraída da «advertência» à sua *História de Portugal*:

«São, por via de regra, os prólogos, destinados a captar a benevolência do público; mas, numa obra histórica, nem o autor deve pedi-la, nem o leitor concedê-la. (...) Onde o autor errou involuntariamente, é condenável o livro. (...) A verdade histórica é uma.»

Folheemos...

§ 1.º

O A. escreve, acerca da protecção que «os monarcas e príncipes, sentindo-se mal firmes no trono, ou cercados de perigos» solicitavam do Papa, tornando-se vassallos e tributários da Santa Sé: «São numerosos os exemplos, dos quais lembraremos, em 1075, o príncipe de Kiev, o Rei da Croácia, em 1076, o Conde da Provença, em 1081, o Conde de Melgueid,

em 1085, o Conde de Barcelona, em 1091, e o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso Henriques, em 1147.»

Interessa-nos, apenas, o caso do Rei de Portugal. E concluímos daqui que D. Afonso I apelou para a Santa Sé, tornando-se seu vassalo e tributário, em 1147. É o que lá está, a págs. 59.

Mas na pág. 145, fala-se na «conferência de Zamora» (1143), que teria sido presidida, em nome do Papa, pelo Legado Guido. Na página seguinte diz-se que «findas as conferências de Zamora o Cardeal Guido veio a Portugal, onde se hospedou no mosteiro de Santa Cruz...». O A. refere a gravidade das resoluções então tomadas no mosteiro e escreve que D. Afonso Henriques declarara que «... a terra portuguesa pertencia ao Sumo Pontífice» e que «... ele não reconhecia sobre si nenhuma soberania além da do Papa». E já a resvalar para a pág. 147, o A. continua: «... certo é que o Cardeal Guido aceitou o juramento de vassalagem que, nas suas mãos, o rei português quis fazer ao Papa, e levou a Inocêncio II uma carta de Afonso Henriques em que se confirmava essa vassalagem». E resume, depois, o que o Rei declarava na tal carta.

Inocêncio II morre antes de receber o documento de D. Afonso; Celestino II, que lhe sucede, por curto espaço, na cadeira de S. Pedro, não lhe dá seguimento ou resposta, e é a Lúcio II, feito Papa em Março de 1144, que D. Afonso se dirige de novo, por intermédio de embaixada presidida por D. João Peculiar.

Tudo isto, de fins de 1143 até Maio de 1144 (data da resposta de Lúcio II). Como, portanto, referir-se, como o faz o sr. Costa Brochado, noventa páginas antes da enumeração dos factos, que D. Afonso Henriques apelara para o Pontífice Romano só em 1147?

§ 2.º

A págs. 88, escreve o A.: «O resto da vida, levou-o D. Henrique em diplomacias infrutíferas (...) vindo a falecer em Abril de 1112, na cidade de Astorga.»

Perante afirmação tão rotunda, parece que não valeria a pena duvidar. Mas vale... Um volumezinho de honesta divulgação da História pátria, que temos mesmo aqui à mão (*História Breve de Portugal*, de C. Beirão, pág. 9), diz-nos, referindo-se ao Conde D. Henrique: «Veio a morte surpreendê-lo em 1112 ou 1114.»

A *Crónica dos Godos* ensina-nos: «Era 1152. Cal. Maij obiijt Comes D. Henricus.»

Alfredo Pimenta, que sabe o que diz e só diz o que sabe, escreve: «É bom não esquecer que em 1114 falecera o Conde D. Henrique.» (*Estudos Filosóficos e Críticos*, 205).

Na incerteza, melhor seria fazer como no primeiro dos livros que citámos.

§ 3.º

«Morto o Conde D. Henrique, assumiu o governo do Condado Português, na menor idade do infante D. Afonso Henriques, a viúva», etc. (Pág. 88).

É a primeira vez, no texto, que aparece referência directa ao que seria o nosso primeiro Rei. De supor, portanto, que ao seu nome se apusessem as devidas restrições. Não o entende assim o A., e chama-lhe, desde logo, situando-o em acontecimentos que se teriam passado em 1112 — D. Afonso Henriques.

Se o livro não é «vida romanceada de um herói», e se não se destina, por isso, ao público ignaro apaixonado desse género de «história», não se justificam certas transigências, em obediência à seriedade e ao escrúpulo que deve presidir à feitura de uma obra de divulgação como esta pretende ser. Chamar-se ao filho de D. Henrique — Afonso Henriques, e situando-o em acontecimentos do princípio do séc. XII, não é, em 1947, o que «a história nos ensina», nem é a isso, em 1947, que «a história nos autoriza».

Em estudo sério que ao uso do patronímico Henriques pelo nosso primeiro Rei dedicou Alfredo Pimenta (*O nome de D. Afonso Henriques nos documentos medievais* — Estudos Históricos — IX, 1939), pode concluir-se com o autor, em vista das provas exibidas, que «*D. Afonso I nunca se deu o nome de D. Afonso Henriques*», e que «*só nos fins do séc. XIII se começou a dar-lhe nome tão insólito para a sua categoria e para o formulário coevo*». (Ob. cit., pág. 12).

Sete anos volvidos sobre aquelas afirmações, insiste ainda o notável investigador: «Não há um único documento authêntico na chancellaria de D. Teresa ou na sua própria em que elle (D. Afonso I) seja designado ou se designe por outro nome que não seja o que legítimamente lhe cabe: D. Affonso. Os pouquíssimos documentos em que, no seu tempo, aparece o nome Affonso Henriques são, sem excepção, suspeitos. Temos que os arredar até prova em contrário.» (*Idade Média*, pág. 69).

Sabendo-se do escrúpulo com que A. Pimenta trabalha e estuda os materiais com que faz a História, não é difícil, nem arriscado, neste caso do uso do patronímico Henriques pelo nosso primeiro Rei, acusar o sr. Costa Brochado de ter cometido falta: a falta de se ter confessado, implicitamente, desactualizado.

§ 4.º

Com notável desenvoltura, escreve o A.: «São dois partidos irreduzíveis que nascem na terra portuguesa. Um, chefiado por D. Teresa e o Conde Fernão Peres de Trava, seu amante», etc. (pág. 91); «... D. Teresa (...) ausentou-se voluntariamente de Portugal por ter querido seguir a sorte do amante» (pág. 102).

Homem desprevenido, lê isto e conclui: que desvergonhada rainha que se mete assim no caminho da grandeza do filho, conluiada com o amante! E, todavia... pobre Rainha D. Teresa!...

Não sabemos em que se funda o sr. Costa Brochado, por que ele não no-lo diz, para repetir tão estafada, e nunca provada que verdadeira, afirmação. Talvez na *Vida de S. Teotónio*, de que nos fala algumas vezes, ou na *História Compostellana*, de que fala noutras... ou talvez em Oliveira Martins, que «viu» a Rainha e o Conde em posturas engraçadas, como as das fadistas do princípio do século, quando voltavam das hortas penduradas aos ombros dos seus pares. Em qualquer caso, o A. não cita, explicitamente, a fonte em que se apoia.

O único documento que parece digno de algum crédito («a chamada doação de Rivoyra Sacrata», de Agosto de 1121, feita por D. Teresa), arruma-o no lugar que merece o dr. A. Pimenta no seu livro *Idade Média* (págs. 66 a 71), que nos diz também que «Herculano rejeitava o diploma por várias razões».

Seria injurioso supor que a afirmação — que deve crer-se falsa, por não estar suficientemente provada — chega até este *D. Afonso Henriques* pela via da «tradição ouvida e repetida». Mas não podendo supor tal, ficamos também vedados de verificar da justiça que possa assistir ao sr. Costa Brochado, porque ele nos veda essa porta. Entretanto, e para já, será bom fixar que o A., poucas páginas volvidas (105 a 107) nos diz encontrar em 1130, D. Afonso Henriques nas melhores relações com a Mãe e com o Conde de Trava. Pode alguém concluir daqui que não fosse correcto o comportamento de D. Teresa ou do Conde, e que o nosso primeiro Rei teria com eles «as melhores relações», se eles fossem amantes?...

§ 5.º

Na mesma pág. 107, escreve o A.: «Quanto a D. Teresa, que morre neste mesmo ano (1130), assim como ao Conde Fernão Peres de Trava, não mais se ouve falar deles, certamente porque um baixou à cova e outro não teve mais remédio que a submissão inteira.»

Ainda A. Pimenta (*Idade Média*, pág. 70) cita dois documentos posteriores a essa data, ambos editados pela sr.^a Abiah E. Reuter (in *Chancellarias Medievais Portuguesas*, sob os números, respectivamente, 28 e 69 do I vol.), em que entre os confirmantes figura o nome do Conde Fernando, que Brandão identifica como sendo «o mesmo que teve guerra com o Infante os annos passados».

A data do primeiro, que refiro sob reserva ⁽¹⁾, pois não possuo à mão a obra da sr.^a Reuter e suspeito que esteja gralhada na transcrição, seria de Julho de 1139; e a do segundo, incontestavelmente certa, é de Julho de 1135.

§ 6.º

O tal «rigorismo» histórico, e a seriedade e equilíbrio de que a História tem de ser feita, não se compadecem de certas expressões menos ajustadas às realidades. Um exemplo.

O A. deste *D. Afonso Henriques* escreve a págs. 109 que Afonso VII de Castela e Leão, que tinha como vassallos D. Ramiro, em Aragão; D. Garcia, em Navarra; Berengário IV, conde de Barcelona; Afonso Jordão, conde de Tolosa; Guilherme, conde de Mompilher e Abde Almálique, ami de Saragoça — se assinava «pomposamente», D. Afonso VII de Toledo, Leão, Castela, Galiza, Najera e Saragoça... Isto em 1135.

Não sabemos a que vem o «pomposamente», neste caso. De agradecer seria que o Condado Portugalense não viesse no rol...

Que teríamos nós de dizer, por exemplo, do modo por que se assinava D. Afonso V (documento das Cortes de Montemor-o-Novo, de 19 de Fevereiro de 1477): «Dom Affonso per graça de Deus Rey de Castella,

(1) *Post-scriptum* — As minhas dúvidas tinham razão de ser... A transcrição da data do primeiro documento está errada, por gralha tipográfica que já não pôde ser ressaltada na «Táboa de erratas»: é de 20 de Julho de 1130. Deixa de interessar, portanto, à tese que defendo.

de Leom, de Portugal, de Toledo, de Cordova, de Sevilha, de Galiza, de Murcia, de Jahen, dos Alguarves daquem e dalem Maar em Afriqua, de Aljazira, de Gilbaltaar, Senhor da Biscaya, e de Molina...»?!

§ 7.º

Ao referir-se às chamadas *pazes de Tui*, de 1137, o A. rodeia-se de compreensíveis cuidados. Ao documento que delas teria imanado, e que Escalona, Gama Barros, Gonzaga de Azevedo e A. Pimenta publicaram, e que tantas discussões tem suscitado, chama o sr. Costa Brochado «compromisso» (pág. 112), «pacto ou compromisso dos bispos» ou, simplesmente, «pacto dos bispos» (113).

Não temos de discutir a propriedade de uma ou de outra designação. Herculano chamou-lhe «Tratado», Pimenta chamou-lhe «Notícia», e G. de Azevedo, sem lhe chamar coisa nenhuma, diz dele que é documento sem nenhum valor jurídico, por ser anónimo. Mas o sr. C. B. diz que o «compromisso» foi redigido pelos preladados «em nome de D. Afonso Henriques». E como nos dissera, antes, que o Arcebispo de Braga (D. Paio Mendes nessa altura), seu principal instigador, se apartara do filho de D. Teresa «em completo desacordo» por este não anuir à aceitação da vassalagem a Afonso VII — logo homem conclui que o redigir-se em nome do Infante tal «compromisso» era um abuso. Isso não obsta, no entanto, a que o A. escreva que segundo esse «compromisso», o nosso D. Afonso se *reconhecia vassalo do primo*, etc. Ora, não se *reconhecia* coisa nenhuma, porque tudo estava dependente de uma condição fundamental — *sine qua non*. E se o A. queria expor daquele modo o assunto, tinha justamente o condicional para se exprimir, e a coisa ficaria extraordinariamente menos confusa: «segundo o qual o filho de D. Teresa se reconheceria vassalo do primo»... Se *reconheceria* — se acaso se realizasse a tal condição, que era a do Infante aceitar o «pacto dos bispos», ou lá o que era.

Mas tudo isto é de somenos importância. Mais importante é que depois de apreciado, julgado e condenado o documento de 1 de Julho de 1175, editado por Figueiredo da Guerra no *Arquivo Vianense* (A. Pimenta, *Idade Média*, págs. 74 a 77), o sr. Costa Brochado siga, como segue, neste ponto, o P. Gonzaga de Azevedo, e afirme: «Quando D. Afonso Henriques teve conhecimento do pacto ou compromisso dos bispos, entrou numa grande exaltação, demitindo imediatamente o arcebispo de Braga e entregando a Sé ao prior da igreja bracarense, enquanto

D. Paio Mendes se escapava para os domínios de Afonso VII, onde morreu, em 1139, sem ter podido voltar à terra portuguesa.»

Parece que este processo deve entender-se concluso, depois do que sobre ele provou o historiador que citámos acima, a menos que novos documentos surjam, o que não é muito provável. Como o sr. Costa Brochado reedita o mais que provável engano em que caiu Gonzaga de Azevedo, bom será resumir aqui as razões provadas por Alfredo Pimenta. Assim: o último diploma régio português em que D. Paio Mendes, Arcebispo de Braga, figura como confirmante, é de Junho de 1137; em Julho desse ano estaria em Tui a redigir com os prelados de Orense, Porto, Segóvia e Tui, o tal « pacto dos bispos » para aplacar as iras de Afonso VII; e depois disso nunca mais ninguém o soube em Portugal. « O que é certo — escreve A. P. — é que depois de Junho de 1137, nunca mais D. Payo Mendes voltou a Portugal. Porquê? Pode, cada um, phantasiar á sua vontade; mas para essa phantasia não ha o mais leve indício historico. » Acrescenta o autor que estamos a citar, que a data da morte de D. Paio é ainda problema a resolver.

Mas o curioso é que, a págs. 151 do seu livro, escreva o sr. Costa Brochado, que D. Paio Mendes succedeu na cadeira arquiiepiscopal de Braga a D. Maurício Burdino; e que à sua morte (de D. Paio) « subiu a cadeira dos Arcebispos de Braga, pela mão de D. Afonso Henriques », D. João Peculiar.

Pode supor-se, então, que « a Sé esteve entregue ao prior da igreja bracarense » até à morte de D. Paio; e que quando este morreu (quando?), D. Afonso Henriques, que o « demitira » e fizera a tal entrega ao « Petrus bracarensis ecclesie prior », levou por sua mão a ocupar a cadeira dos Arcebispos de Braga, D. João Peculiar...

Tudo muito pouco claro — e pouco favorável à compreensão dos « complicados enredos políticos e diplomáticos do tempo », se é que não próprio para tornar esses enredos ainda mais complicados...

O A., que só escreveu o que podia provar, não nos disse se a « exaltação » em que entrou D. Afonso I e fez fugir D. Paio foi também extensiva ao « prelado do Porto »...

§ 8.º

Sobre Ourique — a localização e o milagre — o sr. Costa Brochado é mais que cuidadoso, pois chega a ser brumoso...

Da localização, diz que a simultaneidade havida entre a conquista de

Aurélia por Afonso VII e a batalha de Ourique «levou um nosso ilustre contemporâneo à criação de sugestiva hipótese sobre a verdadeira localização desta batalha». E cita: «P. Miguel de Oliveira, *Ourique em Espanha*». (Pág. 114).

Pode qualquer supor que o A., com tão parcial referência, perfilha ou adopta a «sugestiva hipótese». Pois deixa em silêncio o trabalho de Alfredo Pimenta *Ainda a batalha de Ourique*, no qual, no julgamento autorizado da revista *Brotéria* (vol. XLII-n.º 2 de 1946), «as razões contra a identificação de Ourique e Aurélia (a «sugestiva hipótese») parecem-nos esmagadoras». E não cita, tam-pouco, os notáveis trabalhos do Tenente-Coronel Costa Veiga.

Sobre o milagre, esta referência indirecta: «Essa batalha... tem sido romanceada por gerações sucessivas de romancistas teimosos, e ainda agora é preciso certa coragem para deixar no silêncio as lendas que a envolvem...» (pág. 115). E refere ainda que na *Vida de S. Teotónio*, «documento coevo, se atribui a vitória de Afonso Henriques ao auxílio divino, por intercessão de S. Tiago (em cujo dia se travou a batalha) e graças às orações da comunidade dos cónegos de Santa Cruz de Coimbra» (117).

Mau grado o milagre, de um modo geral, ser já fenómeno mais que averiguado mesmo do ponto de vista científico, e aceite — estes de S. Tiago andam em maré de azar... Em Portugal, com a batalha de Ourique; em Espanha, com a de Clavijo...

Aceitam-se e reproduzem-se todas as patranhas, nunca averiguadas e sem abonação que possa dar-lhes um mínimo de crédito. Mas quando chega ao milagre de Ourique, o mesmo «documento coevo» que pouco antes servira, cremo-lo, para abonar uma afirmação rotunda, não serve já para nada! Em Espanha, pela integração do «singular privilégio» da intercessão do Apóstolo na batalha de Clavijo do séc. IX, na sua tradição religiosa e na sua história militar, tem-se batido, valorosamente, inúmeros investigadores, pois gerações de escritores cépticos, descrentes, derrotistas, haviam feito cair sobre o caso o manto pesado do silêncio, do cépticismo, da descrença total. E sobre o assunto, ainda em 1944 se publicou notável livro, devido ao Cónego de Vitória Dr. Cantera Orive, e na imprensa tivemos ocasião de ver arejado o assunto pelo Dr. Marigorta.

Mas em Portugal, seguindo-se talvez na esteira de Herculano, que neste caso terá prestado um mau serviço, faz-se por esquecer, por deixar no olvido das gerações o conhecimento do «singular privilégio»

que teria ocorrido em Ourique e que, mesmo sob as razoáveis reservas, bem podia figurar, com maior desenvolvimento, em livros de divulgação...

§ 9.º

O acusar-se o sr. Costa Brochado de menos cuidadoso na confrontação de certos dados que perfilha e oferece ao leitor, prevenido ou desprevenido, não importa, não constituiria já causa de escândalo. Um exemplo que justificaria tal acusação, se estivessemos dispostos a fazê-la.

A págs. 118 e 119 do seu livro, refere-se o A. ao combate de Val de Vez, e diz-nos que D. Afonso VII, depois de ter chegado com suas tropas à vista das do Infante português, «não teve coragem para atacar», pelo que o combate esperado se não realizou, tendo tudo acabado num «bafúrdio». E para que o leitor pudesse inteirar-se da significação da tal palavra, remete-o (o que aliás devia fazer mais vezes) para Alfredo Pimenta, *A data do combate de Val de Vez*. E de seguida, e apoiando-se no mesmo estudo do citado historiador, acrescenta que «o singular torneio medieval... deve ter-se realizado em 25 de Fevereiro ou 7 de Março de 1140».

Estaria tudo muito bem se...

Volvamos ao princípio: o que significa a palavra «bafúrdio»? O A. sabe-o, e tanto o sabe que remete o leitor para o mesmo trabalho onde, porventura, o aprendeu. E nesse trabalho (ob. cit. pág. 19) escreve o seu autor: «É certo jogo ou exercício, que se realiza nos dois primeiros domingos da Quaresma». E acrescenta: «Em 1140, a Páscoa caíu a 7 de Abril. Ano bissexto, os dois primeiros domingos da Quaresma foram a 25 de Fevereiro e a 7 de Março».

O sr. Costa Brochado leu isto e, sem reflectir, foi escrever no seu livro o que já se sabe. E digo sem reflectir, porque as datas dos dois primeiros domingos da Quaresma de 1140, posto que se trata de ano bissexto e porque a Páscoa caíu a 7 de Abril, estão parcialmente erradas. Verifica-o qualquer leitor atento, mesmo sem precisar saber história... ou de consultar *L'art de vérifier les dates*. Não merece dúvidas: 1.º, que entre dois domingos, seja em 1947 ou 1140, medeiam apenas seis dias e não dez, como teria de ser em obediência às datas citadas, tanto mais que 1140 foi ano bissexto; 2.º, porque se a Páscoa caíu a 7 de Abril, o primeiro domingo de Março, e segundo da Quaresma, portanto, não podia igualmente ser a 7 mas a 3...

Gralha que é das mais impertinentes, lhe chamou já Alfredo Pimenta, que a emendou em muitos exemplares, em todos os que teve ao seu alcance, e não só nesta pág. 19, como nas págs. 12 e 14. Mas, indiscutivelmente, gralha que qualquer leitor atento, repetimos, fàcilmente pode matar...

E para não adiantarmos mais em matéria que não merecia tanto, concluamos, para governo do sr. Costa Brochado e de quantos não tenham emendado o seu livro ou o opúsculo valioso de A. Pimenta — «que o encontro de Val de Vez se deve ter realizado em 25 de Fevereiro ou 3 de Março de 1140».

§ 10.º

Na pág. 146 do seu livro, o sr. C. Brochado afirma, decerto apoiado em Herculano: «O primeiro documento em que D. Afonso Henriques se declara *rei dos portugalenses* é datado de 10 de Abril de 1140».

Este livro tem o privilégio de despertar todas as questões e todos os problemas que a Crítica já ponderou e estudou e sobre os quais já emitiu, regra geral, parecer decisivo. No período transcrito acima, levanta-se outra velha questão. O facto provado é que D. Afonso se deu o título de Rei em documento anterior a esse ano — ao ano de 1140 que Herculano fixa e o A. repete.

Em documento (LXXXIV) publicado pelo Abade de Tagilde na *Vimaranis Monvmenta Historica* como sendo das calendas de Outubro da era 1177 (ano de 1139), lê-se: «Alphonsus Gloriosissimus Princeps, et Dei Gratia Portugalensium Rex».

Sobre este documento, e acerca da leitura da sua data feita por J. Pedro Ribeiro que levou Herculano a uma confusão, ao citá-lo, pode e deve ler-se o que escreveu (ainda e sempre!) Alfredo Pimenta, nos seus *Estudos Filosóficos e Críticos*, págs. 434/5.

Mas também o Prof. M. Paulo Merêa descobriu há mais de vinte anos, e editou, outro documento, de Março de 1139 — anterior portanto à batalha de Ourique — em que se faz igual prova. («Quando começou D. Afonso Henriques a intitular-se Rei?», cit. por A. P., *Novos Est. Filos. e Crit.*, pág. 443/4).

§ 11.º

Num livro de divulgação como este, não pode ensinar-se mais do que se deve, isto é, só deve ensinar-se o que está apurado como verdade.

A data do nascimento de D. Afonso I é incerta. Cada autor pode —

e assim o têm feito — defender, como mais aproximada da verdade, e justificando-a, uma data. Assim, há quem a suponha em 1106, como quem a suponha entre aquele ano e 1110, quem defenda a de 1111 e, até, quem queira que fosse ainda no séc. XI. Pelo que até hoje se tem averiguado, pelo estudo de documentos da época e pela fixação cronológica de certos acontecimentos, pode fixar-se como a mais certa — ou a menos errada — a opinião de que o primeiro Rei de Portugal devia ter nascido entre 1106 e 1110. António Brandão, na *Monarquia Lusitana*, «examina o ano em que nasceu o Rei» e cita «várias escrituras ao intento». Mas nada de preciso pode concluir-se dessa análise, no aspecto concreto que nos interessava: a fixação da data verdadeira.

O sr. Costa Brochado, no entanto, resolve o caso neste seu livro com uma afirmativa. A pág. 88 fala apenas na «menoridade» do Infante, a propósito da morte do Conde D. Henrique; na pág. 91 é mais explícito, e diz que D. Afonso Henriques andaria então (1120) nos 14 anos; a pág. 97 é concreto: quando se arma cavaleiro em Zamora (17 de Maio de 1125) tem «19 anos de idade»; na pág. 169, idem: contando já 40 anos de idade (em 1146)!

Homem desprevenido lê isto e conclui: D. Afonso Henriques nasceu em 1106. Mas não pode concluir isso, porque se não podem concluir certezas sobre incertezas. O A. devia, em nota ou como quisesse, neste como noutros casos, justificar as razões por que escolhe uma data, de entre as possíveis, e prevenir assim o leitor da incerteza em que o problema ainda vive.

* * *

A fechar...

No prefácio, o A. diz que não escreveu nada que não possa provar. Ao princípio deste artigo, e ao transcrever essa passagem, intercalei-lhe, entre parêntesis, esta interrogação: «e com que espécie de documentos?» Porque isto é essencial! Não se trata de duvidar da honestidade da afirmação do sr. Costa Brochado. Trata-se, tão somente, de lembrar que nem todos os autores podem merecer crédito para serem abonadores. Não pensamos, claro, que o sr. C. Brochado quisesse ou fosse capaz de se amparar em Higuera, Lousadas ou Britos... Mas se esses, com mais ou menos razão, podem ser chamados trampolineiros e falsificadores conscientes — e todos estarão em guarda diante deles —, outros há que, na melhor das intenções, podem errar — na trasladação do texto de um

documento, na conclusão errada sobre provas que não puderam ler bem ou em cujos pormenores não atentaram seguramente, etc. — e transmitir o seu erro aos que o seguirem. Ninguém põe em dúvida o saber e a seriedade de processos de um Herculano. Mas até hoje, já se puderam fazer correcções a Herculano, o sábio historiador da *História de Portugal* e o autor da *História da Origem e estabelecimento da Inquisição...* Ninguém duvida da competência e seriedade de João Pedro Ribeiro. E muito se tem corrigido J. Pedro Ribeiro. E de Gama Barros. E de Caetano do Amaral.

Mas tudo isto vem a propósito da feliz promessa feita pelo sr. Costa Brochado na abertura do seu livro, e a propósito das fontes de que se socorreu para escrever sobre a figura melindrosa de D. Afonso I.

Hoje, qualquer poderia supor que de duas obras se socorreria, principalmente, quem quisesse fazer um livro sobre o nosso primeiro Rei: *A Chronica Gothorum*, sua contemporânea, e *As Chancelarias Medievais Portuguesas*, onde a sr.^a Abiah Elizabeth Reuter reuniu perto de 300 documentos. Numa e noutra fonte, mau grado os cuidados que tivessem de ser postos na sua verificação, mormente da segunda, por conter numerosos erros que a Crítica a seu tempo lhe apontou, parece que deviam procurar-se as traves-mestras de um trabalho que viria a chamar-se *D. Afonso Henriques*. Mas no livro do sr. Costa Brochado, nem uma só vez se cita a obra da sr.^a Reuter, naquilo que podia e devia ser aproveitado, e a *Crónica dos Godos* só cinco vezes, incidentalmente, é referida num volume de 298 páginas!... Verdade é que outros trabalhos, mais ou menos contemporâneos, lá vêm citados; mas é a fidelidade às opiniões e pareceres de Herculano e do P. Gonzaga de Azevedo que se torna mais transparente, com o pecado de serem aceites sem crítica essas mesmas opiniões. Daqui o poder concluir-se que o processo seguido pelo A. foi o inverso do lógico: escreveu-se sobre o séc. XII, principalmente, mas de trás para diante, isto é, fixou-se história da Idade Média através dos escritores modernos que fornecem as referências e a análise das fontes já mastigada e pronta a ser digerida... Daí, ainda, a impossibilidade de trabalho crítico eficiente, de análise e confrontação meticulosa de dados e informações.

O processo de citação seguido (neste como em outros livros do A.) não é perfeito. Um exemplo: na pág. 236, na nota, entre autores citados, está: «Alfredo Pimenta, *ob. cit.*, págs. tais e tais.» O leitor não se recorda de que obra se trata, e procura. Encontra-a 32 páginas atrás! Entre as duas citações, além das 32 páginas, há 22 notas e os nomes de 82 auto-

res ou obras! Mas de novo, na pág. 287, se refere a *ob. cit.* E quem se não lembrar, recuará outras 51 páginas à procura...

O A. refere as dificuldades encontradas na busca de elementos sobre D. Afonso, a págs. 169: «Tudo na vida de D. Afonso Henriques surge coberto de profundos silêncios ou referido em sínteses enervantes». Mas assim mesmo, através dos «profundos silêncios» e das «sínteses enervantes», o A. vai sempre dizendo «é lícito concluir que...» Através de silêncios não é lícito concluir coisa nenhuma; isso não é fazer História, é entregar-se à imaginação.

Se o espaço não fosse tão escasso e não estivesse de há muito ultrapassado, até, e se nesta aldeia simpática, vizinha da Arrábida de S. Agostinho da Cruz, onde estou em busca de descanso, me não escasseassem, também, os necessários elementos de consulta, não deixaria de aludir a outros pontos deste livro do sr. Costa Brochado. Tais sejam o da cronologia do itinerário de Fernando Magno quando veio à conquista de Coimbra; a data da batalha de Zalaca, que o A. fixa em 1086 (como Herculano) e a *Crónica dos Godos* diz ter sido em 1087; o da data da vinda dos Condes Raimundo e Henrique para a Península, que o A. fixa afoitamente em 1090 e 1093, apesar de tão divididas andarem as opiniões; o da designação dada à região da Península ocupada pelos árabes, que é Andaluzia, Andaluz e Espanha, e a que dá ao primeiro Rei português, que a págs. 258 (vai o relato em 1169...) é «o mais equilibrado entre os príncipes espanhóis»; o daquela outra em que afirma que depois do desastre de Badajoz (1169) «o Rei nunca mais montou a cavalo, despedindo-se da vida militar e recolhendo-se às caldas de Alafões», o que está provado não ser inteiramente verdade; e, principalmente, a doutrina, chamemos-lhe assim, expandida entre as págs. 206 e 212 acerca das características da Monarquia portuguesa na época da fundação e que, no meu modesto entender de estudante, nem sempre é inocente ou isenta de perigo... Mas a essa parte acudiré noutra altura, que não agora...

É isto o livro do sr. Costa Brochado. Uma conclusão formal, não a faço eu: deixo-a para quem me ler e para quem tiver lido este «*D. Afonso Henriques*» — que deixa infelizmente vaga a lacuna aberta... O nosso primeiro Rei continua à espera do livro que bem merece.

MANUEL DA COSTA FIGUEIRA.

Aldeia de Irmãos/Azeitão, 11 de Junho de 1947.

LUNÁRIO SENTIMENTAL

PARA guiar os trabalhos da terra bem anda quem trazer os olhos postos no céu. Ai dos que não sabem olhar as estrelas! Nem do alfoufe entendem para o tornar viçoso, nem diretamente encarreiram a alma para as místicas núpcias do dia final.

É certo não estar encadeado ao movimento das constelações o destino do homem: seu livre alvedrio o defende. Para aos astros conter, basta ao homem refrear os ímpetos secretos; mas do giro dos planetas depende para o lavrador o vento e a chuva, a fartura da seara e a semente estéril.

De todos os astros nenhum tão claramente mostra como a Lua o interesse que tem pela sorte dos homens. Seguro vai quem seus conselhos ouve.

Quando foi criada a luz, tanto como o Sol brilhava a Lua. Então, enamorado, como se na verdade tivesse o nome de Manuel e ela fosse Maria, o Sol pediu-a em casamento. E vendo-a presumida, prometeu-lhe para a contentar uma fita de mil cores, agora chamada, por sua má fortuna, o arco-da-velha.

Não quis a Lua ao Sol. Mordido de ciumenta raiva, jurou o Sol vingar-se. Ao chegar a noite abaixou-se o Sol, e metendo-se ao mar arremessou panadas de areia e de sal à cara da Lua. E para sempre a Lua ficou pálida e triste...

Parece morta a Lua. Sombra inútil, em silêncio envolta, tudo perdeu do que dá graça à vida. Nem flor, ou fonte, ou ave ali se atreve a nascer. Não pega o fogo. Os dias seguem-se às noites inopinadamente, sem consentirem o recolhimento doce do crepúsculo nem o alegre despertar da aurora.

Por tanta soledade entristecida, quer a Lua aproximar-se da Terra, e, compassiva, a Terra para ela volta a luz que o Sol lhe deixou. Saudosa do amor perdido, esse beijo de piedade mais a empalidece. E foi daí que veio ter-se como pecado contar coisas do Sol e da Lua...

A Lua não engana a quem souber consultá-la. Melhor que ninguém

orienta e vigia os trabalhos da lavoura. A Lua Nova quer ver semear feijões da atrepa, e o cebolinho e as batatas gostam do bafo seco da Lua Velha. Para ceifar o trigo, enterrar a pevide amarela dos melões, fazer os enxertos e plantar e podar as árvores, se acomoda bem o quarto crescente. Quando minguar a Lua, toda a fadiga é vã: nasce o corpo empleimado e acanham-se as plantas. Se alguma rapariga mais afouta e barjoeira se atreve em desafios de amor no lairarai do rosquedo, a chamá-la à razão ouve cantar:

Rapariga, tu és tola!
Eu não sou o teu amante;
Ou tu nasceste sem Lua,
Ou no quarto minguante.

Mas sazão aboada é essa para abater as árvores, que não mais os bichos ruins conseguem entrar por elas e livres ficam de que a podreza as tome.

Só depois da Lua ter mergulhado no horizonte deve deixar-se o vinho fermentar. Perdido está o vinho do ano que há-de vir, se for escura a noite de Natal; se porém o luar inunda os campos, sairá certa a promessa de abundante colheita.

As oliveiras metem-se à terra pela Lua Nova, e pela Lua Cheia ao depois se alimpam.

Vem com as geadas a apanha da azeitona. Ensina o velho anexim:

Quem apanha antes do Natal
Deixa o azeite no olival.

Em dia enxuto, levantado o Sol, quando já da longa e fria noite o orvalho se dissipou, boas são de varejar as oliveiras. Seus ramos esgacam menos e é mais branda aquela cruel flagelação se a ela assiste a Lua velha.

Parecem tontos os pintos nascidos no interlúnio: são como as pessoas apascaçadas, que vêm ao mundo falheiras de alguma Lua.

Para os pintos não há Lua pior do que a Lua de Maio. Nenhum vingará, não baptizando o ovo de que há-de sair. Não vale a água da cantareira: quer-se água da fonte, na fonte colhida e logo entornada no ovo ainda quente. Arrecadada essa água e bem cuidada para que não seque, por ela voltam a passar-se os ovos quando os pintos estão para nascer, três vezes chamando: *mis, mis, mis...*

Oh! a bela crestada que aí vem agora! Agradecido, pode o lavrador rezar:

Benza-me Deus
e a Lua Nova!
Todo o mal que eu tenho
Que de mim vá fora.

A Lua cede ao esconjuro. E ao fitá-la pela primeira vez, mostra-se-lhe o amerosinho corpo do menino agora aparecido e suplica-se:

Lua, luar,
Toma o teu ar,
Deixa o meu menino
Crescer e medrar!

Não fosse o de Agosto, translúcido e tépido, e não haveria luar que igualasse o de Janeiro. Atravessa-o a aguda claridade do dia! Espanejando-se, as galinhas saem do poleiro estonteadas. E pelo mingunte é escolhida e cortada para todo o sempre a trave da casa.

Mês honrado! À lei dos cavaleiros antigos, assim como entrou, assim acaba. Mas logo outro lhe sucede, tão pequeno e tão manhoso que dele pôde dizer-se que enganou a mãe ao soalheiro!

Às vezes, de quente e áspero, parece até que traz o Demo consigo. Nada se aproveita! E ouve-se a queixa amargurada: «Lá vem Fevereiro, que leva a ovelha e o carneiro».

Ao abrir o mês, no dia 2, tem a sua festa a Senhora das Candeias. Vai apurar-se o altor do ano: ou a chuva se despede ou o Sol se descobre para melhor se encobrir. Não falha o prognóstico:

Quando a Candelora chora
Está o inverno fora;
Quando a Candelora rir
Está o inverno por vir.

Ali está o segredo que Deus tem recomendado:

Em Fevereiro
Sobe ao outeiro;
Se vires terrear,
Põe-te a cantar;
Se vires verdegar,
Põe-te a chorar.

Uma semana depois, em seu altar florido, recebe Santa Apolónia devotos punhados de sal,— grata oferenda daqueles a quem tratou:



Guimarães — Padrão do Salado

(Aquarela de Maltisira)



Coimbra — Rua da Alta

(Aquarela de Maltieira)

Benza-me Deus e a Lua Nova
E mais os seus quatro crescentes,
Pedi a Santa Apolónia
Me livre das dores de dentes!

A Lua Nova é milagrosa. Quem aprender a rogá-la, verá como ela acode não só às mazelas do corpo mas ainda mais aos abocanhamentos dos maus vizinhos:

Benza-te Deus, Lua Nova,
Vou-vos pedir uma esmola,
Vós bem ma podeis fazer,
Que sois tanto como a aurora:
Livrai-me dos males
Que veem de fora,
E do lume ardente,
E da língua da má gente!

Em Março também não há que fiar. Nunca o Sol foi assim enganador: umas vezes, tão macio e vistoso de manhã, já ao entardecer se enfarrusca tanto, que nem sequer deixa apascentar o gado; outros dias acorda invernosos e soturnos, e, ao sumir-se, afaga como no verão. Bem lhe conhecia as manhas aquele que disse:

No tempo do cuco
Chove de manhã,
De tarde está enxuto.

E então, se acertar de cair a Páscoa antes de acabar o mês, é jurado aviso de fome ou de morte!

Em Março,
Ouga a noite com o dia
E o pão com o sargaço.

Depois, em Abril, a chuva pesada e fria nem deixa ir à bouça buscar a gravanha. Amorrinhadas na pedra do lume, vendo o alhar vazio, alembam as mulheres o ditado antigo: « Em Abril queima a velha o carro e o carril ».

Gelam os rebentos novos das plantas. No céu liso e claro, limpo de nuvens, a Lua resplandece como no primeiro dia. Mas a frigidade em que se consome passa à terra e mata os gomos que tão docemente vinham

agrillando. Com medo de também ser tocado pelo clarão morboso da da Lua ruiva, o lavrador implora:

Lua Nova, Lua Nova,
Benza-te Deus, minha madrinha,
Leva a tua cor e deixa-me a minha.

Estão as giestas em flor. É o viço de Maio que a tudo se apega. A terra assemelha um açafate preparado para a feira. Ao borralho, têm as cerejas o sabor do mel e o aroma das rosas. E o céu, em finos véus de cinza e ouro embiocado, ajuda a crescer as raízes e a abrolhar as varinhas novas: «Maio pardo, Junho claro, fá-lo lavrador honrado», promete o adágio. Agora só há a temer que ao chegar o dia de S. João a chuva açoite as vides, e delombe os milharais, e afogue as últimas ervas: tolhida ficaria toda a canseira do ano, sem pão e sem vinho para arrecadar.

Em malhadas e sachadas, Julho tira o suor ao corpo. E três dias antes de findar o mês, gandeadores e folgazões, dançando e cantando, passam os romeiros para a Santa Marta:

Em louvor de Santa Marta,
Quem comer que parta.

Já as uvas pintam. Pelo S. Tiago, a 25 de Julho, não há dinheiro que pague uma pinga, mas antes de Agosto ter chegado a meio, quando os montes secam, S. Lourenço acorre generoso a oferecer os rúbeos cachos amadurecidos.

O céu está azul como a flor do linho. Macio e frágil, o Sol doira cariciosamente as folhas das videiras e lhes adoça os bagos. Passa uma nuvem. E ao longe e ao fundo do horizonte, tímida a névoa sobe e tremula como a sombra do fumo na pedra do lar...

Calou-se a água nas fontes. Setembro emudece para melhor se ouvir o canto das vindimas. Consante for o terreno, solto e leve ou áspero e duro, assim as uvas serão colhidas com Lua serôdia ou temporã. Vindimando pelo crescente, será mais abundante o mosto, mas menos firme o vinho.

Em Outubro tudo seca, mas tudo pega também. Verga o ar o doentio sopro do Outono. Encarquilham as folhas. Febril, a luz estremece, e saudosamente pede ao Verão que volte, para ser alegre o dia de S. Martinho.

Antes de abatocados os pipos, as castanhas assadas obrigam o vinho

a mostrar as prendas que tem, e ao sair de Novembro, em honra de S. Tomé, pelo crescente da Lua, mete-se a faca no porco.

Fustigado pela chuva, pela neve curtido, o triste Dezembro tiritia de frio. Os lumes da festa de Santa Luzia recreiam a vista e dela apartam a imagem das trevas. No segredo do coração, que os zelos queimam, acorda uma prece de amor e castigo:

Lindos olhos tem António,
Santa Luzia guardai-lhos ;
Se não forem para mim,
Santa Luzia, tirai-lhos !

À Páscoa, o luar a ungiu; mas o Natal volta-se para o Sol e o Sol o abençoa, e palmo a palmo aumentando os dias, vai aquecendo a terra.

Com o aguilhão do vento, a Lua tange e pastoreia o tempo.

Surgindo a Lua Nova em céu emborralhado, entre o bruar dos trovões, agarra-se a chuva a ela e se ao cabo de três noites a não solta, melancòlicamente, em bâtegas seguidas, por trinta longos dias fustiga as ramarias e enlameia os caminhos. Terá de esperar-se outra Lua Nova para mandar recolher a chuva, que o vento suão empurra e o do Norte faz fugir. Não previne à toa a desesperançada cantiga:

Nunca vi ventar do Sul
Que aos três dias não chovesse ;
Nunca vi homem casado
Que se não arrependesse.

Acima da Lua só a vontade de Deus. E bem pode por isso acontecer que, ventando do Norte, alguma escravanada abane o ar, pois lá reza a sentença:

Quando Deus queria
Do Norte chovia.

Molinheirinha branda, que não assusta, o Povo diz: « Chuva do Norte não molha capote ».

Voltando a Lua as costas ao mar, não demora a chuva. E lestreira, quebrando os cântaros, a chuva torna arremeçadora se o Nascente se enlabareda.

Chuva e frio adivinha o peto quando canta e é sinal de sol ouvir chiar os pardais ou ver as andorinhas voando alto. As andorinhas também alvidram a tempestade e com as asas roçam as ondas para avisar de que os dias próximos hão-de vir imbelinhados em água e vento.

Doridas, as rolas meigamente gemem sentindo aproximar-se a tris-

teza da chuva. E estridentes, para saudarem o calor, as rãs e os ralos arrabunham a redoma cristalina da noite.

Nos pastios, marrando uns nos outros, aos saltos e aos berros, atordoados, os bois anunciam o vento que esgalha os ramos.

Para saber donde no dia imediato assoprará o vento, basta reparar de que lado o gato lava a cara. E dessa banda, na manhã seguinte, a ventania desperta e rugue iradamente.

A cuidar do seu asseio, pula o gato para cima do forno. Virado para o Poente, quer ele indicar que não demoram os mimos do bom tempo, mas se olha para onde o Sol primeiro se avista, logo as nuvens desfiam as linhas dos seus novelos. É sabedoria avoenga:

Sobe o gato ao forno,
Lava-se para o Nascente,
Chuva de repente;
Lava-se para o mar,
Velhas a assoalhar.

Confiadamente podem as escanceladas velhinhas assentarem-se ao Sol, que o Sol é fiel quando as nuvens se deitam ao mar. Disposto fica então o dia claro para os lavradores aporem os bois ao arado e nas leivas fofas deixarem cair a bênção das sementeiras. Se, porém, as nuvens se levantam da parte do Nascente, toda a pressa é pouca para regressar ao coberto.

É sobre o mar, inquieto e vário como o coração humano, que a Lua exerce o seu mais forte mando.

Bramindo, o mar forceja por soltar-se. E a Lua o domina e sujeita, e com as ondas brinca, ora arremessando-as contra a praia, ora em rendas e esmeraldas as dobrando, para que tornem atrás.

Violento, cruel e terrível, o mar vive encantado pela Lua. A seu aceno, raivosa e revolta a água do mar entra pela terra, e desfalecida logo se retira como se estivesse morta!

Não fora a Lua e o mar seria um charco imundo!

Para a gente do campo são as chuvadas traidoras que dão o mau tempo; mas é o nevoeiro e o vento que o tornam ruim para os que andam no mar.

No silencioso luto da noite, sonhadora e lívida, a Lua asperge as pedras. Um aro de prata a nimba. E naquela paz claustal, as ruínas envolvem-se na dolorosa brancura dos sudários e quedam-se extáticas, transfiguradas, absortas na contemplação da eternidade...

Outras vezes, mais solitária e mais bela, a Lua assoma afogueada. Seu amor à luz a embriaga. Abrem-se-lhe então confiantes os corações amoradiços:

A Lua vai amarela,
Meu amor, vamo-la ver;
Não há mal que chegue à Lua
Nem ao nosso bem querer.

A Lua não sabe guardar segredos de amor. E no entanto os apaixonados, quando os aflige a dor do apartamento, voltam-se para ela e não há desejo ou pena que não lhe contem. Mas se podem dar-se as mãos, temendo-o por badeleiro, furtam-se ao luar os meigos namorados:

Debaixo da oliveira,
Menina, é que é bom amar;
Tem a folha miudinha,
Não entra lá o luar.

O' luar da meia-noite,
Tu és o meu inimigo;
'Stou à porta de quem amo
E não posso entrar contigo.

O' luar da meia-noite,
Não venhas cá ao serão;
Isto de quem tem amores
Quer escuro, luar não!

Luz acariciadora, o mistério da sua tristeza a torna mais querida às almas confiadas ao amoroso gosto de sonhar. Paira pensativo o silêncio. E também as almas ficam suspensas, escutando no luar a melodia da noite!

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA.

A reacção contra o comunismo russo: o movimento monárquico russo

(Continuação da pág. 41 — Conclusão)

Neste após de guerra em armistício artilhado nas manhas e malícias do urso, temos que reconhecer estar a grande força de penetração comunista justamente a cargo do actual patriarca Aleixo. Ora em visitas de cortesia à Palestina, onde os monges russos o agasalham no respeito tributado a grande senhor da igreja e lhe prestam obediência, investindo-o na posse dos bens da sociedade palestinese russa e em cuja posse este entra ostensivamente em nome do patriarcado moscovita; visita de que o mundo israelita ganha alento e tira proveito para mais audaciosos cometimentos na sua luta de predomínio. Ora não esquece o hospício russo de Bari, nas vésperas das eleições na Itália; ou quando, em viagem de estudo pela Geórgia, procura, com Estaline, aliciar, pela vitória religiosa, a aqueles povos mais teimosos e impenetráveis à doutrina comunista. Ora recebe em cenário de dignidades e de diplomáticas cedências a Estêvão, exarca da Bulgária, até deste receber as homenagens da obediência e, com esta, às melhores facilidades para a incorporação daquela nação no rico espólio de Estaline; ou quando logo se passa à Finlândia, representado o seu prestígio na pessoa do Bispo de Leninegrado, em Gregório, sempre incansável na fadiga de ganhar adeptos para a Igreja oficial russa e levar submissões até junto do seu oculto chefe Estaline. Ora reprende publicamente os monges do mosteiro de Valamos, acusados de haverem favorecido a independência da Finlândia, e assim, na largura de um perdão aparatoso, melhor finca ali a vontade imperialista do Kremlin, para, através de sua voz toda impregnada de fingidas bondades e de pomposas bênçãos sem outro significado senão o político, alargar as fronteiras do internacionalismo pagão no próprio seio da sua maior resistência, junto de um universalismo cheio de luz e de sol. Ora nomeia os seus melhores

auxiliares para percorrerem, em nome seu, a todo o território da Checoslováquia e aqui vencerem a tenaz resistência de Bênes e de Masaryk; e ainda os deixa entrar terras da Austria ou os leva em incansável correria até à Manchúria no intento de irem, em Harbin, receber das mãos dos bispos ortodoxos da China as suas homenagens e adesão à política religiosa do Kremlin. E nesta ordem, Nicolau chega a vir a Paris, onde prende as atenções e distribui simpatias entre os de Eulogio, o metropolitano russo de Paris; tendo mesmo feito seu prisioneiro, preso pelas malhas da obediência a Moscovo, ao Bispo Serafim, pertencente ao mesmo grupo anti-soviético que, em 1947, transferira a sua sede para Munique. Em Paris, Nicolau, entre aparato desusado já, faz-se assistir de 33 sacerdotes, tomados de entre os fugitivos, que se deixaram captar pelos olhares licenciosos da sua brandura toda prometadora de altos destinos para os mais contritos de política (1).

Dest'arte procura a Rússia valorizar o seu movimento político marcando-o com o selo confessional de uma religião, a cujo encargo põe a sua mesma política de despir vontades para negar crenças e roubadas almas à cristandade melhor vergar os corações dos homens no engano de falsos credos, assim os submetendo à tutela vigilante do Politburo, através de uma enganosa obediência ao patriarcado vermelho de Moscovo. De facto, a sua obra de penetração infiltra-se por entre massas já deseducadas propositadamente por aquela acção negadora de forças energéticas que teve por teatro o mundo liberal do século XVIII. Se não fora essa acção demolidora dos princípios tradicionais em que uma inundação pasmosa de ideias, introduziu, na sua filosofia, com a primeira noção defeituosa de Pátria a aquele amor do egoísmo que envenenou a chamada política da ordem e da utilidade do comum; mas não fora essa deturpada política e certamente, não existiriam essas massas deseducadas que têm dado o chão fértil de dedicações fogosas, até entre a ingenuidade de costumes de homens de boa vontade, que ainda são povo mas os seus corações já

(1) Nem todos os russos emigrados na França se deixaram cair nos encantos da sereia, submetendo-se à política comunista através da sua adesão à igreja russa. Por exemplo Vladimiro, Bispo ortodoxo russo de Nisa, acompanhado de 14 sacerdotes, foram declarar-se obedientes do patriarca ecuménico de Constantinopla e sob a sua protecção. Também Serafim, arrependido da sua fraqueza, se afastou, pouco depois. É curioso acentuar a atitude tomada por Berdiaef, há pouco falecido, o autor conhecido de tantos livros de ataque ao comunismo, que, incompreensivelmente, aceitou esta obediência à igreja oficial russa, solicitando mesmo autorização para regressar à Rússia.

corroídos no primeiro desfalecimento, a incliná-los na inconstância revolta de massa, homens levados nas cegueiras do engano e do misticismo e só mais tarde reconhecendo a má fé desses tristes hierarcas da nova e falsa religião.

Com esta política, a Rússia já conseguiu, ao menos, chamar aos seus campos de trabalhos forçados na Sibéria a muitos dos fugitivos, alguns ingénuos acreditando no perdão vermelho mal suspeitosos de que de ante-mão estão a formar bicha na longa lista das depurações. Só da Grécia regressaram já nestas condições passante de 3.000 russos, levados até ali pela mão conselheira do patriarca Aleixo que, submissamente, os vai entregar no regaço vingativo do inflexível Estaline, sua indignidade logo os dobrando à sua onnipotente vontade precursora das grandes confissões para sensacionais julgamentos. Do Libano e da Síria, contam-se entre milhares o número de aqueles russos que caíram na cilada traiçoeira do Kremlin. Da América, se não conseguiu chamar a si inteiramente a todos os russos ali exilados, ao menos, no primeiro acto da cena, já deles obtivera o seu afastamento da obediência do arcebispo Anastácio, hoje em Munique, e mais alcançaria se não fora o caso da professora russa e ainda outros mais sucessos acontecidos nos bastidores da política internacional de guerra e em boa hora aproveitados na política das chancelarias.

É bom não esquecermos que o Concílio pan-americano da igreja ortodoxa russa, reunido em Cleveland, já encontrara defesa deste modo: «que o sobor pan-americano da igreja russa ortodoxa declara reconhecer o patriarca de Moscovo como seu chefe espiritual, mas não o toma para seu chefe administrativo» (1). Seria este o primeiro passo desprevenido, dado pelos russos da obediência do arcebispo Teófilo, de São Francisco da Califórnia, e que os faria integrarem-se olhos vendados na religião política da foice e do martelo, onde o «olho de Estaline» noite e dia vigia os actos de cada camarada, a um por um, para os castigar exemplarmente pelas suas travessuras e inclinações humanas. No patriarca Aleixo tem pois Estaline o seu melhor agente de «quinta coluna», o mais sério fiscal da sua doutrina na letra de lei pagã, e o mais convicto aliado seu na propagação de sua política de internacionalismo e de expansão.

(1) A esta hora já começam a reconhecer o engano e o ardil escondidos sob o manto dos perdões, estando muitos a romperem com a sua obediência à igreja russa soviética e a regressarem à antiga independência. O caso da espionagem russa, como agora o processo Kravchenco, verdadeiro julgamento de um regime, vieram prevenir os incautos contra a mesma traição dos métodos.

Como nos diz Ortiz de Urbina (1), «toda esta colaboração ostentosa dos soviéticos com o patriarcado moscovita não significa emenda de uma ideologia sem Deus, nem o retorno a um humanismo natural inspirado por instintos civis», porque em se tratando da religião católica «a perseguição comunista continua em toda a sua intransigente insolência dentro da U. R. S. S. e que mesmo para os tão considerados ortodoxos continuam em pé leis tão anti-religiosas como a que proíbe ensinar a doutrina cristã aos menores de dezoito anos». Por isso Ortiz de Urbina, cujo testemunho aqui aceitamos, pode sem exagero acrescentar que «nos planos do Kremlin vermelho todo esse regalismo, instaurado em favor do patriarcado, não passa de manobra cuja finalidade se vê por entre os paramentos eclesiásticos» (2).

Deste modo se utiliza Estaline do patriarcado moscovita da igreja soviética no desígnio de, por seu intermédio e mercê de acção desenvolvida no seio das famílias ainda não de todo paganizadas, mais atrair ao comunismo, religião dos sem-Cristo, aos ortodoxos das restantes nações da sua influência, já incorporadas na República vermelha ou aos de aquelas ainda não de todo sob a sua internacional égide, mas infelizmente já caídas sob a sua esfera de influenciação. Só assim podemos compreender a energia dos hierarcas vermelhos na sua infatigável defesa do comunismo ateu, estando este mascarado de uma nova religião filosófica; só deste modo conseguimos perceber as campanhas levantadas por Aleixo e seus auxiliares, a soldo do Kremlin, contra a Santa Igreja Católica, contra os seus Padres e muito especialmente contra a Santidade de Pio XII, indo até à infâmia de fazer supor a Igreja vendida ao dólar americano e o Seu Vigário sob as influências americanas; ainda só deste modo podemos entender, emprestando às palavras o seu real e único sentido, à estranha e horrenda blasfêmia do bispo soviético Lucas de Tambof, ao mandar odiar os inimigos em nome de Cristo. Aqui temos, nesta política actualizada do comunismo, os dirigentes do Politburo a deitarem para o remoinho das ideias desencontradas deste signo de confusão em que vivemos, com a sua rede de captações, armada no ardil, entre os povos menos desprevenidos da sorte da guerra e portanto mais condenados a capitularem da sua autoridade livre por estarem na sua órbita de escravidão, a seu lado

(1) Em artigo especial enviado para *Tradição*, número de Agosto-Setembro últimos.

(2) Lug. cit.

vivendo a amargura entre outras gentes já sob o tacão despótico e verdascadas sob a chibata vingativa do furor selvagem do urso vermelho.

Porque sob as aparências simplórias e inofensivas do ingénuo cordeiro esse urso vermelho cautelosamente espreguiçando as suas patas de unhas ensanguentadas se debruça em sorriso sobre as vítimas para, na sedução, melhor vencer a inquebrantável fortaleza dos povos cristãos, em cujo seio ele quer tirar o desforço da sua maior vingança. Como ainda o não conseguiu, e já agora supõe nunca o conseguir, por não sufocar extinta a fé de dentro dos corações cristãos e matar o homem pela destruição da sua Igreja, o Politburo permite-se fundar uma Igreja, fingidamente a mesma da Rússia csarista e religiosa, mas totalmente escravizada nos seus métodos religiosos aos fins do partido e entregue à direcção de bispos oficiais do partido. Assim procura permitir-se a uma mais fácil e certa vitória entre os povos já conquistados e os a conquistar ainda (1).

No entanto, olhando-se a fraqueza espiritual que levou a pusilânime hierarquia ortodoxa a vacilar de vencida no terror do temporal, não podemos, como nos afirma o mesmo Ortiz de Urbina, «*deixar de admirar a fortaleza inquebrantável dos bispos católicos*», quando os rutenos dão ao mundo o magnífico exemplo de preferirem o cárcere, as deportações e a morte heróica do martírio, à rotura com Roma; ou quando o indomável e bravo arcebispo de Zagreb, intrépido em defesa da Igreja, provoca as iras do marechal Tito.

Mas este Tito é outro caso da psicologia comunista, que necessitava ser aqui analisado se este artigo não fosse já cumprido demais e delimitado nas suas linhas ao assunto do seu título. Já houve mesmo quem

(1) Sobre o movimento religioso na Rússia é aconselhável a leitura do livro do P. Jorge, pseudónimo de um sacerdote croata que chegou a ter altos postos no exército russo e que ali denuncia a maravilhosa actividade espiritual que dentro da Rússia se desenvolve, estabelecendo a distinção entre o povo russo tal como é, e a ideologia marxista que se lhe impõe tiránicamente mas ele detesta. Porque o Politburo assim sabe a perseguição à Igreja tem neste momento o seu principal foco nos países satélites.

Recomenda-se a leitura do livro de Vladimiro Solovief, *A Rússia e a Igreja Universal*, de que existe tradução espanhola (Ed. Epesa). Vidè ainda na revista *Brotéria* alguns magistrais artigos sobre o assunto: v. g. Nicolau Belina-Podgaetsky em «A Igreja de Moscovo» (número de Outubro de 1948); do mesmo, «O cisma russo e o comunismo (número de Novembro); ainda «Comunismo de batina», do mesmo escritor (número de Junho de 1948). Também é notável o artigo «Aspectos táticos na campanha anti-religiosa da U. R. S. S.» inserto no número de Abril de 1948 da mesma revista.

concedesse às divergências entre os dois marechais a mesma importância, para a história e o futuro do movimento comunista no mundo, que é geralmente consentida à tomada do Palácio de Inverno, em Petrogrado, por Lenine. As sombras e o mistério rodeiam a política de Tito. Há quem avante que não seja ele o croata que com o pseudónimo comunista de Miguel Costich se bateu entre os vermelhos, na guerra civil espanhola, na brigada internacional polaca de Dombrowski; aquele conhecidíssimo mesmo croata que se assinava também com o nome de Pael Zugovitch, ao tempo em que esteve principal colaborador de Salomão Lozovsky, presidente da Internacional dos Sindicatos operários vermelhos e que, como seu homem de confiança, veio à Europa Central com o encargo exclusivo de provocar as cisões nos sindicatos reformistas, para assim melhor trabalharem de Moscovo a desejada e tão cobiçada aproximação destes à obediência do Profintern. Sendo assim, não será então ele, segundo parece e é de tomar nos depoimentos da irmã que o não reconheceu, aquele Zugovitch dedicado ao comunismo que teve entrada franca nos meios conspiradores trozkistas, para, de combinação com Estaline, parece, ali ajudar a fazer a organização mundial dirigida e orientada por Trotzky (sempre Trotzky foi considerado como mais empreendedor e organizador do que realizador, enquanto a Estaline, ao contrário, tiveram-no sempre como o realizador magnífico dos empreendimentos alheios), mas destinada a ser aproveitada pela estrela de Estaline. Embora se diga que esse Zugovitch, em sua terra Josip Broz, morreu na Sibéria para onde fora deportado não se sabe bem como nem por que razão, somente se conhecendo da sua biografia que esteve nos Urais a trabalhar em uma grande metalúrgica, mas logo amnistiado, reintegrado na confiança do Politburo, e nomeado funcionário do Komintern, — o que é indício seguro das suas qualidades comunistas e de como a sua competência profissional em questões de provocamento para a luta das classes é tida pelos dirigentes em grande apreço, — o certo é que certas atitudes do marechal de Belgrado nos fazem supor que ele seja ainda o mesmo fanático evadido do campo de Vernet e o mesmo dedicado à Rússia a ponto de ser o mais conhecido orientador da actividade clandestina comunista na Bélgica, na França e nos Balcans, principalmente na Jugoslávia, onde chegou a ser o chefe mais popular da ofensiva contra Pavelitch e Neditch. Mas se José Broz é de facto José Broz como ele denunciou-se chamar no seu nome civil, ou se o actual Tito mais não é do que um sócia daquele e mal arranhando a língua que se atribuiu como a sua materna, o que interessa é conhecê-lo homem experimentado nas manobras soviéticas e consumado

artista na aliagem entre a teoria ideológica de Trotzky e a prática experimentada de Estaline. Sendo assim, facilmente se compreende que a guerra entre Estaline e Tito mais não seja do que de prestígios e portanto mais aparente do que real nas hostilidades ideológicas em que se acende, bem ela podendo ocultar os desígnios formais da mais séria e ordenada ofensiva do Oriente no seu combate contra as muralhas do Ocidente. Os interesses em jogo entre os dois marechais do comunismo visam a uma mesma única e brutal revolução de ideias, e essas divergências que, porventura, se suponha a separá-los das amizades e divididas entre simpatias pessoais, decerto os não aparta naquele comum objectivo do seu credo, tal como já estive na política de influências formada com Estaline e Trotzky. No entanto, as potências do Ocidente parece já terem dado pelos manejos... e nesta ordem quando as chancelarias tendo acordado do sono de estupor, que, desgraçadamente e por mal da Europa, durante tanto tempo as adormeceu fora das suas responsabilidades pelo destino do mundo cristão, parece terem já dado pelo engano e na astúcia desconfiada do russo olham agora às mesmas manobras do clefta jugoslavo.

Uma só política parece estar concertada no interesse dos povos ocidentais, como sendo a mais apropositada e própria para se opor contra os manhosos planos de guerra soviética e resguardar a Europa contra a vaga de morte e de ódios — aquela política que, segundo a experiência da tradição entre os povos europeus, melhor guarda as gentes adentro da fortaleza sadia dos seus costumes, com forças energéticas de vida das nações. A obra encontra-se na moral com a reeducação dos homens para os ganhar em aquela política que tem por fim o enobrecimento da pessoa humana para mais facilmente os entregar no destino da Nação com a vida dos seus povos. O problema actual, posto à inteligência dos dirigentes da Europa por intermédio das grandes potências, mais não se trata do que do problema da restauração das monarquias nos povos de linhagem cristã, em especial em favorecer a cadeia monárquica que se forma em toda a frente balcânica para fortaleza inexpugnável dos valores cristãos. A América parece ter compreendido já a essa necessidade imperiosa da política balcânica, quando olha complacente para toda a actividade monárquica nos países daquela *entente* e muito em especial para a da Hungria da tradição.

E enquanto a Rússia soviética, incansavelmente, procura fazer esquecer à Rússia monárquica, criando uma mística imperial e revolucionária e semeando entre os mais necessitados de uma crença os mandamentos

filosóficos de uma nova religião política, enquanto isto se passa na Rússia, o número cada vez maior dos exilados e dos fugitivos volta-se para a Monarquia. De nada lhes valeram as perseguições contra toda a nobreza russa, de nada lhes serviu o massacre que vitimou, em Ekaterinburgo, na casa de Ipatieff, o czar Nicolau II, esse bondoso imperador, a czarina Alexandra Feodorovna, o tzarevitch Alexandre, as grã-duquesas Olga, Tatiana, Maria e Anastácia; tão-pouco lhes aproveitou ao fortalecimento da mística comunista a morte selvagem que os bolchevistas impuseram aos outros membros da casa imperial, como o grão-duque Paulo Alexandrovitch, os príncipes João e Igor Constantinovitch, o grão-duque Sérgio Micailovitch, mortos em Alapaievsk, ou ainda os grãos-duques Dimitri Constantinovitch e Nicolau Micailovitch, primos do czar, fuzilados em Petrogrado naquele horrível começo do ano de 1919. Porque ainda alguns membros da família imperial conseguiram escapar ao inferno vermelho, fugindo para o estrangeiro e salvando assim a dinastia e os princípios, a própria continuidade da Rússia histórica.

O grão-duque Cirilo, filho mais velho do grão-duque Wladimir, irmão do czar Alexandre III e nascido em Petrogrado, em 1876, era primo-irmão do czar Nicolau II. Tinha feito uma carreira brilhante como oficial de marinha, e em 1917, já almirante, comandava o corpo de marinheiros da guarda imperial. Perseguido pelos bolchevistas, conseguiu refugiar-se na Finlândia, entre família de amigos, mas vivendo sobressalto pela vida sua e dos seus enquanto durou a guerra civil que então se alastrava naquele país. Neste exílio, em Hako, próximo de Borga, aos 10 de Agosto de 1917, pouco depois de seus pais ali terem chegado fugitivos, nasceu o grão-duque Wladimir, actual representante da dinastia imperial russa.

Em 1922, já na França, na sua vila de Saint-Briac, mas ainda enquanto dura a revolução russa, reivindicou a todos os seus direitos à Coroa Imperial e, sob o nome de Cirilo I, foi proclamado, aos 31 de Agosto de 1924, como *Czar de todas as Rússias*. Foi ele a grande Esperança viva a alentar homens entre os emigrados russos. Foi Cirilo I a grande certeza da continuidade histórica da Pátria de Pedro o Grande. Por mais de uma vez falou Ele ao mundo para afirmar em Si a presença da Rússia tradicional e lembrar que o comunismo não era a Rússia, mas um partido de traição, de opróbrio e de despotismo que se infiltrou no seu solo por artes e favor de inimigo tradicional dos seus povos. Nesses dias, fala ao mundo «como Chefe da Casa Imperial, unido à Nação Russa por laços indissolúveis de um passado glorioso» para dizer que acusa «os dirigentes actuais da Rússia de não terem trazido ao povo do *seu* país, durante

quinze anos de despotismo, mais do que os inúmeros males» de uma horrenda perseguição, esses dirigentes desnaturais que por anos de sofrimento reduzem aquele admirável povo à pior condição de miséria, inundando de sangue o país e esbulhando o homem de toda a sua enorme riqueza espiritual.

Quando morreu, a 12 de Outubro de 1938, tinha merecido o respeito universal dos homens pela maneira como se dedicara à causa da Justiça e da Honra para o resgate das excelsas e honradas virtudes russas. Às exéquias solenes rezadas na Igreja ortodoxa russa da rua Boileau, em Paris, por sua intenção, assistiram numerosas delegações russas, muitos príncipes e representantes de chefes de Estado. Deste modo se tinha imposto a dignidade deste Príncipe.

Do seu casamento com a Princesa Vitória de Saxe Coburgo-Gota, neta da Rainha Vitória de Inglaterra, nasceu o actual chefe da Casa Imperial russa, o grão-duque Wladimir. Este alto Príncipe pretende ser o czar de todos os russos, sem olhar ao passado político ou às crenças religiosas de cada um. Quer harmonizar a família russa nas mesmas antigas tradições da Santa Rússia, todos os russos regressados à liberdade e vivendo a protecção de um regime mais humano.

Na lição heróica de seu Pai, por mais de uma vez tem Wladimir precisado os termos da sua missão na História da Rússia. Durante esta guerra, condenando igualmente o nazismo como o comunismo, impôs-se pelo seu patriotismo quando soube manter uma posição digna e alheia sem se deixar inclinar pela política do eixo, mas sem também se deixar influenciar em proveito da pessoal política de Estaline. Por recusar as solicitações e as propostas alemãs, foi feito prisioneiro de Hitler, em 1944, e levado para um campo de concentração na Alemanha, sendo libertado pelos aliados a tempo do avanço das tropas soviéticas.

Gosta de viver entre aqueles que escolhem a liberdade e lhe contam os horrores da selvageria comunista. Mora actualmente em Espanha, junto de seu tio o infante D. Afonso de Orleans e Bourbon, marido de sua tia a Infanta D. Beatriz, irmã de sua augusta mãe Princesa Vitória de Saxe.

A Rússia de hoje vive do terror; todo aquele que seja tido ou suspeito de simpatizante com a ideia monárquica está simplesmente votado à morte. A Monarquia é o maior inimigo do comunismo e o povo russo bem compreende que assim seja. O Politburo já julgou de sua ciência certa sob a vigilante protecção do «olho de Estaline»: czaristas são todos os adversários do regime republicano dos proletários na revolução mun-

dial; realmente só estes são os verdadeiros e os mais encarniçados inimigos do comunismo e de Estaline. Mas as depurações longe de sufocarem as dedicações fazem com que hoje o povo, triste e cansado de seu penar, escondidamente, o seu próprio pensamento se não atraíçoe, mesmo atirando-se para os cárceres e para a morte quando suplica a Deus pelo regresso do seu bem-amado Czar, que ele bem sabe bondoso e popular. Mas na Rússia estão sempre à vista a denúncia, as perseguições, os ódios. A juventude comunista já foi educada fora da ideia de Deus e do amor de Pátria, longe da compreensão de poder autoritário, mas protector. São revoltados da sociedade, inimigos da Pátria e de Deus, odiando os mais homens que se não submetam ao jugo do comunismo e se não verguem a ignorados de si mesmos.

No entanto, nos meios emigrados da Rússia conta o Czar em cada homem um partidário, em cada família um lar defensor das liberdades tradicionais. Por isso não foi surpresa para ninguém, quando, em 1947, se fundou em Munique, na zona americana de ocupação, o Supremo Conselho Monárquico, tendo por presidente o general Svitcheff, herói da guerra, e por secretário-geral o escritor Tschuchnow, organização tendo por objectivo a formação de grupos, que, espalhados pelo mundo, queiram, como fim, trabalhar na difusão da ideia monárquica até conseguirem a restauração de Wladimir ao trono de seus Maiores. Apoia o movimento aquele clero ortodoxo que recebe obediência do metropolitano Anastácio, o grande influente das ideias monárquicas entre os inúmeros russos exilados.

Além disso, este Conselho Supremo protege a divulgação da doutrina monárquica no mundo, por meio de jornais (1), revistas e outras publicações mais.

Em corações russos a grande Esperança continua sendo Wladimir, czar da Rússia exilada; para a compreensão dos homens de responsabilidade nos negócios do ocidente europeu Wladimir é neste momento a grande carta de trunfo para a vitória do mundo sobre o comunismo ateu.

(1) Na América, na Argentina, na Bélgica, etc. As numerosas Associações russas espalhadas pelo mundo, permanecem fiéis ao Czar, como, por ex., a de *Auxílio aos Russos emigrados da Rússia*, dirigida em Nova York pelo Príncipe Belosselsky, ou a *Associação para a defesa da Rússia imperial*, presidida pelo general Tichmeneff e com sede em França.

—«Vossa Alteza é o único e legítimo senhor soberano da Rússia verdadeira e histórica»— nestas palavras falam a Wladimir os últimos fugitivos da revolução russa, há pouco evadidos daquela terra de fogo e de morte que é o ainda domínio dos comunistas por entre as ruínas da antiga e magnífica Rússia que escreveu história na História do Mundo (1).

FERNANDO DE AGUIAR

(1) No processo Kravchenco, audiência de 22 de Fevereiro, a testemunha francesa Roger Garandy, professor e deputado comunista, o mesmo que já comparara a revolução russa com a revolução francesa, procura impressionar o tribunal com a maneira «terna» como o escritor russo, antigo funcionário soviético, sempre se refere ao regime monárquico, o que fez Kravchenco exclamar: «*Pois é, mas nos tempos dos czares havia milhares de presos, enquanto hoje com o regime soviético existem milhões!*»... Sobre o patriotismo comunista é curioso referir aqui as atitudes do comunista francês Marquie, sempre pronto a atacar a Nação em que nasceu para vir defender a Rússia, o que obriga o dr. Izard a protestar: «*sempre que se trata de atacar o seu país Marquie nunca falta!*» Ao fim Torez também logo se apressa a declarar e no momento psicológico que mais convinha à política soviética, que os operários franceses à sua ordem facilitarão a entrada do exército vermelho na França. Palavra de ordem do Kominform e cega obediência dos russos do interior a essa ordem...

Velharias Vimaraneses

Documentos & Efemérides

1849

Guimarães há 100 anos

Julho

Dia 10 — O Governador Civil deste distrito, em officio confidencial ao Administrador do Concelho, acusa a recepção do officio, também confidencial, que este lhe enviara ontem 9, referente ao cidadão francês Cheniū (Pierre Joseph Raphael), e diz-lhe «que se faz necessaria a maior circunspecção em todo e qualquer procedimento que com elle houver de ter-se; e por isso muito convirá que V. S.* continue a empregar toda a vigilância acerca do dito cidadão francez, para que melhor se possa conhecer dos seus fins e intenções, de modo que fique a auctoridade competentemente habilitada a obrar com toda a legalidade».

Agosto

Dia 14 — A Câmara representa à Rainha contra a pretensão da Ordem 3.ª de S. Francisco que pedía o convento para aumento do Hospital, o qual lhe não era

preciso porque o dito hospital já era sufficiente, tinha 19 camas, e os seus doentes pobres eram em média mensal 10 a 12 e já tinha comprado 7 casas contiguas a ele para o aumentar; e pede-o para o municipio aí continuar a ter o tribunal judicial e aula régia de gramática latina, hospital militar e aquartelamento de officiais de qualquer força que venha destacada, porque a Câmara tinha feito reparos para o dito aquartelamento para a força que aqui estava desde a última revolução, só podendo ser dispensada a «enfermaria» já há meses pedida pela Sociedade Dramática desta vila para formar um teatro, cuja parte estava separada do edificio e em ruínas; pois no convento de S. Domingos em parte estava a administração do concelho, parte estava em ruínas e outra parte seria demolida para entrada da estrada de Braga.

Dia 28 — Decreto nomeando D. Prior de Guimarães a D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto (P. L.) (1).

(1) Era um dos vultos marcantes do liberalismo, dele tendo dito o Conde da Taípa, na carta que endereçou a D. Pedro, *Papam habemus Marcum*: «o padre Marcos é o nosso Papa, a única autoridade que governa a Igreja lusitana», acusando a Junta presidida pelo padre Marcos de se apoderar das rendas dos conventos, roubar a subsistência do clero regular e de não prover as rendas eclesiásticas dos sacerdotes, indisciplinar o clero e desrespeitar os cânones e os concílios. Fora prior de S. Lourenço de Alhos Vedros, tendo fugido em 1828 para a Inglaterra. Exerceu o cargo palatino de Esmoler-mor da Rainha D. Maria II, tendo sido antes capelão de D. Pedro. Usava, desde 1834, o título de Arcebispo de Lacedemónia, Provisor e Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa, cargos que resignou em 1840. Foi também Comissário Geral da Bula, mesmo sem o Breve de Comissão de Sua Santidade, era maçon e desempenhava, em 1843, o cargo de Presidente Provincial da Grande Loja do Oriente Irlandês. Natural de Cezimbra, onde nasceu em 1782, faleceu em Lisboa a 6 de Dezembro de 1851.

Veja-se Álvaro Maia, *Vento sobre a charneca...*, págs. 79-80; Cónego J. Augusto Ferreira, *Memórias para a história de um cisma*, págs. 429-430; Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, 3.ª época, vol. VII, págs. 624 e segs.; Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, págs. 17 e Borges Grainha, in *Mapa dos diversos Orientes da Maçonaria Portuguesa e os seus respectivos Ordo Mestres desde 1804 a 1912*. (A de O.).

Setembro

Dia 26 — Alvará de mercê de Moço Fidalgo com exercício a José Joaquim Duarte Machado Ferraz.

Dia 30 — Toma posse do D. Priorado de Guimarães, por procuração ao Chantre João Baptista Gonçalves Sampaio, o 60.º D. Prior, D. Marcos Pinto Soares Vaz Preto.

Outubro

Dia 11—Faleceu António Joaquim Ferreira de Eça de Leiva, bacharel formado

em leis pela Universidade de Coimbra (Vid. Dic. *Portugal*, 4-149).

Novembro

Dia 2— Alvará fazendo mercê de fidalgo cavaleiro a Henrique Cardoso de Macedo, natural de Guimarães, filho de Domingos Cardoso de Macedo.

Dezembro

Dia 26— Decreto regulamentando a reforma das Colegiadas, conforme a lei de 16 de Junho de 1848.

JOÃO LOPES DE FARIA (†)



A crítica literária em Portugal ⁽¹⁾

É hoje um lugar-comum repetir que os Portugueses não possuem espírito crítico.

Segundo o juízo de alguns estudiosos estrangeiros, aliás lusófilos de reconhecido valor, os Portugueses são dotados principalmente de capacidade lírica, e é fácil efectivamente demonstrar a superioridade da poesia portuguesa sobre todas as outras manifestações da nossa vida espiritual. Embora reconhecendo — e nisto estou de acordo com Aubrey Bell — que a tendência do génio lusitano não é, em verdade, para a abstracção filosófica ou para as subtilezas da análise crítica, cumpre-me rectificar, na medida das minhas possibilidades e segundo o condicionalismo das minhas opiniões, aquela afirmação generalizada de que o espírito crítico falta em absoluto aos Portugueses. Se, até certo ponto, é de aceitar a conhecida paráfrase «les Portugais n'ont pas la tête critique», urge explicar o verdadeiro sentido de um juízo de realidade, como este pretende ser, e que muitas vezes se converte, facilmente, em um juízo de valor, necessariamente precário porque superficialmente formulado.

A história literária portuguesa demonstra suficientemente, desde os remotos primórdios da literatura nacional até ao nosso tempo, que houve em Portugal lúcidos espíritos com notável capacidade dialéctica e de discernimento ou exegese analítica, e bastará apontar o exemplo de todos os preceptistas, desde o neoclassicismo humanístico até ao neoclas-

(1) Linhas gerais de uma comunicação sobre «A Crítica Literária em Portugal» apresentada ao «Convegno» dos «Amici dell'Università», que se realizou em Roma no dia 9 de Julho, por Duarte de Montalegre, leitor de português na Universidade dos Estudos daquela cidade.

Apresentaram trabalhos o Prof. Angelo Alvarez de Miranda, director do Instituto Hispânico e leitor de espanhol na Universidade de Roma, sobre «O Interesse da Espanha Hodierna para a Cultura Sul-americana»; a poetisa uruguaiana D. Raquel R. Larreta sobre «A Mulher na Poesia do Uruguai»; o Prof. Arnolds Spekke, antigo Reitor da Universidade de Riga e antigo Ministro do seu país junto do governo italiano, sobre «A Cultura Báltica»; e o Prof. Láslo Toth, leitor de húngaro na Universidade de Roma, sobre «A Lírica Moderna Húngara». Todas as comunicações foram postas em discussão.

sicismo arcádico. Mesmo em pleno domínio do barroco, quando a hegemonia de Espanha parecia dever atrofiar a capacidade de expressão cultural e crítica portuguesas, surge a personalidade de D. Francisco Manuel de Melo, homem de pensamento e de acção, crítico subtil e criador originalíssimo e forte, clássico dos mais notáveis nas duas literaturas ibéricas, cultor estrénuo do bilinguismo seiscentista.

Escreveu Menéndez y Pelayo que a personalidade de D. Francisco Manuel de Melo representa o momento cultural mais alto da Península na época do barroco, depois desse grande vulto das letras europeias que se chama D. Francisco de Quevedo. Juízo exacto ainda pelo que se refere à crítica literária, pois D. Francisco Manuel de Melo é autor do mais belo e subtil apólogo dialogal de cunho crítico-literário, *O Hospital das Letras*, escrito no Brasil em momentos de afastamento dos centros de cultura hispânica, e na perspectiva do qual surge a mentalidade de Bocalini, Justo Lipsis e Quevedo, em hábil discussão e debate histórico, estético e literário com o próprio autor, inteligência invulgarmente dotada para as lides superiores da cultura. Poder-se-á mesmo defender, com justo critério e razoável fundamento, que D. Francisco Manuel de Melo é de facto um precursor longínquo das modernas concepções metodológicas da literatura, que integram o fenómeno literário no conspecto amplo da cultura, renunciando ao já hoje velho e revelho caminho do positivismo historiográfico, que trouxe, aliás, o seu valioso contributo à metódica das ciências da literatura, pelo que diz directamente respeito à investigação das fontes.

O século XVIII português ressentia-se naturalmente da crise do pensamento coetâneo. O choque entre duas concepções de cultura e os novos horizontes rasgados pela revolução iluminística europeia, embora tenham de ser analisados, pelo que é pertinente a Portugal, em planas diversas, não deixam de ter os seus reflexos no domínio da literatura e da estética e, muito naturalmente, no domínio da crítica literária. Preceptismo e crítica literária não se distinguem na perspectiva arcádica portuguesa. No século anterior, Faria e Sousa tinha dado provas de uma pujante personalidade crítica, embora segundo o padrão da mentalidade seiscentista, mas a erudição maciça de Faria e Sousa e a subtileza, muitas vezes exageradamente conceitista, da sua análise (recordem-se as suas interpretações e explanações da lírica camoneana), inculcam um conceito autónomo de crítica literária, desligado, até certo ponto, do preceptismo seiscentista. Quer dizer: a despeito do primado da retórica e do dogma da soberania imaginativa, o crítico consegue afirmar a plenitude de um juízo

autónomo, mal ou bem orientado, não importa, em vista da sua finalidade específica de orientação cultural.

Não sucede o mesmo na época do arcadismo setecentista. Boileau, Muratori e Pope têm os seus reflexos no magistério da preceptística portuguesa, e o caminho rasgado e seguido pelos mestres da Arcádia nacional, desde Francisco de Pina e de Melo, defensor dos Antigos, até António Dinis da Cruz e Silva, defensor dos Modernos — dos Modernos clássicos, seguidores dos Antigos, entenda-se, porque no fundo esta polémica é uma miniatura da *Querelle des Anciens et des Modernes* — este caminho, digo, era aquele que, no domínio literário, era preconizado por toda uma escola, cujos mestres iam procurar a Horácio e a Aristóteles a razão de ser da perfeição e da arte.

Já há muito que, Menendez y Pelayo, com a sua obra *Horácio en España*, demonstrou que o movimento neoclássico humanístico e neoclássico arcádico, (tanto o português como o espanhol), têm no horacianismo a sua mais rica e característica fonte. Cândido Lusitano, discípulo de Muratori, é um exemplo vivo da capacidade crítica do génio nacional português, quando não é dominado, como tantas vezes acontece, pelo espírito de facção e de seita. A sua *Arte Poética* pode resumir, em verdade, toda a metódica de um processo literário, que soube resistir aos excessos da hiper crítica polémica imposta pela mentalidade incendiária de Verney, (que era da mesmíssima Congregação e possuía uma formação bastante aproximada da dele, abstraindo do campo estritamente literário), o qual foi igualmente discípulo de Muratori, mas mais inclinado para os aspectos da pedagogia revolucionária do que para os aspectos da cultura das formas estéticas, no ângulo limitado da preceptística do tempo. E tantos, tantos outros, que não é possível neste momento citar, mas que revelaram, à maneira da sua época, a argúcia e a preparação, a amplidão de horizontes e a subtilidade de juízo que são uma característica do génio português, muito embora contrariado pelas tendências de um temperamento ardente e, naturalmente, de pouca serenidade. Mas este é um apanágio da nossa índole peculiar, à qual, se falta ou pode faltar o espírito crítico, não falta, de nenhum modo, a capacidade crítica, apesar do que se tem dito em contrário.

O Romantismo não foi um movimento literário fecundo para o desenvolvimento da crítica portuguesa. É certo que revelou a personalidade forte de Herculano, um dos maiores historiadores europeus do século XIX, segundo um conceito científico e moderno da história; é verdade que teve em Castilho um representante do apurado gosto clássico,

herdado e imposto por todo um aprendizado de arcadismo neoclássico e de cultura humanística, no sentido mais formal do que pedagógico, e Garrett, enfim, representa o primeiro momento português moderno de um superior acento de *cosmopolitismo* literário requintado, algo prejudicado, todavia, por uma qual superficialidade de gosto e de juízo, muito dos modos e das tendências garrettianas. Mas, no domínio estrito da crítica literária, não se pode dizer que o Romantismo fosse útil à cultura portuguesa. Bulhão Pato, que é considerado o abencerragem do Romantismo, tentou a crítica literária à maneira de memória expositiva e descritiva, mas *Sob Ciprestes* revela mais um génio lírico do que um génio crítico. Este pendor de criticismo mental, também exercido na plana literária, seria mais adequadamente realizado pela geração, dita realista, de Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, geração de iconoclastas e de hipercríticos sem dúvida, mas de notáveis valores no domínio da cultura, que procuraram, acima de tudo, realizar uma obra de revisão de concepções ideológicas.

Poder-se-á dizer, sem receio de errar, que a atitude mental destes homens e de todos aqueles que viviam na sua roda é caracterizada pelo surto eminentemente crítico, no sentido de pretender criar toda uma nova hierarquia de realidades sociais, políticas, filosóficas e literárias, à luz do idealismo crítico ou do positivismo agnóstico, a despeito do contraditório destes dois influxos, aliás notavelmente influentes na cultura invulgar destes cinco intelectuais, dos maiores de toda a literatura portuguesa. Antero, que era principalmente poeta e filósofo — deixou na sua obra poética um dos mais altos padrões da poesia europeia do seu tempo, segundo o testemunho da melhor crítica germânica, e na sua obra filosófica a revelação de um poderoso génio abstracto e criador — por mais de uma vez exerceu o múnus de crítico literário, e foi-o sempre com superior sentido de visão estética e dialéctica. Também Oliveira Martins e Ramalho foram grandes valores da crítica literária do seu tempo, naturalmente segundo um padrão hoje ultrapassado, mas naquela época considerado como o mais científico e portanto o mais sério. Guerra Junqueiro, o grande amigo de D. Manuel de Unamuno, foi sobretudo um polemista-poeta. A sua obra não é a de um crítico sereno e a de um poeta puro, pelo menos parte da sua obra, abstraindo da lírica admirável de *Os Simples* e de outros momentos de altíssima beleza artística, mas a sua atitude de hipercrítica polémica segue aquele rumo que, coetâneamente, era seguido pela atitude mental revolucionária, paralela, até certo ponto, da atitude tomada por Antero, mais caracte-

risticamente um crítico do que Guerra Junqueiro, e, sem dúvida alguma, uma inteligência mais poderosa e culta. Grande capacidade crítica e notável senso de espírito crítico possuía Eça de Queirós, cuja obra é considerada, hoje em dia, um dos mais belos padrões do romance europeu realista, tão alto e tão profundo, embora menos conhecido, do que o de Gustave Flaubert. Mas a crítica literária pura não podia ser por estes homens exercida em sentido de autonomia cultural ou mesmo dialéctica, como processo ou metódica. A razão é simples. Estes homens não consideraram a crítica literária em perspectiva autónoma, precisamente porque a sua atitude mental era de revisão ideológica e, portanto, com marcados caracteres polémicos no amplo domínio do pensamento.

Grande vocação de crítico literário, prematuramente roubado pela morte à literatura portuguesa, foi Moniz Barreto. Espírito de potente visão analítica e capacidade de síntese, com um sentido superior de cultura dinâmica e actuante, dotado de invulgar serenidade mental, pelo menos no exercício das suas virtudes de finíssimo exegeta, às vezes, sem dúvida, demasiado lógico para ser intérprete (ai do intérprete literário que se esquecer das suas bases de interpretação, somente preso ao mecanicismo apaixonante do raciocínio abstracto!), seria hoje, possivelmente, o Sainte-Beuve português — um Sainte-Beuve menos sólido como homem de cultura, mas decerto mais brilhante e lúcido como crítico puro —, se não tivesse desaparecido tão depressa.

Outros nomes se devem apontar, como representantes de uma tendência geral da crítica literária construtiva de Portugal. No campo da investigação estritamente erudita, académica ou universitária, merecem relevo, entre outros, os nomes prestigiosos de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, Anselmo Brancamp Freire e tantos mais que já morreram, mas cuja obra perdurará imperecivelmente. Mais perto de nós, Hernâni Cidade, António Sérgio, Duarte Leite, Joaquim de Carvalho, Alfredo Pimenta, Paulo Quintela, Fidelino de Figueiredo, Prado Coelho, Rodrigues Lapa, Costa Pimpão, e muitos que não é possível mencionar porque o tempo e o espaço o não permitem, realizaram e realizam ainda uma obra de crítica construtiva muito séria, talvez mais positivista e historiográfica do que seria para desejar, mas sem dúvida com os seus méritos no campo da investigação erudita.

De todos se distingue Joaquim de Carvalho, pela inteligência superiormente aguda e pela visão superiormente crítica, virtudes que, decerto, são condicionadas pelo exercício da sua profissão de filósofo que, não esquecendo a história, acima de tudo procura servir a cultura. António

Sérgio é um temperamento dialéctico muito fino, talvez prejudicado pela atitude sistemática de neocriticismo e pela tendência indominada para a dialéctica à *outrance*, no seguimento do seu postulado metodológico que admite o primado do pensar, como condição imprescindível para a consecução do saber. Atitude inversa é aquela que é tomada por Alfredo Pimenta, que considera o primado do saber como dogma fundamental da cultura e do exercício do seu múnus de historiador, embora não ponha de parte — certas afirmações polémicas possuem valor precário — a utilidade fecunda do pensar, como se pode concluir dos seus magistrais *Estudos Filosóficos e Críticos*. Hernâni Cidade merece ser muito especialmente relevado por haver realizado uma obra em cuja tessitura se encontra o sinal evidente de um grande respeito do primado da cultura, e assim se compreende que o autor do conhecido *Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII* haja admitido a viabilidade crítica dos métodos mais díspares, numa fecunda unificação de esforços, mentais e eruditos, para a consecução final da ciência.

Para Cidade, a literatura é uma realidade que só criticamente bem se pode compreender na perspectiva ampla da cultura. As suas «Lições», discutíveis sob muitos aspectos, às vezes mesmo apaixonadamente polémicas, têm sempre a altura cultural de uma construção do espírito, em que tem lugar próprio a investigação erudita em sentido positivista, ao lado do raciocínio crítico em sentido idealista. Rodrigues Lapa é o mestre prestigioso e estudioso lúcido da poesia medieval — como homem de letras, naturalmente, que só este aspecto aqui nos merece consideração —: a sua obra de crítica hermenêutica e de investigação heurística causou sensação no mundo românico, pelos seus caracteres de solidez construtiva e de amplidão intelectual. Prado Coelho, Paulo Quintela e Costa Pimpão, mais novos, embora com tendências diversas, são valores, dignos de menção, da actual crítica portuguesa, não no puro ângulo da crítica pura, mas no aspecto da investigação erudita: o primeiro, afirmado com um notável estudo sobre Camilo, o segundo, principalmente, com ensaios vicentinos — reputo vulgar a sua tese sobre Hölderlin — e o terceiro com algumas achegas parcelares de investigação historiográfica séria, e com uma promessa de história literária, que não sei bem ao certo até que ponto virá a constituir uma benemérita «História da Literatura Portuguesa» ou, ao menos, um valioso subsídio para a realização futura dessa «História» por quem seja tão probo como historiador, mais profundo como crítico e muito mais dialecta como intelectual. Não obstante, muito se poderá esperar da actividade destes honestos estudiosos, cuja

visão crítica pode estar algo obliterada pelos excessos da metódica positivista, mas cuja boa vontade de servir e cujo esforço notável de investigação seria injusto esquecer ou diminuir. Duarte Leite, o mais velho de todos, nem por esse facto é o menos jovem e fresco como construtor e crítico, juventude e desenvoltura ainda há pouco bem provadas na sua polémica com Pimpão sobre «A Crónica dos Feitos da Guiné», (a resposta brilhantíssima e convincente de Duarte Leite está publicada na *Revista da Universidade de Coimbra*), e onde é patente não apenas uma notável preparação cultural e erudita, mas ainda uma plasticidade dialéctica muito rara e um sentido superior de agudeza mental.

Aquele pendor de erudição pura, a que me referi há pouco, patente, de um modo geral, na obra dos investigadores universitários e académicos, e de um modo particularíssimo na chamada escola de Coimbra — como estão distantes os tempos de Antero, em que as gerações de Coimbra não eram apenas notáveis pela irreverência e pela alegria, mas ainda pelo fogo sagrado do espírito e pelo entusiasmo vivificante da ciência! — corresponde a uma atitude crítica já posta de lado nos grandes centros culturais europeus, mas ainda hoje apresenta as suas vantagens, porque sem o trabalho da investigação das fontes, não é possível construir no domínio da crítica literária. Apesar deste lado positivo, urge reconhecer que a necessária distinção entre crítica literária e história da literatura não tem sido devidamente formulada, sobretudo pelos representantes do positivismo e do biografismo historiográficos que ignoram ou são contrários ao moderno progresso da investigação metodológica e da filosofia da literatura. E isto não apenas em Portugal, mas até nalguns meios europeus e não europeus, onde o que é considerado novidade de método não costuma obter audiência senão volvidos pelo menos cem anos.

O tipo de crítica parafrástica, ou de comentário cheio de considerações a propósito da obra ou do assunto analisado, expresso com mais ou menos dogmatismo, também tem em Portugal o seu representante. Cabe dizer aqui, porém, que João Gaspar Simões teve o mérito de despertar — de saber despertar — para o dinamismo polémico, algumas inteligências de reconhecida capacidade crítica, e de trazer, para a ribalta, a discussão de alguns problemas interessantes da ordem literária do dia, em países cultos e em meios de maior agitação literária. Por mais reparos que a sua obra mereça — particularmente a sua obra de crítica construtiva — (e lembramos, a propósito destes reparos, uma série de objecções lúcidas que em tempos fez ao seu estudo sobre Eça, na revista *Biblos*, o

historiador positivista Costa Pimpão), não se pode nem deve esquecer que o mérito da sua obra reside em haver *espanejado*, às vezes agressivamente, certa poeira arcaica que iludia muitos olhares incautos, se bem que as suas «lições» semanais tivessem o carácter precário de juízos de valor profundamente discutíveis e frequentemente inexactos, clamorosamente injustos até, não raro. O seu interesse por trazer à discussão problemas, que não eram tratados nem conhecidos pelo «*profanum vulgus*», obrigou, sem dúvida, a fazer erguer os olhos de muitos portugueses medianamente cultos para o que se passava no domínio das outras literaturas. Trabalhador infatigável, mais dotado para a ficção do que para a subtilidade das finas análises interpretativas, vocação porventura mais inclinada para a construção novelesca do que para a construção ampla das grandes sínteses, este crítico, de erudição não vulgar no domínio do conhecimento literário moderno, desinteressa-se demasiadamente da metódica da literatura como ciência do espírito e é contrário ou ignora, como os seus confrades de *tipo erudito-positivista*, as fundamentais questões impostas hodiernamente na esfera metodológica e filosófico-literária, ao mesmo tempo que alheia a sua visão das literaturas comparadas para continuar a seguir o padrão individualista da crítica dogmáticamente judicativa. O recurso aos processos precários da exegese psicologista define um dos ângulos mais frágeis deste género de crítica literária, que há vinte anos em França e na Itália tinha os seus seguidores apaixonados. Não quero porém deixar de acrescentar que foi este literato o primeiro que, em Portugal, compreendeu a fundo a importância dos estudos hoje mundialmente admirados de Henri Brémond, tão pouco lógicamente minimizados pelo brilhante racionalismo de António Sérgio, numa polémica em que este poucas vezes teve razão, segundo creio.

Têm-se revelado recentemente em Portugal algumas vocações para a crítica literária que não desprezam o surto dialéctico da interpretação e da análise e que integram de facto, como deve ser, a literatura na perspectiva da cultura, como postulado fundamental de um método. É de esperar destes estudiosos uma contribuição positiva para que o nível geral da crítica literária portuguesa atinja o acume que se nota, por exemplo, no domínio da investigação literária italiana e francesa, no qual há uma multiplicidade de tendências, desde a de tipo especificamente erudito — ainda há pouco documentada pelas publicações beneméritas da direcção de Atillio Momigliano, em função porém de uma visão ampla de literaturas comparadas — à de tipo acentuadamente

dialéctico. São de apontar, entre outros nomes ilustres, os de Jean Carré, Bédarida, Marcel Bataillon, Étienne Gilson, etc., na literatura francesa; os de Croce — sempre mais fecundo e mais profundo —, Farinelli, Bertoni, Calcaterra, Russo, Sapegno, etc., na literatura italiana; os de Ortega y Gasset e de Dámaso Alonso na literatura espanhola, para só mencionar os mais universalmente conhecidos no nosso tempo; e os de Iorga e Isopescu na literatura romena, este último agora ocupado, em estudos que empreendeu e prepara em Paris, com as literaturas portuguesa, espanhola, italiana e romena, em plana de relação com as literaturas europeias, particularmente com a literatura francesa.

As brilhantíssimas e novas investigações de Cabral Moncada sobre o iluminismo português, à luz de preciosos documentos que foram descobertos em Itália, (e seria interessante aprofundar, neste sector, até que ponto é que o iluminismo português é um fenómeno distinto do neoclassicismo arcádico); as dissertações magistralmente exemplares de Rebelo Gonçalves sobre Camões, tão sólidas de humanismo fundamental como brilhantes de classicismo formal; os ensaios de Salgado Júnior, de Castelo Branco Chaves, de Santana Dionísio, de António José Saraiva e outros sobre os mais variados aspectos da cultura portuguesa; as teses de Vitorino Nemésio sobre Herculano, tão cheias de novidade e de probidade críticas, e as pesquisas de Correia de Oliveira sobre D. Francisco Manuel de Melo e o Seiscentismo — estudos cheios de interesse por terem revelado aspectos novos da crise poética da época, em íntima conexão com o barroco —; finalmente, as argutas discreteações de Costa Marques sobre a metodologia literária e seus problemas, num livro que só o primarismo intelectual de críticos «à força» poderá considerar vulgar, e, para concluir — sem que a lista possa reputar-se completa, muito longe disso, pois não me ocorrem de momento outros valores dignos de especial menção (e muitos serão ainda com certeza) — as brilhantes achegas e notícias críticas de Domingos Maurício, uma das mais amplas e sólidas vocações da minha terra para a actividade literária em plana cultural e para a crítica, quer de fontes, quer de textos, sem esquecer a obra de Marques Braga, Manuel Múrias, Feliciano Ramos, João Ameal, Manuel Anselmo e de tantos outros não menos ilustres, permitem esperar para muito breve um rápido progresso do nível geral da crítica literária lusitana, até poder colocar-se, não direi na vanguarda mas ao menos à altura normal da crítica literária dos povos mais cultos da Europa.

No domínio da biografia crítica, merece relevo especialíssimo uma obra aparecida recentemente sobre a personalidade de Antero de Quen-

tal, da autoria de Bruno Carreiro. São dois poderosos volumes que semelham uma construção architectónica cheia de grandiosidade e de equilíbrio, como algumas catedrais e basílicas, de linhas inexcedivelmente perfeitas. Bruno Carreiro levou anos a fazer as suas investigações, mas a sua biografia de Antero — que modestamente chama «Subsídios» — constitui um verdadeiro monumento de probidade e de rigor crítico, erguido à memória do grande poeta, e particularmente à memória do seu nome imaculado, e da sua personalidade moral. O método deste género de trabalhos não requer as delicadezas e as agudezas dialécticas da crítica literária, como actividade do espírito, na serviência do interesse da cultura. Mas que esforço extraordinário de paciência, de meticulosidade, de disciplina mental, de abnegação, de persistência, de capacidade intelectual para a relação de dados! Esta obra constitui, sem dúvida, um modelo de virtudes que o investigador deve possuir, para que, sobre a base das suas pesquisas *cientificamente* organizadas, se possa erguer a realidade autêntica da *ciência* literária, tão pouco considerada, ainda, pelos aventureiros, pelos amadores superficiais, pelos pontífices das letras, pelos oráculos infalíveis cuja palavra é dogma.

Deixo no olvido, por não caberem com propriedade nesta exposição, alguns nomes célebres de altas mentalidades da ciência literária portuguesa, pela razão de a sua actividade ter como objecto, especialmente, a política do Espírito, embora directamente conexada com o campo da cultura literária — e de entre todos se distingue, pela elegância mental, pelo requinte e equilíbrio de acção cultural e pela notabilíssima obra já realizada, a personalidade invulgar do insigne germanista Gustavo Cordeiro Ramos, presidente do Instituto para a Alta Cultura e antigo Ministro da Instrução.

Antes de terminar este esquema de nomes — e de obras também — seja-me dado singularizar, de todos os críticos literários de Portugal, aquele que, sendo um grande poeta (um dos maiores da sua literatura), um notável romancista e um apreciado dramaturgo, constitui um dos espíritos mais lúcidos e uma das capacidades críticas mais finas da minha terra. Quero referir-me a José Régio. Numa das suas últimas dissertações, que a excelente página literária de *O Primeiro de Janeiro* publicou há dias, defendia José Régio, contra o fácil juízo dos que inapelavelmente *julgam*, dos genuínos valores, que foram ultrapassados ou superados, que a verdadeira arte não pode ser ultrapassada ou superada. Parafraseando as suas palavras, direi também que, a despeito de todos os progressos da ciência dos métodos, a verdadeira crítica não pode ser

ultrapassada. Está ultrapassado Sainte-Beuve, a despeito de os seus métodos serem os do século XIX? Ninguém, com verdade, poderá sustentar que essa grande obra que se chama *Port-Royal* está superada, de algum modo, no nosso tempo. Não obstante, poder-se-ia hoje, indubitavelmente, escrever uma obra da categoria de *Port-Royal* segundo métodos muito mais científicos e muito mais rigorosos. O crítico deve porém acompanhar a evolução da ciência da metodologia literária, e se nada de novo trazer o seu contributo no sentido da valorização dos meios para a consecução dos fins, que, neste caso, são essencialmente a descoberta dos valores estéticos e culturais, terá falhado em absoluto a sua missão de intelectual.

Eu não acredito muito no papel e no alcance renovadores da chamada crítica judicativa. Compete ao crítico, mais do que julgar segundo um padrão de gosto, cuja precariedade é muitas vezes um dogma, compreender, dilucidar, interpretar, interrogar, aprofundar; mais pôr problemas do que propor soluções, mais definir pontos de partida do que apresentar pontos de chegada — e sempre com a humildade do intelectual autêntico que admite o relativismo das suas opiniões, juízos e critério, e que postula, como limite de judicção exegética, uma ética de valores para o exercício da sua actividade de homem culto, que mais deve procurar descobrir os caminhos estéticos de obra de arte do que esconder esses caminhos com o dogmatismo da sua intransigência. José Régio tem compreendido bem que a exacta missão da crítica é a revalorização do homem através da explanação dos valores conceituais e formais da arte — missão de humanismo, portanto — e é este um título de glória que, conferido à sua personalidade, o distingue inconfundivelmente e exemplarmente, entre todos os críticos literários de Portugal.

Roma, Julho de 49.

DUARTE DE MONTALEGRE

A Questão Social resolve-se na questão política dos sistemas

(Excertos-súmula de capítulos do livro inédito "Pobres e Ricos")

.....
A questão social é mal herdado no exagero liberalista e nas consequências do círculo vicioso enxertado no sistema republicano— anarquia-tirania, tirania-anarquia; neste dia mal agravado no natural despotismo em que o mundo caiu ao procurar na República atalhar essa maleita de vírus republicano, para mais, dia ainda atormentado pelos duros resultados económicos de duas guerras mundiais cruéis e quando ao seu cabo, ao entrar-se no seu fingido armistício, a lição da primeira não servindo aos homens da segunda, logo de um só golpe se procuram cercar as facilidades de crédito consentidas durante a hedionda luta para prover ao giro do comércio, sangue generoso na vida e riqueza das Nações e isto sem se atentar para que a economia e riqueza do comércio são a economia e riqueza do Estado, digno administrador dos negócios da Nação.

A questão social é mal que nos foi oferecido com as utopias revolucionárias dos enciclopedistas, quando, na sua Revolução, estes enganosamente procuram despir o homem da verdade de sua personalidade forte e livre, independente e digna na nobreza dos merecimentos da pessoa, para, esbulhando-o das responsabilidades e trabalhos honrosos da sua alta economia doméstica, atribuir no indivíduo uma adulterada e errónea economia, toda e unicamente entregue, no seu dirigismo, aos fins do Estado. Sobre pôs-se, assim, o Estado à Nação, o Estado à Família, o Estado à colectividade patronal do homem realidade moral e social da Nação e, nesta ordem, a economia doméstica do homem passou a dirigir-se orientada dentro de moldes acanhados e em falsíssimo sentido das realidades de vida das famílias e do destino da grei, economia dia a dia mais absorvida dentro de um estadualismo económico absorvente e a mover-se no desconhecimento do homem como valor de geração.

O Estado, de *meio* de administrar a economia da Nação e os negócios da cidade no justo e preclaro fim de garantidor da continuidade da

família pelo aumento da sua mais-riqueza nacional, estimulando riquezas para melhor as distribuir na economia dos povos, substituiu-se, usurpando funções, até caber em *fim* de si mesmo, alfa e ómega do mundo não só económico mas do próprio mundo espiritual do homem, virando a ser assim detentor único dos bens da Nação, dono e senhor de todo o homem convertido em escravo submisso de sua onnipotente e despótica vontade fiscal e policial.

Em Portugal, por exemplo, a república separou em duas economias distintas a aquela economia única que os reis fizeram universal para a tornarem mais duradoura e respeitável no fomento das riquezas nacionais. Ao dividir a economia ultramarina, celeiro da família, da economia metropolitana, erário da mesma família, nesta política de forças contraditórias e sem consistência, a República destruiu o signo máximo da ordem económica sob o qual se firmou todo o nosso poderio político-social. Em ânsia apressada de fazer política efémera, colocou o Ultramar fora da consciência social de Portugal, fazendo degladiarem-se como antagónicas a duas economias filhas-irmãs da mesma raiz comum, assim trazidas aos baldões oportunistas das ocasiões sem outra preocupação mais do que as de se bastarem a si mesmas, ao contrário de se procurarem enriquecer ajudando-se mutuamente como património comum de uma mesma família, assistindo-se financeiramente uma à outra, curando-se as duas contra os desequilíbrios económicos e sociais emergentes das crises de produção ao prevenirem-se, no entendimento e certeza de política sábia de coordenação, até virem completar-se estimadas como uma só economia nacional, amarradas as economias caseiras do ultramar com as da metrópole. Assim o entenderam os nossos Reis quando estabeleciam um modo de «complementação dirigida» que engrenava as duas economias, encontrando a importação do ultramar para a metrópole com a exportação desta para aquele. Assim a metrópole, neste sistema de economias caseiras, mandava para o ultramar os seus produtos, lanifícios, vinhos, etc. e em troca recebia ouro, pedras preciosas, gado, açúcar, arroz, etc.

.....
.....

Como se entende, por exemplo, que se mantenham os inconvenientes das pautas aduaneiras, cujos intentos parecem ser os de estrangeirar-nos em casa nossa? Questão crucial esta, mas que fortemente deve ser atalhada antes do impossível. O Congo Belga, se hoje se mostra progressivo e como nosso grande concorrente o facto temo-lo ali na defesa e nas medidas proteccionistas que a Monarquia tomou.

.
As mercadorias nacionais pagam direitos *ad-valorem* que oscilam entre 25 e 35 %, em Angola, por exemplo. Como se torna possível semelhante absurdo?

Mas o absurdo não fica por aqui. Além dos impostos que incidem sobre a importação (em especial) ou sobre a exportação (em geral), onerando-as, temos ainda o facto inconcebível de os direitos recaírem, algumas vezes, sobre a mesma mercadoria tantas vezes quantas aquelas por que esta passa de um porto para outro porto, baldeadas em trânsito mesmo dentro da mesma Colónia. Aqui ainda um dos maiores males.

.
Quiseram os homens sarar a ferida ulcerada pelo século das luzes republicanas, usando para a sua cura ainda de pêlo do mesmo cão, quero dizer-lhes que ainda do mesmo modo ensaiando às mesmas experiências republicanas. Escondem a gravidade da doença ao procurarem desconhecer que o verdadeiro elixir que há-de tratar do social se encontra à luz do dia na lição das Monarquias, em tempo algum fadado para as experiências republicanas, — experiências de cujos costumes todos, infelizmente, sabemos o perigo por serem pêndulo que oscila perigosamente entre a anarquia sediciosa da «rua» e os despotismos esclarecidos de alguns da «*élite*», qualquer destas políticas a negarem-se pelo estrabismo e mercenário dos seus negócios.

Já Valery previa que um mundo dominado inteiramente pelas conquistas de uma ciência só de seu sentido positivista, se pode conduzir a humanidade para uma civilização mais poderosa, o certo é que também a leva a ser mais de temer para o homem do que as antigas barbarias.

O conteúdo desse positivismo afasta do homem aquela brandura dos seus costumes a que deve obedecer todo o sistema que pretende ajustar princípios e resultados na ordem do bem comum, aquele bem comum que é causa final de toda a sociedade e pròpriamente a sua verdadeira razão de ser. Se pela política o homem aperfeiçoa as formas de vida social, a sua própria política, forçosamente terá de nortear-se no leal sentido do *bem comum* e recebê-lo como *fim de si mesma* para que possamos julgar como sendo de justiça social.

Por isso, na base, a política deve firmar os seus princípios no entendimento atribuído ao valor do homem pela sociedade política que procure servir.

Em Portugal, e Portugal nos interessa sobretudo, no dizer insuspeito de Ramalho Ortigão, nas *Últimas Farpas*, no dia 5 de Outubro de 1910 «*não havia despotismo, não havia opressão, e não havia fome*», pelo que fazendo seu acto de contrição logo após da implantação da República, para que ele tanto contribuíra, o mesmo Ramalho já prevenia os políticos republicanos de que seguiam caminho de atalhos, pois estavam para aí proclamando princípios já «*refutados pela crítica experimental e científica do nosso tempo*». E Ramalho tinha carradas de razão: a República nada mais tem feito, desde o seu grande dia até ao de hoje, que ensaiar princípios já condenados, e por isso, não encontrando aqui o seu clima, nos deram aliás as mesmas provas infelizes que haviam já dado na própria França.

Na República não temos a lei da continuidade; ou existem algumas liberdades abastardadas e sua fraca autoridade não faz reinar a ordem entre os povos; ou vivemos em fictícia e aparente continuidade, exercendo a ordem com disciplina de força mas já então não podendo existir algumas liberdades das indispensáveis ao enaltecimento da inteligência do homem e riqueza da sua personalidade.

.

A economia caseira asfixia-se entre o fisco e a incerteza do destino da família nacional, prejudicada no seu património esta e o homem perdido para aquela esperança que na fé o há-de fortalecer para vencedor das suas grandes provações.

A questão social, como sabemos, revela-se sempre como reflexo do económico, resumindo-se afinal no problema da justiça distributiva de riquezas, soma global de todos os merecimentos reais do homem a ganhar as suas raízes até no campo espiritual e garantidor da sua eternidade por todos os tempos. Se assim é, nem a economia individualista do democratismo republicano, nem a dirigida economia do dirigismo estadualista, quer o das esquerdas com o comunismo bolchevista, quer o falsamente nomeado das direitas com os socialismos de variegados matizes e dos mais saborosos paladares, nenhuma se presta a servi-la esclarecida e usando da razão nos lumes da única, legítima e mais verdadeira conveniência nacional dos povos e dos seus interesses.

Se assim é, aliada a todos os princípios e leis que a recomendam, essa verdadeira e exemplar justiça distributiva de riquezas só a consegue no seu justo fim a Monarquia, ordem de regime único no governo patriarcal dos povos segundo a forma antiga do trato humano, longe das funestas influências plutocráticas do capital endeusado, ou das mais ingénuas

utopias dos filósofos, porque cuida do material no indivíduo atenta ao sentido espiritual da alma como soma da riqueza de cada homem. E dest'arte, fazendo-o no sentimento realista e humano de conhecimento de vida, sem jamais perder-se de vista que o homem é um valor que se lhe pertence já no presente como herança e destino dos homens de amanhã. A Monarquia, nunca por nunca se enfeuda a qualquer partido; por definição de princípios, o Rei pertence a todos e de todos igualmente se pertence em amor e dedicação pela causa pública. Ao contrário do que acontece na República, o Rei paira acima dos interesses privados de quem quer, para olhar na mesma lei por todos quantos são o sangue precioso da Nação, fonte perene de vida e tesouro inesgotável de bens em riqueza real e certa dos povos.

A Monarquia, regime de maleabilidade política na sua rigidez de costumes, mais sãbiamente do que a República, sistema entregue à imprecisão dos princípios e à sorte da assistência de homem de ocasião, sabe juntar o duplo aspecto moral e económico dos factos sociais de cada momento para os resolver na condição de reformas prestigiadas pela autoridade do *certo* em família e sòmente concertadas na razão do *bem comum*.

.....

Alcançaremos a essa exemplar e equitativa justiça distributiva, quando o homem consiga o indispensável para o viver seu e se tenha garantido do alimento e educação da família, ainda para além da sua morte como chefe de casa. Quando não haja mesa sem um pão nem lar sem luz, os mais ricos sacrificando à boamente de sua lauta mesa em prol da mesa do mais pobre; quando não haja família sem seu lençol branco e alfazemado em cama confortável que no sono retempere os nervos do homem e lhe prepare o repouso para mais um dia de trabalho útil nas canseiras da vida, o rico sacrificando ainda as sedas caras e os perfumes e aromas de marca em bem de esse lençol de linho ou de algodão branco da cama lavada do pobre; quando não conheçamos pobre que não aúfira os indispensáveis tostões precisos para as suas zonas do «eléctrico» ou do «auto-carro» que o leva e conduz do emprego a casa e de casa ao emprego, o rico a renunciar ainda o luxuoso, quantas vezes ultrajante!, automóvel de 500 contos por um bem mais modesto de 50 ou 100 contos, porque este igualmente o transportará na mesma segurança e rapidez, levando-o a toda a parte.

.....

O homem mais pobre tem uma vida a viver tal e qual como a do



GUIMARÃES — Régia visita, aos 16 de Julho de 1949

mais rico. Ir contra esta lei do nascimento do homem e seu mandamento e regra que de todos exige obediência, é oprimir muitos em benefício de poucos, insultar e avivar ódios, acanhalhando a alma dos mais pobres para com os seus descontentes amassar os revoltados, gérmen dos comunismos; é defraudar homens dos seus direitos naturais e legítimos, esbulhá-los da sua personalidade e riquezas da sua condição humana, falseá-los nos seus dons e qualidades, e isso praticado somente em proveito de uns poucos, aqueles poucos que são afinal os maiores inimigos de si próprios. Todo este desequilíbrio deriva de a disciplina religiosa e social, nascida das instituições tradicionais e cristãs, se ter visto substituída por uma falsa disciplina cujos princípios afeiçoados às ideias revolucionárias se prendem às leis panteístas do naturalismo. Assim se falseou o homem e se criou nele o grande incompreendido.

.....
.....

Isto é: limitando-se deste modo a fortuna aos muito ricos sem no entanto os empobrecer da sua riqueza, mas também proibindo e não deixando à rédea solta, punindo até, a quantos «endinheirados» inúteis no enriquecimento da família nacional.

(Continua)

FERNANDO DE AGUIAR



OLIVEIRA MARTINS

O HOMEM (1)

SE há escritor português intimamente ligado à sua obra, esse é Oliveira Martins. De facto, se não podemos afirmar que, como com outros aconteceu, ele é um produto dessa obra (por exemplo Ramalho), podemos, todavia, dizer que a obra de Oliveira Martins foi quase por completo realizada, só a morte o impedindo de a completar. Raras vezes nos é dado verificar este facto: um homem que, em verdes anos, traça um programa, que depois, pela vida fora, cumpre fielmente. Foi o que se deu com Oliveira Martins, porque, como já um dia o salientou o sr. dr. Fidelino de Figueiredo, ele foi «*um homem que quis*», tendo sido a vontade a qualidade que mais sobreleva no seu carácter.

Na realidade, sem a sua férrea vontade, aliada à formidável capacidade de trabalho que possuía, Oliveira Martins jamais teria deixado obra tão vasta e de tão grande projecção.

Recordemos que este homem se encontrou órfão de pai aos 15 anos, tendo de pôr imediatamente de parte os estudos que seguia, para se lançar logo na luta pela vida, que, como escreveu meses antes de morrer a Jaime de Magalhães Lima, não lhe fora «coisa fácil, nem alegre». Na idade em que tantos rapazes vivem despreocupadamente, sem anseios, dúvidas ou angústias quanto ao dia de amanhã, Oliveira Martins vê-se forçado a desistir do estudo escolar para enfrentar o grave problema da sustentação de uma família composta de mãe, irmão e irmãs. É sobre os ombros aparentemente frágeis desse moço que, desde então, vai cair todo o peso.

O moço, porém, apesar de nutrir, como tantos outros, altas ambições e alimentar vastos ideais; a despeito de ver-se compelido a desistir de seguir o pendor natural do seu espírito para se lançar, à força, no torve-

(1) De um ensaio em preparação.

linho da luta pela existência; o moço, dizíamos, encara a vida de frente e caminha consciente do seu papel, tendo primeiro traçado o seu programa. E assim, enquanto tem o dia ocupado com as suas funções de empregado comercial, desforra-se de noite estudando. Não pode prosseguir os estudos sob a orientação de um mestre. Segui-los-á, contudo, sob a orientação desses dois outros mestres que não é dado a todos possuir: a sua vontade de ferro e a sua inteligência lúcida e clarividente. Foi assim que ele se fez. Oliveira Martins constitui, no nosso meio acanhado em que superabundam os diplomados e escasseiam as vontades conscientes, fortes e dominadoras, um homem que se fez a si próprio, o protótipo do *self made man*, tão admirado pelos ingleses.

Dessa fase da sua vida hauriu ele fartos ensinamentos que, de outro modo, possivelmente jamais viria a adquirir. Esses anos em que lutou na conquista do seu pão e do dos seus, não foram desaproveitados: primeiro, porque, como dissemos, muito estudou durante as horas vagas que, em época em que o trabalho ainda se não encontrava regulamentado, bastante escassas teriam de ser; segundo, porque sofreu um influxo de tal modo profundo, uma disciplina de tal maneira severa, que mais tarde muito lhe haviam de servir na elaboração da sua obra. Também deve ter sido durante essa crise, consecutiva à morte do pai, que Oliveira Martins começou a sentir-se presa ou a deixar o seu espírito pender para o pessimismo, o seu tão notório, tão criticado e tão mal compreendido pessimismo. Escrevendo anos depois a Ramalho Ortigão, dizia Oliveira Martins, que era pessimista «por observação e doutrina e não por temperamento». Os homens, porém, amigos ou inimigos, sempre se mostraram apostados em exacerbar e não em atenuar esse pessimismo, que transparece em todas as suas obras.

É com a bagagem da experiência comercial adquirida nas duas casas em que trabalhou até 1870, e com a que lhe deram as suas leituras, que Oliveira Martins segue para Espanha com o seu antigo chefe Henry Ellcott, a quem parece o ligaram profundos laços de estima, pois mais tarde é este mesmo indivíduo quem se vale do seu concurso por ocasião do estabelecimento da linha férrea do Porto à Póvoa de Varzim. Não foi exígua essa bagagem, o que se prova com as obras que publicou dois anos depois sobre o Socialismo, como já antes se comprovava também com o estudo crítico acerca do *Cancioneiro popular português*, de Teófilo Braga. Descontado o que de juvenil possa haver ainda nestes três trabalhos, muito há já que admirar em três volumes, embora de pequeno formato, devidos à pena de um rapaz com pouco mais de 25 anos.

São esses volumes como que o prólogo dessa messe farta de trabalhos, de extensão desigual mas altamente valiosos, e que constituem a obra de Oliveira Martins.

Em Espanha, já casado e disfrutando de uma colocação cujos proventos lhe davam certo desafogo (em 1893, escrevendo a Jaime de Magalhães Lima, e referindo-se à primeira fase da sua vida de órfão, dizia que então não era ainda casado, que o foi «depois quando já me via relativamente desafogado»), Oliveira Martins não se lança nos ócios fáceis dos epicuristas, dos gozadores ou dos inúteis, que entendem que o que há de melhor a fazer na vida é gozá-la. Por isso, se, por um lado, continua a ler e a adquirir aquela vasta cultura que serviria de alicerce sobre que, daí a pouco, ia levantar a sua obra, por outro não desdenha de dedicar-se a outros estudos, diametralmente opostos àqueles que tão caros pareciam ao seu espírito. Funcionário de uma empresa mineira, entende do seu dever estudar a engenharia, e por tal forma o fez que os seus conhecimentos técnicos o levaram a desempenhar as funções de engenheiro. Era Oliveira Martins um homem prático, não limitando a curiosidade do seu espírito à cultura pura, antes entendendo que há que tirar partido de todas as ciências humanas. E não ficaram por aí as suas actividades, pois encontrou ainda tempo para, conjuntamente com a esposa, dedicar-se à missão altruísta de ensinar os filhos dos mineiros de Santa Eufêmia.

Educado na dura escola da vida, tendo feito uma aprendizagem que talvez chegasse a ser dolorosa, Oliveira Martins não esqueceu a lição aprendida, o que o levou à compreensão humana da vida do operário, numa época em que as reivindicações dos trabalhadores não passavam de utopias, embora defendidas por vezes com as armas na mão. De exterior que parece não ter sido de irradiante simpatia, talvez um pouco acanhado na aparência, com certa dureza de olhar, que transparece em todos os retratos, mas que, passado o primeiro instante, deveria desaparecer para dar lugar a expressão mais humana, fugindo do convívio com todas as mundanidades, Oliveira Martins sentia contudo uma grande ternura por todos os humildes, sobretudo por aqueles que levavam vida de trabalho e junto dos quais se encontrava melhor do que entre os grandes do mundo. Foi essa simpatia que lhe granjeou a amizade profunda dos mineiros de Santa Eufêmia e, mais tarde, dos ferroviários do Porto. Foi ela que o levou para o Socialismo, um Socialismo afim do do seu grande amigo Antero, humano, nada político, negação absoluta do demagogo, todo imbuído desse romântico amor pelos humildes, que também Eça de Queirós, outro amigo verdadeiro, havia de perfilhar. O seu Socialismo, porém,

era um Socialismo activo e visava imediatamente a uma profunda reforma social que fizesse elevar o nível de vida dos operários, permitindo-lhes a ascensão na escala social. Foi ainda essa simpatia pelos humildes que o lançou na política militante, embora num partido monárquico, acto incompreendido por todos os que na política viam apenas o meio mais fácil de se alçarem a situações proveitosas, ou de talharem para si uma grossa fatia à mesa do Orçamento. Jamais, pela vida fora, deixará ele de ser o defensor estrénuo dos trabalhadores, sem por isso justificar os actos de violência que o seu tempo viu. E se a sua breve passagem pela política totalmente o desiludiu quanto à possibilidade de realizar obra construtiva dentro do regime a que dera a honra de aderir, essa desilusão não se tornou extensiva ao seu ideal generoso da regeneração dos trabalhadores, como se vê em tantos passos de *A Inglaterra de hoje*, em particular nos capítulos em que faz a rápida história das greves no século XIX, e do socialismo moderno.

Esse amor pelos humildes era talvez em grande parte motivado pela ausência de filhos no seu lar, facto a que doloridamente alude em muitas das suas cartas para os amigos. No seu último ano de vida, olhando com melancolia o passado e sentindo em volta de si o vácuo, que sua mulher e os amigos dilectos não bastavam para preencher, escrevia ao amigo Eça de Queirós: «Cada vez, meu querido José Maria, eu que não tenho filhos me encontro mais só no mundo. Invejo-vos a todos os que tendes filhos. São a continuação de nós mesmos: e quem os não tem, vê diante de si o aniquilamento à medida que se avizinha da morte». E, num desabafo, conclui: «Felizes os que têm filhos! Agradece a tua mulher que tos deu». E nesse mesmo ano, em outra carta para o mesmo, volta a ferir a mesma nota de resignada melancolia: «Pessoalmente, meu querido José Maria, o filósofo ⁽¹⁾ vai arrastando melancòlicamente a vida de um homem que não tem filhos. Nem tu sabes, que és pai de um rancho de pequenos encantadores quantas graças deves à sorte.

«É a única coisa pela qual vale a pena viver, porque é a única que imprime à vida o selo completo do dever. Os filhos são nós mesmos redivivos.»

Esta insistência chega quase a ser obsessão. Oliveira Martins é o incompreendido, o isolado, tão isolado que nem sente o calor da amizade filial a tornar menos dura a existência.

(1) Os filhos de Eça de Queirós chamavam a Oliveira Martins «*l'oncle philosophe*».

Da amizade profunda que votou a tantos homens ilustres do seu tempo — particularmente Antero de Quental, Eça de Queirós, Henrique de Barros Gomes, Ramalho Ortigão, Fernandes Costa, Jaime de Magalhães Lima, Conde de Sabugosa, Luís de Magalhães e alguns mais — é prova o precioso volume de correspondência há anos publicado por seu sobrinho. Dotado de uma ternura quase feminina, que o seu semblante extremamente carregado não deixa adivinhar, mas que deveria talvez atenuar-se na intimidade, era quando comunicava com os amigos, por carta, que ele punha a sua alma a nu. A morte inesperada de Antero de Quental (1) causou-lhe uma impressão quase só comparável à que anos antes lhe provocara a de Herculano. «Estou como um pássaro com uma chumbada na asa», escrevia a Luís de Magalhães. Ao Eça dizia, noutra carta, não encontrar «encanto senão na amizade». Foi amigo leal, alma aberta aos deveres que a amizade impõe, cultor desvelado dessa rara flor, hoje tão rara que leva a descrever dos destinos das pátrias e até da própria humanidade. Aos homens de hoje, melhor aos jovens de hoje, poderemos apresentar como paradigma de amizade leal, sincera e cheia de simplicidade esse «grupo jantante» a que o pessimismo de Martins chamou *Vencidos da Vida*, a que ele pertenceu e de quem foi, inegavelmente, o mentor espiritual.

Como Herculano, com quem tinha tantas afinidades morais e até intelectuais, que ele tanto admirou e de quem traçou magnífico perfil no *Portugal contemporâneo*, foi Oliveira Martins homem de severa linha de conduta, escravo do dever que sempre cumpriu, ainda que por vezes a sua reputação fosse por isso abocanhada pelos ignorantes, pelos aventureiros da política e pelos despeitados. E só raros, talvez, poderão avaliar bem o que lhe teria custado, para realizar o vasto programa do seu sonho, descer da teoria à prática, das alturas quase inacessíveis do pensamento às podridões da política, e dar a sua adesão ao Partido Progressista, o que provocou imediatamente enorme catadupa de insultos e de chufas de todos os outros sectores políticos, chegando entre os republicanos do tempo a ser apodado de «trânsfuga», apodo cuja injustiça tem o seu formal desmentido na célebre carta particular de Antero, de

(1) Quando Antero partiu para a sua Ilha, de onde não deveria voltar, Oliveira Martins foi despedir-se a bordo do navio, tendo nessa ocasião, em que, sem saber, via o amigo dilecto pela última vez, sofrido uma síncope que o fez cair aos pés do poeta.

todos desconhecida, e ainda na própria coerência dos actos de Oliveira Martins. Em resposta ao seu amigo Barros Gomes, que, em carta, o incitara a prosseguir no caminho traçado, respondia ele dizendo: «o meu medo é que eu não possua a força bastante para conservar a inteireza do meu carácter e da minha inteligência nesse meio confuso e embrutecedor da política».

Foram talvez estas palavras tão sinceras que levaram, anos mais tarde, Guerra Junqueiro, (o «trânsfuga» dos *Vencidos*) a emitir aquele triste juízo recolhido depois por Raul Brandão nas suas *Memórias*.

Ainda antes de ter entrado para o vespeiro ministerial, de que tão mal ferido havia de sair, já entendia ter feito «o que tinha a fazer cá por baixo e por isso, sem ambições nem esperança» considerando-se «a marcar passo para o outro mundo», como escreveu em 1889 a Luís de Magalhães. Incompatibilizado com o meio, atacado por uns, incompreendido por outros, homem de carácter no meio de uma sociedade em decomposição e cujos vícios profligara com tanta veemência, chegou um dia a pensar na expatriação, processo a que, em geral, recorrem os que no seu meio não encontram ambiente propício e não sentem coragem para enfrentar a adversidade e as oposições. Pelo menos é o que, em carta de 1892, expõe a Jaime de Magalhães Lima, quando escreve: «A minha linha de conduta está traçada. Mais de uma vez me tem passado pela cabeça emigrar porque a filosofia é excelente, mas antes disso é mister viver. E viver para mim que não tenho riqueza nem officio ou profissão definida, é um problema, querendo eu como quero conservar-me limpo.»

E explica: «Não é catonismo: é simplesmente asseio ou estética. Mas também me repugna ao sentimento do dever, o emigrar. Viver também é tão pouco! Ainda se eu tivesse filhos tinha motivo para ser egoísta, mas assim, só como sou, e já com 50 anos, penso e creio bem que seria uma tolice o egoísmo. Por isso fico.»

Quando a cabala urdida contra ele no próprio seio do Ministério de que fazia parte, o obrigou a sair corrido e a deixar o país por uns meses, escrevia ao seu amigo Azevedo Maia: «Tenho a consciência de ter cumprido o meu dever; tenho a consciência de não ter provocado conflitos para egoístamente me safar. Cumpri o meu dever; o resto não é comigo.»

E esse dever cumprido dava-lhe a satisfação plena de não ter sido inútil a sua passagem pela Terra, porque, se não ficavam a continuá-lo esses filhos por que sempre suspirou, o programa que traçara na sua juventude estava quase integralmente realizado, apenas a morte o impedindo de completar: uma obra histórica, cujo valor chamou sobre ele as

atenções de muitos homens ilustres de além fronteiras, e uma obra económica que, pela sua brevidade, não chegou a dar os frutos que dela seriam de esperar, mas cujo alcance é fácil de prever qual teria sido a terem-lhe permitido levá-la a termo, e da qual outros, até inimigos, vieram a aproveitar-se, dando-se ares de inovadores...

Nos últimos dias que viveu, também teve a rodeá-lo o carinho fraternal dos amigos e do irmão médico que educara e para quem servira de pai; este simples facto deveria ter sido profundamente grato ao seu grande coração, tão sensível à amizade, tão desejoso do calor desta, levando para melhor vida a certeza de que, se o seu país o crivara de ironias e de insultos, no coração dos que amara se mantinha inalterável a velha afeição, que lhe serviu de lenitivo nos seus últimos momentos.

ANTÓNIO A. DÓRIA





OURIQUE EM ESPANHA, pelo P.^o Miguel de Oliveira. Edição «Pro Domo». Lisboa, 1944. 139 págs.

Há problemas que parecem destinados desde o princípio a constante discussão e a emaranharem-se cada vez mais quanto mais se discutem. O da localização da batalha de Ourique é um deles, com a agravante de a esta se encontrar intimamente ligado o do famigerado «milagre», em que há ainda hoje quem acredite. E, coisa curiosa, foi este o primeiro a ser agitado, quando o grande Herculano escrevia a sua *História*, originando-se daí famosa polémica de que o historiador ilustre saiu vencedor, apesar de sobre ele ferverem os insultos, triste arma a que em Portugal se recorre quando há mingua de argumentos e de razão.

O problema da localização de Ourique é bastante mais moderno, é mesmo de nossos dias. Somos vivos muitos dos que na segunda década deste século assistimos à polémica em que se envolveram alguns eruditos ainda vivos e o já falecido e ilustre arabista dr. David Lopes, cujos argumentos, por mais que disso se discorde, continuam de pé até prova em contrário assente sobre firmes alicerces.

Há várias hipóteses (porque se trata unicamente de *hipóteses*) quanto ao local em que se teria travado a célebre batalha. Dessas, duas encontraram defensores acérrimos: a do Ourique do Alentejo, no século passado, e, em nossos dias, a do Ourique do Cartaxo. Muita tinta correu das penas e muita cólera mal represa explodiu na defesa de um dos dois lugares, sem se ter chegado a resultados práticos e positivos. Porque, a verdade é esta: as fontes relativas ao prélio famoso continuam a ser as mesmas, e do pouco que apareceu mais tarde nada há que esclareça o que essas fontes nos dizem. Estas, por sua vez, são omissas quanto ao local exacto da batalha, que, de modo muito vago, se diz travada em *Ourique* (com várias grafias, todas sensivelmente diferentes), sem se indicar onde ficava tal lugar. Sabido como em Portugal há vários topónimos com esse chamadouro, fácil é concluir que qualquer deles poderia, com certa razão, considerar-se o lugar da famosa batalha.

Ora neste tão discutido problema parece-nos ter havido até hoje bastante falta de sentido das proporções. Com efeito, vistas as coisas a frio e sem quaisquer pruridos nacionalistas ou anti-nacionalistas, a verdade cifra-se nisto: em 1139 travou-se uma

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

batalha entre D. Afonso Henriques, ainda simples «conde» ou «infante», e um grande exército de mouros, de que o grande guerreiro saiu vencedor, depois do que os soldados (leia-se, os ricos-homens seus companheiros) o aclamaram Rei. Nada mais. Teve importância o feito? Para os Portugueses, inegavelmente teve, embora para os Mouros o caso fosse de interesse restrito, como o demonstra o prof. David Lopes. Foi depois de Ourique, ao que parece, que o filho de D. Teresa firmou o seu poder, sendo desde então unânimemente reconhecido por Rei entre os seus súbditos, visto como só anos depois, em 1143, na conferência de Samora, o reconheceu como tal o primo Rei de Leão-Castela.

Pergunta-se: Que importância tem para o caso a localização da batalha? Nenhuma. Travou-se próximo da indecisa fronteira meridional de Portucale? Travou-se, pelo contrário, em pleno coração dos domínios mouriscos? Ambas as hipóteses são defensáveis; ambas elas podem ser postas em dúvida. Há qualquer tradição respeitante a qualquer delas? Não há. Por aqui se vê como é fácil, com certa dose de imaginativa, forjar novas hipóteses, todas fundamentadas. Simplesmente, uma vez exposta uma nova hipótese, a dúvida, melhor a ignorância, permanece, e a insolubilidade do problema se mantém.

Quando, porém, se supunha o caso definitivamente arrumado, não tendo conseguido foros de cidade qualquer das hipóteses anteriormente aventadas, surge o sr. P.^o M. de O. com «nova solução de um velho problema» (assim se subintitula o volume em referência), defendendo a hipótese da identificação de *Ourique* com a vila de *Oreja*, localidade a nordeste de Toledo, cerca do Tejo, e conhecida então pelo nome latino de *Aurélia*.

O estudo do distinto sacerdote divide-se em três partes, constituída a primeira pelo quadro histórico da batalha, a segunda pela localização da mesma (sendo nesta parte do

volume que a tese é exposta), e a terceira por um apêndice de que fazem parte um artigo do sr. Cardeal Patriarca sobre o milagre de Ourique e mais três artigos do Autor.

A primeira parte é um resumo do que hoje se sabe a respeito da batalha, partindo o sr. P.^o M. de O., logicamente, das fontes históricas, que transcreve nos passos em que tratam do prélio. Na segunda parte discute as hipóteses conhecidas quanto à localização de Ourique, concluindo pela impossibilidade de todas as hipóteses propostas, pelo que o Autor propõe a sua, já citada.

É engenhosa a forma por que o sr. P.^o M. de O. apresenta essa hipótese, baseada já em dados históricos, já em dados filológicos. Sem possuímos conhecimentos de língua árabe (os que adquirimos há mais de vinte anos foram tão rudimentares que se nos varreram por completo) que nos permitam acompanhar o distinto Autor nas suas lucubrações de págs. 67-72, sempre nos atrevemos a recordar que se de facto *Oreja* (topónimo actual) poderia transcrever-se na Idade Média *Oric*, este topónimo poderia existir em mais de um lugar da Península, além do que, como o próprio Autor reconhece, o *Ourique* actual aparece grafado de diversos modos; pela sua ordem de antiguidade: *Aulic*, *Ouric*, *Oric*, *Haulich*, *Uric*, *Aurio*, *Auric*, e ainda em *bello Auriquensi*. Por que razão, pois, *Aurélia* teria originado *Ourique* em português e *Oreja* em Castelhana? De resto, se é verdade que o mesmo vocábulo pode, por hilotropia, originar dois ou mais vocábulos diferentes, como é que, em época em que o latim era ainda língua corrente na escrita, se grafava em Portucale *Aulic*, *Ouric*, etc., e em Leão-Castela *Aurélia*? Pelo lado da filologia, pois, a despeito da bem encadeada lógica do sr. P.^o M. de O., não nos parece o assunto definitivamente arrumado, nem cremos que seja por aí que possa alcançar-se a almejada resolução.

Quanto à base histórica, partindo da si-

multaneidade das duas campanhas, a de D. Afonso VII contra Aurélia e a de D. Afonso Henriques contra Ourique, ou melhor contra os mouros do meio-dia, já o caso nos parece mais digno de ponderação, embora não nos convençam as razões do Autor para localizar Ourique a leste de Toledo, a uma distância muito maior de Coimbra do que o famigerado Ourique do Alentejo. Argumenta o Autor que D. Afonso Henriques «se tivesse de marchar para o Alentejo (...) tinha necessariamente de acompanhar as suas tropas, porque todas as surpresas eram de esperar em terras de inimigos», mas se tivesse de ir para Aurélia «podia expedi-las em diferentes troços e ir mais tarde juntar-se-lhes em marcha rápida, seguindo por terra cristã, sem necessidade de se internar em domínios muçulmanos». É a reedição da velha teoria antagonista da hipótese Ourique do Alentejo. Claro que o Infante poderia ter feito isso. Mas como prová-lo? Por inferência? Baseada em quê? Nada impede que se conceba que ele se abalançasse a uma correria pelo Alentejo, numa ocasião em que as fronteiras de Portucale e dos domínios mouriscos eram tão precárias e indecisas. Nem a sua comprovada audácia torna impossível o facto nem ele nos parece de estranhar. Mas, mesmo assim, tão verosímil nos parece a localização do discutido lugar cerca do Cartaxo, como no Alentejo, como em Oreja, porque no campo da história a importância dessa localização é muito duvidosa. O que interessa é o feito em si e as suas consequências para nós. O resto, por enquanto, são meras hipóteses, mais ou menos aceitáveis, mais ou menos fantasistas, mais ou menos engenhosas, mas nem por isso menos «hipóteses», que nada pôde até hoje converter em «certezas».

Tudo isto não impede que reconheçamos no livro do sr. P.^o M. de O. méritos de investigador estudioso, pela clareza e pela lógica com que expõe os factos e pela honestidade e cautela, próprias de quem

conhece como é resvaladiço o terreno, principalmente no que diz respeito à nossa história medieval, tão obscura em muitos passos.



AS IDEIAS POLÍTICAS DE GIL VICENTE,
por *Francisco Elias de Tejada Spínola*. Tradução de *Manuel de Bettencourt e Galvão*. Edições «Pro Domo». Lisboa, 1945. 119 págs.

Os que, levados pelos dizeres do título desta obra, nela procurarem qualquer base concreta a respeito das ideias políticas do grande Gil Vicente, ficarão desiludidos quando, ao chegarem ao fim do volume, virem que o pensamento do Autor se concretiza em duas escassas páginas, e nestas mesmas no período inicial do § 16.^o, quando declara que «as suas [de G. V.] contribuições para a ciência política (...) podem reduzir-se aos dois conceitos: a nação e o monarca» (pág. 105). Se atendermos ao ambicioso título apostado pelo ilustre Catedrático de Salamanca, hemos de convir que é magríssimo tal resultado numa obra com 119 páginas. Parece-nos que o título está em desacordo com o conteúdo da obra, que estuda a figura do autor da *Inês Pereira* sob muitos aspectos, sendo o da sua política aquele sobre que o Autor menos tempo se detém.

Gil Vicente ocupa, inegavelmente, um lugar de relevo excepcional na história da literatura peninsular. Mas, contrariamente à maioria dos pareceres (sempre discordamos de acompanhar as maiorias, ainda quando, por acaso, estas sejam as *elites*), o seu valor não lhe advém das ideias políticas que defendeu (se algumas vezes chegou a fazê-lo, o que pomos em dúvida), como tampouco lhe advém das suas ideias religiosas, sobre que tantos pareceres se têm emitido. É como criador do teatro português, e, sobretudo, como animador de algumas figuras curiosas (que muito ajudam a

compreender o seu meio e o seu tempo) que G. V. tem jus à nossa admiração. Mesmo como estilista não fica muito acima dos grandes nomes do seu século, apesar de poucos poetas de então poderem ombrear em graça e em elegância com a linguagem do *Auto da Alma* e de vários outros passos de diferentes autos seus. A despeito de tudo quanto se tem dito e ainda possa dizer-se, G. V. é grande unicamente como escritor, pois bem reduzida era a sua cultura, qualquer que seja o aspecto por que esta se considere. Considerá-lo um mestre do pensamento político, orientador ou reformador religioso ou simples cronista (como tantos outros têm querido fazer crer) parece-nos pouco assisado: nunca o pobre ourives da Rainha D. Leonor, nas suas crises de megalomania (se algumas teve) aspiraria a subir tão alto. Ele foi o que a sua obra nos revela, e como tal devemos considerá-lo. Passar mais além será tudo menos crítica objectiva; será desnaturar a verdade pondo uma grande figura literária, comum às duas grandes literaturas peninsulares, ao serviço da nossa ideologia ou dos nossos preconceitos. Convenhamos em que G. V. foi pura e simplesmente um animador extraordinário, dotado de real talento, nem sempre atento aos ditames do bom gosto, e menos um pensador ou um filósofo.

Apesar de tudo, o livrinho do douto Prof. espanhol constitui espécie de relevo entre a já vasta bibliografia vicentina, sendo altamente simpática a sua atitude de franco entusiasmo pelo nosso grande poeta. Há, porém, pequenos senões que desejaríamos fossem expungidos de uma obra com a seriedade desta. Um deles, por exemplo, é o da nota 39, em que há censura às referências de Lopes de Mendonça a Damião de Góis, que se classificam de «carbonárias» (!), e em que se diz que o cronista foi perseguido «por questões de natureza familiar», o que não nos parece exacto, pois, embora vejamos o genro a depor no processo contra ele, o facto é que a prisão

se deveu à acusação do P.^o Rodrigues, seu antigo amigo e companheiro de Loiola.

A afirmação de págs. 46 carece também de forte base, porquanto nada há que prove que o *Clérigo da Beira* foi escrito para ridicularizar Sá de Miranda, filho de um cônego de Coimbra, velha afirmação sempre renovada e jamais fundamentada, como tantas outras que se têm feito. É natural que ao sisudo autor dos *Estrangeiros* não agradasse o temperamento irreverente do autor do *Auto da Mofina Mendes*. Daí, porém, a afirmar que se crivaram mutuamente de epigramas vai sua distância, que não convém transpor de ânimo leve e sem provas sólidas, que por ora não existem.

Também achamos pouco aconselhável a deslocação das notas (muito numerosas) para o fim do volume, o que obriga o leitor a trabalho de busca aborrecido e dispersivo, facilmente evitável se as notas figurassem no fundo de cada página a que dizem respeito.



POETRY OF THE ENGLISH-SPEAKING WORLD. Selecção de *Richard Aldington*. Edição de William Heinemann Limited. Londres. 1947. XXIII — 936 págs.

Constitui este belo volume uma antologia dos mais notáveis poetas e das mais belas poesias dos povos de língua inglesa, organizado criteriosamente e com gosto.

Abrindo com um largo excerto do *Beowulf*, esse curioso poema ainda escrito em *old English*, faz passar diante dos nossos olhos uma longa teoria de poesias em inglês até aos nossos dias, algumas delas *in extenso* para que melhor lhes possamos admirar a beleza. E assim é que, aqueles que não possuem as obras originais em que costumam ser coligidas, podem nesta obra admirar o texto integral do *Allegro* e do *Penseroso*, de Milton, da célebre *Elegy*

written in a country churchyard, de Gray, de *John Gilpin*, de W. Cowper, do *Tom o' Shanter*, de Burns, do *Ancient Mariner*, de Coleridge, de *The Raven*, de Edgar Poe, da *Scholar Gipsy*, de Matthew Arnold, e longos excertos de Milton, de Shakespeare, de Dryden, de Pope, de Byron, de Shelley, de Tennyson, de Poe, de Longfellow e de quantos mais enriqueceram esta língua admirável e, com ela, o património espiritual da humanidade.

Os poetas vivos têm o seu lugar com algumas das suas melhores poesias, como o têm os grandes prosadores, desconhecidos como poetas: Macaulay, Thackeray, Charlotte Brontë e outros.

As poesias em *old English* e as de Burns são anotadas nos passos em que os vocábulos se tornam incompreensíveis até mesmo a um inglês, sabido como a ortografia arcaica desfigura muitas vezes palavras correntes, e o dialecto escocês de Burns não é familiar, nem mesmo ao leitor culto.

Três índices facilitam a consulta desta utilíssima obra, que pode prestar magníficos serviços, não só ao estudante das nossas Faculdades de Letras, mas ainda a todo o homem culto que deseje em qualquer ocasião mergulhar num mar de beleza perene e, assim, fugir à onda de grossaria e de fantasia sem norte que ameaça asfixiar o espírito.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA



PARA A HISTÓRIA DA ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA, por *Alfredo Pimenta*. Edição do autor. Lisboa, 1948.

Temos, nestas páginas, a história do conflito havido entre o A., académico de número, e o Conselho da Academia Portuguesa da História.

Conflito lamentável, sem dúvida, de mais quando, como neste caso, ele se verifica numa Academia e entre homens de grandes responsabilidades pelo lugar que ocupam no campo da ciência e da cultura.

E porque assim é, o próprio A. o confessa, «Escrevi as páginas que seguem, sem prazer» (pág. XII).

Mas, como historiador, quis, com a publicação deste trabalho e os 27 documentos apensos, fornecer elementos para se poder julgar tal incidente, que rematou com o acto de justiça praticado pelo actual Ministro da Educação Nacional.



FÁTIMA À LUZ DA HISTÓRIA, por *Costa Brochado*. Portugália Editora. Lisboa, s. d.

Fátima, santuário de fé, Luz que já ultrapassou as nossas fronteiras para iluminar o Mundo, tem sido também farto manancial literário, tantos são já os livros que se têm publicado no nosso país e no estrangeiro.

Não estamos a par de todos esses livros, ignorando, portanto, se nalgum deles se tentou a história crítica das aparições.

Costa Brochado, já conhecido no nosso meio pelos ensaios de crítica histórica que tem publicado, encarou *Fátima à luz da história*.

E foi de facto ao critério histórico que o A. obedeceu, certo que, como o afirma, lhe «cumpre apenas verificar se os factos se produziram em condições historicamente reconhecidas à luz da melhor crítica» (pág. 215).

Dentro deste critério o seu trabalho sobre Fátima tem as suas raízes na *data memorável* de 13 de Maio de 1917, quando os três pastorinhos «depararam com uma Senhora de beleza indescritível sobre a copa

de uma azinheira florida que teria quando muito um metro e meio de altura» (pág. 163).

Segue-se o desenrolar dos acontecimentos, os fenómenos solares do dia 13 de Outubro daquele mesmo ano que «nem os próprios videntes poderiam hoje contrariar, se se levantassem do túmulo, para afirmarem que nada viram» (pág. 216), enquadrando, deste modo, os acontecimentos de Fátima na história religiosa do país, para concluir: — «cedo se verá até que ponto Portugal mereceu, uma vez mais, a vanguarda de acontecimentos destinados a influir decisivamente nos destinos da humanidade» (pág. 404).



A BIOGRAFIA POLÍTICA E O IN-MEMORIAM DE HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO, Lisboa, 1946.

O nosso distinto camarada Francisco Manso Preto Cruz, valoroso soldado da Boa Causa, tem dedicado à memória do «mais perfeito Português do nosso tempo» um culto bem sentido, num acto de justiça que o enobrece.

Esta valiosa biografia política é dedicada «à Mocidade Portuguesa para conhecer o Passado, estudar o presente e escolher o futuro».

Na verdade, nada melhor pode influir no espírito e na formação da Mocidade do que os exemplos vivos dos feitos gloriosos.

A vida de Couceiro é cheia de exemplos de abnegação, de patriotismo e de lealdade.

Aglutinador de energias e de boas vontades para salvar a Nação da República, ele continuava, nessa hora de incertezas, os feitos brilhantes, quase lendários, das terras portuguesas de Angola, na mais famosa e formosa reconquista do nosso Império Ultramarino.

Quis o organizador incansável deste

In-Memoriam, em que se reúnem, a par da narração dos «factos históricos de Vinhais, Beiras, Chaves, Monarquia do Norte, Monsanto, a «expulsão de Portugal» e a «deportação para Granadilha», a colaboração dos que melhor sentiram os generosos anseios do Grande Português, associar, deste modo, a memória de Couceiro às comemorações do tri-centenário da Santíssima Padroeira.

Todos nós, os que temos lutado e sofrido, por Deus, pela Pátria e pelo Rei, devemos estar gratos à iniciativa patriótica do dr. Manso Preto.

Ele prestou a todos nós, um alto, um inestimável serviço, que o torna credor do nosso maior reconhecimento. E é isso que, pela nossa parte, lhe queremos tributar nesta singela nótnula à *Biografia política* que nos dá de Paiva Couceiro e ao *In-Memoriam*, que, num sentido de Verdade e num acto de Justiça, organizou em louvor e em lembrança de quem tanto amou a Pátria e tanto se sacrificou e sofreu por um Portugal maior.



GUIMARÃES DE TEMPOS IDOS, por A. L. de Carvalho, 1947.

Dedicado ao estudo da história da sua terra, tem o A. publicado já diversos trabalhos em que o amor ao torrão natal se manifesta.

Este *Guimarães de tempos idos* é, como o próprio A. o confessa, «um testemunho de amor à terra» (pág. 11) e o fruto do seu trabalho de investigador proficiente, do seu rebuscar nos velhos livros e nos antigos documentos.

É que a história tem de ser feita à base dos documentos e não sob o *manto diafano da fantasia* de quem se queira abalançar à tarefa de historiador.

Só assim se pode produzir trabalho útil

e seguro e só os trabalhos deste género interessam aos estudiosos.

Foi à volta da Colegiada, das suas dignidades e honrarias, dos privilégios das « Tábuas Vermelhas », dos conflitos com os Prelados e visitantes, que o A. reuniu elementos de valia, num peregrinar pelas tradições gloriosas de *Guimarães de tempos idos*.



L'ART EN ESPAGNE ET AU PORTUGAL,
por *Elie Lambert*. Librairie Larousse. Paris, s. d.

A livraria Larousse, cujas edições são bem conhecidas entre nós, incluiu na sua valiosa colecção de *Arts, Styles et Techniques* este trabalho de Elie Lambert sobre a arte nos dois países à quem dos Pireneus.

Analisando, na introdução, os caracteres e a originalidade da arte hispânica, afirma que « le Portugal, tourné vers l'Atlantique, a toujours conservé sa personnalité particulière. Et aussi bien n'est-ce pas sans raison qu'il a depuis le XII.^e siècle maintenu son indépendance, sauf pendant une courte période, de 1580 à 1640 » (pág. 9), para concluir que « après les Grandes Découvertes, le style *manuelin* se distingue dans ses sources comme dans son esprit des aspects de la Renaissance en Espagne au temps des Rois Catholiques et de Charles-Quint; l'art colonial portugais est de même tout autre que celui des anciennes possessions espagnoles d'outre-mer; et il n'est pas jusqu'à l'influence du classicisme français qui ne se soit teinté dans l'architecture et la peinture portugaises de nuances particulières » (pág. 10). Em reforço destas afirmações insere gravuras da Sé Velha de Coimbra, do claustro de Alcobaça, do mosteiro da Batalha, do túmulo de D. Inês, das tábuas de Nuno Gonçalves, da igreja dos templá-

rios de Tomar, do claustro dos Jerónimos e do palácio de Queluz.

Depois, nos sete capítulos de que se compõe este trabalho, o A. desenvolve os seus estudos sobre a arte na península, desde a pré-história e as origens da invasão árabe às épocas romanas, gótica, da renascença, do século de ouro (com Greco, Zurbaran, Murillo, Velasquez, etc.), consagrando-se à apreciação da arte em Portugal a partir do século XVIII, citando o arquitecto Vicente de Oliveira, os escultores Machado de Castro, Soares dos Reis e Teixeira Lopes, os pintores Francisco Vieira, Domingos Sequeira, Miguel Lupi, Silva Porto e Columbano.

É, na sua generalidade, trabalho sério e que muito contribuirá para a divulgação das gloriosas tradições artísticas de portuguesas e espanhóis.



AS MINHAS MEMÓRIAS, por *Olga de Moraes Sarmento*. Portugália Editora. Lisboa, s. d.

Já não pertence ao número dos vivos a A. destas curiosas *Memórias*.

Tendo vivido e convivido com as personalidades mais importantes do seu tempo, numa época de maiores despreocupações, estas páginas « dando eternidade » a « grandes momentos de formosura ou de tristeza » na vida da A., têm, também, « um sabor de documentação psicológica ou social » de tempos passados.

Vivendo largos anos fora do nosso país, depois da tragédia da sua vida, que a A. descreve nas primeiras páginas das *Memórias*, teve ensejo de conhecer pessoas que se tornaram célebres na pintura, na música, na literatura e no teatro.

Por isso as suas páginas estão cheias de casos e factos ocorridos com essas celebri-

dades, uns e outros descritos com graça natural, de modo que a sua leitura se torna agradável e proveitosa.

Há sempre utilidade na publicação de livros deste género, porque, além do mais, nos põem em contacto com certas figuras e certas minudências psicológicas, que, na

maior parte, se ignoram e nos dão, nos seus traços gerais, um mais perfeito retrato de tantos e tão notáveis vultos que, como neste caso, enriquecem a vasta galeria das recordações dos autores.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

A **Colónia na Madeira. Problema moral e económico**, por *Ramon Honorato Correia Rodrigues*.

Oferta dos Editores:

Editorial Domingos Barreira, Porto:

1 — **Música popular portuguesa**, por *Armando Leça*.

2 — **Coros Lusíadas**, pelo *Prof. Virgílio Pereira*.

Edições S. N. I., Lisboa:

Grandes Portugueses: 12 — *Marquês de Pombal*; 13 — *Santo António de Lisboa*.

Livraria Figueirinhas, Porto:

Tony — Episódios infantis, por *Romeu Pimenta*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid (Espanha):

1 — **Breve história del hispanismo ingles**, por *António Pastor*.

2 — **Romero Larrañaga, su vida y obra literária**, por *José Luis Varela*.

3 — **Tesoro lexicográfico — 1492-1726** (fasc. II — letra B), por *Samuel Gil Gaya*.

4 — **El habla de la Cabrera Alta**, por *Maria Concepción Casado Lobato*.

5 — **La lírica de los trovadores** (tomo I) — *Poetas del siglo XII*, por *Martín de Riquer*.

6 — **Pastor Diaz dentro del romanticismo**, por *Enrique Chas Espina*.

7 — **Les descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesillas**, por *Florentino Perez Embid*.

8 — **Instituciones medievales españolas**, por *José Maria Pont Rius*.

9 — **Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII**, por *Fernando Lázaro Carreter*.

10 — **La Maiestas Cesarea en el Quijote**, por *Francisco Maldonado de Guevara*.

11 — **La Cancion petrarquista en la lírica española del siglo de oro**, por *E. Segura Covarsi*.

12 — **El mito de «El Comte Arnau» en la canción popular, la tradición legendaria y la literatura**, por *José Romeu Figueras*.

Librairie Hatier, Paris (França):

Problèmes financiers contemporains, por *G. Ardant*.

LOA DO VINHO VERDE

POR Setembro, quando o Sol mais docemente doira as folhas e amacia as sombras, o cheiro das uvas incendeia o ar. Abrem-se as adegas. Marteladas firmes, ao ajustar os aros das pipas, envolvem o trabalho na argêntea graça dos sinos festivos. Como promessa de abundância, a água toma a cor do vinho na lavagem das baças. •

Vai morno o tempo. Os bagos dos cachos têm a transparência do âmbar. Verdes pálios, as latadas cobrem os caminhos e os tornam fofos. Os estragos dos anos não os entende quem por ali passa. Agora todos são moços. Desde o fundo das Idades é Sileno deus libertino. Desejo, amor, são sentimentos que se encontram na raiz da palavra dos que primeiro disseram vinho. Bem assim o alcança o minhoto na confiada cantiga:

Dei um nó na fita verde,
Outro na folha da vinha;
Ainda espero dar outro
Na tua mão e na minha.

Para a cultura da vinha não há trabalho mais cansativo do que o da poda. Nas geadas de Fevereiro, com a Lua em minguante, vão para o lume todos os sarmentos. Uma vara só e um só talão foram poupados com os seus oito botões. Da vara a mais femieira há-de sair o vinho, e do talão a sombra da ramada. Trocando-se em cada ano o talão e a vara, a parra e o fruto se equilibram em perfeita regra.

Pela Ribeira do Lima, na voz que se levanta, passa o aviso de que nas coisas da terra anda a vontade das estrelas e só para as ralações da alma é enganosa a esperança:

Já comi uvas maduras
Da videira mal podada;
Mais vale ser pobre alegre
Do que rica apaixonada!

Esteve adormecida a videira durante o Inverno. Mas mal a luz da Primavera assetinou o azul do céu, logo ela desperta num choro manso, agradecido e contente, como de quem no sono cuidara perder a vida.

A bideira sempre chora
Quando a corta o podador;
Tamén eu tenho chorado
Cun penas do meu amor,

— saudosamente cantam as raparigas dos Arcos de Valdevez, vendo estremecer o coração dorido.

Ramos e folhas timidamente abrolham. Já também as raízes sentiram o materno calor da terra. E então, trepando pelo encarquilhado tronco, por toda a videira se espalha a escondida seiba e nela irradia, e floresce, e frutifica...

Contempla embevecido o lavrador o despertar das vinhas. Na horta, as couves ostentam as repolhudas folhas, e o peito do homem de receoso se lhe aperta. Lá adivinharam os Antigos: — «Maio couveiro não é vinhateiro».

Anda o tempo vigiado. Pelas manhãs friorentas o nevoeiro envenena os pâmpanos em flor e neles pousam seus ovos ruins os secretos mensageiros da morte. Parece que choveu cinza. Engelham as folhas, secam os gamitos. Faz pena ver assim a vinha desganoada! E enxofre e sulfato cobrem o bolor, matam as lagartas. Ao claro sol de Maio acende-se a fé de que as uvas aparecerão livres do mal que chascara as folhas. Porque Abril fora molhado e frio, e o Maio corre meigo entre festões verdejantes, ninguém mais duvidará da salvação das sementes e da fartura dos frutos. Entre as plantas e a terra fez o Sol entendimento:

Maio, maieiro,
É bô para o binho
E melhor para o greiro!

Mas se amanhece entroviscado o dia de S. João e a chuva fustiga os campos, a sede abraça a fome, tão verdadeiro é que não vinga o pão nem o vinho escapa! «Até S. Pedro há o vinho medo», — diz o rifão.

Por meados de Julho, quando Santa Marinha recebe as promessas das moças casadoiras, a vindima é boa de futurar. O próloquio vaticina: «Por Santa Marinha, vai ver tua vinha, e, qual a achares, tal a vindima».

Mais uma semana de sol brunido e a vinha mostra satisfeita os cachos bem formados. Para a missa de Santiago, entre os lumes do altar, as uvas ganham a formosura das flores. E ao ser lembrado S. Lourenço, no correr de Agosto, tendo dos rubis a cor e do mel o agrado, pedem as uvas que as venham buscar, senão os pardais as depenicam estouvadamente...

Tamborilando em latas velhas, o garotio assusta os pardejós, como ele rabaceiros, e grita-lhes:

Estolha, passarada,
Filhos da ramada!
Passarinhos ao monte, ao monte,
O monte tem mel e o campo fel.
Estolha, passarada!
Estolha, ladrões!

Seria ainda fraco o vinho se alguém tão cedo ousasse espremer as uvas. «Não é bom o mosto colhido em Agosto», — previne o antigo ditado. Agosto apenas aquece as uvas. É ao findar de Setembro que para as vindimas o tempo se dispõe. Ao abrir na Folhinha a festa de S. Mateus só por erro do Sol não deverá a vindima começar. Alveita-se então a Lua; se vai em crescente, mais vale esconder o desejo de vindimar depressa: o vinho não seria seguro. E para que ele não fique assim abafado e morto, com a Lua temporã arrima o lavrador as escadas às uveiras. A meio do campo, a dorna sobre o carro espera as uvas. Entornam as mulheres os cestos que os vindimadores vão enchendo. E o rapazio cacarelho, enlambuzada a boca, furtivamente corre a apanhar no chão os gaiços que no ar se desprendem...

À noite, na luz amorosa da candeia, entre risos e cantos, entram as uvas a ser pisadas. Só aos homens é dado esse gostoso trabalho. Quer uma crença antiga que o vinho não ferveria se às mulheres fosse consentido calcar as uvas com os pés...

Voa alto a alegria ao abrir a bica do lagar. Escorrendo vermelho e grosso, tenta os mais sisudos o mosto ardente. E em notas balanceadas o jocundo coro se desdobra e alteia:

Chora a bideirinha,
A bideirinha chora,
Pelos seus amores
Que se bão imora.

Chora a bideirinha,
Deixa-la chorar,
Pelos seus amores
Que a bão deixar.

Chora a bideirinha,
Da pena que tem;
Eu choro se 'stou
Longe do meu bem.

Depois, armado o serão, à roda da ceia, com uma sardinha assada sobre um naco de broa e a infusa erguida, é posta a adivinha à gente nova, a quem a vida basta para emborrachar:

Eu sou tão rijo e tão valente
Que derribo a toda a gente
Só, seja a quem for,
Co' a fortidão do meu vapor;
Sou filho, da mesma mãe nacido,
Que visto pelo mesmo vestido
Sou diferente na condição.

Como tarda a aparecer quem saiba decifrar o rústico enigma, uma velha velhinha ensina a resposta: — é o vinho!

E logo outra:

Já fui moça, já sou velha,
Deus de filhos me carrega,
O Inverno me faz cega,
A vista m'a dá o Verão;
Tenho um neto por brasão,
Que me faz perdê'lo brio
E outro a estimação.

— É a videira, é a videira, clamam uns quantos.

O medo da chuva atrigou a vindima. Se alguns bagos apodrilham, ainda os mais estão averdados. Não precisam as uvas de atingir no Minho maturação perfeita para darem o gosto que o vinho tem. Para ser assim rascante, à polpa da uva se ajuntou a graúnhã e o bagunho, e misturados lhe deram agulha, e aroma, e doçura:

Se quereis que eu cante bem
Dai-me uma pinga de vinho;
O vinho é coisa santa,
Faz o cantar delgadinho!

Quando Outubro vai em meio está acabada a azáfama das vindimas. Foi tarefa sem despegar, que «vinho e linho não têm domingo», segundo a dispensa do anexim. E nunca será de mais tanta lida, pois é provérbio firme que «azeite e vinho deixa sempre um bocadinho».

No Minho não é orgia a vindima, é azougada pastoral. Em S. Simão de Novais não há prenda melhor para quem sabe querer humildemente:

Antoninho, pede, pede,
Que eu não tenho que te dar:
Darei-te um cachinho d'ubas
Quando meu pai bindimar!

Três semanas depois de envazilhado, o vinho está limpo. Agora é só esperar uns quinze dias e poderá saber-se como é apetitoso.

Anda de porta em porta a Maria Parda da farça vicentina:

Ó vinho mano, meu vinho...

Outra vez reverdecem os pâmpanos de Baco. As castanhas assadas acirram o paladar. E o Verão saudoso torna atrás, com pena de deixar o S. Miguel na eira...

Em S. Martinho de Dume, nos arredores de Braga, reúnem-se os devotos da pinga no dia do orago. E para juiz da festança, no ano que há-de vir, é aclamado aquele que mais binho beber sem tombar.

Na doçura do Outono esmorece a brasa do Estio. E na tépida suavidade da luz também as folhas das vides são da cor do mosto. Tanta parra vermelha na videira que o sono já tomou, é sinal claro de abondar o vinho na colheita seguinte.

A experiência de muitos anos ditou a sentença:

Pelo S. Martinho
Barra o teu binho,
E com três castanhas
Faz um magustinho.

De agulhento, o vinho salta aos olhos. E na malga branca, ao levá-lo à boca, o bom bebedor fixa regalado as estrias que nela o vinho bordou, e saboreando-o exclama: — «Isto é que é binho de pentear»!

Vinho digno do Greal, deixa frescura na boca, alegria no coração!

Dá-me binho, dá-me binho
Por um copo de beber;
A água cria salgueiros,
Tenho medo de morrer...

Têm os vinhos minhotos sabor muito especial. Não podem ser confundidos nem imitados. Se por vezes a idade lhes faz perder viveza e fresquidão, sua força ácida é o segredo que os torna sem par. Nem sempre lhe levam a palma os famosos vinhos do Reno, de Borgonha e de Bordeus. Debruçado sobre as leis velhas para as ordenar, quando o Rei

Menino sonhava com a bandeira de Cristo nas torres de Maometo, o meticuloso Duarte Nunes de Leão entre os primeiros os apreciou como nenhum outro. Guerra Junqueiro, senhor de largos vinhedos entre fragas assustadas, assegurava a Eça de Queirós que para acompanhar o melhor manjar do mundo não hesitaria em escolher o vinho verde de Monsão. Gil Vicente já tivera por certo que à beira dele tudo era água-pé desenhada. Na esbraseada gândara alentejana o chilreador Fialho amansava o génio recordando a satisfação que tivera em achar no vinho verde a meiguice dos beijos e o travo inocente das amoras. E não há muito o professor Laget, da Faculdade de Medicina de Bordeus, declarou ter como verdade absoluta não existir vinho que iguale o das regiões de Amaranthe, de Basto, de Monsão, de Santo Tirso, de Famalicão, de Barcelos. Do de Airó, vivo e suave, recomenda um antiquíssimo brocardo:

Vinho de Airó,
Não o dês,
Bebe-o só!

Não é louvor em boca própria. Se algum paladar adamado não aceita o vinho verde e o tem como « peste que apenas pode ser bebida de perna alçada », o inglês Sellers opina: *the wines of Monsão and Viana are, when judiciously treated very similar to those of Burgundy.*

Para a Inglaterra e para a Flandres, pela barra do Lima, pelos anos de mil e trezentos ia o vinho de Monsão para que de lá viesse o bom pano. Guardou-lhe a fama o poeta. Na *Prática dos Compadres*, António Ribeiro, o Chiado, encarrega de dizer a uma das personagens:

Viestes à conjunção,
A melhor que nunca vi,
Que haveis de provar aqui
Este vinho de Monsão.

Apressado, pergunta o compadre:

E ele é tal?

Responde o outro:

O melhor de Portugal!

A originalidade do vinho verde talvez deva procurar-se no desacordo da terra com o clima. O esboroamento do granito leva às uvas o

seu áspero suco, mas não é tão forte a luz nem tão afogeados o calor que o deixe de todo açucarar-se. E nessa macia acidez está a beleza maior do vinho verde.

Para o compor se ajuntaram as mais variadas castas. Com a uva loureira, a tejadura, a alvarinha — que guarda consigo a lembrança do fagueiro sol da Grécia — nasce o vinho branco de Monsão. Para o tinto combinaram-se cepas de borraçal, de grande bago roxo, mole e suculento, do verdelho melindroso e do purpurino vinhão, que ajudam a carregar a cor, do brando espadeiro, tão fiel que todo vai ao lagar, do mourisco farto e do picante azal nos amerosinhos vales da terra baixa, e do caninho miudinho, dourado e cheiroso, nas ensoladas alombas do norte da Província.

A meio da escolha dos cachos, uma cantiga suspirosa ensina a resignação no mal do apartamento:

Bós dizeis: aparta, aparta
O binho tinto do branco;
Tamén a min me apartaro
De quén eu gostaba tanto!

O vinho tinto e o branco têm virtudes diferentes. Os que se deixam tomar das sombras da melancolia e ficam remissos à borda da estrada da vida, se ouvirem o conselho de Plínio acharão conforto no vinho branco; e para os agastadiços, que no fogo da cólera se transportam e ardem, é o vinho tinto o remédio mais seguro.

Passou para a cantiga a sabelença do romano:

Não há pão como o pão branco,
Nem carne como o carneiro;
Não há vinho como o tinto,
Nem amor como o primeiro!

Em terras de Riba de Ave, após a malha do centeio, foi costume o dono da seara oferecer um cântaro de vinho aos malhadores. Derretidos em suor, com os manguais ao alto, era então abençoada a duríssima labuta:

Viva o dono da malhada,
Ai-la-ri,
Que ela bem malhada fica;
Que nos deu o pão da caixa,
Ai-la-ri,
A mail-o vinho da pipa.

Viva o dono da malhada,
Ai-la-ri,
Mil anos e mail-um dia;
Que traz hoje em sua casa,
Ai-la-ri,
Gente com muita alegria.

Noss'amo tem uma vaca,
Ai-la-ri,
Também tem um bezerrinho.
A vaca chama-se «Ande-uba»,
Ai-la-ri,
O bezerro «Ande-o-binho».

Na alegria do trabalho cantado, o Minhoto aligeira as horas. Talvez mais poeta do que músico, a velhas toadas ajeita novas cantigas, açaoadoras ou meigas. Cantar é para ele o modo de mais sentidamente exprimir suas esperanças e desesperos, sonhos e penas de amor, o gosto das lides da terra e o enlevo na contemplação dos blandiciosos promettimentos dos vergéis do Céu.

Consolo na desgraça, alívio na tristeza e do prazer anúncio, a cantiga da gente do Minho — afouta e dócil, frugal e alegre — tem sempre dentro dela o espelho da terra amaviosa:

Eu queria cantar alto,
A garganta não me ajuda;
Falta-me aqui o pão branco
E mais o sumo da uba.

Molhada a boca, por onde o vinho passa como a água do rio debaixo da ponte, os rapazes de Barcelos confiadamente acreditam no poder dos seus agrados, pondo sob as vides as promessas do coração:

Debaixo desta ramada,
Quem me cobre são bideiras:
Tu hás-de ser meu Amor,
Quer tu queiras ou não queiras.

Pronta acode a resposta à presumida ternura:

Debaixo desta ramada,
Quem me cobre são as folhas:
Os olhos que tu me botas
Desvia-os e não me tolhas.

O vinho é o mealheiro do lavrador e a rica vestimenta dos seus campinhos. Com ouro e púrpura se engrinaldam e enfeitam ao despedir o Outono, e na Primavera, chamando a si e em si fundindo a terra, o ar e a água, tecem nas altas uveiras as verdes capelas das bacantes!

A vide é tão antiga no Minho como o homem que dos cumes dos montes veio arrotear os maneirinhos vales e neles viver à moda de Roma. Domiciano quis reprimir a sua propagação e da guerra que lhe fez ficou a desolada memória na frase lastimosa: «foi chão que deu uvas». Sua fidalguia entronca no latim de Séneca e de Plínio. E desse velho tempo lhe ficou o jeito de se encostar às árvores. Para melhor se prender, ainda virgilianamente aperta as gavinhas aos ramos dos olmos pela beirada das leiras, e sentindo-se bem enlaçada estende os sarmentos através da folhagem trémula, e espalma o verde esmeraldino das parras, e pendura os cachos como lampadairos!

Na festa da Transfiguração de Jesus, quando os racimos começam a amadurecer, queria o antigo Rito Bracarense que os fieis levassem uvas à igreja para ali serem benzidas, e juntava-se depois no cálice, onde o vinho era consagrado, o sumo de um bago.

«O bom vinho faz o bom sangue», — promete o adágio. E o vinho verde, pacífico, leve e terno, enrija o corpo de quem trabalha, esperta no alvoroço das feiras o sentido das mercas e entre o alegre estralejar dos foguetes é o contentamento maior das romarias!

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA



OLIVEIRA MARTINS

O ESCRITOR ⁽¹⁾

MONIZ BARRETO, a quem já nos temos referido nestas breves notas, num ensaio famoso, classificou o estilo de Oliveira Martins de «irregular, tortuoso, familiar, apaixonado e vivo», e, em outro ensaio, discutidíssimo no seu tempo, disse-o «inventado em todas as suas partes». Com a sua habitual acuidade, o malogrado crítico viu bem, mas não viu ou não pode ver por completo. Não pretendemos, evidentemente, rebater o que escreveu o patriarca da crítica portuguesa moderna; cremos, porém, que não fez justiça inteira às qualidades de escritor de Oliveira Martins.

Teve este todas as qualidades e todos os defeitos do *self made man*. É desse ponto de vista que deve partir-se para se analisar a obra do escritor, até para melhor se compreenderem as suas ideias morais. Como se sabe, muito cedo teve ele de abandonar os estudos regulares para procurar no trabalho os meios de subsistência para si e para os seus. Isto levou-o, muito novo, a enfrentar aspectos da vida, que os outros, os que podem seguir estudos e completá-los, só muito mais tarde encontram. Oliveira Martins deparou na vida, em idade juvenil, dificuldades que o devem ter feito recalcar grandes ideais no fundo da alma ansiosa de mais vastos horizontes do que os que se podem disfrutar dentro das paredes banais de um escritório comercial. O facto em si não o impediu de estudar e cultivar o espírito de modo tão intensivo que aos 22 anos não publicasse o seu romance *Phebus Moniz* e, dois anos mais tarde, o opúsculo crítico à obra de Teófilo Braga, em que se revelava possuidor de cultura bastante vasta para tão verde idade, facto tanto mais digno de nota quanto os lazeres da sua vida não deveriam ser muitos nem frequentes. Essa cultura — adquirida, acentuemo-lo desde já, fora de toda a disciplina pedagógica — fez-se roubando horas ao sono e ao justo

(1) Notas para um trabalho em preparação.

descanso, em momentos por outros aproveitados para se divertirem e gozarem, o que não parece ter sido da especial predilecção deste jovem austero, que principiara a sua carreira literária com um romance histórico, inferior embora, em que se realçava a figura de um homem de carácter, e com um severo trabalho de crítica a uma obra de outro moço, igualmente intensivo trabalhador.

Foi dura a aprendizagem do escritor. Natural era que isso viesse a reflectir-se na sua vida futura e na sua obra. Não podemos imaginar o que teria sido Oliveira Martins como escritor e, por conseguinte, de que espécie viria a ser a sua obra, se ele houvesse continuado os estudos e chegasse a frequentar os bancos da Universidade. Mas podemos perfeitamente emitir uma opinião quanto à obra, reflectindo no que foi a sua mocidade, operosa e cheia de grandes ideais, generosos, é certo, mas utópicos, como ele próprio mais tarde verificou. Talvez aquele pessimismo, que tantos ensaístas têm salientado na obra de Oliveira Martins, tivesse a sua origem no período violento da luta do homem contra o destino, pessimismo aliás natural num país, como o nosso, em que a consideração tributada aos indivíduos e o auxílio prestado aos que querem trabalhar, tantas vezes estão na razão inversa dos seus merecimentos. E foi esse pessimismo, nascido, insistimos, na mocidade que exerceu influência poderosa na visão e, por consequência, no estilo do escritor. É ele que o torna «irregular, tortuoso», como escreveu Moniz Barreto, mas é ele também que o faz «apaixonado e vivo». Pegue-se ao acaso numa das obras de Oliveira Martins e ter-se-á ocasião de verificar imediatamente o nosso asserto.

Desde o *Helenismo*, o seu primeiro trabalho de fôlego, até ao *Príncipe Perfeito*, que deixou incompleto, toda a sua obra se encontra repassada desse pessimismo que assinalámos, é verdade, mas vazada em um estilo que se não é sempre «irregular, tortuoso, familiar», como queria Moniz Barreto, é sempre «apaixonado e vivo». E porque Oliveira Martins teve de fazer a sua aprendizagem na dura escola da vida, sem lazes para repousados estudos, nem para vagarosas leituras, eis porque esse estilo se pode considerar, realmente, «inventado em todas as suas partes»: É um estilo em que, a despeito da pobreza de adjectivação, se nota um progresso ascensional, com intercadências de páginas vulgares e de períodos tersos, enérgicos, de alta beleza e de grande movimento, denotando, frequentemente, as preocupações visualistas do autor, que só é verdadeiramente «ele mesmo» quando recorre às imagens. Oliveira Martins foi, de facto, um escritor visualista.

Interpretando o pensamento de um político, de um estadista, de um monarca, de um criador de impérios, está Oliveira Martins perfeitamente à vontade, tanto à vontade quanto possuía em larga escala essa «imaginação psicológica», pela primeira vez assinalada pelo mesmo Moniz Barreto. Por isso ele não se limita a dizer chãmente como Cícero procedeu, nas diversas circunstâncias da sua agitada vida política, como Saldanha mudava de opinião ao sabor do seu temperamento versátil, como o infante D. Pedro enfrentou a violenta crise política que o venceu. Vai mais longe: fá-los mover diante de nós, explica-nos fisicamente as suas atitudes, que muitas vezes os justificam muito mais fortemente do que a mais desenvolvida apologia.

Tem Oliveira Martins especial predilecção pelas cenas de grande movimento, em que as massas humanas se movem em tumulto, correndo como torrente impetuosa de rio que transbordasse do leito. Sempre que se encontra na presença de um movimento desta natureza — tumulto, invasão, combate, cataclismo — o autor sente-se à vontade, correndo-lhe a pena com tal fluência que o estilo adquire uma vivacidade peculiar. Recordemos essa descrição formidável que é o triunfo de Paulo Emílio, que, nos dizeres de Eça de Queirós, foi escrito ininterruptamente durante 40 horas, estimulando-se Oliveira Martins com café. Isto demonstra bem a sua categoria como escritor.

Henrique de Barros Gomes, seu grande amigo e seu correligionário, diz-nos que ele costumava documentar-se primeiro cuidadosamente, recolhendo e transcrevendo toda a espécie de documentos que lhe interessavam para o seu fim. Ordenados esses documentos, estudados e relacionados, o escritor lançava-se ao trabalho da redacção da obra, que, quando demorada, lhe impunha, como é natural, interrupções. Mas se no decorrer desse trabalho de concatenação de ideias e factos surgia um momento em que uma dúzia de páginas brilhantes e vivas tinham a sua oportunidade, Oliveira Martins não descansava sem as ver concluídas. Podia o *historiador* passar a segundo plano ou até mesmo desaparecer; o que surgia então era o *artista* que não punha dúvidas em sacrificar o *homem* para que se não perdesse a *vis*, a chama interior capaz de animar o grande quadro.

Se, com efeito, percorrermos demoradamente toda a obra de Oliveira Martins, encontramos a cada passo em presença de quadros admiráveis, cheios de vida, de movimento e de cor, a que tantas vezes se encontra misturada a discussão de ideias e teorias, no que ele perdia bastante da sua clareza expositiva. Porque um dos defeitos mais dignos de nota

deste notável escritor, é precisamente o da sua obscuridade quando chega o momento de expor ou de criticar teorias especulativas, em que tantas vezes o seu pensamento se dispersa e se dilui, ao ponto de deixar ao leitor a impressão de trabalho inacabado. Sem nos referirmos a essa quase ilegível *Teoria do Socialismo* e ao *Portugal e o Socialismo*, trabalhos da mocidade, com que ele iniciou — ou quis iniciar — o seu preceptorado mental, o facto é particularmente acentuável na longa e difusa «Introdução» ao *Helenismo*. Mesmo nas suas sínteses (e o amor deste autor pelas vastas sínteses foi oportunamente salientado pelo sr. dr. Fidelino de Figueiredo) a clareza de expressão não é de palpável evidência, se em vez da exposição de um conjunto de factos característicos de certa época se trate de um complexo de ideias que ajudem a caracterizá-la. Na interpretação das ideias o seu estilo dilui-se quase sempre em nebulosidades abstrusas, que impedem, até o leitor melhor preparado, de lhe seguir o pensamento. Quando, porém, entra no terreno mais sólido dos factos, logo o seu estilo adquire plasticidade, maleabilidade, graça, entusiasmo, majestade, mesmo, sendo então que, de verdade, é «apaixonado e vivo». Oliveira Martins é assim, paradoxalmente, um pensador que não possui o dom do estilo com que se expõem as ideias, o que, no mesmo século, se repete com Sampaio Bruno, talvez o pensador mais robusto que jamais existiu em Portugal, mas que, pelo seu estilo rebarbativo e descosido, sempre afastou das suas obras os que não sentiram a coragem de vencer os seus períodos maciços. Foi por isso que o mesmo Moniz Barreto pôde escrever que a sua «capacidade das ideias gerais, é mais pròpriamente de um crítico que de um filósofo».

É este, como acima acentuámos, um dos aspectos que inferiorizam a obra de Oliveira Martins, grande e verdadeiramente notável sob tantos aspectos.

Como escritor tentou ele vários géneros. Na sua mocidade, levado talvez pela corrente da época (mas já com preocupações de carácter social), escreveu um romance histórico, *Phebus Moniz*, que ele próprio mais tarde retirou do mercado, classificando-o de «puerilidade». Não passa de tentativa; em nada contribuiu para aumentar os seus méritos como escritor. Dois anos depois deste romance, publica novo trabalho, em prosa e verso (as únicas poesias conhecidas de Oliveira Martins) — *Batalha, Belem, Mafra* — no qual pretendia sintetizar os três períodos da história de Portugal que esses três monumentos simbolizam: o despertar da consciência da nacionalidade, o apogeu e a decadência. Era uma larga ambi-

ção que, como os poemas cíclicos de Teófilo Braga, peca pela forma como foi elaborada, inferior à grandeza da ideia que originou a trilogia.

Por essa ocasião, inspirado pelos vastos ideais dos poetas da época, que sentiam atracção especial pela síntese da história da humanidade vazada em poemas meio históricos, meio simbólicos (como Vítor Hugo empreendeu na *Légende des Siècles*, Leconte de Lisle tentaria nos *Poèmes antiques* e nos *Poèmes barbares* e Teófilo esboçou na *Visão dos Tempos*), Oliveira Martins delineou um plano também vasto, que é outra prova do seu amor exagerado pelas sínteses de carácter histórico-social. Como, porém, não possuía a veia poética, a que, ao tempo, se considerava melhor indicada para o efeito, planeou quatro dramas, nenhum dos quais chegou, porém, a ser representado, embora, ao que parece, fossem todos escritos. Eram eles: *A Tragédia do Jogral*, «onde pretendo desenhar dentro do movimento nacional português de emancipação dos servos, o carácter da Idade Média pela formação da consciência dentro do animal belo e forte da antiguidade, fenómeno que se encontra no provençalismo», conforme confessou em carta a Teófilo Braga; *Afonso VI* ou «a tragédia histórica simbolizando o cair do direito divino e da autoridade política»; *O Abade* em que pretendia expor «a luta confusa dos elementos religiosos, políticos e económicos da sociedade actual»; e, finalmente, o *Mundo Novo*, «tragédia ideal representando a fusão e compreensão do espírito com a carne, da ciência com a consciência, o encerramento da Idade Média, a continuação da Antiguidade alargados por todas as descobertas no mundo moral». O que a respeito deste plano ambicioso e abstruso de teatro cíclico-histórico sabemos foi-nos transmitido por Teófilo Braga, a quem Oliveira Martins em 1869, por carta, participava o desejo de estender ao teatro o que ele chamava a «nossa obra», isto é, transportar para o palco uma ampla síntese em que as ideias do tempo fossem postas em movimento.

Depressa, porém, abandonou tal plano, enveredando em 1872 decididamente pela obra de crítica histórica subjectiva, que alternaria, mais tarde, com os trabalhos de economia e, depois, de política, muitos deles dispersos, e parte ainda por recolher em volume. Essa fase da sua operosa actividade de escritor iniciou-se com o ensaio sobre os *Lusíadas*, que não é unicamente uma análise objectiva da obra de Camões, mas também uma visão da vida do poeta, um pouco fantasiada pela carência de dados precisos a respeito dela, e um estudo do Renascimento, cujo significado psicológico Oliveira Martins procura explicar, bem como a sua influência no nosso país. É simultâneamente obra de exegese, de crítica

histórica, de filosofia da arte e da história, e, acima de tudo, obra de arte, em que o pensamento do autor, aqui e ali um tudo nada nebuloso, se exprime num estilo, empolgante por vezes, sempre sugestivo e vibrante.

E a partir de então, caminha Oliveira Martins com segurança no campo da sua escolha, procurando dar expressão formal às suas ideias políticas e históricas, que sempre se interpenetraram, não poucas vezes sofrendo as suas vistas históricas o influxo dos seus preconceitos políticos, como largamente se documenta nas suas obras mais divulgadas.

O seu estilo ganha em maleabilidade, apesar de não ser a clareza a sua máxima qualidade. O seu entusiasmo, nos antípodas daquela frieza que se exige, em geral, ao historiador objectivo, manifesta-se em frases curtas e incisivas, cujas palavras parece adquirirem nova alma na pena deste escritor de talento. E os quadros grandiosos, em que se pintam os combates, as cenas de revolta e os movimentos populares, sucedem-se com frequência, alternando, por vezes, com longas exposições de estatística, fria sim, mas de que Oliveira Martins tantas vezes tira o maior partido.

Se, pois, não podemos considerá-lo um clássico, na acepção corrente do termo, não lhe podemos negar, sem injustiça, a categoria de grande escritor, não tanto pelo volume da obra, como principalmente pelos ideais que a animam e pelo estilo vivo em que as vazou e em que nos deixou páginas e páginas de forte colorido e movimento empolgante. Com Eça de Queirós, seu grande amigo, ele teve o condão de contribuir para desarticular a Língua portuguesa, dando-lhe uma vibratilidade que não encontramos nos escritores do seu tempo, em absoluto antagónica daquela frieza hierática dos escritores do século XVIII.

ANTÓNIO A. DÓRIA

A Questão Social resolve-se na questão política dos sistemas

(Excertos-súmula de capítulos do livro inédito "Pobres e Ricos")

(Continuação da pág. 117)

Muito interessa o homem, soma de espírito e matéria; para nada e de nada nos interessa apenas o indivíduo, obscuro e vil servo da matéria. O «rico» tem uma consciência moral responsável e, entre os seus múltiplos deveres, tem como principal o de formar consciências educadas no dever de conseguir riqueza nacional, aumentando-a e fomentando-a. O «endinheirado», triste cego enfermo do espírito, inteligência tacanha ao serviço do mal, esse sòmente conhece e respira a sua mentalidade escrava do ouro, do «seu ouro»; e nessa sua dementada loucura nega-se a si mesmo ao lucrar amontoados os dobrões de satã com que aquieta a sua hipócrita consciência toda edificada sobre ruínas de homem e sustentada nos lucros da sua morte.

O «enriquecimento» é vida e saúde dos povos porque sendo pertença de todos não surge apenas como de uma clientela de homens de dinheiro; o «endinheiramento», esse só se ganha entre alguns seus conhecidos da plutocracia, vivendo escuso por entre aquela clientela de homens de dinheiro. Eu me explico: homem que alcance possuir a riqueza e use desta em sua fortuna pessoal como lhe sendo confiada para o exercício do bem comum, usada em benefício e para aumento da *res publica*, assim se tomando da riqueza para a julgar na sua missão verdadeira de *meio* de produzir mais riqueza, dest'arte protegendo os mais carecidos da sorte e procurando resolver a magna questão social naquele quinhão que lhe cabe em parte; este homem faz da sua riqueza «enriquecimento» por *meio* de mais riqueza e já não faz dessa riqueza seu exclusivo «endinheiramento» porque não a usurpou desviada do seu direito caminho. Este homem, ao acrescentar riqueza no sentido de aquela mais riqueza nacional que, não só a ele exclusivamente, mas a todos aproveita, nobilita-se, com o nobi-



Guimarães — Domus Municipalis

(Aquarela de Maltieira)



Guimarães — Arcadas joaninas dos antigos Paços do Concelho

(Aquarela de Malheiro)

litar o capital emprestando-lhe o seu leal e seguro destino de fator de «*mais riqueza nacional*». E ao fim de contas, ainda se dedica em confiante vigia dos seus interesses privados e guardador da sua pessoal segurança.

Ao contrário, aquele que costuma mercantilizar usureira e individualizada egoisticamente na sua ganância à fortuna que lhe está atribuída para ele a usufruir em esse sentido do bem do comum, mas porque propositadamente a deixa desviada de seu caminho, alheada da sua missão quando adultera os princípios sérios e sociais de propriedade, esse homem, ao canalizar a riqueza subordinando-a ao seu «*endinheiramento*», (isto é, descaminhando-a para o fim sovina de arrecadar capitais acrescidos de juros, arrancados no sangue à economia doméstica dos povos, para os ir gozar usufruídos sòmente em louvor e benefício exclusivo próprio dele), esse homem, revela-se como elemento perturbador da ordem social, elemento prejudicial de toda a economia nacional, inimigo declarado da ordem política no concerto das Nações e, nesta sua enorme indignidade, burguês de alma depravada a sufocar ciúmes, a atizar ódios, a verter invejas e a distilar fel no veneno das suas amarguras de infeliz morto em corpo falecido de todo o amor desinteressado, e, sem sequer o cuidar, também é inimigo de si mesmo porque inimigo de todos os princípios sociais cristãos. Contra este indigno e «*baixo*» rico se devem tomar das mais rigorosas medidas, no sentido de forçá-lo a usar de sua fortuna no fim rigoroso e exclusivo que lhe está declarado e se lhe atribui como elemento precioso de educação dos povos, de factor necessário na correição das riquezas em vista a uma mais real e meritória economia nacional, em ordem a uma justiça sadia, verdadeira e social, *social* mas não socialista.

Ao contrário dos comunismos cuja fórmula nova consiste em distribuir a riqueza antes de a possuir, fora portanto de aquela justiça distributiva que mitiga e suaviza as ofensas, violações contra o direito e afrontas e ultrajes da ordem social com o *social* desvirtuado da sua função, o nosso dever está em fomentarmos a riqueza para depois melhor a distribuirmos com sentido eminentemente realista de vida. Assim, torna-se preciso fazer-se com que este acesso aos bens materiais, que no comunismo é sempre morte e ruínas, seja feito no nobre e generoso sentido de melhor guardar o homem nos seus valores eternos e na certeza da família.

.
É nossa opinião que se consegue esse estado de equilíbrio económico que há-de vir influir na resolução do social através de essa boa justiça

distributiva de riquezas, não sòmente numa revisão inteligente das leis fiscais para mais e melhor protecção da família, mas também pelas corporações livres; pela universidade como escola de dignificação do homem; pela política de apetrechamento económico; pelos sindicatos de categorias de empresas; pelas assembleias populares dos interesses regionais; pela descentralização dos poderes municipais com o município livre e autónomo; pelos tribunais de conflitos e arbitragens entre o capital e o trabalho; pelo seguro social obrigatório, caixas de previdência e abonos de família; pelas leis de incompatibilidades e de salários mínimo e máximo; pela participação dos empregados, operários e trabalhadores do campo nos lucros das sociedades, empresas e fazendas;.

.
.

Vamos estudar a cada um destes pontos em pormenor e à luz actual dos acontecimentos:

.

O Município não surge aqui como simples ou modesta ficção da lei, mas como realidade social que se impõe ao próprio Estado. Como a Família, de que imediatamente deriva através dos seus homens-bons, o Município tem prioridade cronológica e ontológica sobre o Estado. Antes do Estado, nasceu o Município com a nacionalidade. Não foi pois o Estado a outorgar-lhe a sua existência, mas sòmente quem o moldou na sua perfeição de melhor e mais completa independência ao aglutiná-lo, entre todas as demais entidades sociais, em unidade suprema como todo do grande todo nacional. E não se esbarre contra esta teoria no facto de se criarem novos municípios durante a vida do Estado, posteriores portanto à existência do próprio Estado. Isto não nos nega a verdade da doutrina. Porque o Município, no seu conjunto, foi, e por isso ficou sendo sempre, cronologicamente, princípio ou primeiro delineamento do próprio Estado; a sua prioridade ontológica bastaria por si para nos justificar de sobra à afirmação de que o Município é anterior ao Estado e por isso o bastante defensor das liberdades concretas dos seus homens contra todas as tendências de absorção por parte do Estado.

.

Assim, limita-se a um certo salário mínimo mensal (supunhamos 2.000\$) abaixo do qual não será permitido pagar ao oficial como retribuição do seu trabalho; o salário máximo mensal seria estipulado na condição legal de que ninguém pudesse receber mais do que o estipulado por lei como ordenado de Ministro (escala de salário máximo). E como, pela lei das

incompatibilidades, a ninguém será permitido ocupar mais de um cargo para honestamente bem dele se desempenhar, e, portanto, não receber mais de um salário, teríamos que, por exemplo, no caso dos equiparados a oficial ou a mestre, conforme as diuturnidades e a competência comprovada, os ordenados oscilariam em mínimo e em máximo bastantes para todos viverem bem e desafogadamente.

.....

O salário proporcional, de que fala Eugénio Schueller, e já vigorando em muitas empresas belgas, é ainda outra forma de resolver o problema do salariado. O salário-social, juntamente com o salário-proporcional corrigirão as injustiças provenientes do salário-base que é o derivado do contrato de trabalho.

.....

A este prende-se o problema da retribuição no descanso, quer considerando-o como salário, quer como indemnizações impostas por lei.

Se o problema não tem alcance doutrinário, já o tem sob o ponto de vista moral. E neste pé o coloca o Tratado de Versailles quando solenemente proclama que o trabalho não pode considerar-se uma mercadoria, como se dá na sua concepção mercantilista ao julgar o salário como preço ajustado de trabalho prestado.

A ética social impõe-nos outra atitude.

.....

No caso das famílias numerosas tínhamos as caixas de abono a corrigirem os possíveis agravos e os desniveis provocados pela sobrecargação de família numerosa a onerar os encargos do pai de família.

.....

Com esta comparticipação os patrões limitam, é certo, à primeira vista, os lucros imediatos, mas, sendo estímulo, seguramente com o tempo vêm a obter maior rendimento produtivo para si e para a economia nacional. Os operários e empregados ou trabalhadores trabalham melhor e mais pelo natural egoísmo de quererem o máximo nos lucros da empresa; são os operários os melhores agentes na fiscalização do trabalho pelo desejo de procurarem rivalizar com o produto e conseguirem a sua maior produção, já que quanto maior forem os lucros tanto maiores serão as suas percentagens ao fim de cada ano.

A mecânica da comparticipação é facilíma, não prejudicando afinal o capital, já que, estimulando a mais produção, crescem os lucros na mesma razão de esse aumento e estão-lhe garantidos sempre os 50 % sobre o lucro líquido apurado em cada ano industrial, comercial ou agrícola.

.....
Ao contrário da nacionalização que, temos no exemplo inglês, desce com a produção, a encarece e prejudica, a comparticipação aumenta-a e melhora-a no maior interesse do capital e trabalho, aliados juntos em volta dos mesmos interesses comuns.

.....
Ainda mais se consegue a esse equilíbrio, pela melhoria nas condições morais do povo, quando o rico obedece ao mandamento que se lhe dita com o seu terceiro dever — o de educação. É sabido que as Repúblicas deseducam propositadamente os povos para depois melhor os poderem governar. Parece mais fácil governar sobre massas amorfas e sem alma, do que vir governar sobre homens responsáveis e de inteligências livres e esclarecidas. Urge entregar o homem na sua primitiva personalidade, para assim ele poder receber as liberdades concretas de que carece e lhe são devidas por natureza e direito divino.

.....
O homem carece de viver sob o signo da Paz de Cristo, aquela Paz que nos foi prometida e, segundo o Doutor Santo Agostinho, é a própria tranquilidade da ordem, *tranquillitas ordinis*, paz interior de alma, paz moral dos costumes, paz reinando por sobre as vontades e nas próprias vontades e a guiar e a dirigir a estas na justiça, tendo a justiça baseada no respeito mútuo e este alicerçado nos direitos sagrados do indivíduo na sociedade; paz animada com a caridade cristã justamente naquilo em que esta se afirma pela sua fortaleza para propulsora e garantidora da mais verdadeira paz.

Todos nos sentimos responsáveis no fomento de esta paz, começando-se por sermos seus possuídos no interior, continuando-a como possuída no seio da família para, firmada aquela no social do homem, esta a ter ganhada em todos os direitos do homem.

Assim, a paz interior do homem é o fruto do domínio do mesmo homem sobre as suas paixões e, portanto, prémio de estar em graça e em amizade para com Deus; a paz familiar é a união de caridade entre todos os diferentes membros de uma mesma família, paz que converte em fáceis e leves aos trabalhos ou canseiras inevitáveis na vida do homem, quando a sua ausência transforma em autêntico e pesado inferno ainda aos lares mais acomodados das riquezas mundanas; mas a paz social, aquela que se deve dar entre as diferentes famílias, essa é a vida social inteira, pelo que o problema social é uma consequência da falta de paz social. Conseguindo-se a paz social, temos resolvida toda a questão social.

O homem, operário ou trabalhador do campo, sofre da falta de cultura, de higiene, de alimento (e sobretudo do espiritual), de casa e assistência médica, mas somente quando a justiça social cristã e monárquica penetre invasoramente às almas, tomando-as nas cidades e nos campos, conseguiremos ter aos homens como possuídos da paz e vivendo do amor nas malhas fraternas do amor.

Por isso teve razão o bondoso Padre José Cardijn, belga, fundador da JOC, quando numa sua conferência, em Buenos Aires, proclamava que, «*se o comunismo triunfasse, não seria por este representar sequer uma doutrina social superior, mas porque a grande massa trabalhadora não tem sido instruída na doutrina social da Igreja e ainda pela razão de esta doutrina não vir sendo difundida com aquela energia que se lhe exige nas Encíclicas*». Porque «*nem as leis nem a violência dominarão o comunismo; só a acção dos operários católicos será capaz de lográ-lo*». Só esta acção social católica e as forças morais derivadas do autoritarismo paternal do poder monárquico resolvem o magno problema sem os sérios obstáculos e sem as demoradas peias do burocratismo plutocrático.

.....

E só a Monarquia consegue sanar a questão social ao realizar estas reformas sociais, não somente porque sabe libertar-se das peias burocráticas dos sistemas de governo rigidamente centralizado e do autocratismo plutocrático vigente sempre em todas as Repúblicas democráticas, mas sobretudo por ser o regime mais barato, embaratecendo assim o custo da administração do património comum. Já quando a Noruega teve que se afastar da *união real* com a Suécia, esta pequena razão foi discutida e votada. Então, Nansen, o célebre explorador polar, que era republicano, deu o seu voto na Monarquia, alegando não ser a Noruega suficientemente rica para se governar em República, o mais caro de todos os regimes e a mais precária de todas as instituições de natureza humana para garantir a defesa dos povos pequenos. Também Briand estranhara o facto ao dizerem-lhe que Portugal ia para a República; são hoje históricas as suas palavras: «*é uma tolice. Portugal é um país muito pobre para ter uma República. As Repúblicas são muito mais caras do que as Monarquias*». Era uma prevenção e um aviso; Briand lá sabia bem quanto a República estava custando cara à rica França! Agora mesmo, ao colocar-se de novo a questão, na Inglaterra, Sir Stafford Cripps, ministro trabalhista das finanças, considerou a monarquia como «*a forma mais económica de chefia titular de qualquer governo*», acrescentando até que,

por ele, preferia mesmo «uma monarquia constitucional a um Presidente politicamente eleito».

Temos como princípio fundamental de política que a Monarquia é o governo mais aproximado da perfeição e o mais conforme com as reservas preciosas da Nação ao ganhar-se e fortalecer-se nos bens espirituais e materiais da grei para melhor se afirmar nas leis da continuidade. A hereditariedade está estabelecida no fim da conservação do património nacional, que assim fica mais garantido nas responsabilidades de um administrador perpétuo.

Mantendo-se fiel aos princípios e leis que a fortificam, a Monarquia guarda-se de todo o abastardamento de liberdades; quere-as humanas na sua indiscutível verdade de direito natural e na rigeza e inteireza dos costumes cristãos dos seus homens. Nesta ordem, defende-se contra todas as liberdades apoiadas na força policial das repressões ou das que se digam regidas e tuteladas em leis especiais — leis fabricadas ao sabor e conveniência das oportunidades demagógicas de cada partido ou dos vícios de cada hora em cada paixão de homem. Defendendo o governo de autoridade forte, certa, contínua, protectoramente exercida em poder permanente e capazmente familiar, a Monarquia vota contra todo o governo precário ou de autoritarismo rígido, seja ele das direitas como das esquerdas, pretenda estar no centro ou ultrapassar aquelas e correr para além de estas, seja militarista ou policial nos seus métodos modernos, situacionista, neo-cesarista ou totalitário. A Monarquia edifica homens e constrói as suas vontades livres e independentes, esclarecidas para o melhor enaltecimento da pessoa e para sua riqueza intangível; estes sistemas republicanos derubam vontades para melhor governarem sobre as suas ruínas, enfraquecem sentimentos, obscurecem inteligências, atropelam iniciativas, prejudicam certezas só por melhor criarem as suas liberdades policiais, abstractas e falsificadas liberdades cujo fim está em destruir o homem sumindo-o no vazio do seu materialismo; mas, ao fim e ao cabo dos seus governos, sòmente arrebanhando a revoltados, fermento azedo onde leveda a massa geradora dos comunismos.

Bossuet tinha inteira razão ao dizer-nos que «nada é mais permanente do que um Estado que dura e se perpetua pelas mesmas causas que fazem durar o universo e que perpetuam o género humano».

FERNANDO DE AGUIAR

Algumas considerações sobre a Igreja na Idade Média

O falar aqui sobre a acção da Igreja na Idade Média, não quer dizer que só nessa época ela tenha exercido a sua benéfica acção. Sempre a exerceu. Quer no Mundo Romano, quer na Idade Moderna, ou na Actualidade, a Igreja exerceu sempre um papel de primeira grandeza. Porém, na Idade Média a sua acção revestiu-se de uma grande superioridade. É intenção deste artigo, embora modestamente, ver alguns dos pontos principais dessa acção da Igreja medieval. Não pretende por isso ser uma novidade, mas apenas uma reunião de elementos de questões já conhecidas.

Durante a Idade Média o povo era essencialmente religioso; a religião cristã era vivida colectivamente. As grandes obras medievais são religiosas. É já banalidade falar nas suas catedrais góticas, mas muito se poderia dizer também da pintura, da filosofia, da literatura e das ciências medievais.

Que diferença entre a simples e humilde Igreja perseguida do Império Romano e a Igreja medieval triunfante, revelando a sua acção orientadora em todo o domínio da vida!

O culto cristão, durante o tempo dos Romanos, era celebrado, em Catacumbas, lugares subterrâneos. Mas, depois de grandes esforços por parte dos Cristãos, estes conseguiram erguer a Igreja a um alto prestígio.

Foi no tempo do Imperador Augusto que Jesus Cristo revelou a sua missão divina. O seu sacrifício feito constantemente, foi sofrido na ideia única de absolver a humanidade dos seus pecados. E depois, por S. Pedro, o papel da Igreja foi dedicar-se à mesma obra divina. Os doze apóstolos, que Jesus Cristo escolheu, percorreram toda a parte do mundo Romano propagando a verdade Cristã. E a Igreja recolheu esta obra preciosa.

No século II, o Cristianismo tinha já grandes núcleos de fieis, recrutados em todas as classes, desde as mais humildes, às mais elevadas e nobres, a todas enchendo de resignação, ao mesmo tempo que nobilitava a sua condição de homens. Toda a sua pregação estava assente na supe-

rioridade e na condição espiritual do homem. No princípio do século III, eram já tantos os cristãos que Tertuliano podia afirmar: «Não somos senão de ontem e já ocupamos todos os Vossos quadros, as Vossas tribos, as Vossas decúrias, o palácio, o senado, o forum. Só Vos deixamos os Vossos templos.»

Os mártires continuando o sacrifício de Cristo, consolidavam a missão divina da Igreja.

E como se praticou e aplicou à Igreja essa herança? Como procurou a Igreja realizar o espírito divino na terra? Ela sempre o realizou; mas na Idade Média ressalta sob todos os aspectos.

Assim podemos dizer que os dois primeiros séculos da Igreja, foram séculos de difusão do Cristianismo. O Edito de Milão, o Concílio de Niceia, e a reforma de Teodósio consolidavam a difusão e permitiram-lhe uma maior acção no Mundo.

Na Idade Média, essa acção aplica-se a todos os domínios e com uma grande intensidade.

Então a Igreja Católica representa a maior força moral, política e civilizadora. Várias causas contribuíram para tal.— A sua organização hierárquica deu-lhe uma constituição inabalável, desde o seu chefe supremo, que é o Papa, até ao Clero Secular, e ao Clero Regular, que formavam uma grandiosa organização, unida sob a mesma direcção. E por isso mesmo, foi a Igreja, que impediu que a Europa se fragmentasse. O feudalismo, dando grandes poderes ao feudo, fazia correr o risco de provocar o desmembramento, e o conseqüente enfraquecimento da Europa numa multidão de pequenos estados. Se esta ameaça se realizasse, muito difícil teria sido a construção de uma Europa culta e unida na mesma civilização. E um dos mais poderosos factores unificadores foi, sem dúvida, a organização da Igreja, que, sem conhecer fronteiras, levou a todos os países a consciência de que estavam a construir uma civilização comum.

Foi esta unidade que garantiu o grande esforço colectivo da luta contra o infiel, quer nas cruzadas do Ocidente, quer nas cruzadas do Oriente.

Nem sequer se poderia pensar num movimento de cruzada desta grandeza sem a coesão que a Igreja lhe imprimiu. A par disso, não será também útil lembrar aqui a Evangelização dos bárbaros, e com ela o alargamento da fronteira da Europa? Poderemos lembrar ainda a acção de defesa dessa unidade europeia, pelo combate às heresias medievais que, a desenvolverem-se, significariam a perda da herança espiritual comum de que todos hoje gozamos.

Esta acção política foi acompanhada pela acção social. Os primeiros hospitais nasceram à sombra das grandes catedrais.

Gafarias, recolhimentos, hospitais, misericórdias e asilos são propagados por todos os lugares. Havia Abadias que sustentavam muitos milhares de pobres por ano. A Ordem do Espírito Santo, a Ordem de S. Lázaro, a Ordem dos Trinitários praticam a caridade na sua forma mais elevada: *Dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede e vestir os nus.*

A Ordem dos Franciscanos, fundada por S. Francisco de Assis, com o seu voto de pobreza e a sua constante pregação, muito contribuiu, também, para a divulgação e prática das obras de misericórdia. Com esta obra de assistência se desenvolveu a medicina nos conventos, de onde só depois passou para as Universidades. Assim se realizava o espírito de Cristo na Terra. O Homem é um ser espiritual. Na cultura do espírito está um dos principais ornamentos da Igreja, e essa missão educativa estava-lhe quase exclusivamente confiada na Idade Média.

Os beneditinos, os dominicanos e os agostinhos, onde brilham espíritos como Alberto Magno e S. Tomás de Aquino, o doutor Angélico, têm nesse campo um extraordinário papel. Quer na alta cultura das Universidades, quer nas escolas monacais e nas Catedrais, na aprendizagem das primeiras letras, a obra da Igreja, na Idade Média, reveste uma grande solidez e profundidade. A Universidade de Paris teve, por esta época, uma das suas fases mais brilhantes.

Eram muito precários, na Idade Média, os abastecimentos. Estes demoravam tempos infinitos a chegar ao seu fim.

A Igreja contribuiu poderosamente para que a situação se modificasse.

Segundo diz um professor francês, foi a Igreja que fez com que se desse o desbravamento, a colonização agrícola, a valorização do solo, os melhoramentos nas culturas. Por toda a parte foram estimulados pela Igreja e sobretudo pelas ordens monásticas, cuja glória mais duradoura está neste exemplo de trabalho e perseverança por eles dado ao mundo.

Ora isto fez com que os abastecimentos se tornassem mais abundantes.

Com os descobrimentos, a acção tornou-se mundial. Novas forças surgiram, novos trabalhos apareceram. E nessas tarefas gloriosas, a Igreja marca um alto lugar.

A Igreja promovendo a unidade espiritual e a unidade política, trabalhava à frente da ordem comum por meio das instituições religiosas.

A Idade Média, época gloriosa, deve servir de exemplo para os tempos de hoje.

ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO FERNANDES



PAULINA VESTIDA DE AZUL. Comédia dramática em três actos, por *Joaquim Paço d'Arcos*. Ed. da Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 1948. 148 págs.

Já o assinalámos uma vez nestas mesmas páginas: Joaquim Paço d'Arcos não é apenas o romancista ilustre (sem favor, entenda-se...) dos nossos dias, mas um crítico sereno da nossa época, sem que essa serenidade exclua severidade na crítica a uma sociedade corrupta como a de hoje. Por isso não se tem limitado ao romance; também recorre ao conto e ao teatro para nos dar, num vasto cosmorama de várias cambiantes, um aspecto variegado e variado da sociedade lisboeta (que, felizmente, não podemos considerar a sociedade portuguesa, embora nesta influa lamentavelmente) desde os fins da primeira grande guerra aos dias que estamos a viver.

Antes de mais entendamo-nos. Pode parecer, a certos leitores apressados ou demasiadamente preocupados com a significação aparente dos termos, que a «serenidade» seja incompatível com a «severidade», talvez por recordarem que os críticos de costumes mais conhecidos no século passado

— Balzac, Zola, Eça de Queirós — foram veementes na sua crítica, o que demonstra falta de serenidade que não se compadece com essa crítica violenta.

J. P. d'A., porém, procede como o operador, que comprometerá o êxito da operação e até a vida do operando se em presença do cancro tentacular começa por apostrofá-lo e increpá-lo pela sua acção nefasta e lentamente assassina. Por isso é que o nosso A. apresenta os seus caracteres à sua verdadeira luz, movendo-se no seu ambiente próprio, procedendo e agindo de acordo com a sua idiossincrasia, sem ouropéis fantasiosos ou vistosos, e por forma tal que falam *da se*, assim nos aparecendo odiosos ou simpáticos, dignos de pena ou de admiração.

Autores há que, levados pela simpatia natural de criadores pelas suas criaturas, se esforçam, durante muitas dezenas de páginas, por convencerem os leitores de que o personagem A é digno de simpatia, sem que esta brote espontaneamente dos seus actos: o personagem é o que é porque o autor *no-lo* diz. Outros há que, preocupados com lançar sobre um personagem tudo o que possa contribuir para o tornar odioso, se esquecem de que ele é *um ser*

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

humano: à força de sobre ele acumularem epítetos e o culparem de crimes, o personagem torna-se perfeitamente convencional, provocando acto contínuo o desinteresse do leitor.

J. P. d'A. cria o seu personagem (empregamos aqui o verbo «criar» por comodidade: o A. escolhe-o no *seu* meio) e lança-o imediatamente na acção: ele fala *por si* — daí a sua eloquência. Mas não se esquece J. P. d'A. de que ele é um ser humano, pelo que o levou a agir e a actuar *humanamente*, isto é *incoerentemente* como todos os seres humanos. Assim tem sido nos seus romances, assim tem sido nas suas peças de teatro, a última das quais deu origem às considerações passageiras que temos vindo a fazer.

Paulina vestida de azul é uma «comédia dramática», segundo a terminologia do A. Se tomarmos a palavra «comédia» na sua aceção etimológica, parecer-nos-á ilógica e, até, levemente irónica a classificação da peça. Mas o termo, cremos que a partir do século XVIII, evoluiu semanticamente, aplicando-se hoje com frequência a toda a composição teatral sem a pungência do drama e sem o fácil apelo ao riso da baixa comédia ou da farsa.

Paulina, porém, é um drama que, se não é lancinante (ao modo dos dramalhões românticos), nem por isso deixa de ser pungente, duplamente pungente: pelo destino da heroína — temperamento desconcertante de mulher voluntariosa, fortemente afirmativo, mas com uma noção da honra e do *dever* rara em nossos tempos —, e pelo intenso dramatismo resultante do reflexo da nossa época, amoral e cúpida como nenhuma outra no decurso dos tempos. O personagem central — Paulina — é, de facto, um ser estranhamente composto, personalidade complexa em que se entrecrocavam sentimentos de altruísmo, de abnegação e de amor profundo, com outros antagonísticos destes, como o ódio violento que esquece o próprio amor materno. Ela

não quer casar com um Vítor vencido ante a ameaça do padrasto, mas com um homem digno que soube enfrentar o inimigo corajosamente, embora esse inimigo fosse constituído pela sua própria família; mas o móbil oculto — tê-lo-ia descoberto o espectador, levado pela veemência do diálogo em cena? —, esse móbil que produz o deflagrar da tragédia é um amor incestuoso por esse mesmo padrasto, que todos os outros personagens nos apresentam como protótipo da honra do homem do mar, mas que não trepida, de convivência com o empresário da companhia, em afundar o seu próprio navio, dizendo-o, depois, torpedeado pelos alemães, e não hesita, mais tarde, em ordenar a morte do pobre mestre de bordo, só porque este, em pleno Tribunal, descobriu todo o conluio de que resultou a prisão do «honrado» capitão Rogério de Almeida.

É nas duas últimas cenas da peça que a pungência profundamente dramática se acentua, embora o leitor — e o espectador — possam sentir-se chocados com a brutalidade dos sentimentos desses três seres — Paulina, a mãe, o padrasto — que um grande amor devia unir, mas que se encontram separados pelo ódio mais profundo que possa imaginar-se: Paulina, o amor e o ódio, num misto estranho e desconcertante; a mãe, o ciúme selvagem da leoa; o padrasto, o homem vaidoso do seu domínio, cioso da sua autoridade, um momento curvado ante o golpe vibrado por aquela que o perde por amor.

Paulina vestida de azul é, por isso, mais do que um drama dos nossos dias, mais do que uma imagem de certos meios da actualidade: é um conflito psicológico e moral de todos os tempos, tratado com uma sobriedade clássica que o põe a par das obras mais representativas do género. Talvez alguns críticos descubram na psicologia da protagonista certo ilogismo; mas a análise cuidada do diálogo, logo faz notar qual seja o substracto moral de Paulina e o que a leva a agir *ilògicamente*, lançando a

desonra sobre o padrasto por amor a esse mesmo homem.

É revoltante — mas é humano. J. P. d'A. penetrou bem fundo na alma dessa rapariga voluntariosa e amante, que atravessa a cena sempre *vestida de azul*, « a cor do mar, a sua (do padrasto) cor predilecta! », como no-lo revela na última frase que pronuncia, sonhadora, antes de descer o pano.



ROMANCERO GENERAL (1600, 1604, 1605). Edição, prólogo e índices de *Angel González Palencia*. Ed. do Conselho Superior de Investigações Científicas. Madrid, 1947. 2 vols. LXVII — 543 págs.; 402 págs.

É verdadeiramente notável a acção do Conselho Superior de Investigações Científicas de Espanha, cujas edições vêm visitando com uma frequência agradabilíssima a nossa Revista, impondo-se à nossa admiração, quer pelo magnífico aspecto gráfico de todas elas, quer pela substância do seu conteúdo. O C. S. I. C. está a ser credor não só de quantos prezam a cultura hispânica, mas a cultura *tout court*. E se um dia quiserem os Fados que a boa terra espanhola sucumba ante os novos Bárbaros do Oriente, a obra editorial do C. S. I. C. ficará a atestar o seu labor benemérito e contribuirá, por certo, para revigorar o amor das Letras e o amor da Hispânia, os dois inseparáveis no decorrer dos séculos.

A obra que temos presente é uma reedição do famoso *Romancero general*, editado em 1600, 1604 e 1605. Não o compõem apenas romances populares, ao modo dos que Garrett modernizou no seu benemérito *Romanceiro*, mas na sua maior parte de romances devidos a autores cultos, alguns deles — Lope de Vega, Gongora, Gabriel Lasso de la Vega, Cervantes e Quevedo —

muito nossos conhecidos. Só o primeiro contribuiu com uma centena para a obra e Gongora com um meio cento.

Em erudito prefácio fala o ilustre Editor das edições do *Romancero*, sua formação, estrutura e colecionadores, dos autores identificados de romances nele incluídos, etc., prefácio que é um ensaio magnífico e muito auxilia a compreensão da obra.

Compreende ainda uma série de índices que facilitam sobremaneira a consulta dos dois volumes, consulta que é ainda mais facilitada pela divisão por espécies de composições que o sr. A. G. P. apresenta no cap. III do seu Prólogo (vol. I, pág. XXIII).

Nesta breve nótula queremos tão somente chamar a atenção dos leitores e dos estudiosos para a obra, pois que um estudo crítico ficaria, pela sua extensão, deslocado nesta secção. Mas não concluiremos estas notas sem fazer votos por que em Portugal se chegue um dia a reunir, enfim, o imenso material disperso do nosso riquíssimo romanceiro, completando dessa forma a obra de Garrett, só esporadicamente continuada no século passado por alguns espíritos de eleição que o compreenderam e seguiram.



ÉTUDES D'HISTOIRE MODERNE ET CONTEMPORAINE, publiées par la *Société d'Histoire Moderne*. Tome premier: 1947. Ed. da Librairie Hatier, 1947. Paris. 208 págs.

De excelente aspecto gráfico e encerrando valiosa colaboração, muito nos apraz registar a visita desta revista, em cujo primeiro tomo se destacam os seguintes estudos, todos de grande valor documental, e firmados por especialistas: *Dois capitalistas estrasburgueses no século XVI*, por Gaston Zeller, em que o Autor refere a acção de Jorge Obrecht e Israel Minckel,

que nos meados do século XVI foram dois grandes *brasseurs d'affaires* com o seu nome ligado à história de França; *Circulação monetária e utilização económica da moeda na França dos séculos XVI e XVII*, por João Menoret; *O Conselho do Rei, desde a morte de Henrique IV ao governo pessoal de Luís XIV*, por Rolando Mousnier, ensaio em que o Autor estuda a composição e a acção da «Curia regia» de França até ao momento em que surgiu o absolutismo do Rei Sol; *Pugachev: uma revolução falhada*, por Rogério Patal, estudo desenvolvido, e interessantíssimo de uma revolta proletária nas estepes na segunda metade do reinado da grande Catarina; *O P.º Clavel e as reivindicações do baixo clero no tempo de Luís Filipe*, por João Baptista Duroselle, outro ensaio curiosíssimo, quer do ponto de vista histórico, quer do social; *A emigração francesa no século XIX*, por Luís Chevalier; e, finalmente, *A política da U. R. S. S. na crise checo-eslovaca de 1938*, por Camilo Bloch, em que o Autor descreve os trâmites por que passou a famosa questão dos Sudetas e como as Potências ocidentais — Inglaterra, França, Alemanha e Itália — resolveram a questão, com prejuízo manifesto da Checo-Eslováquia, sem a U. R. S. S. ter tomado parte em nenhuma das conferências realizadas para o efeito, a despeito de ter com a desgraçada república um tratado de aliança.



VIPÈRE AU POING. Romance por *Hervé Bazin*. Edições Bernard Grasset. Paris. 1948. 22.ª edição. 276 págs.

Julgamos ser esta a estreia do Autor como prosador, pois dele vemos anunciados apenas dois livros de versos. Ignoramos qual seja o valor da sua obra poética. Como prosador, aparece-nos com um estilo

feito, nervoso, vibrante por vezes, cheio de vida, embora aqui e além um tanto desprezencioso, usando até expressões francamente plebeias, só admissíveis nos diálogos e para «dar a cor». Todavia, *Vipère au poing* é, pela força do estilo, obra que prende e nos leva, num crescendo de interesse, até final. Julgamos que isto é fundamental na arte do romance: sem o interesse, toda a obra com tal nome está, de antemão, condenada ao insucesso.

Mas, vejamos: *Vipère au poing* é uma obra que indigna e, até, revolta. É um romance escrito em forma de memórias de infância, género em que a literatura francesa do nosso século é fértil. Já isso lhe dá um interesse que só vem em reforço do que lhe transmite o próprio estilo. É, no fim de contas, a história de uma família burguesa da província, cujo chefe tem preocupações de nobreza e a mania entomológica, história que narra um dos filhos, o segundo, até à sua entrada na adolescência, depois de provado já o fruto do amor.

Notam-se fortes tendências sociais do Autor em toda a obra, com mal veladas críticas acerbas à burguesia e à nobreza de sangue, que vemos incarnadas em algumas figuras apagadas e com seu quê de ridículo, no fim de contas talvez para realçar as duas figuras centrais do romance: — Jean, por alcunha *Brasse-Bouillon*, o memorialista, e sua mãe, M.^{me} Paule Rezeau (*née* Pluvignec), que seus filhos, por desprezo mais que por ódio, alcunham de *Folcoche!*

É um drama cheio de movimento, de vibração, de revoltas e de ódios mal contidos, em que domina, famos dizer shakespearianamente, a figura semitrágica de M.^{me} Rezeau. É inconcebível o carácter que o Autor lhe atribui, mesmo que se leve em conta o longo tempo que a teve longe dos filhos. Naquela figura, que passada a uma tela devia ser de um trágico e de um ridículo formidáveis, acumula-se uma maldade tal que fazem suspeitar não haver sido colhida na realidade. Vagamente lembra-nos

aquela monstruosa Thenardier de *Os Miseráveis*; mas o ódio desta recala apenas na humilde e desgraçada Coseta; às filhas amava-as. Com elas perdia muito da tensão feroz que lhe devia estar estampada no rosto.

M.^{me} Rezeau, não: é odienta, malévola, inverosímil, ao ponto de transformar por completo o carácter dos filhos, de Jean em particular, que quase degenera em assassino. Isto tira ao romance grande parte do valor que lhe poderia dar como documento psicológico. Poderá haver uma, dez, cem ou mais M.^{mes} Rezeau: são excepções. Têm a «sua» verdade, mas não são verosímeis. E na arte não basta que um autor pinte a verdade; é necessário que esta se apresente como verosímil, aliás não será aceitável. Tal é o defeito fundamental da *Vipère au poing*.

Todavia, a despeito deste defeito, há lógica nas qualidades e nos defeitos dos protagonistas, lógica que chega a traduzir-se até em frases de uma violência formidável, que por vezes atinge grandeza de um trágico admirável, como o diálogo entre M.^{me} Rezeau e o filho, no capítulo xxiv, que nos revela dois caracteres afins e ligados por um amor oculto, a despeito de todo o ódio manifesto.

Ridículos são, pela maior parte, os caracteres secundários: os que o não são, mostram-se odiosos, se exceptuarmos aquelas figurinhas passageiras de comparsas — por exemplo a da pastora Madeleine, que inicia Jean no mistério do amor, e cuja alma toda se mostra naquele choro convulso na hora da despedida.

A série de preceptores — sete, ao todo! — que passam pela *Belle Angerie*, o solar dos Rezeau, constitui uma teoria de almas grosseiras, dadas às temporalidades e às carnalidades, até, apesar de todos eles serem padres ou religiosos regulares; nem mesmo a figura do P.^s Templerot, com o seu ar de cura de aldeia, «gigante com um metro e oitenta e sete», apesar da sua simpatia irradiante, consegue apagar a impressão de um

tal ou qual anticlericalismo, fora de moda, do Autor.

Suprema de ridículo é a figura do sr. Rezeau, trémulo sempre diante da mulher, que o domina, eternamente preso aos encantos da entomologia, e por quem os filhos, a despeito da sua simpatia manifestada com intermitências, sentem um desprezo só comparável ao ódio que nutrem pela mãe.

Ódio é, de facto, o sentimento dominante em todo o livro. É o próprio Jean que, num momento de introspecção, exclama: «O ódio é uma alavanca mais poderosa do que o amor» (pág. 229). E é este sentimento do ódio que, não obstante o interesse da narrativa, no final nos leva a voltar a última página com desgosto. Todo o livro é a condenação da família que não se alicerce no amor. Mas o excessivo da pintura, pelo exagero dos retoques, pode bem levar à sua condenação *tout court*.

Creemos que a estreia do sr. H. B. como romancista não foi feliz, até porque, na trágica hora que passa, é o excesso de ódio que entrava o entendimento entre os povos. Não deverá ser essa a finalidade dos intelectuais? Creemos que sim. Por isso, desejamos sinceramente que o Autor nos possa dar novas obras que façam esquecer esses *bas fonds* das almas torvas que enchem as páginas da *Vipère au poing*.



SUMÁRIO HISTÓRICO DAS ARTES PLÁSTICAS EM PORTUGAL, por *Diogo de Macedo*. Livraria Tavares Martins. Porto, 1946. 120 págs. ilustr.

Não se trata de um manual da história da Arte em Portugal, mas de uma série de palestras radiofónicas enfeixadas em volume de excelente aspecto gráfico. Pelo seu passado de artista e pelas responsabilidades do seu cargo actual de distinto Director do

Museu Nacional de Arte Contemporânea, ninguém melhor do que o Autor poderá falar acerca da Arte no nosso país, embora por se tratar de palestras de divulgação achemos demasiado literária a linguagem em que o faz. Isto equivale a dizer que o volume, apesar de fazer parte de uma «Colecção para o povo e para as escolas», não é facilmente acessível à inteligência média da gente do povo e dos que frequentam as escolas, em geral desprovidos em absoluto das mais elementares noções dos princípios da Arte e da sua história.

Por outro lado, a doutrina que informa a obra é, em certos passos, discutível, pelo erro a que pode levar precisamente esses espíritos desprevenidos que o Autor pretende doutrinar ou, pelo menos, esclarecer. Está hoje em moda em certos meios a defesa da nossa autonomia no campo da Arte. Quer-nos, porém, parecer que os túmulos de Alcobaça, o mosteiro da Batalha (aliás profundamente influenciado pelo gótico inglês) e os painéis de Nuno Gonçalves (admiráveis como são) não bastam para que apreçamos a existência de uma escola portuguesa de Arquitectura ou de Pintura, que, apesar de tudo, nem ainda hoje possuímos.

Não consideramos desprimoroso para nós que em Arte sejamos subsidiários do Estrangeiro, como não é desprimoroso salientar, por exemplo, a profunda influência que sobre Camões exerceram Virgílio e Petrarca. Nós não somos um povo de artistas, como o é por exemplo o italiano ou o alemão. E querer, por exemplo, chamar nosso a Velasquez apenas pelo facto de ele ser filho de português, nada havendo de fundamentalmente português na sua arte, parece-nos chauvinismo censurável.

Jamais em Arte subimos além da mediocridade, de que não nos salva sequer qualquer dos casos esporádicos indicados. E se nos dermos ao cuidado de, desapaixonadamente, analisarmos as obras dos grandes artistas portugueses do último século, em todas elas veremos a influência profunda

de uma cultura que não é nossa, embora alguns desses artistas—Silva Porto, Columbano, Soares dos Reis e tantos outros—fizessem obra eminentemente pessoal.

Parece-nos já ser tempo de arripiar caminho nesta senda em que tantos espíritos cultos se mostram ainda hoje empenhados, querendo à viva força dar a Portugal um lugar privilegiado em todas as modalidades da Arte e da Ciência, como se nós fossemos, pelos tempos fora, um povo dotado das mais altas qualidades especulativas, espíritos multímodos capazes de espantarem o Mundo.

Se há campo em que demonstrássemos exuberantemente a nossa originalidade, esse foi o da poesia lírica. Nem nos outros sectores da Literatura, nem na Arte, nem nas Ciências (apesar do formidável impulso que demos às matemáticas desde os Descobrimentos) tivemos qualquer autonomia. Afirmar o contrário será apenas chauvinismo ridículo e, acima de tudo, profundamente censurável por querer convencer o comum dos Portugueses de possuírem dons com que a Natureza os não fadou.



UM APÓSTOLO NA TORMENTA, por
João Ameal. Edições «Pro Domo».
Lisboa, 1945. 99 págs.

Nos últimos anos a figura de D. Frei Fortunato de S. Boaventura tem merecido as atenções de alguns estudiosos e eruditos, empenhados em apresentar o discutido Arcebispo de Évora a uma luz diferente daquela a que o apresentaram os historiadores liberais, nem sempre preocupados com a verdade histórica, antes cuidadosos em demolir instituições ou figuras que, de qualquer modo, se mostravam incompatíveis com a sua ideologia.

Mas se, por um lado, se impunha uma

revisão de valores, desfazendo as calúnias que ofuscavam certas figuras, propositadamente relegadas para plano inferior ou apresentadas a uma luz sombria que lhes ocultava certas facetas simpáticas ou as modificava tão profundamente que nem elas mesmas, se ressuscitassem, se reconheceriam; por outro lado impõe-se a máxima circunspeccão nessa revisão de valores, para evitar cair-se no vício oposto. Urge que a história e a literatura sejam totalmente desligadas da política, para que a paixão ou o preconceito não contribuam para desvirtuar figuras ou obras que se devem julgar por si e não segundo os preconceitos ou a ideologia de cada um.

É o caso de D. Frei Fortunato de S. Boaventura, que o distinto escritor João Ameal evocou em conferência pronunciada por ocasião da celebração do centenário do famoso arcebispo. Se este não foi o *energúmeno* que os liberais lhe chamaram (pelo menos, considerando *energúmeno* o que, pelo desbocamento de linguagem, incita a todos os excessos); se ele, pessoalmente, era dotado de ânimo bondoso, e intelectualmente foi dos espíritos mais lúcidos do seu tempo; também não convém esquecer que nos seus folhetos de propaganda política se deixou levar por excessos de linguagem.

Que D. Frei Fortunato foi figura de alto valor no campo intelectual é fora de dúvida; que ele é um dos mestres da Contra-Revolução, pelo menos nas obras em que serenamente discute os problemas políticos e discreta sobre o valor da tradição, não oferece contestação. Mas que tenhamos de o aceitar com os seus defeitos e de aplaudir tudo quanto escreveu, parece-nos excessivo, pelo

menos enquanto não houvermos perdido o sentido das proporções.

J. A. é um dos valores da nossa geração, daqueles que já dobrámos o cabo dos 40 anos. Dele nos orgulhamos os que o acompanhamos de longe, desde a idade juvenil das suas crónicas jornalísticas, anteriores aos seus trabalhos históricos de reconstrução. Esta mesma conferência é mais uma prova do seu alto valor, pela profundidade dos conceitos e pela elegância da linguagem. Sob o ponto de vista documental, é do mais exaustivo que se escreveu sobre o grande defensor da tradição.



CITANIA E SABROSO. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante, por *Mário Cardozo*. 3.^a edição. Ed. da Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães, 1948. 90 págs. ilustr.

Os leitores conhecem já este utilíssimo guia devido à pena do sr. cor. M. C., prestigioso Presidente da Direcção da S. M. S. e que à arqueologia pré- e proto-histórica tem dado o melhor do seu entusiasmo, procurando prosseguir no caminho que, há mais de 70 anos, abriu o glorioso epónimo da ilustre Corporação vimaranense.

Esta reedição, de apresentação magnífica, apresenta-se valorizada com uma útil bibliografia da Citânia e de Sabroso e com novos mapas e ilustrações, constituindo assim precioso repositório muito completo de tudo o que respeita ao castro de Briteiros.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA

LAUS DEO

COM este número encerra-se o primeiro ciclo de publicação desta Revista.

São decorridos 25 anos de bom combate aos erros e mentiras do nosso século, erros e mentiras que mais se tem avolumado depois da nova vitória das Democracias.

Quando, em 1925, esta revista iniciou a sua publicação, Portugal assistia à decomposição do regime republicano. E de tal modo essa decomposição estava latente, e de tal maneira ela se manifestava na confusão e no caos que se observavam por toda a parte, que podemos então exclamar, num alvoroço de fé:— *como o Integralismo avança...*

Os cesarismos que, como reacções contra as Democracias, começaram a estender-se pela Europa, criaram, entre nós, o equívoco.

E os tempos rolaram e nova guerra estalou na Europa, guerra de extermínio e maldição, a qual quebrando os diques que levantavam às invasões de leste, abriu, de par em par, as portas à desordem e à confusão.

Basta passar os olhos pelo mundo para se ver a divisão cada vez mais profunda entre os vencedores da Europa, e os amordaçamentos constantes de soberania que se cometem em nome das Democracias.

Anti-democrática nasceu esta revista, anti-democrática se manteve e se mantém.

Fiel à tradição, — por Deus, pela Pátria, pelo Rei — não temos que mudar de rumo.

Não enveredaremos pelo apocalipticismo progressivista nem ingressaremos no beco sem saída do equívoco que sucedeu à derrota dos partidos.

Côncios do nosso dever, contra uns e contra outros, a bem da Nação, obedientes à intimativa do Apóstolo S. Paulo, *não queirais conformar-vos com este século mas reformai-vos em a novidade do*

vosso espírito, aqui estamos a comemorar as nossas bodas de prata, e, olhando o passado, a criar novos alentos para prosseguir na jornada que livremente encetamos e livremente queremos levar ao fim.

Ficaremos a meio do caminho? Assistiremos ao triunfo da Verdade sobre o Equívoco? Veremos Portugal restituído ao seu Senhor natural e legítimo — o Rei, mas o Rei que com o seu poder concentrado, rodeado pelas *élites*, assistido pelos conselhos técnicos, aconselhado pelas Cortes Gerais, governe, embora não administre?

Não importa. « Que a Graça de Deus desça do alto em nossas almas, as tempere na firmeza dos bronzes eternos contra os quais se quebrem as potências tenebrosas, concedendo-nos a força viril para defrontar o Erro e para, como o Arcanjo, o prostrar vencido a Seus pés! »

*

Mas não devemos esquecer que este número é, também, de consagração legítima do esforço canseiroso dos nossos Directores Senhores D. José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira, a quem queremos testemunhar o nosso aplauso e a nossa melhor colaboração.





D. José Ferrão



Manuel Alves de Oliveira

Sob a estrela ruim de Camões

A RMOU-SE grossa bulha na feira das letras. Já no ar os varapaus zunem decididos. E pior que pedras, as palavras cruéis voam entre os contendores.

Provocou a briga a leitura feita por Aquilino Ribeiro de três cartas escandalosas atribuídas a Camões. O romancista de *O Arcanjo Negro* tirou delas um homem degradado, alcouçoeiro e rixoso. Logo a indiscreta sentença foi tomada como ofensa grave aos loiros do Poeta que prendera à sua a alma de Portugal. E depois de repreendido, é também o indómito censor rebaixado.

Quanto mais se procura firmar as passadas do épico glorioso, mais elas se apagam nas sombras do tempo. Ninguém sabe ao certo onde nem quando nasceu. O livreiro coimbrão Domingos Fernandes diz ter sido em Coimbra que primeiro Camões viu o dia e Manuel Correia, «pessoa de crédito, i de la edad del Poeta e seu amigo», quer que em Lisboa fosse embalado. Manuel de Faria e Sousa vota umas vezes por Santarém, donde a mãe era natural, noutras ocasiões dá-lhe por berço Lisboa, e o Porto o reivindica pela pena fácil de Alberto Leuschner. Entretanto Eduardo Augusto Vidal e o P.^o Caetano de Moura Palha Salgado ouvem o Poeta confessar a sua naturalidade no soneto em que, memorando um antigo companhão, dissera:

Creou-me Portugal na verde e cara
Pátria minha, Alenquer...

Asseguram uns que pode assentar-se ter Camões nascido em 1509, outros, atrás de Manuel Correia Montenegro e de Manuel de Faria Seve-
rim, decidem-se pelo ano de 1517, outros ainda apontam o de 1521. Manuel de Faria e Sousa, tendo examinado o *Registo das pessoas que de Lisboa passaram a servir na Índia desde 1550 a 1643*, afirma que em 1550 devia o Poeta contar 25 anos. Apesar de Teófilo Braga sustentar que o achado de Faria e Sousa tem a autoridade legal de um documento de fé pública, o historiador alemão Guilherme Storck encontrou razões para pôr em dúvida essa data. A todos, porém, excedeu Voltaire, que não duvidou

fixar o nascimento de Camões no reinado de Dom João II (1481-1495), e adormecido sobre o poema formoso embarca o Poeta entre a marinhagem de Vasco da Gama para desvendar o caminho marítimo da Índia!

Diante de tanta incerteza, com olhos de mago, pôs-se Mário Sá a ler à luz das estrelas os versos de Camões. E às estrelas e aos versos dando crédito, apurou ter nascido o Poeta no dia 27 de Janeiro de 1522.

No signo do Aquário, como só acontece uma vez em quarenta e dois mil anos, o Sol entrara em conjunção com Saturno, Marte e Lua. Vénus resplandecia no afoguedo céu da madrugada. Para desgraças grandes vinha ao Mundo quem a esses astros, assim dispostos, ficava a obedecer. Bem o sentira ele:

... logo me fizeram
Estrelas infelices, obrigado;
Com ter livre alvedrio, m'ó não deram,
Que eu conheci mil vezes na ventura
O melhor, e o pior segui forçado.

Não é a astrologia ciência vã, nem em tudo encobre embustes. Em três casos a condenam os teólogos: *si ea quae sunt Fidei Christianae habeantur tanquam causis coelestibus subjecta; si futuris contingentibus certum fiat iudicium; si certe humani necessario coelestibus causis subjecti esse credantur, hoc enim esset tollere liberum arbitrium*. Nada impede contudo, ensina S. Tomás, sustentar que os astros influem sobre os vícios e as virtudes dos homens, desde que se garanta liberdade inteira à sua conduta: *Dummodo non credatur homines cogi, quia voluntas quae est principium humanarum operationum, non subjicitur coelo*.

Os erros de Camões são os de quem se deixou levar pelo sortilégio dos planetas dolosos. Sua maligna influência se descobre em muitos passos da trabalhosa vida do Poeta. Nas cartas agora analisadas por Aquilino Ribeiro esse influxo ruim desgraçadamente aparece com mais cruel vigor. Mas já se ouve dizer que não pertencem a Camões os desonrosos escritos, apesar de ratificados por muitas das suas poesias e até naquela em que desconsoladamente recordou:

Em prisões baixas fui um tempo atado.

Por este modo cresce a confusão e tudo são pretextos para disputas e agravos. Se Jordão de Freitas garante que o Poeta esteve em Macau, não tarda o Dr. Luís da Cunha Gonçalves a asseverar que nunca ali foi visto nem ouvido. Enternecesse o Dr. José Maria Rodrigues contem-

plando Camões tomado de amores pela Infanta Dona Maria, e de todos os lados acodem a desfeiteá-lo, como se cada um estivesse interessado em mostrar que não podia o Poeta agradecer-se de quem não lhe agrada...

Para aquele famoso e belo soneto, — o mais belo talvez da Língua Portuguesa — «Alma minha gentil, que te partiste...», são quase tantas as inspiradoras quantos os aturdidos exegetas. Pretendem estes achar nele celebrada Dona Catarina de Ataíde, aqueles o atribuem ao desconsolo de perder a *alta torre* que o cativara, e Diogo do Couto, que foi especial amigo de Camões, revela ter ele sido escrito à morte de uma formosa moça china, a quem chamava Dinamene, «com que vinha embarcado & muyto obrigado».

Dos seus estudos em Coimbra nada se sabe exactamente. Por muito tempo figurou como seu alto mentor Dom Bento de Camões, Prior de Santa Cruz; mas bastou revolver velhos papéis para fugir a Dom Bento a prelaia e de tio do Poeta passar a seu primo afastado e a obscuro monge de baixas letras.

Não há dúvida em que perdeu um dos olhos, talvez em Ceuta, se não foi na Ásia. Todavia, se há quem afoitamente diga que por bala inimiga fora ferido, alguns o vêem cegar ao acender sem jeito a escorva de uma carabina.

Tudo é contestado. O Visconde de Juromenha indica o ano de 1546 como o da partida de Camões para a África; Teófilo Braga alvitra o de 1547; Storck decide-se pelo de 1549 e o Bispo de Viseu Dom Francisco Alexandre Lobo marca o de 1550. Se alguém aparece a contar que o Poeta embarcou na armada que foi combater a pirataria nos mares de Cantão, imediatamente se classifica essa jornada como castigo, enquanto Teófilo Braga a considera uma viagem de mercê.

A sr.^a Dona Virgínia de Castro e Almeida, tocada ainda pela aventureira graça do Poeta, acha-o «formoso e forte». Embevecida contempla-o para regalo de franceses: *hanches étroites, larges épaules, bien campé*. Livre, porém, das seduções do corpo, Júlio Dantas informa: «Camões não era apenas feio; chegava a ser, na primeira impressão, pouco atraente». Já Severim de Faria, pintando-o em seus *Discursos Varios* «de meam estatura, grosso & cheo de rosto & algũ tanto carregado da frente; tinha o nariz comprido, levantado no meo & grosso na ponta», concluiu que «não era gracioso em aparência».

Juromenha sustenta que o Poeta esteve a ferros na Índia por três vezes; Teófilo Braga dá-lhe duas prisões; Storck contenta-se com só uma ocasião o mostrar encarcerado.

Interpretando o verso «quando vim da materna sepultura», o Dr. Storck assenta que a mãe do Poeta morrera ao dá-lo à luz, e há documentos que ajudam bem a provar ter-lhe a mãe sobrevivido. É certo que, para manter a precisa confusão, com minudência germânica, o escrito teutónico desdobra o nome da boa senhora, e de Ana de Sá e Macedo tira Ana de Macedo para mãe e Ana de Sá para madrastra.

O Visconde de Juromenha apresenta por seu pai o turbulento Simão Vaz, escalador de mosteiro de freiras, e Camilo, deslindando encaneladas genealogias, repele com firmeza esse assanhado parentesco.

Único fio seguro nesta teia de enganos é só não haver Camões deixado em nenhum verso a mais leve referência ao pai ou à mãe, como se apenas tivesse acordados os sentidos para o amor carnal.

Severim de Faria julga insignificante a tença de 15\$000 reais com que foi Camões premiado por El-Rei Dom Sebastião ainda antes de o poema haver alcançado celebridade, e Camilo, deitando as contas, que o consciencioso economista J. Lúcio de Azevedo viria a aprovar, insurge-se contra os que acharam essa pensão diminuta. Na verdade, era ela suficiente para viver sem esmola. Diogo Botelho, tão celebrado por seus feitos heróicos em África e Ásia, recebia apenas 12\$000 reais de tença e por 4 reais tinha então quemquer o seu almoço. Era de 6\$000 reais o ordenado atribuído com o título de *Latinas* a Luísa Sigêa e Ana Vaz, e umas botas de carneira, de oito pontos para cima, «muito boas e lavradas por melhor que sejam», não custavam mais de oito vinténs e uns sapatos, de «muito bom couro e solas», compravam-se por 70 reais, por quatro vinténs umas calças de pano fino, por 40 reais um gabão de mangas e por 70 reais uma capa. Em Lisboa, um arrátel de vaca ou de carneiro valia 8 reais, 5 o de bode ou de cabra e 4 o de ovelha, que era o dobro do que se pagava no Minho.

Se a Camões escasseou o dinheiro, não foi por mesquinhez do tratamento real. Segundo o testemunho de Pedro de Mariz, «era grande gastador, muito liberal e magnífico, não lhe duravam os bens temporais mais que enquanto ele não via ocasião de os despender a seu bel prazer». E Severim de Faria o confirma: «gastou liberalmente».

O carmelita frei José Índio conta que viu morrer Camões num hospital, sem possuir um lençol que o cobrisse; todavia parece mais seguro, como refere frei Francisco Agostinho de Macedo, ter ele falecido na casa em que morava com a mãe, na vizinhança da igreja de Sant'Ana, de freiras franciscanas, em 1580, conforme Pedro de Mariz, ou em 1579, acreditando Faria e Sousa.

Nem sequer se distingue a 1.^a edição do imortal poema. Se estes juram ser a que tem o pelicano do frontispício com o bico voltado para a direita, aqueles optam pela que o tem a apontar para a esquerda. E um imaginoso viajero francês, chamado Charles François Dumouriez, ao dar por finda a sua visita a Portugal, em 1766, explicou ao mundo que o título de *Lusíadas* veio de ter o seu autor o nome de Luís!

Em meio de tantas contradições, desbarates e enigmas já houve até quem inteiramente negasse a existência do Poeta. Com prefácio de João Penha, entre jocoso e amargo, como se estivesse ainda nas patuscadas de Coimbra a procurar a última rima para fecho de um soneto em que opusesse o saboroso paio de Lamego aos pérfidos favores dalguma andaluza, escreveu Eduardo Moreira e publicou um livrinho intitulado *O Mito de Camões*. E porque, como se está vendo, a sua biografia se apresenta nebulosa, incerta, contraditória, com acabado desembaraço decide: «Luís Vaz de Camões é uma personagem lendária da história portuguesa».

Apagada a figura humana do Poeta, Teixeira de Pascoais já o assemelha ao Adamastor e torna-o «névoa do mar», «alma das ondas», «voz de temporal»...

Sobre os seus versos teimam alguns em levantar o drama da sua vida. Teófilo Braga chegou a ditar: «Os versos de Camões são sempre um documento autobiográfico». Contudo, procurar certezas em poesias líricas é trabalho só próprio de quem nunca foi consumido pela ânsia de traduzir artisticamente os movimentos do coração. Trindade Coelho conta que certa vez lhe dera o filho a ler uns versos escritos ao sair do teatro, onde cantava uns olhos verdes, e passados poucos dias, tendo corrigido a poesia, já eram pretos os olhos celebrados! E o autor de *Os meus amores* esclarece, para que haja cautela com os poetas, que nem a rapariga que inspirara os versos tinha mudado de olhos nem o filho de namorada.

Nascido sob os malignos reflexos de Vénus lasciva, os perigos do mar ou da guerra não bastavam para defender Camões de amorosas lembranças. Muito cedo bebeu o capitoso veneno do amor e para sempre perdeu a vontade, ou melhor, nunca soube ser dono da vontade: «em várias flamas variamente ardia». Ora o encanta a «testa de oiro e neve» de Isabel Tavares, «singular esmalte de beleza», com seus olhos verdes como nas manhãs claras a água mansa do mar, ora se confessa agradao da cor trigueira diante da Condessa de Linhares, ou fica seduzido ao ver os olhos azuis, «garços da cor do céu», de Catarina de Ataíde, ou ainda a pele tostada de Dinamene, «cordeira gentil», ou a «pretidão» da escrava que o fez escravo!

Onde pela primeira vez teria ele encontrado a bem amada Natércia? Sua triste doçura o impressionou da igreja das Chagas, em Sexta-feira de Endoenças, ao modo de Petrarca, ou descobriu aquela «angélica presença» debruçada numa das janelas do Paço da Ribeira, com seu espúmeo garavim de pérolas adornando as encrespadas tranças loiras?

Em dois versos resumiu ele seu contrário sentir:

Erros meus, má Fortuna, Amor ardente,
Em minha perdição se conjugaram.

Assim como são poucos os factos certos da vida de Camões, também os traços do seu carácter se esfumam. Apenas Diogo do Couto, que se gabava de ser seu companheiro íntimo, refere que ele tinha «hũa natureza terrível».

Não é, porém, a vida de Camões que maximamente interessa à história do pensamento português: o que vale são os versos que deixou. Mas para maior desgraça até sobre esses se levantam mofentas querelas. Atribuem-se-lhe poesias que não escreveu e emendam-se desastradamente as que compôs!

Tempo era de deixar em paz os carcomidos ossos do Poeta, que também se ignora onde param, para estudar e exaltar a pura beleza viva das suas composições líricas ou épicas. E ao invés, enquanto se esgravata na oculta existência terrenal do homem, não se quer que *Os Lusíadas* sejam lidos nas escolas liceais, ou se nas escolas se manuseiam é para rudes exercícios de syntaxe, que embaciam a graça poética e a desfiguram. *Os Lusíadas* são nas aulas menores simples pretexto para caçar solecismos, sineses, anástrofes, anacolutias, como se o evangelho da vocação heróica de Portugal fosse coutada de antiquários e de gramáticos. Com total negação do gosto literário e incompreensão do clássico ordenamento do poema, houve até um professor que, para louvar Camões, celebrou «a beleza tumultuosa» dos *Lusíadas*! É ainda o clarão das *estrelas infelizes* a guiar os passos de quem abeira o Poeta!

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

A propósito de um livro português fala-se sobre o sentimento de portugalidade entre gentes portuguesas de além-mar

○ Dr. António de Matos Pacheco, terminado o seu curso, foi para Moçambique como médico particular e por lá demora mais de vinte anos. Director e fundador de *África Médica*, única revista portuguesa de medicina tropical que, com o sacrifício do seu bolso individual, ele mantém e acarinha no amor de filha vai para quinze anos ininterruptos e sem receber qualquer espécie de subsídio oficial, Director actual do Instituto Médico de Lourenço Marques, o Dr. Pacheco afirma-se singularmente talvez como caso único da actualidade no amor e na lição magnificamente soberanos como procura pela família prender rente Portugal às suas terras do ultramar e na exaltação da história ultramarina da Pátria melhor ligar estas terras portuguesíssimas às províncias de Portugal.

Filho de família numerosa — ao todo dizem-me serem dez irmãos, — a sua paixão terna por Moçambique assevera-se de tão viva e afervora-se de tão saudável que já trouxe para junto de si a cinco irmãos seus — metade da sua família — todos casando em terras africanas, todos ali ganhando mais patriotismo na sempre presença de Portugal, todos ali tendo já filhos nascidos em Moçambique, mas embalados na mesma doce fala do amor português: Alexandre, administrador-contabilista do Instituto Médico de Lourenço Marques; Orlindo, engenheiro, director interino das Obras Públicas da Beira; Abílio, capitão do exército; Alexandrina e seu marido Dr. Pires Neves, adjunto-administrativo das Obras Públicas de Moçambique.

E dizem-me trabalhar incansável junto dos restantes irmãos seus no sentido de os levar para aquele jardim de Portugal onde a voz dos portugueses vibra ainda no silêncio com o eco de nova epopeia portuguesa.

Toda a vida do Dr. António Pacheco se resume no lema de Pátria-Família-Medicina e na obediência ríjida a este imperioso mandato homem melhor se casa em Lourenço Marques no amor de Portugal. É um engano supor-se que as heroicidades só as cometeram os grandes feitos de armas e que hoje, por não haver mais mares por navegar nem mais terras por

descobrir, Portugal se não possua ainda de seus novos heróis, homens que por suas façanhas se enobreçam junto daquela mesma fama antiga que formou os nossos heróis, os nossos mártires e os nossos santos de cristandade. Esses obscuros humildes da História que vivem a vida íntima dos interiores em devotamento desinteressado pelos bens materiais, que são eles senão heróis de Portugal? Aqueles que, discípulos de Cristo e apóstolos da missão de Portugal, na selva escura de consciências anónimas, entre as trevas abrem as inteligências desses homens no amor de Deus e na querença por Portugal, quantos aqueles que da missiologia fazem catequese entre os mais pobres e no seu desprendimento pelas vaidades do mundo ilustram exemplo de dignidades à sombra de nobreza de costumes para melhor aliarem na bênção a povos das mais desvairadas raças mas gentes naturais de uma comum Pátria, que mais são eles juntos que obreiros ignorados na mesma igual heroicidade que engalanou de louros a frente dos nossos soldados de dezanove, como já os cobrira de fama homens como os de quinhentos?

Também que dizermos de quantos na sua submissão devotada à profissão se têm dedicado no saneamento da saúde da humanidade, sarando as chagas corporais para melhor as limpar nos seus focos de promiscuidade, nos seus estragos de lepra, curando doentes, tratando moral e higiénicamente de famílias para salvar gerações, descobrindo doenças para as debelar de vencidas, depois de correr ao médico com os maiores riscos?

Não serão estes homens na actualidade de nossos dias da mesma tèmpera e heroicidade nossas iguais aos de outras eras?

O missionário que prega o Evangelho e na sua catequese afirma ensinada à lei de Cristo; o médico que trata do indígena e o prepara a receber a doutrina na mesma simplicidade com que lhe lavou a sua ferida e o sarou dos seus males no corpo, não serão eles, ministro da Fé e soldado de Cristo ou ministro da ciência e soldado de Portugal, nas suas mesmas dedicações e nos seus mesmos desinteresses pelos bens materiais do mundo ou nos da fama de um só para mais dias, nobres cabouqueiros da grandeza de Portugal? O missionário ao alargar no coração do indígena o império da Fé e ao cravar no seu peito com os cravos benditos do nosso universalismo, como o médico ao penetrar no indígena com a bênção do agradecimento e ao formar almas que se consumiam na lei da morte, são ambos os mais lídimos representantes actuais das nossas forças morais e as sentinelas mais vigilantes da honra e da nobreza portuguesas no ultramar português.

O Dr. António Pacheco pertence ao número dos médicos que julgam

a medicina no seu verdadeiro sacerdócio para a exercerem na obediência como *dever* de salvar homens, e, do mesmo passo em que saram e limpam as feridas do corpo olharem a alma para nela cuidarem de mais vida, assim robustecidos os homens na saúde do corpo os auxiliando na sua afirmação de fé e de graça como continuação da própria vida.

Desta sorte, nesta sua lição exempta, o Dr. António Pacheco vive exclusivamente para a sua medicina, para os seus doentes, para o estudo aturado e zeloso na perspicácia das fraquezas nos enfermos e das doenças nos achacadiços e desgostosos, alheando-se de si para mais seguro trilhar o caminho do médico, como que se disséssemos, o caminho do Bem. Embora recebendo tantas vezes a ingratitude como sua recompensa e calando as injustiças recebidas para prémio e paga do Bem que semeou, nunca se cansa do «dever», esquecido de ofensas e males, porque, como médico, segundo a lei da ética profissional, lhe está vedado guardar rancores ou sentir a inimizade como melindre, muito menos se lhe tolera abrigar vingança para os inglórios prazeres de sua vindicta.

Se como todo o homem está submetido às fraquezas e ao erro da sua condição pecaminosa, o Dr. António Pacheco pode, no entanto, bem apontar-se como modelo moral a imitar-se, o médico esquecendo prestes ao homem e suas ruindades de condição, para no seu sacerdócio só vir escutar-se nas vozes reflectivas da piedade cristã e com as reflexões de uma mesma fraternidade. O médico ao arredar de junto do doente com os riscos de uma morte corporal, deve igualmente procurar erguê-lo na sua saúde espiritual, tirá-lo para fora do perigo de uma recaída no erro ganhando com ela uma personalidade de homem. Conversando no médico o amigo, o doente deve falar em si a mesma confiança do amigo, que ao curá-lo do sarampo o vai sarando na ferida que aos poucos, traiçoeira e lentamente, alastrada na dor, lhe ia corroendo a alma do mesmo passo que lhe matava o corpo. Só assim a medicina vive o sacerdócio do médico, sacerdócio da Lealdade do homem no seu amor do próximo seu semelhante, da Justiça do médico como enfermeiro de corpo e alma no homem, da Bondade e paciência resignadas do irmão em uma fraternidade e sacerdócio de ostensiva saúde para o corpo e de alegre e ridente esperança para a alma.

Se a medicina está triunfante e sair vencedora nesta sua luta contra os males físicos que achagam tormentada à humanidade — e o paludismo é um destes males que só ao espírito de abnegação e caridade do médico e à higienização do corpo se deve o estar sendo debelado! — esta vitória a medicina só a vence sustentada na tenacidade, no heroísmo e enérgica

virilidade cristã dessa pléiade de médicos que em África a exercem como missão e a servem no apostolado de um sacerdócio. Aqui, quantas vezes o médico não terá, ele próprio, que lavar a ferida do doente, que o confortar moralmente contra o egoísmo dos parentes que o abandonaram?

Como homem, a personalidade do Dr. Pacheco também não carece de mais de uma palavra para o compor de seu elogio — a sua integridade de carácter. Se a personalidade do homem é o selo indelével onde está gravada essa integridade que é saúde do espírito e motivo de beleza, aqui o médico coloca em lugar de honra o seu mesmo desprendimento material para curar unicamente dos males alheios, tanto dos corporais como dos do espírito; e só assim se preocupa das questões sociais e políticas, porque, no mesmo sentido real da vida, na mesma confiança serena e salvadora do seu imperativo «dever», olhando à economia inteira do homem analisada sob todos os seus aspectos variados, os físicos e os psíquicos, os morais e os políticos, os materiais de vida e os materiais de espírito, mais consciosamente ele separa as lamentações do doente das lamentações do homem e ao procurar suavizar o primeiro nas suas dores logo consola o segundo conforme a lição sábia da caridade cristã.

Nos seus momentos de desfalecimento, que não há quem os não tenha, o descrente acorda vencido pelo sonhador enamorado das belezas e da arte da natureza para logo ir despertar no crente, aquele crente que vive a fé pura e a esperança confiante porque se afervora sempre pela prática da caridade e a afirma como a um dos maiores dons de riqueza imortal do homem.

Como português, a sua noção de Pátria está projectada na lição da Família, o destino desta seguro do destino daquela para continuação enternecedora de gerações. Na catequese deste igual amor de Pátria, tal como se o lê sincero na bíblia da nacionalidade, educa a seus filhos e só assim podemos compreender a precocidade de sua filha, Maria Teresa, que aos dezasseis anos de alegrias, profere na «Associação dos Velhos Colonos» uma conferência séria e erudita sobre «Canções populares de outros tempos», revelação autêntica, quer pelo conhecimento estudioso do folclore português, quer pelo seu castigo magnificamente consertado em ardente e sadia portugalidade e como uma sua consoladora promessa de exemplo e generosa prenda das mães de amanhã às que foram as incompreendidas mães de hoje.

Mas não nos proporíamos aqui a traçar o perfil da sua forte personalidade, se não fora o ensejo de querer anunciar, devidamente como o merece, ao seu último livro. Se a melhor biografia do escritor se identi-

fica no retrato moral do homem, em estas ligeiras e apoucadas notas, corridas ao sabor da leitura que para nós foi magnífico e reconfortante repasto espiritual em salutar ensino de humanismo vivido — queremos vincar essa sua personalidade forte para no seu nome exaltar a todos aqueles apóstolos da medicina que em terras de África instruem também portugueses no doce e maternal amor de Pátria e os educam edificados na sua dedicação filial à mesma Pátria, preparados no patriotismo contra todas as traiçoeiras manobras do inimigo do interior português e ganhando maiores honras à imortal Pátria de Pedro Hispano, de Curvo Semedo, de Sousa Martins, de Câmara Pestana.

Não conhecemos pessoalmente o Dr. Pacheco, sequer de vista o poderemos nomear na pessoa; só em consciência de sua acção lealmente missionária a natural curiosidade de quem muito preza aos seus títulos de nobreza como português nos leva a procurarmos dados seguros sobre uma sua ligeira biografia ou retrato moral. Alguém amigo nos facultou esses apontamentos e, acaloradamente, nos falou como lhe está no sangue de muitas das suas acções nobilitantes por terras portuguesas de África. E ficamos certos que do Dr. Pacheco nada pode ser dito que nele não acorde logo a alma do médico a perpassar no homem com o sangue escaldante e vivo de uma grande bondade ou a alma do português a verter sangue generoso em sacrifício de uma Pátria imortal, mais pelas virtudes dos seus homens do que pelas passageiras riquezas temporais dos seus gentios indígenas fingindo de povo entre o Povo.

* * *

Já em trabalhos anteriores o médico nos trouxera até nós, dizendo de seus créditos ricos e nobres como escritor da especialidade, os seus livros *Febre biliosa hemoglobinúrica* (1934) e *Paludismo Pernicioso* (1935), onde o médico, o sociólogo, o higienista, se preocupa do destino da humanidade, para, em estudo atento e consciencioso que vai desde a raiz origem dos males até ao combate e à debelação dos mesmos males, analisando consequências ou prevendo acontecimentos, vir resolver a todos os dados do problema que tão amarguradamente ainda se põe ao homem ultramarino de nossos dias — o próprio problema do homem, salvando-o do paludismo, mas também o libertando dos focos anti-sociais que o conduzem a essa terrível doença: a sua insuficiente alimentação, a promiscuidade em que vive, a sua incompreensão de verdadeira riqueza e valor como homem.

Também cumpre não se esquecerem aos meritórios serviços que à medicina tem prestado com a sua revista *África Médica*, anos dedicados ao estudo da medicina tropical e africana e promovidos no intercâmbio de um sempre e continuado congresso de estudos e de saber.

Desta feita, o médico, o higienista, o sociólogo, surge no historiador com trabalho apresentado ao 1.º Congresso da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique e a que quis se chamasse «Lourenço Marques», talvez por nesta sua tese se inventariarem das dificuldades do passado de modo a melhor encarar de frente para as responsabilidades de hoje, olhos postos nos problemas que sempre se hão-de equacionar no futuro de aquela nossa província ultramarina, como aliás se colocarão no restante mundo ultramarino português.

A primeira parte do trabalho do Dr. António Pacheco faz a história da cidade de Lourenço Marques e dos esforços dos seus cabouqueiros, aqueles que ali dignamente consolidaram a soberania portuguesa tornando-a respeitada, desde Cid Barbudo e Pedro Quaresma, ou mesmo de antes com António Campos, até à epopeia maravilhosa da ocupação definitiva com Augusto Castilho, António Ennes, Serpa Pinto, Caldas Xavier, Coutinho, Mouzinho, Roque de Aguiar, Aires de Ornelas, Couceiro, Sanches de Miranda, Freire de Andrade, João de Almeida, tantos mais, onde Portugal encerra as suas páginas grandiosas, começando por esquecer-se do único pedido que S. A. R. o Príncipe Real Senhor Dom Luís Filipe fizera às autoridades lourençomarquinas: «o favor do auxílio e a protecção dessas autoridades para um homem que ainda hoje vive, o Amade Dula, de Xipamanine».

«O Príncipe estava morto. Acabara a monarquia.»

«A viagem às colónias pertencia já à história.»

Mas «para que lembrar o passado?» «Para quê, se a cidade de Lourenço Marques se desenvolve, progride?...»

Homens esquecem porém que «a lembrar as dificuldades do passado, podem-se melhor medir as responsabilidades que agora pesam sobre nós; e talvez a lembrar a história do passado, se encontre uma melhor solução para muitos problemas que, a não se resolverem já, podem trazer graves prejuízos e grandes dificuldades para o futuro».

Nesta lição maior, na dura mas majestosamente grande experiência do passado, o Dr. Pacheco, assumindo seu quinhão grande nessas enormes responsabilidades dos homens de hoje, afronta-se confiante para o futuro e seus problemas, depois de analisadas essas responsabilidades na tarefa comum e de achadas as conclusões que a inteligência a todos intima.

Em nossos dias o homem tudo de si apagou, desde a letra dos Evangelhos e o conselho prudente e vivo dos Apóstolos, até à lição da experiência sábia e da história, que juntas no português andaram correndo mundo com a Fé e o Império, Portugal e a sua Lei viva e imorredoumente portuguesa no seu intento de fazer cristandade para alargar o mundo do homem no seu universo de riquezas.

Só assim foi possível transformar Lourenço Marques no jardim que hoje é, depois que a vila quebrando as grades do seu presídio, derrubando os muros da sua fortaleza, se estendeu em cidade, a cidade a espreguiçar-se pela colina de Maxaquene, direita à Ponta Vermelha, a romper o alto Maé para a Munhuana e para a antiga e histórica estrada da cicatrizada e heróica Marracuene. Esta transfiguração do mato em cidade a todos impõe graves responsabilidades, não somente aos lourençomarquinos, como aos governantes. Ora é indispensável curar de todos os males, para que a cidade se não sepulte entre ruínas de homens, nem os homens se afoguem entre mares de luxúria e perversão.

O mesmo mal de que já se queixara Augusto Castilho continua a afligir ao mesmo coração português do habitante da cidade, quando, na mesma alma ardorosa desse governador patriota, o lourençomarquino queixoso continua na sua mesma luta por Lourenço Marques: com a mesma falta de missionários portugueses; com a mesma míngua de médicos; com a mesma carência de professores nas escolas; e tudo isto porque se vive na mesma incompreensão política dos acontecimentos e das necessidades económico-sociais e de política do homem.

As missões exalçaram portugueses ao iluminarem às inteligências dos indígenas para a Fé e ao ensofregarem patriotismo nos corações depois destes afeiçoados na lei com a beleza incomparável doutrinada no nosso universalismo cristão; é indispensável que a mesma ciência missionária seja ela a continuar na formação de vontades, erguendo homens livres por entre as ruínas pagãs que ainda ali infelizmente deixam seu caminho por entre a selva escura da ignorância. A medicina firmou mais ainda a esse patriotismo logo depois, quando, ao cuidar do corpo, preparava as almas para a excelente sementeira; é preciso que os médicos continuem na mesma guerra à morte, arroteando almas de entre os do gentio para que, restabelecidos homens de corpo e espírito, a safra seja neles cada dia de mais vida e cada hora a compensar-se de proveito em mais saúde. O professor formou portugueses na lição escolar de Portugal; que o político se não esqueça de interessar-se pelo problema da escola como esta o merece e com o carinho que lhe é devido, porque, fora da escola,

sem este terceiro sacerdócio, pouco saudável serão todos os esforços isolados de aqueles dois outros sacerdócios.

No Dr. Pacheco averigua-se bem na sua inquietação de médico por o destino da humanidade, mas também não se esconde nela a do sociólogo pela resolução dos problemas sociais contemporâneos, aliás os mesmos problemas de sempre e a padecer sempre da mesma incompreensão dos tempos.

Destarte, na última parte do seu trabalho, vem analisar a um dos mais graves problemas da hora presente, grave e apaixonante porque parece colocar-se, neste momento, em todo o mundo do após de guerra — em Portugal, na América, na França, nos países vencidos da guerra, sobretudo entre os chamados países vencedores da guerra, — o problema das rendas altas. As dificuldades provenientes da guerra e o magro endinheiramento que esta trouxe aos povos, trouxe ao afluxo de gentes às cidades e este urbanismo, urbanismo de modo *sui generis*, converteu-se em um dos mais inquietantes problemas dos nossos dias.

As cidades, rompendo muros na sua extensão, preenchendo vistas nos quatro sentidos com rede e planos de descongestionamento, mesmo assim, fizeram-se pequenas de mais para tão dilatado mundo de homens.

Crescendo a população das cidades, escasseando no mercado os géneros de primeira necessidade por via dos males das guerras, arrastando-se com este o outro problema dos transportes, tudo isto nos enveredou na traição para recente e o mais terrível de todos os problemas, porque o mais capaz de todos os mais revoltantes atentados — o problema da moral dos costumes, o da promiscuidade.

É aos lumes da experiência histórica do nosso povo, à luz das lições emprestadas da sociologia e da medicina que o homem tem de encontrar o remédio que há-de salvar as gerações que se nos hão-de seguir evitando-as aos pesadelos que agoniam o homem de nossos dias. Lutando contra as doenças do corpo para melhor preservar o homem das doenças da alma; cuidando do material e acidental na vida do homem para se o conseguir libertado e íntegro com sua vitória ganhada nos bens do espírito; dando casas arejadas, pão abundante e uma higiene eficiente para se cimentar os alicerces firmes da cidade de amanhã e conquistar no revoltado de hoje o agradecido de sempre, nestas leis residindo as bases legítimas que hão-de fazer inflamar patriotismo entre os homens na mesma proporção em que a cidade cresça para fora das suas portas. Para isso revela-se preciso ensinar às gentes estas normas de saúde e de vida;

tirá-las da apatia em que rastejam, libertá-las sobretudo da ignorância em que deixaram, ou quiseram, elas caísem.

A leitura do livro do Dr. Pacheco de tal modo nos impressionou em seus juízos concertados entre o bom-senso e uma visão certa dos acontecimentos do futuro, que ficaríamos a mal com a nossa consciência se não rabiscássemos estas linhas para daqui sobre ele chamarmos a atenção de todos os leitores que se interessam e inquietem por estas coisas de Portugal. Meditando sobre as suas páginas, saímos da sua leitura mais optimistas quanto ao dia de amanhã depois de passada esta negra hora sobre que vivemos. É porque esta tese nos mostra que ainda há quem medite e quem procure ir ao encontro do homem para, reachando-o, o salvar encaminhado na sua real vida, preparado para a jornada consciente de que haverá na devota memória da sua própria e humana história a história gloriosa do Homem.

FERNANDO DE AGUIAR



OLIVEIRA MARTINS

O HISTORIADOR (1)

N^O dealbar do século XIX lançavam-se as bases de uma nova concepção da história, diferente da do passado, e eram alguns académicos de valor quem abria o caminho por onde Herculano iria seguir. João Pedro Ribeiro, Caetano do Amaral e António Ribeiro dos Santos foram os precusores da nova escola, de que o autor da *História de Portugal* havia de ser o corifeu. Mas o espírito eminentemente crítico deste século, esse espírito que tinha da história uma concepção simultâneamente expositiva e crítica, que se não contentava com a narração pura e simples dos factos e se sentia irritado diante da solução de continuidade provocada pela ausência do documento, esse espírito não se satisfazia com o labor de cabouqueiro de Herculano. Queria mais, embora nesse mais estivesse em germe o critério futuro da «história posta em arte» dos nossos dias. O *como* não lhe bastava; queria também o *porquê*, ainda quando este não fosse fãcilmente discernível, ainda que houvesse impossibilidade manifesta de o explicar. Foi, todavia, dentro desse espírito que se produziu, por exemplo, a obra de Macaulay, na Inglaterra, a de Michelet, em França, a de Oliveira Martins, em Portugal. Dentro desse espírito se geraram e dele brotaram as mais belas páginas, e também as mais perigosas, do nosso escritor.

Percorramos-lhe a obra, que ele ambicionou um dia poder constituir um todo homogéneo e que abrangesse os ciclos evolutivos da humanidade, à maneira das ideias postas em moda pelo seu tempo. Remontando ao mais remoto período da vida do homem, começaria por nos dar uns *Elementos de Antropologia*, que, no entanto, não foram o seu primeiro trabalho. Nele compendiou tudo o que de mais recente se sabia então (1880) acerca da origem do homem, numa era em que triunfavam o darwinismo e a doutrina da selecção natural, e da descendência de uma espécie inferior.

(1) Notas para um trabalho em preparação.

Foi à luz dessa doutrina que Oliveira Martins escreveu as duas partes dos *Elementos* que têm por título «O antropóide» e «Caliban», como foram ainda essas mesmas doutrinas que, por influência do próprio Oliveira Martins, levaram o seu amigo Eça de Queirós a escrever a belíssima fantasia *Adão e Eva no Paraíso*.

Obra que ambicionava ser de mera divulgação, ela transformou-se numa interpretação subjectiva e muito pessoal das ideias da segunda metade do século XIX quanto ao obscuro problema das origens. E, obedecendo a um pendor muito seu, deixou Oliveira Martins bastas vezes substituir-se o *artista* ao mestre, sempre que umas belas páginas pudessem escrever-se.

Aos *Elementos* seguiram-se *As Raças humanas e a civilização primitiva*, vasta síntese da dispersão da família humana pelo orbe, complemento natural da obra anterior, mas as quais os especialistas impugnaram, não sendo o autor um deles e notando-lhe na exposição falha do carácter didáctico que ele ambicionava dar-lhes. Explicada a origem do homem, estudada a sua dispersão pela face da terra, faltava descrever a origem do sentimento que o fazia olhar o céu com terror e tentar explicar a causa dos fenómenos naturais, em que o primitivo veria a acção directa dos espíritos sobrenaturais que vivem para além da abóbada celeste. Daí nasceu o *Sistema dos mitos religiosos*, obra um tanto confusa, nem sempre bem concatenada nas suas partes, mas em que há páginas de grande brilho e teorias discutíveis, é certo, mas aliciantes.

O homem, porém, não podia viver isolado. Desde muito cedo os laços familiares obrigaram-no à vida em comum, de que se originou a vida social, com as suas leis, seus hábitos, seus costumes, desde os mais simples e ingénuos, aos mais complicados, o que Oliveira Martins procurou descrever e explicar no seu *Quadro das instituições primitivas*, talvez em parte inspirados pela obra clássica de Tylor, que tem nome análogo. E estudada a origem do homem, sua fixação e *habitat*, seu sistema de crenças, sua vida social e costumes, chegou, por fim, às relações económicas, instituições originadas na necessidade das trocas, à exposição dessa nova ciência da crematística, a que deu o nome de *O regime das riquezas*, de certo modo o complemento dessa *Circulação fiduciária* que lhe valera a medalha de ouro da Academia em 1878. É, pois, com o *Regime* que ele encerra o ciclo a que poderemos chamar, como o sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, o estudo dos «elementos estáticos e primordiais das sociedades humanas», vasta exposição a abranger, ambiciosamente, um longo período de centenas de séculos, desde a nebulosa

primitiva como Laplace a concebeu, até aos tempos homéricos e post-homéricos, em pleno esplendor das sociedades orientais e mediterrâneas.

Mas ao historiador, era evidente, não interessava o desenvolvimento posterior de todas as sociedades, visto como todo o aparato científico orgulhosamente estadeado nas obras referidas constituiria uma introdução, remotamente explicativa, da história de um único povo — o português — que teve o condão de atrair as suas atenções, como veremos. Exposta a dispersão dos povos pela face da terra, uma família há que o seduz e da qual faria o elogio eternecido: a indo-europeia. Ainda assim é apenas ao ramo dos Greco-latinos, estudando em parte a evolução religiosa dos Gregos e, de modo um pouco confuso, o seu pensamento filosófico e as influências que nele exerceu o Judaísmo, em *O Helenismo e a civilização cristã*, e depois a origem e evolução da história de Roma, até à morte de César, na *História da República Romana*, a melhor de todas as suas obras, exceptuado o grupo das biografias adiante referido. Desaparecido o romano, fundido e assimilado pelo elemento bárbaro, dessa era confusa que se seguiu à queda de Roma, novos povos se originaram, novos Estados e novas civilizações, entre as quais Oliveira Martins destaca, pela sua feição especial e pelas suas características inconfundíveis, a civilização ibérica, cuja história, ou para melhor nos exprimirmos com maior precisão, cujas linhas gerais da história e filosofia desta lançou na *História da civilização ibérica*, livro que durante muito tempo serviu de texto nas Universidades espanholas e conta duas traduções na língua dos nossos vizinhos.

Mas este escritor, cujo amor pelas grandes sínteses se demonstra em todas as obras que escreveu, até mesmo naquelas de campo mais restrito, como as biografias da sua última fase, este escritor, dizíamos, não erguera a vasta mole da sua obra de divulgação e de crítica senão para constituir uma espécie de prefácio, um pouco desproporcionado, convenhamos, à da sua própria terra. Na história de Portugal, porém, o historiador não se limita às vastas sínteses em que o seu espírito tanto se comprazia: vai mais longe e escolhe as figuras mais representativas, ou que ele considerava como tais, para delas nos dar a biografia, embora, como era inevitável, enquadrando-as na sua época, que estuda com uma profundidade a que as suas obras anteriores nos não haviam habituado. E assim, enquanto por um lado escreveu essas sínteses admiráveis (do ponto de vista crítico e artístico, convém acentuar) que são a *História de Portugal*, o *Portugal contemporâneo* e as colectâneas do *Portugal nos mares* e *O Brasil e as colónias portuguesas* (estas duas últimas obras constituídas por

monografias de proporção desigual, justificadas pelo interesse do momento), pelo outro lançava *Os Filhos de D. João I*, a *Vida de Nun'Álvares*, *O Infante D. Henrique* (reunido depois na série *Portugal nos mares* e repetição do que já escrevera nos *Filhos* a respeito do Infante) e escreveria *O Príncipe Perfeito*, *Afonso de Albuquerque* e *D. Sebastião*, se a morte não tivesse entretanto posto fim à sua febril actividade, quando acabava o capítulo I de *O Príncipe Perfeito*, publicado em 1896 com larga introdução do seu amigo e correligionário Henrique de Barros Gomes. Por isso a vasta obra de Oliveira Martins é uma espécie de «capela imperfeita», à qual faltava o remate que viria coroar um trabalho exaustivo de anos, executado no meio de intenso labor profissional até 1885, em que começam as suas actividades políticas e, com elas, novas preocupações que, dando-lhe melhor conhecimento dos homens, lhe haviam de permitir compreender também melhor figuras e acontecimentos para os quais se mostrara tão severo em obras da sua primeira fase.

Exposta a obra histórica de Oliveira Martins, que, como se vê pelas datas, não seguiu uma linha sequente, como mandava a lógica, antes a sua publicação obedeceu a necessidades ou preferências de ocasião — por exemplo, os *Elementos de Antropologia*, introdução a toda a obra, publicaram-se em 1880, quando já haviam sido editados *O Helenismo* em 1878 e em 1879 a *História da Civilização Ibérica* e a *História de Portugal* — cumpre-nos agora, embora resumidamente como nos impõe o espaço limitadíssimo de que dispomos, falar da sua concepção da história e do modo como o escritor executou o seu pensamento.

Como assinalou Moniz Barreto, ainda em vida de Oliveira Martins, este não costumava fundamentar as suas afirmações com documentos, ou porque o julgasse desnecessário, dada a feição vulgarizadora e crítica da sua obra, ou por principalmente trabalhar sobre dados obtidos em segunda mão. Isto, porém, estava dentro das normas que adoptara quase desde o início da sua obra. No programa da «Biblioteca de Estudos Sociais», publicado em 1879, escreveu: «Tampouco as investigações eruditas se coadunam à natureza da nossa publicação, destinada a compendiar as conquistas feitas no domínio da ciência, e não a embarcar-se em empresas de exploração no campo da arqueologia.»

Efectivamente, ao percorrer-se a bibliografia das fontes apenas a quase todas as obras de Oliveira Martins, raro se encontra referência a documentos originais ou, pelo menos, às obras já no seu tempo editadas e que as tornavam acessíveis aos que não dispõem de meios ou de vagares para frequentarem as bibliotecas e os arquivos em que eles se encon-

tram. (O eseritor abre uma excepção nos seus últimos trabalhos de carácter biográfico, em que, como por exemplo nos *Filhos*, chega até a transcrever integralmente documentos inéditos ou pouco conhecidos.) A erudição do historiador é, assim, de segunda mão; o facto nada tem, porém, que ver com a orientação por ele imprimida à sua obra. Cremos bem que se Oliveira Martins tivesse forrageado as fontes coevas dos factos nos arquivos portugueses, não poderia, é certo, ter-nos deixado obra tão vasta; todavia, o que escrevesse em pouco se afastaria do que hoje possuímos.

Considerando «historiador» aquele que, sobre uma base documental mais ou menos abundante e completa, ergue uma obra e ressuscita uma época ou uma figura, e objectivamente nos faz *ver* o que o tempo há muito levou na sua vertigem, Oliveira Martins não foi historiador. Faltava-lhe essa cultura especializada que levou Mommsen, por exemplo, a reconstituir a vida romana em todos os seus pormenores, as suas figuras representativas em toda a sua grandeza, um conjunto de séculos (de Rómulo a César) em toda a sua majestade cheia de policromia. Mas, por carecer de arte própria, não sendo um artista, nem possuindo apurado gosto, essa reconstituição é fria, tal como se reconstitui a vida pré-histórica, a egípcia, a assiro-caldaica nos museus da Europa e da América, com figuras de cera e objectos desenterrados de vastas necrópoles onde jazeram séculos sem conta. Oliveira Martins não é, pois, historiador de erudição; não deixa, por isso, de ser probo no seu trabalho.

Mas porque possuía, como Moniz Barreto assinalou, em alto grau a imaginação psicológica, isto é, esse dom tão raro e que só os grandes escritores possuem, de interpretar o pensar e o sentir dos que desapareceram no pó dos séculos, levados pela morte, Oliveira Martins, preocupado pouco com o *meio* e muito com o *espírito*, ergue diante de nós bem vivas as figuras que se lhe depararam no decorrer da sua larga digressão pelo vasto campo do passado. Desde o selvagem remoto, esse antropóide, ainda não inteiramente homem, mas já não de todo símio, até ao espírito complicado de D. João II, passando por Alexandre, por Cícero, António, César, Aníbal, Camões, Loiola, Colombo, por todos esses indivíduos característicos (ou como tal considerados) da nossa história — D. Afonso Henriques, D. Pedro, D. Fernando, o Mestre de Aviz, Nun'Álvares, os Infantes, o Marquês de Pombal, os Braganças, os homens das lutas da liberdade e tantos outros, quantos há que o escritor levanta diante de nós, vivos, com existência real, movendo-se no seu meio com a mesma naturalidade com que nós nos movemos, com as suas paixões e os seus

ideais, próprios dos homens de todos os tempos. Verdadeiros? Nem sempre, é certo, mas talvez mais do que isso: verosímeis. Isto é que constitui a pedra de toque da «imaginação psicológica» do historiador.

Se nem sempre os fenómenos sociais eram por ele vistos à luz de uma objectividade serena; se em tantas circunstâncias tirava ilacções que não se justificavam, e erguia toda uma teoria sobre bases deficientes ou frágeis; se procurava fazer avultar pormenores secundários, insignificantes mesmo, porque assim o exigia a sua teoria, deixando na sombra ou em plano remoto os que, na realidade, era necessário realçar; a verdade é que nem por isso o podemos considerar menos probo no seu trabalho, antes lamentar a deficiência momentânea de visão, tão clara em tantos outros casos ou circunstâncias. Dotado, como vimos, de um pessimismo inato, pessimismo a que tantos críticos se têm referido sem até hoje nenhum o fundamentor em bases sólidas, Oliveira Martins partia para o estudo de uma figura ou de uma época com pensamento preconcebido, apesar de ter compulsado tantas vezes vastíssima bibliografia.

E foi esse pessimismo, que vem já do seu primeiro grande estudo histórico *O Helenismo*, que prejudicou em grande parte uma obra, notável sob tantos aspectos, e que poderemos, com pouquíssimas excepções, considerar única na literatura portuguesa. É verdade que em certos passos cai, por vezes, na retórica. Entre os trechos a que podemos censurar tal defeito, encontra-se, por exemplo, o capítulo *As forcas*, extraído do *Portugal contemporâneo*. Mas nem por isso se mostra menos pessimista, de um pessimismo exageradamente amargo, que deixa na alma do leitor a desolação, finda a leitura.

Quando, porém, entra na interpretação do pensamento de uma individualidade qualquer, quando se propõe estudar a alma de um personagem determinado, Oliveira Martins, alma de artista criador, sente-se então perfeitamente à vontade. É nessa altura que esse dom, assinalado por Moniz Barreto, dá o seu pleno rendimento, e vemos erguer-se diante de nós, vivas e humanas, essas figuras da extraordinária galeria do escritor. Tal como o seu amigo Eça de Queirós observava todos quantos o rodeavam e entre eles escolhia os elementos mais característicos que haveriam de contribuir para criar um tipo imortal — o Dâmaso, o Alencar, o Fradique, o Gonçalo Ramires, a criada Juliana — assim Oliveira Martins, mergulhando no passado pela leitura raciocinada, embora nem sempre imparcialmente feita, ia lá buscar os dados de que carecia para reconstituir um personagem. Muitas vezes, porém, — e esse é o seu defeito mais característico, e que o citado Eça lhe censurou amigavelmente em carta — a remi-

niscência dos defeitos ou qualidades de individualidades suas contemporâneas insinuava-se ou sobrepunha-se sub-repticiamente à sua visão própria, obrigando-o, insensivelmente, a estabelecer paralelos e comparações, por vezes com não muito bom gosto e pouco rigorosa verdade. Não se estranhe, portanto, que na *História da República Romana* ele procurasse confrontar personagens e épocas da República com outros da história de Portugal que se lhe antolhavam semelhantes. A sua aproximação, por exemplo, de Cícero e de Saldanha é particularmente infeliz: a distância a que se encontram dois homens, a diferença de psicologia, de cultura, de idiossincrasia entre eles, a diversidade de ambiente em que ambos se moveram e até as causas que lançaram os dois na agitação política do seu tempo, não podem assemelhar-se senão vagamente. A própria figura de Cícero, tal como o escritor a interpreta, peca pelo exagero, que quase toca os limites da caricatura. Desde, porém, que Oliveira Martins encontra, ou julga encontrar certas semelhanças exteriores — as tergiversações de cada um e as suas metamorfoses políticas — isso bastou para os julgar no mesmo nível, generalizando o que era apenas excepção.

Não se julgue, porém, que o historiador era precipitado nos seus juízos: do seu *processus* é que provêm estes defeitos. Oliveira Martins entendia (como salientou na carta a Eça de Queirós, e na qual se defendia da judiciosa crítica do grande romancista ao seu *Nun'Álvares*) que para compreender os homens do passado é necessário ter convivido com os do presente: «Em primeiro lugar o *homem* não se estuda senão *in vivo*. A natureza é pouco fértil em combinações e com a diferença dos tempos os *tipos* repetem-se. Os homens de qualquer época têm na actualidade os seus retratos. Por isso, tomar a observação dos indivíduos vivos como critério para a apreciação dos mortos é processo aconselhado e seguido pelos mestres: Mommsen, Renan.» E, depois de acentuar que «para que se possa conhecer os homens mortos com o conhecimento dos vivos, é necessário chafurdar na sociedade, na política, nos negócios» (1), Oliveira Martins assegura ao amigo «que se não tivesse intervindo na vida activa nunca poderia ter escrito *Nun'Álvares* e muito menos os *Filhos de D. João I*».

(1) Referência à frase de Eça de Queirós em que o censurava por pintar os homens do passado com as cores dos homens do presente: «E aí está o que é um grande historiador chafurdar em *política*: insensivelmente transporta para o homem do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens da véspera — e desabafa nas costas dos mortos.»

Evidentemente que o critério do historiador não é absoluto. Todavia, a ser assim, teríamos de admitir que a história interpretativa só estaria reservada aos políticos de profissão, pessoas que, na maior parte dos casos, falham nos juízos respeitantes ao passado. Mas a afirmação do escritor vale como depoimento.

Qual foi a influência de Oliveira Martins como historiador? Até que ponto foram justas as suas apreciações de factos, ideias e homens, designadamente da nossa própria história?

Dividem-se as opiniões, que na sua quase totalidade pecam por apaixonadas. Não é para este lugar a sua discussão, que reservamos para obra de maior fôlego acerca de Oliveira Martins que temos em preparação. Estas breves notas pretendem apenas fixar ideias, a desenvolver oportunamente. Mas não podemos deixar de, desde já, afirmar, baseados no conhecimento directo da obra do mestre ilustre e na sua leitura atenta e cotejada, que os malefícios da obra histórica do autor do *Portugal contemporâneo*, se assim podemos chamar à sua visão pessimista da história portuguesa, não têm aquela extensão que alguns críticos têm apontado. A sua crítica à nossa administração na Índia, por exemplo, estava feita no seu tempo em linguagem muito mais violenta no *Soldado Prático* de Couto, e podemos até considerá-la muito anterior com a poesia célebre de Camões. A sua interpretação da obra de Pombal não pode considerar-se errada nem demolidora, desde que um historiador erudito, como J. Lúcio de Azevedo, não diz mais nem menos a respeito dessa discutida figura, sendo a conclusão final que da leitura da obra se tira, a mesma condensada por Oliveira Martins na sua *História*. Que esta possa considerar-se um «panfleto», na acepção pejorativa do termo, não negamos. Mas o que não pode também negar-se é que esta obra foi o primeiro golpe, violento embora, na noção falsíssima da história panegírica, narcisista e «cor-de-rosa», cujas consequências nos parecem mais perniciosas ainda do que as da teoria contrária. Acusam Oliveira Martins de denegrir, propositadamente, sobretudo as figuras dos Reis, esquecidos de que estes só podem ser considerados através das suas obras, independentemente do que como *homens* possam individualmente ser. Denegrir é, cremos nós, deturpar intencionalmente, com intenções negativistas e derrotistas. Se Oliveira Martins, tantas vezes, se deixava levar ao sabor da sua fantasia de artista, não o fazia, cremos bem, para vincar o lado censurável de um facto ou de uma figura. Ele procura ser justo: a sua noção de justiça é que nos parece discutível. Apesar de tudo, a sua *História de Portugal* não deixa no leitor a desoladora impressão que, em qualquer francês,

pode deixar essa interpretação sarcástica e contundente que Anatole France escreveu acerca da história da sua pátria: *L'île des Pingouins*. A obra de Martins pode indignar: não pode, porém, levar qualquer português a envergonhar-se de o ser. E há, em muitos passos dessa obra tão atacada — mais demolidor é o *Portugal contemporâneo*, tão admirado — bastos parágrafos que poderiam figurar, sem omissão de uma vírgula, numa antologia de portuguesismo para uso da mocidade.

Na «Introdução» à *História da Civilização Ibérica* escreveu ele estas palavras, que parece andam esquecidas, até de muitos entusiastas do historiador:

«A deplorável confusão que se faz da história e da política, levando para a primeira as preocupações da segunda; vendo um tirano em toda a parte onde se encontra um rei, um salteador sempre que se encontra um nobre, um charlatão sempre que se topa com um padre: essa deplorável paixão confunde, baralha tudo e torna impossível a compreensão das coisas.»

Ora estas palavras foram escritas em 1879, no limiar da sua carreira de historiador, antes ainda de publicada a sua *História de Portugal*, que apareceu em Outubro desse ano.

Onde está, pois, o demolidor sistemático? Talvez os seus censores argumentem que, não negando embora as boas intenções do historiador, a *História de Portugal*, principalmente, contribuiu com eficácia para criar um estado de espírito negativista, propício a todos os exageros, ou, como escreveu o sr. Dr. António Sérgio, aliás seu admirador e compilador devotado dos seus *Dispensos*, para fomentar «o radicalismo político anti-dinástico, o puro espírito de insurreição». Isto levar-nos-ia longe, precisamente à velha questão, tão debatida e que Bouget discutiu em *Le Disciple*: a da quota parte da responsabilidade dos mestres nos desvarios dos discípulos que os não compreenderam. No que respeita propriamente ao caso pessoal de Martins, os seus erros resultaram, também, do seu defeito de visão e da errada interpretação que deu a algumas das suas leituras, como, por exemplo, em alguns passos do *Helenismo*, em que traduz erroneamente certos passos da *Bíblia*, ou lhes dá uma interpretação que não é a objectiva.

Todavia parece-nos bem que a acusação acima referida é especiosa e improcedente, de outro modo teríamos que censurar o próprio Fundador do Cristianismo por, à sombra da sua doutrina, se cometerem pelos séculos fora exageros e crimes que repugnam à nossa inteligência e à nossa sensibilidade. Não deveríamos antes culpar outros escritores que

não Oliveira Martins — por exemplo, Junqueiro — do estado de espírito de que surgiu a desordem?

Acentuemos, como conclusão, que, lendo-se desapassionadamente, algumas das páginas do escritor que têm sido mais atacadas, e comparando-as com os depoimentos coevos, a verdade não aparece muito maltratada, antes até por vezes atenuada. Se voltarmos a ler o que escreveu acerca de D. Afonso Henriques, de D. Pedro I, de D. Fernando, de D. João I e de outros reis posteriores, não deixaremos de notar que Martins os censurou naquilo que muitas vezes os seus próprios panegiristas lhes censuraram. O escritor não deixa, porém, de lhes fazer justiça, e nisto está o seu maior elogio. Será necessário lembrar que foi precisamente o seu *Portugal contemporâneo* o livro que mais ataques recebeu, valendo ao autor o apodo de «miguelista», apenas por ter verberado com veemência os desmandos do Liberalismo?

Os defeitos de Oliveira Martins como historiador resultam, a nosso ver, de duas causas fundamentais: a carência de disciplina pedagógica na sua mocidade, e o volume excessivo das suas leituras, nem sempre suficientemente doseadas. Se acrescentarmos a estes um entusiasmo, que se encontrava nos antípodas da calma e da frieza do historiador-erudito, teremos, cremos nós, feito o processo da história oliveiriana, ficando portanto aptos para a compreendermos e relevarmos ao autor alguns dos defeitos do que o acusam.

Nestas breves notas não pretendemos defendê-lo, nem tampouco justificá-lo: limitámo-nos, apenas, a querer *explicá-lo*.

ANTÓNIO A. DÓRIA

UM REI, MESTRE DE REIS

HÁ poucos dias, correu mundo o noticiário da provável e próxima instauração do processo para a beatificação do imperador Carlos de Áustria e rei da Hungria.

Embora se trate apenas de preliminares e alguns anos ainda possa tardar a solene declaração na missa de S. Pedro do Vaticano, com a assistência da Congregação dos Ritos, renova-se o interesse, cresce o respeito por uma das maiores vítimas da História Contemporânea.

Voltam a recordar-se os passos mais heróicos e mais comovedores da sua biografia, publicada há anos por Joseph Delabays e em tradução portuguesa editada sob o título — *Destino Trágico dum Monarca Pacifico*.

Escritas com rigorosa verdade e exemplar devoção de um servidor, estas páginas servem para acordar na lembrança e na sensibilidade dos Portugueses quadragenários, pelo menos, a excelsa e majestosa figura de esse Soberano destronado e perseguido, sem razão nem culpa, que viria acabar os seus trabalhos e dias na Ilha da Madeira, no começo de Abril de 1922.

Como agora geralmente se reconhece, a guerra de 1939 45 não foi senão a inevitável consequência da primeira conflagração, cuja vitória se perdeu nas andanças da política diplomática da paz, pelas discussões e tratados de Versalhes (Trianon) e Saint Germain. Assim viria a obter-se o resultado que se pretendia evitar, ou fosse o engrandecimento da Alemanha na última fase do Terceiro Reich. Em suma, um intento estrepitosamente contra-logrado...

Na derrocada e parcelamento de 1919, desaparecia o antigo Império Austro-Húngaro, especialmente odiado pelos políticos da *Entente*, por ser um baluarte católico-romano; ao mesmo tempo, favorecia-se na prática o ressurgimento do grande inimigo prostrado, mas por caminho diverso do que seria a restauração da Confederação Germânica, sob o ceptro de imperador bávaro ou prussiano, em obediência ao leal testamento de Hindenburgo.

Sob a máscara burocrática que era a Constituição de Weimar, ir-se-ia gerescendo um regime autocrático e totalitário, essa forma de loucura de

domínio universal, timbrada pela cruz gamada de Hitler; e também se perdia — dano ainda maior! — o equilíbrio europeu em cuja demanda todas as nações ainda agora livres bracejam e vociferam, de conferência em conferência, qual delas menos leal, mais confusa e irresoluta.

Sem qualquer responsabilidade no desencadear da primeira guerra grande, partidário da paz logo-em 1914, quando era apenas arquiduque-herdeiro, o imperador Carlos com toda a decisão procurou efectivar o seu plano, propondo aos aliados a paz separada com os seus domínios.

Como é sabido e ele próprio o revelou num livro célebre, o diplomata intermediário desta aspiração foi seu cunhado, o príncipe Sisto de Bourbon e Parma, irmão da imperatriz Zita. Embora de início bem recebido pela França (Briand), essa proposta de tão alevantado e benemérito propósito, veio a ser malsinada e especialmente hostilizada pela Inglaterra, até à sua recusa final.

Ao subir ao Trono Imperial, por sucessão a seu tio Francisco José, Carlos de Áustria declarava: *Farei tudo o que estiver ao meu alcance para acabar no mais breve prazo com os horrores da guerra e dar ao meu povo as desejadas bênçãos da paz.*

Essa desassomburada atitude viria a merecer do escritor Anatole France este justo e requeimante comentário: *O imperador Carlos ofereceu a paz. É o único homem honrado que apareceu no decurso desta guerra. Não o quiseram ouvir. O imperador Carlos deseja sinceramente a paz; por isso todos o detestam.*

Das culpas dos morticínios e ruínas que se seguiram, a História já nobremente o isentou, com bem merecido louvor. Mas quem de gravíssimas responsabilidades não pôde livrar-se foram os políticos da época, os maçonismos, os protestantismos e liberalismos de aquém e de além Mancha. Por ódio sectário e também por cegueira dos fumos da vitória, julgaram benefício para a Europa e para o Mundo a derrocada da grande muralha que continha para lá do Danúbio as ambições eslavas, então começadas a despontar.

Os resultados de essa política suicida estão patentes a todos os olhos e incessantemente se acusam nas febris preocupações dos tristes dias de agora.

O rei Carlos, destronado e perseguido pelos Aliados, exilará-se na Suíça, e de lá faria, no ano de 1921, duas tentativas de restauração do seu trono, audazmente penetrando no território da Hungria, cujo povo o aclamava com ardoroso júbilo. Na primeira avançada, é contido pelas promessas e protestos de fidelidade do seu antigo súbdito, o almirante

Nicolau Horthy, já então entregue ao inefável gozo do título e honras de Alteza-Regente, em nome do Imperador... A segunda entrada, em que o acompanhava nas esperanças e mortais perigos, sua esposa, a imperatriz Zita, dama de heroicidade e nobreza antigas, provocaria a directa intervenção da Grã-Bretanha, coadjuvada pelos traidores à Pátria e ao Rei, cabendo mais uma vez ao gabinete de St. James a função de carcereiro de monarcas desditosos. Embarcados no cruzador inglês *Cardiff*, como prisioneiros de guerra em período de paz, os vencidos reis da Hungria são conduzidos ao porto do Funchal e ali deixados em 19 de Novembro daquele ano, sem dinheiro nem recursos com que pudessem prover à sustentação própria e dos poucos fiéis que os acompanhavam!

Então, hospedaram a família imperial e real alguns monárquicos portugueses da Madeira, que em tão doloroso infortúnio souberam acarear e agasalhar aqueles ilustres deportados, tão perigosos para a democrática segurança da Europa!

Como sempre vela a justiça imanente, vinte e nove anos depois, em 1940, a França sofria a maior humilhação da sua vida histórica com os horrores da invasão alemã, a que o comunista Thorez e os dirigentes do partido da anti-nação abriam as portas de Paris; e a Inglaterra, autora e cúmplice de violências e desumanidades execráveis, tinha de reconhecer, em dias de terror, a sua impotência defensiva. A insularidade já não a poderia ter perservado do assalto das brigadas hitlerianas, se por então as tivesse dirigido e comandado maior espírito de audácia. Bastar-lhes-ia desembarcar nas costas inglesas alguns milhares de soldados. Foi Churchill quem o declarou, depois de passado aquele extremo perigo em que esteve a ponto de sossobrar o Império Britânico.

Assim, uma e outra das potências vinham a gozar a recompensa do seu furor contra a vida do Império Austríaco.

Após alguns meses de angustiosas dificuldades na Madeira, não obstante a generosa hospitalidade dos nossos irmãos ilheus, o imperador Carlos e sua família passaram a viver na Quinta do Monte, sobranceira à cidade do Funchal.

Foi aí que a doença o salteou e prostrou, acabando-lhe os dias no meio de horrorosos sofrimentos físicos e morais, suportados com a resignação de verdadeiro e exemplaríssimo cristão. Durante aquela atormentada agonia, longa e invencível, alvoroçava-se o povo da Ilha na dolorosa comoção de ver desaparecer da face da Terra a consoladora presença de um Santo.

Deitado no leito da morte, o cadáver do Imperador Carlos está rodeado

pela Imperatriz, sua mulher, e pelos filhinhos órfãos que de joelhos choraram e fervorosamente rezam, pelo eterno descanso da alma de seu Pai.

Em alguns instantes, ia viver-se uma cena de trágica comoção e de profunda consciência da Realeza, a medir-se com o tempo por sobre a Morte, na interminável cadeia da Dinastia.

Testemunha presencial, de inteiro proibidade, assim escreve o cónego Homem de Gouveia:

«Súbitamente, Zita levanta-se e chama para si o seu filho mais velho Otão, e diz-lhe: *Meu filho, até hoje o imperador-rei era teu pai, que jaz naquele leito, dormindo o seu último sono. A partir desta hora, o imperador-rei és tu!*

«Em seguida, curvando-se, beija a mão de seu filho, que está em pé na sua frente com o rosto banhado em lágrimas. Por sua vez, os irmãos e as irmãs de Otão imitam o gesto simbólico de sua Mãe.»

Por esta lúgubre investidura, alumiada pelas velas da câmara mortuária, longe da Pátria, em terra de exílio, essa criança de menos de dez anos, recebia a sagração da Realeza, a que o racionalismo do próprio Renan chamára o oitavo sacramento; impunha-se à inocência daquele menino o encargo político e moral de continuar pela representação da sua estirpe, o destino do Sacro Romano Império e a missão de uma Dinastia trágica e gloriosa que teve um dos maiores lugares entre as grandezas deste Mundo. Na Europa Central, em tumultuosa e frenética agressão, caíram tronos, igrejas e tribunais; aniquilaram-se magistraturas políticas; delapidaram-se tesouros, de sociedades e de famílias; bestializaram-se os homens e as mulheres em celebradas proezas, em morticínios de ignota crueldade. Populações escravizadas, a viver na opressão e na miséria extrema, não terão tempo nem serenidade para salutares meditações do passado.

Contudo, na história das monarquias europeias do princípio deste século, a personalidade do último imperador da Áustria, cada vez mais avulta, como chefe e pai de um povo que a todo o custo quis salvar da guerra e do extermínio.

E há poucos meses ainda, relembro esse ultraje à dignidade do espírito humano que foi o enlouquecimento do cardeal Mindszenty, primaz da Hungria, a satânica fereza do pretório que ordenou a sua prisão perpétua, mais dolorosamente se aviva o contraste de uma nação que ambicionava e podia ser livre e feliz, com o aglomerado de seres humanos, despersonalizados e animalizados pela servidão ao totalitarismo moscovita.

* * *

Hoje em dia, certos reis reinantes ou destronados, e bem assim os pretenses a coroas mais ou menos distantes, tristemente contaminados pela infecção de *éticas existencialistas*, honra e proveito ganhariam, aceitando a lição e exemplo deste Rei-Cavaleiro que se impõe ao respeito dos próprios adversários da Realeza, pois a todos bem poderá servir de modelo de marido, pai, soldado e cristão.

Como é moda dizer que a hora é de planificação, esses lastimáveis desempregados deixam-se possuir do erro de que o melhor método de servir a sua esperança, se a têm, é confundir-se no corrente convívio dos gozadores, dos frívolos, dos viciosos que regaladamente vão trocando o lar pelo *bar*.

Chegou-se ao tempo de aqueles que não são cortesãos, nem príncipes, nem conselheiros de Estado, poderem ensinar aos reis as regras do seu ofício. A esses que aos tronos alegam ou proclamam direitos, competem as correlativas e gravíssimas obrigações.

Os casos de decadência moral em pessoas de estirpe régia, mais do que nunca se multiplicam por toda a parte, e até em Portugal alguns têm servido de razão prática ao prestígio da forma republicana de governo, pela repetição de episódios do famoso livro de Alphonse Daudet, *Les Rois en exil...*

Contudo, se pelo desvario dos tempos e pela anarquia das inteligências, se degradam príncipes em fraquezas humanas, tais factos não conseguem dominar a lógica dos que chegaram à definitiva posse dos valores políticos nas sociedades, dos que não crêem no preconceito do número contra a qualidade, no mais salutar governo dos povos.

A razão da maioria aritmética é a daqueles que não podem entender outra. Reconhecendo na Realeza o sistema político-social com menos defeitos e mais virtudes para acertar, como prova a milenária experiência da História, os espíritos bem doutrinados não abdicam das suas certezas pela falência de alguns maus servidores, aceitando para sempre como verdadeira, a sábia sentença de Taine: *Le préjugé héréditaire est souvent une raison qui s'ignore...*

14 de Novembro de 1949.

HIPÓLITO RAPOSO

NA VOLTA DA VIDA

REGRESSO

ESCURIDÃO apenas cortada, ao lado esquerdo, por luzeiro incerto e esguio e pelo ruído característico do casco de bote a bater em água levemente agitada.

Ouve-se tossir e, pouco depois, aparece repentinamente outro luzeiro, próximo do anterior, mas mais fraco e, apesar de também esguio, menos elevado e de claridade menos intensa. O segundo começa a falar.

Panúrgio — Cá estou, amigo, para me passares à outra margem. O Tonante não fez objecções, certo talvez de que com este acto de generosidade ainda mais aumentará o seu poder sobre os homens; para isso conta certamente com as minhas palavras. Não tenciono, na verdade, ser discreto sobre o que apurei e aprendi neste mundo ignorado pelos homens (tal como não o fui da outra vez com o que me aconteceu entre os Turcos, embora Villalón inventasse menos). Receio apenas que algum dos teus companheiros resolva roubar-me a memória. Capazes disso sois vós todos, sobretudo tu, meu sabido Caronte.

Caronte — Não vejo porquê!

P. — Não vês porquê? Pois parece bem compreensível a minha suspeita: já porventura passaste algum mortal daqui para a outra banda, para o lugar onde o encontraste pela primeira vez?

C. — Eu não; aqui não pode acontecer como àquele que disse ter conseguido sair do mundo dos condenados para o Além, de onde voltou, embora logo à entrada do primeiro tivesse lido o aviso: «Perdei toda a esperança, ó vós que entraís»; parece que estas palavras bastante o impressionaram, se é que na verdade as viu. Aqui, porém, nada disso existe por desnecessário, tanto mais que bastam três coisas para impedir qualquer tentativa de fuga, por

muito secretamente que a procurem fazer: a onisciência de Júpiter, o poder desta ribeira e a minha vigilância.

P. — Esta em último lugar, por vaidade. Os últimos são os primeiros. Eu, porém, vou passar...

C. — ...graças a Júpiter! Não sei porque tens tanto interesse nisso. Voltas para junto dos homens, e depois? Julgas que vais lá encontrar um mundo igual a este?

P. — Não vou, como não o vou encontrar igual àquele que lá deixei. Como vês não quero contrariar os evolucionistas...

C. — Julgas que ele é melhor agora?

P. — Quando disse eu tal coisa?

C. — Pareceu-me que querias significar isso pelo tom das tuas palavras.

P. — Estás enganado; o tom da frase pode esclarecer a significação das respectivas palavras e ainda melhor quando estas se encontram em conjunto, como também pode enganar o ouvinte, desde que o seu espírito e o do que falava não estejam virados para o mesmo polo. A interpretação das frases faz-se pelo interesse de cada um; compreendem-se as consequências: confusões e desordens. A explicação, a fraqueza ou a desculpa para nada servem, desde que haja interesse em repetir a história do lobo e do cordeiro.

C. — Foges à resposta, mas eu não me esqueço da pergunta que te fiz.

P. — Se o mundo lá em cima é hoje melhor? Conforme o papel que tomarmos na representação, mas em qualquer caso sempre te digo que Vénus, Mercúrio e Marte nunca se sentiram tão satisfeitos, como de resto vocês todos em geral.

C. — Nós todos? Parece-me que tenho de trocar o lugar contigo. O que queres dizer com essas palavras?

P. — Talvez nunca, segundo me consta, se andasse tão perigosamente longe de Cristo...

C. — Lá nisso...

P. — ...nem mesmo nos tempos de Gargântua e de Pantagruel! E não falta por lá quem se aproveite da ocasião para ganhar honrarias, pisar gente, ganhar dinheiro e construir impérios e todos conseguem qualquer coisa, por que há muito quem queira imitar os carneiros daquele engraçado caso acontecido comigo. Os que não se atiram à água, são, em geral, atirados para as fauces de Moloque que, segundo parece, só agora entra no mundo das realidades.

O nome é que é o diabo, pois os homens continuam a matar-se por designações, por terminologias. Uns chamam-lhe bomba atómica, outros campos de concentração, outros depuração, outros... sei lá que mais. Eu, no entanto e apesar de tudo, vou ver como aquilo anda e, por outro lado, tentar fortuna. Estou convencido, que os meus métodos não envelheceram.

C. — Parece-me que há um defeito humano de que não te livraste.

P. — Sim? De qual?

C. — A ambição.

P. — Não vejo o motivo do teu reparo.

C. — Ou muito me engano, ou desejas um lugar entre nós.

P. — Entre nós... quem?

C. — Entre nós, sim... entre nós, os deuses imortais.

P. — Não, nestes instantes que passei convosco (apenas quatro séculos, segundo o largo e ambicioso cômputo dos meus congéneres) aprendi muito, na verdade. Talvez conseguisse sabedoria superior à dos outros homens, mas não creio que ela seja tão grande que me leve a ter tão estulto desejo. Continuo homem, meu amigo; continuo a fazer e a ambicionar asneiras. Vou provar-to: quero deixar-vos para voltar à terra e com a aquiescência plena e imediata de Júpiter, o que ainda é mais engraçado. Quando me autorizou, fiquei até com a impressão de que se queria ver livre de mim.

C. — Queres voltar à terra ou à poeira?

P. — À poeira, à terra ou ao húmus e, portanto, aos homens que dele vieram, a crer em etimologias, e nele vivem.

C. — E o que vais fazer junto dos humanos?

P. — Matar saudades e rir-me.

C. — Mas estás aborrecido aqui? Não encontraste tudo o que podias ambicionar entre os imortais?

P. — Sim, realmente, há por cá tudo o que desejo e até o que não desejo.

C. — E o que não desejas? Como sabes que também cá temos o que não desejas?

P. — Porque sou pouco ambicioso, ao contrário do que pensam Marte, Mercúrio e sobretudo Vénus (não te cito em especial, mas não é por desconsideração), e esse pouco que desejei sempre foi satisfeito. Ora se eu fosse, na verdade, ambicioso tenho a certeza de que também acharia o que em tal caso pretenderia e que só não ambiçionei por ignorância que muito lamento, pois cheguei ao ponto de

já não saber o que hei-de mais desejar. Confesso, porém, que notei uma falta muito lamentável neste mundo em que vocês, deuses, vivem.

C. — Sim? Qual?

P. — Não há por cá bobos.

C. — Bobos? E para quê? Para te divertires?

P. — Para me divertir, para me rir. Rir, mas rir quanto eu pudesse. Lembra-te que o rir é próprio dos homens e eu sou um deles. Só entre eles se sabe rir, porque só eles merecem tal consideração mútua.

C. — Mas ouve cá uma coisa: eu sei que há bobos que os vossos monarcas escutam atenta e proveitosamente.

P. — Isso depende do juízo de uns e de outros. Mas tu sabes que nem só os bobos são bobos, pois há muito quem faça papel de bobo sem o ser, tal como há muitos que escarnecem dos outros esquecendo-se ou ignorando que estes escarnecem também deles. Quer dizer: todos eles são bobos sem o dizer ou saber. Se quiseres verificar tudo isto basta só olhar lá para cima; os exemplos não faltam por toda a parte.

C. — Compreendo, mas não sei se os homens se poderão considerar dessa maneira.

P. — Por Hércules, tão meu amigo! E és tu deus imortal! E tens tu passado tanta alma nessa barca de uma margem para a outra. Naturalmente a pressa de receber a portagem perturba-te e não só te impede de conhecer o espírito de quem transportas, como também de ter a generosidade de dispensar de pagamento algum mais desgraçado. (Nem para mim abres uma excepçãozinha...) Tu não conheces os homens, meu velho! (Ao que aquilo chegou: nem estes deuses os conhecem já!). Não te digo agora como eles são e percebes os motivos: primeiro a ânsia de me ver lá em cima, depois não quero aborrecer-te com palavras quando nada há como as acções, sobretudo, segundo ainda penso, para ti e para teus companheiros.

C. — Uma coisa te quero ainda perguntar: a que ponto da Humanidade desejas ir parar, se, para vocês pigmeus, os territórios que ela ocupa são tão extensos?

P. — Isso não me interessa. Onde houver homens há ridículo. Vou, no entanto, procurar percorrer uma região onde haja muito que ver, muito que ouvir, enfim, muito que gargalhar, sobretudo perante

os esgares que fazem quando fingem entender-se, se até a isso se opõe a linguagem por eles usada e que com tanto orgulho consideram apanágio da sua raça e o mais natural e o mais perfeito meio de comunicação entre homens. Ouve lá uma coisa: o inquérito já terminou?

C. — Queres passar? Por seres bom rapaz, vais passar mesmo sem imposto.

P. — Vaidoso... Finges generosidade, quando te limitas a obedecer à vontade de Júpiter. Se o imposto condicionasse, na verdade, a minha viagem, nunca eu passaria, pois a última moeda (bem pequena ela era e quantas desvalorizações terá já sofrido depois disso...) recebeste-a tu quando cheguei ali à outra banda, onde me vais agora depositar, pela vontade do Pai, que não pela tua. Tu bem o sabes! Adeus, meu amigo, até outra vez.

C. — Até à vista, Panúrgio.

P. — Até à vista? Isso não posso eu dizer-te, embora por um lado me fosse agradável; era sinal de que era teu semelhante. Por minha parte só te devo dizer: até à volta.

* * *

O segundo luzeiro deu um salto vagaroso para o lado direito. O outro imitou-o. Pararam um instante e, entretanto, ouviu-se a manobra de desamarrar barco.

Ruído de remos na água...

Os luzeiros deslocaram-se uma dezena de metros, lentamente, sobre o mesmo lado direito.

Manobra de atracar.

Ambos desembarcaram; o mais fraco, assim que saltou, apagou-se. O outro também saltou e pareceu sentar-se.

Silêncio...

Pigarro e tosse na escuridão...

* * *

C. — Já de volta?

P. — O que estava eu lá a fazer? Não me dizes?

C. — Não encontraste novidades?

P. — Muitas...

C. — Então?

P. — És deus e não sabes?

C. — Eu percebo lá alguma coisa *daquilo*...

P. — Imagina tu eu...

C. — Mas, afinal...

P. — Afinal? Olha: gente morta, cidades destruídas, quanto mais ignorantes mais presumidos e sádicos, milhares de escravos feitos pelos que dizem querer libertar as massas trabalhadoras; as facções de escol, em vez de se unirem, dividem-se porque até nelas falta o grande princípio da união, da justiça, do altruísmo, para cada qual se julgar único e verdadeiro senhor; para se impor, não se olha a circunstâncias nem a meios; é preciso apenas derrubar sistemas vigentes, mesmo quando satisfatórios, para eles subirem. Se das revoluções vierem desordens, perigos, facilidades para adversários de fora, isso não lhes interessa, ou, como em muitos casos acontece, não o percebem. Por toda a parte reina o mais desenfreado dos egoísmos, de mãos dadas com a mais balofa das dialécticas e os mais ferózes partidarismos. Como pode assim haver paz entre aquela pobre gente.

C. — Foge desse lado e depressa que eu faço o mesmo; aquela terra nem para nós serve. Precisa de uma grande reforma.

P. — Uma reforma? Que Deus a produza depressa, pois aposou-se das gentes o egoísmo companheiro da ignorância sem par, ignorância que chega onde nunca devia estar, em lugares onde afinal devia ser combatida, egoísmo e ignorância que só igualam o desprezo que todos votam à sabedoria, ao trabalho, ao bom-senso e à disciplina. Preferem endeusar papagaios infernais, ressuscitar a lei do bezerro de ouro e perturbar o espírito da pobre plebe, prometendo-lhe um Canaã que se chama « retire-se quem manda, porque eu também quero mandar ». Prometem mundos e fundos, tudo concretizado afinal em fomes e misérias de corpo e de espírito e prisões também de corpo e de espírito. Lêem o que lhes convém uns, lêem o que lhes dão os outros, mas nenhum conhece a verdadeira Lei, nem o exemplo do que Ela pode ser em qualquer época e com todos os homens, como o mostrou um holandês que eu ainda conheci. Chamava-se Geraldo, mas assinava Erasmo.

C. — Não me lembro de o ter passado...

P. — Não o podias conhecer; o seu destino foi o verdadeiro...

C. — Não digas isso, homem. Embarca e volta para ali. Mercúrio, Vénus e Marte estão em casa de Baco à tua espera.

P. — Não, deixa-me; eu não vou bem para aí; o meu destino destino tem de ser o Outro. Só Ele sabe como o meu arrependimento é profundo e sincero. Oxalá todos os endeusados humanos sentissem durante um mês o que eu sinto neste instante. Quero ser recebido no Seu seio; se o não merecer errarei milhares de milhares de anos pelos espaços até satisfazer a única ambição que neste momento me domina, se alguma vez puder ser satisfeita.

JOSÉ PEDRO MACHADO



A CASA PORTUGUESA

Arquitectura e arqueologia

SENTIA-SE nos fins do século XIX e princípios do actual que a arquitectura portuguesa estava perdendo o que hoje convencionalmente se chama *carácter*; a decadência que entre nós se manifestava era apenas um reflexo do que se ia passando em toda a Europa nesse período tremendo, indeciso e demolidor ao mesmo tempo que criador de algumas soluções que nós já aproveitámos e melhores dias consagraremos. O problema apresentava-se aos Arquitectos — e sobretudo aos Estetas — como muito grave, pois assistiam ao desaparecimento de formas velhas e consagradas sem que contra ele pudessem reagir com movimentos que viriam, senão resolver, pelo menos diminuir a crise que avassaladoramente alastrava. Certo romantismo, ainda latente nesses espíritos, determinou que fossem procurar no passado todas as lições para a solução do seu problema. O estudo muito superficial da nossa Arquitectura passada e, na prática, o emprego sem nexos e sem lógica de algumas formas dessa mesma Arquitectura, eis a terapêutica aplicada para curar o mal. A uma grave doença era aplicado um tratamento que ainda mais a agravava, e da louvável intenção dos reformadores nasceu uma triste realidade. A *Casa à Antiga Portuguesa* que, dentro da Arquitectura civil, é filha dessa arqueológica orientação, não introduziu em Portugal qualquer expressão nova; veio, pelo contrário, atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa Arquitectura (1).

Enquanto lá fora se lançavam as bases da chamada Arquitectura Moderna, diremos antes, da única Arquitectura que poderemos fazer

(1) Cremos que não é necessário definir o que entendemos por *Casa à Antiga Portuguesa* pois, infelizmente, qualquer dos leitores liga a estas palavras um tipo de casa com características próprias, certo amaneiramento e doçura de formas e grande quantidade de pormenores inúteis de que resulta um excessivo pitoresco, uma completa ausência de dignidade e nenhuma noção das realidades do nosso mundo.

sinceramente, os Architectos portugueses orientavam as suas actividades no desejo inglório de criar uma Architectura de carácter local e independente, mas de todo incompatível com o pensar, sentir e viver do mundo que a rodeava. Era, pode dizer-se, uma Architectura de arqueólogos e nunca uma Architectura de architectos. Os grandes problemas, certamente mais por culpa da época do que dos homens, não foram estudados e, outra coisa não era de prever, as soluções satisfatórias não surgiram, antes, se existia um princípio de caos, ele foi aumentado, trágicamente, com mais um « estilo » que será muito difícil de banir da nossa Architectura.

Falsa architectura

Por estranhos raciocínios, estabeleceu-se (é o termo) que a nossa architectura « tradicional » era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos cuja aplicação seria suficiente para produzir casas portuguesas. Surgiu daqui uma nova forma de academismo, entendendo-se por tal atitude de espírito aquela para a qual a Arte pode codificar-se em formas eternas, segundo regras fixas e imutáveis. Esses homens que tanto acreditaram e tanto se prenderam com a História não souberam colher dela qualquer fruto, pois a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão.

A Architectura não pode nem deve submeter-se a *motivos*, a pormenores mais ou menos curiosos, a bisantinices arqueológicas. Esqueceram e esquecem ainda os autores dessas « Casas à portuguesa » que as formas tradicionais de toda a arte de edificar não representam capricho decorativo ou manifestação barroca. De início, e aí com o seu verdadeiro sentido, as formas architectónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar e ainda de um espírito próprio daquele que age sobre o mesmo material, de modo que em toda a boa Architectura exista uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifique e prenda entre si todas as formas, fazendo de cada edificio um corpo vivo, um organismo com alma e linguagem próprias.

Ora nada disto produziu o movimento da « Casa Portuguesa »,

ao qual, podemos afirmá-lo sem receio, presidiu a mentira arquitectónica que caracteriza as más obras e os maus artistas. Há uma ética na Architectura; e se o Homem é a unidade da sua escala, devem exigir-se a ela as mesmas qualidades que todos exigimos ao verdadeiro Homem.

Para uma arquitectura portuguesa de hoje

Referimo-nos aos perigos que o passado constituiu para a solução dos problemas em causa, atendendo sobretudo à maneira como se usou desse mesmo passado. As casas de hoje terão de nascer de nós, isto é, terão de representar as nossas necessidades, resultar das nossas condições e de toda a série de circunstâncias dentro das quais vivemos, no espaço e no tempo. Sendo assim, o problema exige soluções reais e presentes, soluções que certamente nos levarão a resultados bem diferentes dos conseguidos até agora na Architectura portuguesa.

Abrem-se perante nós, novos ou velhos armados de um espírito novo, horizontes vastíssimos, campos férteis de possibilidades, pois tudo há que refazer *começando pelo princípio*. É tão grande a obra a emprender que, na verdade, pode perguntar-se se a consciência do seu vulto não convidará imediatamente a desistir.

Todos podem colaborar e é errado pensar que apenas aos architectos compete a resolução do caso ou ainda que o problema é meramente estético ou formal. Uma Architectura tem qualquer coisa de cada um porque ela representa todos, e exactamente será grande, forte, viva na medida em que cada um possa rever-se nela como num espelho denunciador das suas qualidades e defeitos. A colaboração será da maior parte para que o resultado possa satisfazer a todos; impõe-se um trabalho sério, conciso, bem orientado e realista, cujos estudos poderiam, talvez, agrupar-se em três ordens:

a) do meio português; b) da Architectura portuguesa existente; c) da Architectura e das possibilidades da construção moderna no mundo.

a) No estudo do meio português deveríamos atender aos dois elementos fundamentais, o Homem e a Terra, no seu presente e no seu desenvolvimento histórico, influenciando-se mutuamente e condicio-

nando toda a Architectura que dentro da verdade portuguesa pretenda edificar-se. São eles os factores decisivos a estudar pormenorizadamente em todas as manifestações e possibilidades e naquilo em que directamente possam interessar a Architectura.

Variam as condições, é diferente a circunstância portuguesa, pois homens de hoje não são iguais ao de ontem. São diferentes os meios de que se servem para se deslocar ou viver, como diferentes são ainda as suas ideias sociais, políticas ou económicas. Sendo tão forte o grau destas variações, porque não hão-de ser outras, muito outras, as soluções a encontrar para os portugueses de hoje? Para quê teimar em permanecer, quando tudo nos convida para um caminho diferente?

b) O estudo da Architectura portuguesa, ou da construção em Portugal, não está feito. Alguns Arqueólogos escreveram e trataram já das nossas casas, mas, do que deles conhecemos, nenhum deu sentido actual ao seu estudo, tornando o elemento colaborante da nova Architectura. O passado é uma prisão de que poucos sabem livrar-se airoso e produtivamente; vale muito, mas é necessário olhá-lo não em si próprio mas em função de nós próprios.

É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.

c) Somos homens de uma época, trágica talvez, muito triste porventura, decadente mesmo, mas na qual nem tudo é decomposição e ruína, não se alimentando exclusivamente de restos deixados por outros tempos. Na Architectura contemporânea não é difícil entrever já uma prometedora solidez; surge um carácter novo das condições novas e, porque essas condições nos afectam também a nós, é nela que deve entroncar-se a Architectura portuguesa sem receio de que perca o seu «carácter». A individualidade não desaparece como o fumo; e se nós a possuímos, nada perderemos em estudar a Architectura estrangeira.

Não é justo nem razoável que nos fechemos, numa ignorância procurada, às obras dos grandes mestres de hoje, aos novos proces-

sos de construção, a toda uma Architectura que surge plena de vitalidade e de força.

Percorrem-se as nossas cidades, visitam-se campos e aldeias, procura-se por todo o lado uma expressão nova na nossa Architectura e a conclusão é sempre igual e sempre a mesma: o Portugal de hoje não encontrou ainda a sua expressão architectónica.

A situação admite apenas a alternativa de seguir em frente ou de estagnar no caos em que nos encontramos. Perante este dilema devemos optar pela primeira posição, com a certeza de que ela é a única possível para aqueles que nasceram para aumentar ao passado algo do presente e algumas possibilidades do futuro, para aqueles para quem viver é criar alguma coisa de novo, não pelo desejo estúpido de ser diferente, mas pela imperiosa determinação da vida que não admite qualquer paragem ou qualquer estagnação sob pena de que a posteridade nos não perdoe.

Será leviano pensar-se, e foi esse um dos erros dos criadores da *Casa à antiga portuguesa*, que a nova Architectura surgirá em poucos anos e todos os problemas se hão-de resolver de um dia para o outro. É impossível, aos homens de hoje, poderem ver o resultado completo dos seus esforços; porém as grandes obras e as grandes realidades não pertencem a indivíduos mas a uma comunidade constituída não só pelos presentes como pelos que hão-de vir, e dentro deste espírito ficaremos contentes em saber que as gerações vindouras obterão as soluções que sonhámos e para as quais colaborámos, sem no entanto ter o prémio da sua completa realização.

•
FERNANDO TÁVORA



ESCLARECIMENTO DAS DÚVIDAS MANIFESTADAS PELO SENHOR JACINTO DO PRADO COELHO, EM «INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA NOVELA CAMILIANA», ACERCA DA IDENTIDADE DA MÃE DE CAMILO, POR José de Campos e Sousa. Edições «Gama». Lisboa, 1947. 70 págs.

Causa estranheza que o Autor deste opúsculo não optasse por título menos longo, em contraste flagrante com o pequeno volume da obra, título que nada justifica se apusesse em trabalho destes. De resto, não está perfeitamente de acordo com a verdade, porquanto a dúvida não é propriamente do sr. Dr. Jacinto do Prado Coelho, mas do grande escritor sr. Aquilino Ribeiro, conforme se depreende da transcrição que o sr. J. de C. S. faz no princípio do seu opúsculo.

As questões de genealogia parecem-nos de *lana caprina* no campo da Arte e da Literatura. Se podem interessar à Fisiologia e ciências afins, não cremos que possam contribuir, realmente, para a compreensão da obra de um escritor, que nem sempre o é por atavismo, mas por inclinação pessoal, por vocação, por influência do ambiente, por efeito de leituras, etc. De resto, apesar

do título deste opúsculo, não podemos obter a certeza de que a mãe do grande escritor do século XIX fosse aquela Jacinta Rosa do Espírito Santo Ferreira, cujo nome tem aparecido grafado, pelo menos, de oito maneiras diferentes!

Queremos crer que a descoberta do sr. J. de C. e S., ainda que venha definitivamente esclarecer-nos sobre quem fosse a mãe do autor do *Amor de Perdição*, não pode considerar-se dignificadora da memória do romancista, em cuja família há exemplos de sobra de atentados à moral e aos bons costumes. Tudo impunha, por conseguinte, se deixasse no esquecimento a pobre Jacinta Rosa, que não veio, neste seu novo avatar, abrir à glória do filho campos mais vastos e mais luminosos.



INSÓLITAS ATITUDES CRÍTICAS A PROPÓSITO DO LIVRO «CAMILO ROMANTICO», por Alberto Xavier. Edição do autor. Lisboa, 1947. 27 págs.

Este opúsculo contém a referência que o sr. dr. A. X. no seu volumoso trabalho, a que abaixo nos referimos, fez à também volumosa obra do sr. dr. J. do Prado Coe-

Nesta secção só serão feitas referências os livros de que nos sejam enviados dois exemplares

lho *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* e à crítica que ao livro do sr. dr. A. X. fez o sr. dr. J. Gaspar Simões no *Sol*, a que o visado respondeu, publicando-se no opúsculo essa resposta.

Alheios aos motivos da polémica, limitamo-nos a registar o aparecimento do folheto que o sr. dr. A. X. entendeu dever coligir e publicar, esclarecendo que o «simple facto de lhes dar maior publicidade mostra que esses escritos não podem desvalorizar a minha obra ou diminuir a minha pessoa como autor, mas servem para os leitores de equilibrada inteligência, imparciais e justos, poderem avaliar os méritos dessa espécie de atitudes críticas».



CAMÍLO ROMANTICO, por *Alberto Xavier*.
Portugália Editora. Lisboa, 1947.
546 págs.

Ao contrário do que se depreende do título, não é este grosso volume dedicado exclusivamente ao grande escritor sobre quem já se escreveram muitos milhares de páginas. E apesar de o Autor prevenir, no subtítulo do livro, que este é «precedido de um panorama das origens e da evolução do Romantismo», a verdade é que essa introdução ocupa mais de metade da obra, dando-lhe o Autor extensão demasiada, que em nada valoriza o estudo acerca de Camilo. Tratando-se, ou devendo-se tratar, de uma obra sobre o escritor, a introdução já seria de regular extensão limitando-se a um terço; ultrapassando a metade, achamo-la excessiva, apesar de compreendermos os intuitos do sr. dr. A. X. com dar-lhe tal desenvolvimento.

Partiu o Autor do princípio de que «os nossos historiadores da literatura e os nossos críticos, vivos ou falecidos, não demonstram terem estado completamente informa-

dos e inteiramente seguros das fases exactas do movimento romântico europeu e dos múltiplos aspectos do seu desenvolvimento» (pág. 21), pelo que entendeu «útil e oportuno traçar na primeira parte do presente livro, um panorama das origens e da evolução do romantismo segundo os dados provenientes do meu estudo, circunscrevendo-me somente a três grandes literaturas: inglesa, alemã e francesa» (pág. 22). Mesmo assim, achamos desmedida a extensão desse panorama, até quando o comparamos com as duas últimas partes — *Camilo Castelo Branco* e *Os principais romances de Camilo* — cujas conclusões são bastante magras depois de tão larga exposição.

Não cremos que «os nossos críticos, vivos ou falecidos» estejam tão pouco informados, como o Autor escreva, com dogmatismo, acerca do fenómeno romântico, exaustivamente estudado por um ilustre crítico vivo, o Dr. Hernâni Cidade, que por duas vezes abordou tal assunto desenvolvidamente, uma no *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII* (depois refundido no 2.º volume das *Lições sobre a cultura e a literatura portuguesas*) e outra no estudo que precede a benemérita edição da *Obra de José Anastácio da Cunha*. E ainda que apenas houvesse estes dois ensaios de certa extensão acerca do Romantismo, isso não habilitaria sr. dr. A. X. a fazer a afirmação peremptória que citámos, pouco simpática como todos os dogmatismos, seja qual for a sua origem.

Dada a extensão do volume, uma crítica minuciosa teria por força de ser também desenvolvida, com manifesto prejuízo desta Revista. Limitar-nos-emos, por isso, a fazer uma perfunctória referência a cada uma das quatro partes da obra, para dar desta uma ideia geral, ao mesmo tempo que assinalaremos os pontos em que podemos concordar ou discordar da do distinto Autor.

Na Primeira parte expõe o sr. dr. A. X. e seu *Panorama das origens e da evolução do Romantismo*, a que atribui origem inglesa, pela influência que sobre os escritores con-

lineutais, franceses e alemães, exerceram os romanistas britânicos do século XVIII, designadamente Richardson. Não se esquece de assinalar que na base do movimento romântico está o culto do «eu», que tem em Sterne um dos seus corifeus. Aliados a este culto, mais tarde exuberantemente praticado por outros autores europeus, mas não é característica única do movimento, há outras qualidades, que o sr. dr. A. X. encontra exemplificadas nas obras de autores como Rousseau e Goethe, que sofreram a influência profunda de Richardson. E assim, nascido na Inglaterra com Thomson, o autor das *Estações*, que «não se limitou e não se contentou em descrever as suas impressões do mundo exterior» mas associou a essa descrição os «conceitos morais e filosóficos provocados pelos espectáculos surpreendentes do universo físico» (pág. 45), elevado a maiores alturas com Young, cujas *Noites* tiveram repercussão europeia, e a quem se atribui a primeira invocação à Lua, de que os românticos posteriores usariam e abusariam, a nova sensibilidade revolucionária, quebrando os laços da disciplina clássica, passa ao romance que, com Richardson, transmite o «mal» à Europa e ao Mundo.

Todavia, cremos que o Romantismo europeu foi essencialmente de marca francesa. Se, por mera casualidade, os escritores ingleses não fossem lidos e admirados por Rousseau, a nova estética e a nova técnica não teriam influenciado o continente, ficando o fenómeno literário circunscrito às Ilhas Britânicas e seguindo as literaturas continentais, possivelmente, uma curva muito diferente. O facto evidente é este: o Romantismo é filho de Rousseau. Se ele não tivesse existido, com Richardson ou sem Richardson, o movimento não alastraria. Foi Rousseau quem influenciou Goethe, embora o romantismo deste divirja bastante daquele, como é de Goethe que provém essa vaga de melancolia, de inquietação, de mal-estar físico e moral, de desalento e de

revolta conhecida pelo nome de «mal do século» e que, entre tantos exageros a que deu origem na Europa, produziu os de Alvaro do Carvalho no nosso país.

No entanto, se o Romantismo tem características gerais, que podemos rastrear em todos os autores, a verdade é que, entre os grandes, cada um teve a sua individualidade própria, com qualidades e defeitos que não se encontram nos demais, e que dão ao movimento uma variedade que se não encontra nos grandes movimentos literários anteriores. E o mais curioso é que sendo Rousseau de uma sensibilidade profundamente impressionável e adversário de toda a disciplina mental, é justamente Goethe, o «olímpico», um verdadeiro «clássico do Romantismo», quem põe em moda o *wertherismo* e o suicídio por amor. Achamos que o sr. dr. A. X. deveria ter assinalado o facto, dado o desenvolvimento do seu estudo.

Na Segunda parte — *O Romantismo e a crítica portuguesa* — pretende o Autor fazer a crítica da nossa crítica, ou antes das obras de Teófilo Braga, sem contudo nos oferecer um exemplo concreto dessa crítica construtiva, quase se limitando a transcrever largos passos de Teófilo, seguidos de breves comentários de desaprovação, ou a assinalar a discordância entre passos da mesma obra do velho professor, o que aliás não é difícil, até para o menos versado nestes assuntos. No entanto, a simples discordância do Autor não nos parece razão bastante para convencer o leitor dos erros de visão ou de apreciação de Teófilo Braga.

Ao apreciar outros autores portugueses, refere-se o sr. dr. A. X. aos srs. drs. Hernani Cidade e Vitorino Nemésio que «admitem que a época romântica na literatura portuguesa se iniciou com Garrett e Herculano» (pág. 263), o que o Autor contesta, acusando Teófilo Braga de ter estabelecido isto «dogmáticamente» (*loc. cit.*). No entanto, não nos diz quais as razões por que não devemos considerar os dois grandes escritores como os corifeus do Romantismo

que, ao observador menos atento, se nos revela em cada uma das obras destes autores. Não nos parece que, comparando, por exemplo, o *Eurico*, o *Monge de Cister*, o *Frei Luís de Sousa*, as próprias deliciosas *Viagens na minha terra* e tantas das poesias de Garrett (principalmente estas) com o que em Portugal se escreveu até à volta do exílio dos dois escritores, nós possamos concluir que eles não se deixaram «contaminar pela corrente romântica em voga nas outras literaturas europeias do seu tempo», tendo «sabido disciplinar a verdade, o gosto, as ideias, os sentimentos, compondo obras inspiradas em motivos nacionais em cuja feitura predominam a calma, o equilíbrio, o bom-senso estético, o impessoal» (pág. 265). Poderemos acaso dizer que no *Eurico* e nas *Viagens* predomina o «impessoal»? Não estarão essas duas obras impregnadas, por assim dizer, da personalidade dos respectivos autores? Não poderemos em cada página, quase em cada linha, encontrar indícios evidentes da sensibilidade de quem as escreveu?

Por outro lado, entende o sr. dr. A. X. que entre os escritores românticos não poderia haver «hom senso estético»? Faltará ele, por exemplo, no próprio *Werther*, na *Nouvelle Héloïse*, no *Adolphe*, em *Chateaubriand* e no bellissimo *Paul et Virginie*?

Creemos que o distinto Autor foi demasiado longe no seu dogmatismo. De resto, o Romantismo continental caracterizou-se, ao menos na sua primeira fase, por um regresso aos «motivos nacionais» e da Idade Média, que o eminente crítico dr. Fidelino de Figueiredo entende serem «preferentemente» da escolha dos românticos e o sr. dr. A. X. contesta (pág. 249).

Nas suas *Considerações finais* entende o Autor que não podemos «encarar o romantismo senão no ponto de vista da psicologia e como fenómeno moral», por achar que «qualquer outra fórmula altera ou limita a sua essência» (pág. 293).

Julgamos, porém, que limitar a isso o

Romantismo é excluí-lo da história das literaturas para o confinar aos tratados de psicologia e de moral. Sendo isso, ele foi mais ainda, porque foi uma atitude para com a vida, um fenómeno de carácter social (não se esqueça que a maioria dos românticos foram revolucionários que se bateram de armas na mão ou pela pena contra as instituições monárquicas), e ainda uma técnica literária, consequência do inconformismo às regras clássicas do equilíbrio formal e da razão.

Na Terceira e Quarta Partes, que só começam a pág. 305, é que o Autor, como já acentuámos, trata exclusivamente de Camilo, a quem reputa o verdadeiro «introdutor, em Portugal, da literatura íntima, de confiança, de apelo ao coração, e do romance pessoal e sentimental, formas por que em todos os demais países europeus se concretizaram nas letras as disposições psicológicas, românticas, dos poetas e dos prosadores» (pág. 341), com o que tira a Herculano e a Garrett o primado na introdução do Romantismo no nosso país. Perguntamos: não encontraremos as qualidades intrinsecamente românticas, apontadas pelo Autor na obra camiliana, pelo menos nas poesias de Garrett?

Que são as *Folhas caídas* senão poesia «íntima, de confiança, de apelo ao coração»? Que é, pelo menos, a história da Joaquina senão «romance pessoal e sentimental», «literatura íntima, de confiança, de apelo ao coração»?

É Camilo estudado como homem, como amoroso e como romancista, nada de novo nos sendo dito acerca do escritor considerado por qualquer desses aspectos. No estudo dos romances de Camilo também pouco se adianta, não ficando o leitor a fazer, no final, uma nova ideia mais justa e exacta de Camilo como homem e como escritor.

Em vários passos manifesta-se com nitidez a antipatia do Autor pelo romance histórico, que reputa de género híbrido (pág. 508), acusação que lhe tem já sido feita.

Vai longa esta nótula para que nos detenhámos aqui a comentar o pensamento do sr. dr. A. X. Não queremos, contudo, concluí-la sem lamentar que nesta obra a cada passo esse pensamento nos seja apresentado com um dogmatismo em absoluta opposição com os mais elementares princípios da crítica, sem que ele se fundamente como forma de persuadir e convencer o leitor.

O livro do sr. dr. A. X., que abrimos absolutamente interessados pelo aliciante do título e subtítulo, e já havíamos adquirido antes de recebermos o exemplar destinado a recensão crítica, causou-nos, finda a leitura, a impressão de que as vastas leituras do Autor sobre o tema que se propôs desenvolver não foram suficientemente joeiradas de modo a passarem ao papel sob a forma impessoal e serena de crítica objectiva. Promete-nos o sr. dr. A. X. um *Eça de Queirós romancista*. Sinceramente desejamos que não seja obra maculada com os defeitos que nesta apontámos.



COSMOGRAPHIE, por *André Danjon*. Ed. da Librairie A. Hatier. Paris. 1948. 317 págs. Ilust.

Destina-se este volume ao ensino liceal francês, à classe de Matemática, e deve-se à pena do director do Observatório de Paris e professor da Sorbona, que escreveu um livro novo para satisfazer aos novos programas do ensino secundário.

É, por conseguinte, trabalho didáctico, da autoria de um especialista, a pessoa naturalmente indicada para tal efeito.

Numa introdução, de cerca de 40 páginas, expõe as noções elementares, mas essenciais, necessárias para a compreensão de toda a matéria que constitui o objecto da obra. Em oito capítulos trata do movimento diurno da Terra, do movimento apa-

rente do Sol, do sistema solar, da Lua e dos eclipses, da constituição física do Sol, das estrelas e da Via Láctea, concluindo com uma série de problemas sobre todas as matérias, para o aluno resolver, com um catálogo das estrelas brilhantes e com as coordenadas solares ao meio-dia de Greenwich, durante o ano, de 10 em 10 dias.

Em apêndice 32 estampas, de nítida impressão, servem para esclarecer as noções ou informações do corpo da obra.

Embora, *in illo tempore*, levados pela paixão do Universo, fizéssemos estudos desenvolvidos de Astronomia, não nos julgamos autorizados a emitir um parecer sobre obra desta categoria. Parece-nos, porém, trabalho sério, completo e moderno, que pode prestar bons serviços, não apenas ao estudante, mas também ao estudioso, pela forma clara e objectiva como está escrito, sem divagações nem explanações inúteis, e com aquele «cunho de verdade, sem o qual todo o ensino é letra morta», como escreve o Autor (pág. 6). Os gráficos, esquemas e ilustrações, profusamente intercalados no texto, completam e esclarecem a exposição, sendo de lamentar apenas que a qualidade do papel, em que a obra foi impressa, seja inferior.



EL GRABADO EN LA ILUSTRACIÓN DEL LIBRO, por *Francisco Esteve Botey*. Madrid, 1948. 2 vols. 379. págs. — 289 gravs.

Integrada na «Colecção Bibliográfica» e editada pelo Instituto «Nicolás António» do Conselho Superior de Investigações Científicas, de Espanha, consta esta obra de 2 volumes, o primeiro dos quais de texto, e o segundo exclusivamente de ilustrações para exemplificarem o que o distinto Autor proficientemente expõe teóricamente.

Consta o 1.º volume de duas partes: As

gráficas artísticas e as suas técnicas, que abrange o estudo da xilografia e da calco-grafia e da litografia, e suas técnicas e variedades; e *As gráficas fotomecânicas*, que compreende os processos de gravura que têm a fotografia como base: fotogravura propriamente dita, tricromia e quadricromia, fototopia, heliogravura, *offset* e galvanoplastia.

No 2.º volume coligem-se quase três centenas de gravuras explicativas e exemplificativas, algumas delas reproduzindo quadros de autores célebres, muitas obras primas da arte da gravura, cuja beleza é ainda realçada pelo papel *couché* sobre que se imprimiram.

Trabalho proficiente e consciencioso, cremos poder prestar bons serviços a todos quantos se interessam por esta modalidade das artes gráficas, podendo ainda prestá-los aos próprios autores desejosos de contribuir para que a edição das suas obras atinja aquela elegância e aquela beleza, de que, infelizmente, nem todos curam.



ÉMIGRANTS. Romance por *Ferreira de Castro*. Traduzido do português por *A.-K. Valère*. Edições Bernard Grasset. Paris. 1948. 326 págs.

O autor da *Selva* é já hoje um autor universal: a sua obra, particularmente a que citámos e lhe deu a notoriedade no estrangeiro, não é ignorada do público leitor das grandes nações pensantes da Europa, não só pela difusão que lhe deram as versões francesas, como também pelas já existentes em outras línguas.

Não estamos, nós portugueses, muito habituados ao cosmopolitismo dos nossos escritores, confinados, na maior parte dos casos, a um restrito ambiente nacional, muitas vezes até regional, incompreensível

mesmo dos espíritos cultos de além-fronteiras. Aparte Eça de Queirós, o escritor do último século mais traduzido, e o remoto Camões, só esporadicamente um autor português tem merecido a honra da versão em qualquer das línguas cultas da Europa, e, ainda assim, quando se faz deve-se, em geral, ao esforço desinteressado de um ou outro devotado lusófilo.

Se é certo que só um número limitadíssimo de autores portugueses tem sido traduzido para línguas cultas da Europa, também é certo que a nossa literatura, particularmente desde o Romantismo, não possui interesse universal capaz de despertar a curiosidade do leitor médio estrangeiro. Mesmo Camões, com todo o seu génio, é mal conhecido, a despeito das numerosas versões francesas, inglesas e italianas, que o põem ao alcance de estudiosos ou diletantes.

Ferreira de Castro só conseguiu atrair as atenções e ver esgotarem-se as edições estrangeiras da sua obra mercê do interesse universal da *Selva*. Foi esta que abriu o caminho para as outras, a última das quais — *Emigrantes* — acabámos de ler em excelente versão francesa de A. K. Valère.

Não é *Emigrantes* uma obra verdadeiramente representativa da « maneira » de F. de C. Mas, porque tem por tema um caso de interesse universal, agudamente europeu na hora que passa, o leitor francês deve nela encontrar interesse humano e de actualidade, diríamos mesmo afluente.

Não vamos fazer a crítica da obra, por ela estar há muito feita. Editada pela primeira vez há anos, só agora o público francês a conhece. Por isso nos limitaremos a fazer considerações apenas sobre a tradução, que é excelente. O distinto Tradutor, que conhece bem a nossa língua, soube conservar o sabor característico do estilo do Autor, sem, todavia, deixar perder as características próprias da língua francesa que é a sua. Notam-se, todavia, certas expressões correntes na nossa linguagem popular

que o Tradutor verteu à letra, talvez por falta de outros equivalentes no francês. Conservou também na ortografia original os nomes «seuor» e «seuora» empregados com tanta frequência como vocativos na linguagem corrente, no que não encontramos vantagem, antes embarçará o leitor médio francês, que compreenderia imediatamente se a palavra empregada fosse o *monsieur* ou o simples *vous*. Procura, porém, verter os plebeísmos da linguagem do Manuel da Bouça e de outros por forma que o leitor português que, como nós, percorra estas páginas não veja a frase portuguesa sob a francesa, em versão apressada.

Toda a beleza das descrições de F. de C. — como, por exemplo, a da madrugada em que Manuel da Bouça vai à vila tratar do passaporte, e a da «fazenda» do coronel Borba — conserva-se nesta versão, com o mesmo poder de aliciação que têm no original português. A nostalgia do emigrado, a amargura lusitana do expatriado em terras distantes, as esperanças, os desalentos, os ímpetos de revolta, tudo se conserva com a mesma frescura ou as mesmas jintas sombrias, por forma tal que o leitor esquece que lê uma «versão» para se julgar em presença de um «original».

Devemos sentir-nos honrados por que o nosso ilustre romancista emparceire, na colecção *Romans étrangers*, ao lado de Dickens, de A. Coolen, de Upton Sinclair, sim, mas mais ainda por ele ter sido traduzido por forma tão inteligente e delicada.



DIAS QUE JÁ LÁ VÃO, por Luzia. 1946.
Livraria Tavares Martins — Porto.
248 págs.

Não são vulgares os livros portugueses de memórias. Mesmo entre os poucos que existem, nem todos são de molde, não dize-

mos já passarem à posteridade, mas ao menos despertarem o interesse dos estudiosos de documentos humanos.

Não há como os livros de memórias e os diários (estes, praticamente, inexistentes no nosso país) para nos darem a conhecer os recessos mais escusos de uma alma ou para fazerem luz sobre pontos obscuros de certas épocas históricas. Os Portugueses, tão propensos a lançarem no papel, na forma de poesias, todos os seus anelos, ansiedades, dúvidas, dores e entusiasmos, têm-se mostrado profundamente adversos a uma forma natural de vaziar a sua inquietação: o diário íntimo. Julgamos que esta aversão se deva, em parte, ao exibicionismo tão próprio dos literatos jovens, mais preocupados com convencerem os leitores de que, apesar de jovens, já têm uma «dor» espiritual sua, do que em registarem no papel os seus anseios e os seus desânimos que outros lerão apenas depois da sua morte. Porque, na verdade, memórias e diários só *post mortem* se compreendem publicados; nem o próprio Chateaubriand, com todo o seu orgulho e todo o seu exibicionismo romântico, pôde escapar à lei geral: as suas *Memórias de al:m-túmulo* sómente depois da sua morte se publicaram.

Por todas as razões expostas é que aplaudimos a iniciativa do escritor António Ferro com editar, na sua colecção «Contemporâneos», uma série de diários e memórias, de que já se publicaram o *Diário* de Katherine Mansfield, o célebre *Diário íntimo* (truncado) de Amiel e agora estes *Dias que já lá vão*, da escritora Luísa Grande, conhecida do público leitor pelo criptónimo de «Luzia».

Foi com justificado interesse que nos debruçámos sobre estas páginas da falecida autora de *Rindo e Chorando*, das *Cartas de uma Vagabunda* e de tantos outros livros que honram a nossa literatura e dão a «Luzia» lugar de merecido destaque entre as já numerosas escritoras portuguesas. Porque «Luzia» foi prosadora, é que entendemos que o seu «caso» é ainda mais digno de

relevo, neste país em que as poetisas são quase incontáveis e os livros de versos de mulheres se contam por boa centena... ou mais.

A sr.^a D. Teresa Leitão de Barros, distinta escritora e amiga de «Luzia», prefaciando, com D. Fernanda de Castro, o livro, escreve que «Luisa Grande deixou uma obra vasta, que o tempo só valorizará, acrescentando-lhe o mérito de precioso documentário sobre o ambiente social português nas primeiras décadas do século», acentuando, logo adiante, a «sedução da sua prosa, onde a leveza, a graciosidade, o poder comunicativo, a emoção discreta, a espontaneidade, a penetração psicológica, a franca exteriorização de opiniões muito pessoais, o jeito de contar sem delongas nem precipitações» tudo se conjugando «num todo admiravelmente harmónico e deliciosamente sabroso».

A distinta escritora sintetizou, em forma lapidar, as características do estilo e da obra de «Luzia» e as suas opiniões são perfeitamente corroboradas pela obra a que servem de prefácio. *Dias que já lá vão* evocam os distantes dias da infância da Autora na I Parte, e algumas recordações das suas viagens na II Parte. Principalmente nas «Recordações da infância» é que a nossa sensibilidade mais se deixa prender pela magia do estilo de «Luzia», em que a uma ternura, muito feminina e muito portuguesa, se alia certo espírito satírico que, por vezes, se sobrepunha à «sua alma, profundamente compreensiva e compassiva», como escreveu a sr.^a D. T. L. de B. E que raro poder evocador! Que encanto o das descrições do ambiente em que lhe decorreu a infância e das pessoas com quem conviveu! Que deliciosa e fina ironia, misto de ternura e de saudade, aquela com que relembra diálogos que já se não podem ouvir, frases que pronunciaram vezes para sempre emudecidas, brincadeiras que o tempo levou! Que encantador livro nos deixou «Luzia» como seu testamento espiritual e como la-

mentamos que a morte a forçasse a deixá-lo por concluir!

Dias que já lá vão são um livro que faz bem à alma e à inteligência: à alma, por constituírem uma nota de ternura em época de grossaria e de violência bravia, como a que atravessamos; à inteligência, pelo gosto de saborearmos um livro de memórias em sã e escorreita linguagem portuguesa, de um sabor como há muito já estávamos desabitoados.



DIPLOMATIC HISTORY, por Sir Charles Petrie. Londres. Edição de Hollis and Carter Ltd. 1917. 384 págs.

O A. é um dos mais ilustres historiadores ingleses da actualidade, biógrafo consagrado de Canning, de Mussolini, de Pitt, de Luís XIV e de Joe Chamberlain, o grande político imperialista da Era Vitoriana. Como doutrinário, é bem conhecido pelo seu livro *Monarchy*, há pouco tempo vertido em português, e ao qual em breve nos referiremos.

A obra que temos presente abrange o formidável período decorrido entre 1713 e 1933, isto é, desde a paz de Utreque, que pôs fim à sanguinolenta Guerra de Sucessão de Espanha, até ao momento em que Adolfo Hitler alcança o poder e inaugura uma nova era, tristemente célebre, nas relações entre os povos.

Sir C. P. é monárquico tradicionalista. Portanto, o seu ponto de vista quanto ao decorrer dos factos históricos, a sua análise dos actos dos chefes responsáveis pelo destino dos povos, a sua crítica aos homens e aos políticos, são de quem encara os problemas à luz das ideias que defende.

Mas não esqueçamos que o A. é inglês; isto equivale a dizer que a sua análise é feita com equilíbrio, com serenidade e com tolerância, sendo a sua linguagem sempre

correcta, ainda mesmo quando, ante a prova flagrante das ambições dos reis ou dos demagogos, ante a quebra de tratados livremente assumidos, ante o desprezo pelas leis divinas e humanas se sente a sua indignação a vibrar por baixo das frias frases.

Como pelo título se depreende, não se trata de uma história da Europa, mas tão somente da história diplomática no decurso dos dois últimos séculos. Os grandes acontecimentos históricos apenas aparecem quando explicam a diplomacia de um homem ou de um grupo, judiciosamente explicados e comentados pelo A., que sempre tira disso ilacções que fundamentam o seu ponto de vista monárquico e tradicionalista.

Não é, porém, tratado exaustivo, mas antes o que os Ingleses chamam *outline*, esboço ou resumo que torna a obra particularmente útil aos jovens diplomatas, aos estudantes de Direito e mesmo aos professores de História, que terão assim à mão um expositor claro e brilhante, para mais com largas indicações bibliográficas das fontes.

Em Apêndice refere-se o A. à doutrina de Monroë, aos famosos 14 pontos de Wilson, que transcreve na íntegra, e ao plebiscito, a que tantas vezes alude no corpo da obra.

Depois de rapidamente aludir à origem do plebiscito em Roma, salienta as diferenças fundamentais entre o plebiscito romano e o plebiscito posto em moda nos fins do século XVIII em França, quando Roma era o modelo em que se fixavam todos os olhos.

«Em todas as épocas — escreve Sir C. P. — a ditadura tem devido muito dos seus êxitos à habilidade com que voltou contra a democracia as suas próprias armas; como meio de tornar o sufrágio universal inofensivo e auxílio precioso, o plebiscito tem sido achado extremamente útil por ditadores sucessivos» (Pág. 360). E mais adiante salienta que o plebiscito «dá ao povo a ilusão do poder, ao passo que a realidade lhe é cuidadosamente ocultada. Realmente, há um

curioso comentário a fazer acerca da natureza humana — os que mais alto proclamam o seu desprezo pela democracia, nunca se sentem tão felizes como quando têm aos pés uma população que os aclama.» (Pág. 369)

Observador cuidadoso e inteligente, Sir C. P. soube dizer em Inglaterra em linguagem clara, aquilo que tantas vezes no Continente se pensa, mas se não diz. Para a compreensão cabal dos tristes e dolorosos acontecimentos ocorridos desde 1933 a esta parte, a leitura desta obra é um precioso auxiliar, que ajuda a penetrar e a compreender os *dessous* da diplomacia que faz as guerras.



A FUGA DO ANJO. Os 20 sonetos de amor de António Porto-Além. S. I. 1946. 47 págs. LIVRO DO AMOR, DA BELEZA E DA MORTE. Poemas do mesmo A. Porto. 1947. 75 págs. Com um retrato.

Dois livros de poesias, o primeiro exclusivamente constituído por sonetos, que no segundo são a maioria dos poemas. Em ambos, porém, canta o A. o amor e as suas angústias e ansiedades, sem, contudo, a forma conter algo de inédito a impor estas poesias à admiração dos leitores, atendendo ao banal dos temas, já tratados e em forma de superior beleza pelos maiores poetas da nossa Língua. Num que noutro soneto podemos pressentir a influência, indirecta embora, de Camões e de Antero e, por vezes, de Virgínia Vitorino e com a sua maneira peculiar.

Da leitura destas duas obras não se comunica ao leitor qualquer impressão de optimismo e de fé no poder da Vontade, antes transparece uma renúncia resignada, um aniquilamento da personalidade, uma passividade que não se compadece com as almas viris. A poesia do sr. A. P.-A. é de

essência feminina e ausente de afirmação, que não se coaduna com o espírito dos nossos tempos, fortemente afirmativos.

Desejariamos sinceramente que estes dois livros marcassem o fim de uma etapa na vida espiritual do Poeta, de quem esperamos no futuro obras de pensamento mais construtivo e mais saudável.



BRAQUILOGIA DE PRÍNCIPES. Nova edição, com um estudo de *Hipólito Raposo*. Edições «Gama». Lisboa. 1946. XVII. 246 págs.

Foram pródigos os nossos moralistas da Era Clássica em escrever tratados orientadores de Reis e de Príncipes, embora estes nem sempre os lessem ou, se o fizeram, os seguissem. Cremos que Portugal e Espanha são os países da Europa em que viram a luz do dia maior número de obras da espécie, a última das quais, contemporânea nossa, é a célebre carta do ilustre Mouzinho ao príncipe D. Luís Filipe quando assumiu o cargo de seu preceptor.

É, pois, uma obra dessas a que se deveu à pena curiosa de Frei Jacinto de Deus, que Hipólito Raposo benemêritamente deu a público dois séculos e meio após a sua 1.ª edição, e que parece ter despertado interesse entre os estudiosos, porque se reedita poucos meses passados sobre a 2.ª edição.

O livro está escrito em forma de conselhos e, como já acentuou o ilustre Editor, em «linguagem clara, estilo conciso ou lacónico, em contrário da prolixidade usada no seu tempo, com bojudas composições parentéticas», embora não deixe de salientar que por vezes «a expressão é tão condensada que obriga a reler devagar, para bem se alcançar o seu profundo sentido» (pág. XIII). De facto, a maior parte da obra é constituída por aforismos, com que se demonstra a

profunda erudição, sagrada e profana, do autor, que, em toda ela, cita profusamente as suas fontes, com uma exuberância que hoje nos pareceria fútil e vaidosa, se através dela não vissemos antes os seus intuitos de melhor convencer.

Dedicou-a ele ao príncipe D. Pedro, que depois seria o segundo rei de nome, figura ainda um pouco na sombra e cujos intuitos há quem ainda exalte e justifique, esquecido de que a sua acção na deposição de D. Afonso VI nada tem de cristalino. Duvidamos que ele, de cultura rudimentar e tendências grosseiras, algum dia pousasse os olhos, habituados às esperas de touros, aos exercícios venatórios e às diversões de Pancas, nas páginas ingénuas mas sérias do frade macaísta. Todavia, ficou a obra a atestar o carácter patriarcal da Monarquia portuguesa no passado, que tornava possível um súbdito dizer ao seu rei — Erraste, emenda-te! — ou — Acautela-te e governa bem! — sem recear por isso pela vida ou pela sua liberdade individual.

E talvez não fosse inútil de todo que, nos dias incertos que andamos a viver, os responsáveis pelos destinos da grei pousassem, de vez em quando, os olhos nestes tratadistas do passado, em cujas obras, apesar do tempo decorrido, muito há ainda que aproveitar e tantos conselhos há ainda que se devam seguir.



ÁGUA FORTE, por *Leão Martins*. 1947. Edição «Marânus». Porto. 49 págs.

Quarenta e uma quadras, ao sabor das de Augusto Gil, e nas quais predomina a nota faceta ou a sarcástica, mais frequentemente esta do que aquela. O A. parece ser um desiludido das benesses da vida e sobretudo do amor, mostrando-se evidente a sua suspeita ante a mulher, que criva de ferroadas.

Entre estas 41 quadras destacamos duas, que nos parecem as melhores do livrinho, pela forma e pelo conceito :

*Mulher pública... homem público...
Em que diferem, senhores?
Ambos se apontam na rua,
Pedem-se, a ambos, favores...*

*Vários nomes tem a Morte ;
Menos o de interesseira.
Toma a gente e não pergunta
Quanto leva na algibeira.*



CINEMA DE VANGUARDA, por Jorge Pe-
layo. Edições «Gama». Lisboa. 1947.
73 págs. Ilustrado.

O próprio título deste livro diz dos seus intuitos. O sr. J. P., adepto entusiasta do vanguardismo em cinema, passa neste opúsculo em revista a obra de alguns dos mais notáveis realizadores cinematográficos da actualidade, analisando-a com brevidade e defendendo-a com denodo, com um entusiasmo que poderá ser comunicativo, mas que não partilhamos.

Poderá, de facto, o cinema ser a «mais universal das fontes de emoção» (pág. 69), que isso não impedirá os espíritos verdadeiramente cultos de admirar muito mais o teatro, mais próximo da realidade e, portanto, da vida do que o cinema; este, a despeito de tudo quanto possa dizer-se em sua defesa (e acentuemos que o não desprezamos, mas lhe negamos o alto lugar em que o querem colocar os seus entusiastas), é uma arte que só vive do artificialismo, sem aquele interesse palpitante e comunicativo que dá o teatro. E atente-se em que foi preciso descobrir o modo de associar o som à fotografia para que o cinema não decaísse, aproximando-o

assim mais do teatro e da vida. As mais recentes descobertas no sentido de dar o justo colorido aos valores na fotografia cinematográfica veio tornar mais pequena ainda a distância que separa as duas artes, espécie de vassalagem da 7.ª arte ao velho Teatro eterno.



LIVRO DOS ACORDOS DE 1534 DA CIDADE
DE VISEU, por Alexandre de Lucena
e Vale. s. l. 1945. 241 págs.

Há anos tivemos oportunidade, neste lugar, de nos referirmos à magnífica edição do Gabinete de História da Cidade do Porto do livro *Vereações* do Senado da Câmara da Capital do Norte, salientando então a vantagem e até necessidade de os outros Municípios do País imitarem o do Porto, pois com isso se contribuiria para melhor conhecimento da nossa vida municipalista nos tempos do passado e até para melhor compreensão de muitos factos da história geral do País.

É, por isso, com satisfação que registamos o aparecimento deste *Livro dos acordos de 1534*, curiosíssimo para o conhecimento da vida na velha e ilustre cidade beiroa na primeira metade do século xvi, dos seus costumes e da sua independência, ao mesmo tempo que ao filólogo e ao linguista oferece alguns elementos de estudo apreciáveis.

O Editor faz anteceder a obra de uma extensa *Introdução*, em que estuda a vida quinhentista de Viseu, a sua topografia, os seus aspectos sociais, as suas crenças e o seu gosto pelas artes, à qual se seguem umas *Anotações Prévias às Actas*, esclarecimento às mais importantes e a propósito das quais estuda alguns aspectos económicos da cidade na primeira metade do século xvi, a organização profissional, os privilégios da Câmara de Viseu e outros assun-

tos de grande curiosidade, seguindo-se ainda um capítulo suplementar acerca da *Paleografia do Livro dos Acordos*, dando-nos espécimes da escrita paleográfica do mesmo e ainda dois facsimiles da portada e de uma acta.

Das actas, quase todas de grande interesse histórico, destaca-se pelo pitoresco a de 11 de Abril, pela qual se isentavam do pelourinho os que furtassem uvas e frutas e se proibia «que nenhuma pessoa não acompanhe nem fale com moura nem mulher a caminho da fonte nem do rio nem do moinho», ao mesmo tempo que também seriam punidos com pena pecuniária «os que forem achados com sombreiros (chapéus) das avé-marias por diante».

Dois índices — um das actas e outro dos nomes próprios — facilitam a consulta da obra.

Será para desejar que o distinto Editor prossiga na sua obra benemérita, publicando os restantes livros de actas que ainda existem dessa época já distante.

que explica a razão por que o ilustre médico neurologista, sr. dr. Egas Moniz, de sobejo conhecido dos nossos leitores, pôde fazer uma conferência na Sociedade de Ciências Médicas, conferência que tem o título do opúsculo que motivou esta nótula.

Considerando a sério o seu papel de médico e, ao mesmo tempo, o de médico cristão, o sr. dr. J. de P. B. entendeu vir a público rebater as doutrinas do Autor de *A Vida Sexual*, cuja conferência considera «infeliz inoportuna», «porque lhe falta uma base científica séria» e «porque nem sequer o problema da natalidade é agudo no nosso País» (pág. 31).

Não possuímos competência técnica para podermos apreciar as palavras do sr. dr. Egas Moniz transcritas pelo sr. dr. P. B., nem as doutrinas deste do ponto de vista médico. Não podemos, porém, deixar de aplaudir estas sob o aspecto moral, porque o contrário seria ir de encontro àquilo que consideramos nobre, elevado e digno: o Homem e a Família.



A GERAÇÃO HUMANA E AS DOCTRINAS DE EXETER, por José de Paiva Botão. Lisboa. 1946. 32 págs.

Exeter é uma localidade inglesa em que existe uma clinica, cuja notoriedade se alcançou com esterelizações humanas, práticas neo-maltusianas e, sobretudo, fecundação artificial. Claro está que tudo isto se encontra perfeitamente de acordo com o espirito — como diremos? — «ousado» dos tempos que correm, pelo que nada nos admira que por esse mundo vários médicos, mesmo ilustres, se fizessem panegiristas e até sequazes das chamadas «doutrinas de Exeter». E até neste recanto perdido da Europa, que se quer dar ares de civilizado, tais doutrinas vão encontrando adeptos, o



NIELS LYHNE. *Romance*, por Jens Peter Jacobsen. Tradução portuguesa de Teresa Leitão de Barros. 1946. Livraria Tavares Martins. Porto. vii-297 págs.

Pode classificar-se este romance como a história de um tímido que, por timidez, se deixa vencer pela vida.

Niels Lyhne é, de facto, da estirpe dos Amiel, acerca de cuja timidez o dr. Gregório Maraño escreveu um ensaio célebre. Por timidez se deixa dominar pelo amigo Erik; por timidez deixa que a senhora Boyne, que amara, venha a casar com outro, pondo termo a um sonho que ele vivera e julgara poder prolongar-se indefinidamente; por timidez não consegue impedir que Fennimore

case com o seu amigo Erik, vindo mais tarde, ainda por timidez, a ganhar o ódio da que pudera ter sido sua mulher.

Quadra-lhe, por isso, bem o subtítulo de *Entre a Vida e o Sonho* que o autor lhe pôs, fazendo da sua obra uma espécie de brevíário da irresolução, movendo-se o herói em uma atmosfera de irrealidade que não chama sobre ele a simpatia dos que pelos tímidos não sentem qualquer espécie de atracção.

Para esta obra escreveu António Ferro — director da colecção «Contemporâneos» a que ela pertence — um entusiástico prefácio de apresentação, cujas palavras nos parecem um pouco exageradas em relação com os méritos próprios de um romance que em nada se distingue de tantos outros que por aí correm, romance de que nem sequer se colhe qualquer lição de energia viril ou de fé profunda.



A PRINCESA E AS TRÊS IRMÃS, por *Virgínia da Motta*. Novela Infantil. «Pro Domo». Lisboa, 1946. 44 págs. Ilustrado.

Tem esta novelazinha muito de comum com as antigas histórias de fadas, génios, etc., pois nele aparece ainda uma princesa encantada e um gigante alado dotado de poder e grande maldade. É certo que o fundo moral da novela é irrepreensível, pretendendo provar que «A Bondade tudo vence». Não cremos, porém, que para provar a sua tese a distinta Autora necessitasse de utilizar materiais há muito banidos da literatura infantil, por antipedagógicos pela visão errada que dão da vida, dessa forma contribuindo para, por vezes, lançar no cepticismo, na descrença ou na revolta as crianças que, uma vez chegadas à vida, viram cair uma a uma ilusões acalentadas por esta espécie de literatura — oral e es-

crita — sem que pudessem reagir perante a desilusão sofrida.

Felizmente que a Autora demonstra possuir recursos de sobra para fazer obra absolutamente irrepreensível do ponto de vista pedagógico, e a isso a exortamos vivamente.



O RETRATO REVELADOR, por *M. Adelaide Vítório*. Novela Infantil. «Pro Domo». Lisboa. 1945. 135 págs. Ilustrado.

História curiosa de uma rapariguinha que maus fados fazem perder da família durante muito tempo, e que uma série de circunstâncias restitui ao caminho dos seus, lê-se com agrado, principalmente pelo seu fundo moralizador. Se de antemão se preveja que as peripécias variadas que a Autora entrelaçou na sua novelazinha têm por fim pôr em contraste o bem e o mal, para que aquele saia vencedor, e se em alguns casos a concordância das circunstâncias tenha um pouco do carácter do *deus ex machina* dos dramas antigos e das novelas do século passado, a verdade é que os cerebrosinhos infantis, a quem se destina a obra, não-de sentir entusiasmo pela pequenina heroína, cuja bondade e resignação acabam por receber o prémio condigno.

É, pois, livro que podemos pôr confiadamente nas mãos dos nossos filhos porque contribuirá, por certo, para lhes formar o coração.



O PÃO NOSSO DE CADA DIA, por *R. Guedes Salgado*. Novela Infantil. «Pro Domo». Lisboa. 1946. 80 págs. Ilustrado.

Escrita em linguagem desprezenciosa e acessível, tem por fim esta novelazinha

levar ao conhecimento das crianças o modo como se fabrica o pão, desde que a terra é lavrada, até que, amassada, a farinha entra no forno.

Por meio de acção sábiamente conduzida, o Autor desperta o interesse de crianças e adultos por uma espécie de trabalhos a que até muitos cultos são alheios. Sendo principalmente vulgarizadora, tem também um fim moral, ensinando aos pequeninos cérebros o que é o pão, o que ele vale, o que representa na alimentação do homem e, acima de tudo, o respeito que nos devem merecer todos quantos, pelo seu trabalho e pelo seu esforço, contribuem para «o pão nosso de cada dia».



BELEZAS IGNORADAS, pelo *dr. Tihmér Toth*. Traduzido da adaptação francesa pelo *dr. Joaquim Maria Lourenço*. Coimbra Editora, Limitada. 1949. 290 págs.

É obra de um sábio que, acima de tudo, se mostra um crente, profundamente crente nos mistérios da religião. Deus é quem domina toda a obra, que se divide em duas partes.

Na primeira — subordinada ao título de «Deus é grande» — expõe certas teorias científicas, em forma dialogada: um grupo de escuteiros, sob o comando de um padre, encontra-se a passar as férias acampado, e é nas noites de vigília ou nas tardes de repouso que o chefe vai explicando aos seus pequenos ouvintes o que é a Natureza, desvendando-lhes alguns dos seus muitos segredos, ensinando-lhes, à mistura, a relação da ciência com a fé e chamando-lhes a atenção para o que existe de comum e de oposto entre o homem e os animais.

Na segunda parte, titulada de «Fé e Ciência», o autor abandona o tom de narra-

dor e toma o de preceptor para demonstrar que a ciência e a fé se completam e que não há incompatibilidade entre a razão e a Revelação.



RIMAS INÉDITAS, por *Fernando Herrera*, Editadas por *José Manuel Blema*. Edição do Instituto «António de Nebrija» do Conselho Superior de Investigações Científicas. Madrid. 1948. 254 págs.

Os estudiosos da obra poética do «divino» Herrera têm agora à sua disposição um volume magnífico, proficientemente estudado e publicado, das suas poesias inéditas, se bem que nem todas o sejam de facto. O MS., existente na Biblioteca Nacional de Madrid, no qual figuram também poesias de Arguijo e de Rioja, embora fosse descoberto no século passado por Bartolomé Gallardo, só em nossos dias pôde editar-se e, por conseguinte, ficar ao alcance dos estudiosos espanhóis e dos hispanizantes interessados na poesia do século XVI e, em particular, de Herrera, cuja obra apresenta tantos pontos de contacto com a lírica do nosso Camões.

O MS. contém variadas poesias, ao que parece de diferentes idades do poeta, e, em relação à parte publicada da sua obra, apresenta variantes notáveis, que o distinto Editor aponta em capítulo independente, e demonstrativas do cuidado que o poeta punha em limar os seus versos, facto assinalado pelos contemporâneos que escreveram a seu respeito. É este o capítulo mais completo da Introdução e o mais importante para o estudo da técnica poética de Herrera.

No texto poético o Editor aponta no fundo das páginas as diferenças e variantes entre as poesias do MS. e as já publicadas, variantes e diferenças por vezes profundas.

Em apêndice vem um índice de todas as poesias de Herrera, de Arguijo e de Rioja,

existentes no MS., com a indicação do fólio em que se encontram, a sua natureza e o primeiro verso, seguido do índice alfabético das composições contidas neste volume, que

se encontra impresso em magnífico papel, tendo uma apresentação distinta.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Limites da medicina, por *José de Paiva Boléo*.

Caminho do calvário, por *Carmen de Figueiredo*.

Siga a Roda, Troveiro de romarias e Amor de mãe, por *Santos Cravino*.

Oferta dos Editores:

Coimbra Editora, Ltd.^a, Coimbra:

Sonhar para viver, por *A. da Costa Vaz Pinto*.

Edições S. N. I., Lisboa:

Grandes Portugueses: 1 — *Infanta D. Maria*, 2 — *A Rainha D. Leonor*, 14 — *O Santo Contestável*.

Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid (Espanha):

História de la Universidad de Santiago de Compostela, (vols. I a III), por *Cabeza de Leon*

2 — **Las cantigas**, por *José Guerreiro Leovillo*.

Permutas:

Portugal

REVISTAS:

A Imeldista — Lisboa.

Acção Católica — Braga.

Acção Médica — Lisboa.

Beira Alta — Viseu.

Belgica — Lisboa.

Biblos — Coimbra.

Boletim do Commissariado do Desemprego — Lisboa.

Boletim Cultural — Porto.

Boletim Mensal — Braga.

Boletim da Junta de Provincia do Douro Litoral — Porto.

Boletim da Sociedade de Geographia — Lisboa.

Boletim de Trabalhos Históricos — Guimarães.

Boletim da União de Grémios de Lojistas de Lisboa — Lisboa.

Brotéria — Lisboa.

Bulletin des Etudes Portugaises — Lisboa.

Cenáculo — Braga.

Cidade Nova — Coimbra.

Estremadura — Lisboa.

Flama — Lisboa.

Mensário das Casas do Povo — Lisboa.

Mensageiro do Coração de Jesus — Braga.
Mensageiro de Maria — Braga.
Mensageiro de S. Bento — Negrelos.
O Tripeiro — Porto.
Olisipo — Lisboa.
Prometeu — Porto.
Portucale — Porto.
Portugal (Boletim do S. N. I.) — Lisboa.
Raio de Luz — Lisboa.
Revue-Belgo Portugaise — Lisboa.
Revista de Contabilidade e Comércio —
Porto.
Revista da Faculdade de Letras — Lisboa.
Revista de Guimarães — Guimarães.
Revista Municipal — Lisboa.
Stela — Fátima.

Açores :

Insulana — Ponta Delgada.

Angola :

Arquivos de Angola — Luanda.
Cultura — Luanda.

Espanha :

Boletín de la Real Academia Gallega —
La Coruña.
*Boletín de la Sociedad Castellonense de
Cultura* — Castellón de la Plana.
Saitabi — Valencia.
Universidad — Zaragoza.

França :

Chemins du Monde — Paris.
Écrits de Paris — Paris.

Bélgica :

Cahiers du Nord — Charleroi.

Suíça :

Der Turmwart — Zurique.

Inglaterra :

Britain To-Day — Londres.

Brasil :

Boletim da Casa de Portugal — Porto
Alegre.
Boletim de Letras — São Paulo.
Tradição — Petrópolis.

Argentina :

Ecos de Portugal — Buenos Aires.

América do Norte :

Women's Voice — Chicago.

Chile :

Itália — Valparaíso.

Portugal

JORNAIS :

A Educação Nacional — Porto.
A Voz do Operário — Lisboa.
Correio do Minho (diário) — Braga.
Jornal de Elvas — Elvas.
Mensagem — Coimbra.
Noticias de Gouveia — Gouveia.
Noticias de Viana — Viana do Castelo.

Moçambique

O Oriente — Lourenço Marques.
Leituras — Lourenço Marques.

ÍNDICE DO XXV VOLUME

TEXTO :

	PÁGS.
<i>Sursum Corda</i> — Redacção	5
<i>Manuel Bernardo Alves</i> — Redacção	6
<i>O sentimento do amor nos versos de António Sardinha</i> — Luis de Almeida Braga	7
<i>Leyendo un libro portuguez</i> — Francisco Elias de Tejada	13
<i>Problemas Imperiais — O Missionário</i> — Francisco de Matos Gomes	19
<i>Velharias Vimaranenses (1849)</i> — João Lopes de Faria.	22, 51 e 99
<i>A reacção contra o comunismo russo: o movimento monárquico russo</i> — Fernando de Aguiar	33 e 88
<i>Salvé, Rei!</i> — Camilo Castelo Branco	42
<i>A nova moda literária</i> — Luis de Almeida Braga	43
<i>«Dona Luísa de Gusmão»</i> — António Alvaro Dória.	47
<i>Ensaio Crítico</i> — «D. Afonso Henriques» — Manuel da Costa Figueira . . .	65
<i>Lunário sentimental</i> — Luis de Almeida Braga	80
<i>A critica literária em Portugal</i> — Duarte de Montalegre	101
<i>A questão social resolve-se na questão política dos sistemas</i> — Fernando de Aguiar	112 e 148
<i>Oliveira Martins</i> — António A. Dória	118, 142 e 180
<i>Loa do vinho verde</i> — Luis de Almeida Braga	133
<i>Algumas considerações sobre a Igreja na Idade Média</i> — António Manuel de Castro Fernandes.	155
<i>Laus Deo</i> — Redacção	165
<i>Sob a estrela ruim de Camões</i> — Luis de Almeida Braga	167
<i>A propósito de um livro portuguez fala-se sobre o sentimento de portugua- lidade entre gentes portuguezas de além-mar</i> — Fernando de Aguiar . . .	173
<i>Um Rei, Mestre de Reis</i> — Hipólito Raposo	192
<i>Na volta da vida — Regresso</i> — José Pedro Machado	197
<i>A casa portuguesa</i> — Fernando Tavora.	204

Dos Livros & dos Autores :

<i>A biografia politica e o In-Memoriam de Henrique de Paiva Cou- ceiro</i>	130
A. L. de Carvalho — <i>Guimarães de tempos idos.</i>	130
Alain Boursin — <i>O super-heterodino</i>	57

	PÁGS.
Alberto Xavier — <i>Insólitas atitudes criticas a propósito do livro «Camilo romântico»</i>	209
» » — <i>Camilo romântico</i>	210
Albin Eduard Beau — <i>Die Entwicklung des Portugiesischen Nationalbewusstseins</i>	59
Alexandre de Lucena e Vale — <i>Livro dos acordos de 1534</i>	219
Alfredo Noyes — <i>O último homem</i>	58
Alfredo Pimenta — <i>Para a história da Academia Portuguesa de História</i>	129
André Danjon — <i>Cosmographie</i>	213
Antero de Faria — <i>Franqueira</i>	58
Antero de Figueiredo — <i>O Escândalo do Espirito</i>	56
António Corrêa d'Oliveira — <i>Redondilhas</i>	60
António Ferreira — <i>O Cardeal Saraiva</i>	61
António Porto-Além — <i>A fuga do Anjo</i>	217
António Vieira (Padre) — <i>Cartas</i>	28
Aubrey Bell, C. Bowra e William J. Enthwistle — <i>Da poesia medieval portuguesa</i>	30
<i>British Books to Come</i>	27
Carmen de Figueiredo — <i>Ele não é meu marido</i>	31
Charles Petrie — <i>Diplomatic History</i>	216
Chateaubriand — <i>Oeuvres choisies</i>	53
Costa Brochado — <i>Fátima à luz da História</i>	129
Diogo de Macedo — <i>Sumário histórico das artes plásticas em Portugal</i>	162
Elie Lambert — <i>L'Art en Espagne et au Portugal</i>	131
<i>Études d'Histoire moderne et contemporaine</i> (tom. 1).	160
Fernando de Aguiar — <i>Coisas da Madeira III — Cremos & Superstições. Milagres & Outros Sucedimentos</i>	28
Fernando Herrera — <i>Rimas inéditas</i>	222
Fernando Tavora — <i>O problema da Casa Portuguesa</i>	30
Ferreira de Castro — <i>Emigrantes</i>	214
Francisco Elias de Tejada Spinola — <i>As ideias políticas de Gil Vicente</i>	127
Francisco Esteve Botey — <i>El grabado en la ilustracion del libro</i>	213
Gama e Castro — <i>O Novo Príncipe</i>	61
Hervé Bazin — <i>Vipère au poing</i>	161
Jacinto de Deus (Frei) — <i>Braquilogia de Príncipes</i>	218
Jens Peter Jacobsen — <i>Niels Lyhne</i>	220
João Ameal — <i>Um apóstolo na tormenta</i>	163
João Mendes, S. J. (Padre) — <i>Eça de Queirós</i>	26
Joaquim Leitão — <i>Corações partidos</i>	63
Joaquim Paço d'Arcos — <i>Paulina vestida de azul</i>	158
Jorge Pelayo — <i>Cinema de vanguarda</i>	219
José de Paiva Boléo — <i>A geração humana e as doutrinas de Exeter</i>	220
José de Campos e Sousa — <i>Esclarecimento das dúvidas manifestadas pelo Senhor Jacinto do Prado Coelho, em «Introdução ao estudo da novela camiliana», acerca da identidade da mãe de Camilo</i>	209

28

	PÁGS.
José Pequito Rebelo — <i>O aspecto espiritual da aliança inglesa</i>	23
José Simon Diaz — <i>El Reflejo</i> (Madrid, 1843)	57
Leão Martins — <i>Água forte</i>	218
Luzia — <i>Dias que já lá vão</i>	215
M. Adelaide Vitório — <i>O retrato revelador</i>	221
Mário Cardoso — <i>Citânia e Sabroso</i>	164
Mário Gonçalves Viana — <i>Psicologia do dinheiro</i>	25
Mário Portocarrero Casimiro — <i>A obra de um isolado</i>	58
Matos Gomes — <i>Ruralidade</i>	31
Mendes de Carvalho — <i>Timbre</i>	62
Miguel de Oliveira (Padre) — <i>Ourique em Espanha</i>	125
Nora Waln — <i>China, essa desconhecida</i>	29
Olga de Moraes Sarmiento — <i>As minhas memórias</i>	131
<i>Poetry of the English-Speaking World</i>	128
R. Guedes Salgado — <i>O pão nosso de cada dia</i>	221
Ramon Honorato Corrêa Rodrigues — <i>O empregado do comércio</i>	58
<i>Romancero General</i> (1600, 1604, 1705) — Prólogo e Índices de Angel González Palencia	160
Thimer Toth (Dr.) — <i>Belezas ignoradas</i>	222
Viola Meynell — <i>First Love and Other Stories</i>	57
Virgínia da Motta — <i>A princesa e as três irmãs</i>	221
Wolfgang Kaiser — <i>Die Iberische Welt im Denken J. C. Herders</i>	28
Registo de obras recebidas	32, 64, 132 e 223

Ilustrações :

... ver o Rei, na sua força calma,.	6-A
Fernando de Aguiar (desenho de Humberto)	15
Coimbra — Púlpito de Santa Cruz (aguarela de Maltieira)	48-A
Vila Viçosa — Adega do Paço Ducal no primitivo Paço de D. Jaime (aguarela de Maltieira)	48-B
Guimarães — Padrão do Salado (aguarela de Maltieira)	82-A
Coimbra — Rua da Alta (aguarela de Maltieira).	82-B
Guimarães — Régia visita	116-A
Guimarães — Domus Municipalis (aguarela de Maltieira)	148-A
Guimarães — Arcadas Joaninas (aguarela de Maltieira)	148-B
D. José Ferrão.	166-A
Manuel Alves de Oliveira	166-B

Índice dos Autores :

António A. Dória	47, 118, 142 e 180
António Manuel de Castro Fernandes.	155
Camilo Castelo Branco	42

	PÁGS.
Duarte de Montalegre	101
Fernando de Aguiar 33, 88, 112, 148 e	173
Fernando Tavora	204
Francisco Elias de Tejada	13
Francisco de Matos Gomes	19
Hipólito Raposo	192
João Lopes de Faria 22, 51 e	99
José Pedro Machado	197
Luis de Almeida Braga 7, 43, 80, 133 e	167
Manuel da Costa Figueira	65